

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LETÍCIA WICKERT FERNANDES

**SOB A MIRA DA INTELIGÊNCIA:
OS REGISTROS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (1964-1985)**

Porto Alegre

2021

LETÍCIA WICKERT FERNANDES

**SOB A MIRA DA INTELIGÊNCIA:
OS REGISTROS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (1964-1985)**

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientador: Prof. Dr. Enrique Serra Padrós.

Porto Alegre

2021

CIP - Catalogação na Publicação

Fernandes, Leticia Wickert

Sob a mira da inteligência: os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1964-1985) / Leticia Wickert Fernandes. -- 2021.

220 f.

Orientador: Enrique Serra Padrós.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre, BR-RS, 2021.

1. Arquivos repressivos. 2. Sistema de inteligência. 3. Universidade e ditadura. 4. Doutrina de Segurança Nacional. 5. UFRGS. I. Padrós, Enrique Serra, orient. II. Título.

LETÍCIA WICKERT FERNANDES

**SOB A MIRA DA INTELIGÊNCIA:
OS REGISTROS DO SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (1964-1985)**

Dissertação apresentada como requisito para a
obtenção do grau de Mestre em História pelo
Programa de Pós-Graduação em História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Aprovada em: 04 de agosto de 2021.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Enrique Serra Padrós (orientador) – UFRGS

Prof.^a Dra. Alessandra Gasparotto – UFPel

Prof.^a Dra. Gláucia Vieira Ramos Konrad – UFSM

Prof.^a Dra. Débora Strieder Kreuz – UESPI

Porto Alegre

2021

AGRADECIMENTOS

Àquele que era, é e sempre será, tudo é para ti.

Aos meus pais Josué e Roberta, que em momento algum mediram esforços para que eu chegasse até aqui. Se hoje sou a primeira da família a ter a oportunidade de conquistar um diploma de graduação e, agora, pós-graduação, é porque vocês fizeram o possível e o impossível por mim. Obrigada por todo o suporte e sacrifício, espero demonstrar a vocês o quanto valeu a pena. Como não poderia ser diferente, essa conquista é também de vocês. Aos dois, meu amor incondicional.

Ao meu melhor amigo, companheiro de vida e marido Gustavo, por acreditar em mim quando nem eu mesma acreditava. Obrigada por ser a injeção de ânimo que me ajuda todos os dias a seguir em frente, a alçar voos mais altos, a encarar problemas e desafios com a certeza de que não estamos sós. És o meu conforto, carinho e amor de cada dia. Obrigada por topar trilhar essa vida ao meu lado.

À minha avó Lucina, por todo o carinho e amor dedicados. Obrigada por todo o cuidado comigo ao longo de toda a minha vida.

A Suzana Lisboa, exemplo de luta, resistência e resiliência. Obrigada por me permitir estar em sua casa participando de tantas vivências coletivas, é uma experiência que mudou minha vida e que jamais vai se apagar da minha memória.

A Francisco Carvalho Júnior e Henrique Finco, pela concessão das entrevistas e por serem inspiradores em suas trajetórias de resistência.

A Vicente Arruda Câmara Rodrigues, que gentilmente me enviou seu livro, importante material para o andamento da pesquisa.

A Amanda Rocha e Paola Tim, que me auxiliaram com suas leituras e apontamentos.

A Patrícia Machado, Vanessa Dornelles, Stella Ferreira, Amanda Rocha, Paola Tim, Rafael Levandovski, Paula Blume, Cristiane Ávila, Cláudia Bruno e todos os orientandos e ex-orientandos do Enrique com quem pude estabelecer trocas e diálogos, obrigada pela dose de afeto, carinho e companheirismo que me dedicaram. Foi um prazer imenso dividir a trajetória acadêmica com vocês e ver que aquilo que o Enrique criou entre nós é uma vivência linda e sincera. Obrigada por se fazerem tão presentes e me permitirem aprender e compartilhar essa vivência com cada um(a) de vocês.

A Izabella Mattos e Natália Mano, irmãs do coração, pela amizade sincera, torcidas e compartilhamentos de sonhos e angústias. É um alento enorme, em dias de tanta frieza e

apatia, ter amizades como as de vocês. Obrigada por aquecerem meu coração e estarem sempre presentes, mesmo que em alguns momentos à distância.

A Viviane Portella, que me introduziu e guiou na paixão pelos arquivos, obrigada por cada ensinamento, trocas e vivências no APERS.

Às professoras Alessandra Gasparotto, Glaucia Konrad e Débora Kreuz por aceitarem participar da banca avaliadora. Obrigada pela disponibilidade, pelas orientações de leituras, indicação de fontes e pontos de ajustes, suas contribuições foram e são fundamentais para o andamento da pesquisa. Tenho muita admiração pelo trabalho de vocês e espero que possamos compartilhar outros momentos em parcerias futuras.

Aos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos das ditaduras do Cone Sul e a todos os militantes, pesquisadores, historiadores, arquivistas e políticos que lutaram e continuam lutando pela democratização do acesso à informação pública e pela abertura dos arquivos repressivos, na busca incessante por memória, verdade e justiça.

E, finalmente, ao meu orientador Enrique Serra Padrós, que me acolheu com toda a paciência do mundo no início da graduação, me dando seu voto de confiança quando eu era uma recém-ingressa na UFRGS querendo estudar ditadura sem saber por onde começar. Obrigada por me orientar, me ouvir, me permitir te ouvir, me aceitar em minhas diferenças e me ensinar o significado de solidariedade e afeto ao longo desses tantos anos de caminhada juntos. A cada dia tu elevas o conceito de docência para muito além da academia, pois ensinas para a vida. Não consigo imaginar professor melhor, nem me ver chegando até aqui se não fosse por ti. Aprender contigo foi a melhor coisa que a vivência na UFRGS me proporcionou. Obrigada por transformar minha vida para sempre!

Não acredito que a gente consiga mudar alguma coisa em nosso tempo de vida, mas dá para imaginar pequenos núcleos de resistência pipocando aqui e ali – pequenos grupos de pessoas se unindo, e gradualmente aumentando, e mesmo deixando alguns registros atrás de si, para que a geração seguinte possa prosseguir do ponto onde paramos.

George Orwell
“1984”

RESUMO

Esta dissertação constitui uma análise sobre a documentação de inteligência produzida pela ditadura de segurança nacional brasileira a respeito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo como base de pesquisa o acervo documental do Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), disponibilizado virtualmente na plataforma do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). A pesquisa tem como foco os registros sobre a UFRGS oriundos da Agência de Porto Alegre (APA), a setorização regional do SNI presente no Rio Grande do Sul, buscando compreender as interlocuções e colaborações correspondentes, bem como as formas de repressão e resistência no ambiente universitário em relação à vigilância da ditadura brasileira. A partir das análises, foi examinada a particularidade do monitoramento do SNI sobre a UFRGS, explorando as variadas ferramentas informacionais e institucionais utilizadas para a produção de inteligência sobre a Universidade, bem como as tipologias documentais e o reflexo da Doutrina de Segurança Nacional na produção de informações sobre a instituição. Com este trabalho, pretende-se contribuir para a difusão documental dos arquivos repressivos e pesquisas acerca da vigilância sobre os “inimigos internos” da ditadura, avançando também nos estudos da relação entre a ditadura de segurança nacional e a UFRGS.

Palavras-chave: Arquivos repressivos. Sistema de inteligência. Universidade e ditadura. Doutrina de Segurança Nacional. UFRGS.

ABSTRACT

This dissertation constitutes an analysis about the intelligence documents produced by the National System of Information (SNI) of the Brazilian national security dictatorship regarding the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) as a research based on the archives virtually available on the Nacional Archives Information System (SIAN) platform. This research focus on the records produced about UFRGS from the Porto Alegre Agency (APA), the regional sectorization of the SNI in the state of Rio Grande do Sul, aiming to understand the interlocutions, collaborations, repressions and resistances produced between the university's environment and the dictatorship's surveillance. From the analysis, the particularity of SNI's monitoring on the university was explored, as well as the various informational and institutional tools used in the production of intelligence about UFRGS, the documentary typologies and the reflection of the National Security Doctrine on it. This work intends to contribute to the diffusion of knowledge regarding the repressive archives as well as to the surveillance research on the "internal enemies" of the dictatorship, advancing in the studies of the relationship between UFRGS and the dictatorship.

Keywords: Repressive archives. Intelligence system. University and dictatorship. National Security Doctrine. UFRGS.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Monumento 50 Anos dos Expurgos da UFRGS	23
Figura 2 – Organograma do Fundo do Serviço Nacional de Informações no SIAN.....	40
Figura 3 – Registros de 1963	77
Figura 4 – Registros de 1959	78
Figura 5 – Avaliação A-1	78
Figura 6 – Organograma da comunidade de informações.....	84
Figura 7 – Relação de resultados conforme ano de produção do documento	88
Figura 8 – Cabeçalho do informe	91
Figura 9 – Detalhamento do código de referência.....	91
Figura 10 – Informe sobre “invasão feminina” na CEU/UFRGS	94
Figura 11 – Informação sobre campanha de solidariedade aos povos e trabalhadores da Nicarágua.....	95
Figura 12 – Ficha Informativa	98
Figura 13 – Ficha de Militante	101
Figura 14 – Ficha Sintética de Apreciação sobre o Levantamento de Dados Biográficos.....	104
Figura 15 – Ofício da APA/SNI de junho de 1988	109
Figura 16 – Manifestação em frente à casa de Carlos Alberto Ponzi.....	110
Figura 17 – Ofício da APA/SNI de agosto de 1981	113
Figura 18 – Pesquisa Simples no site do SIAN	117
Figura 19 – Carimbo AESI/UFRGS	126
Figura 20 – Ofício da AESI/UFRGS à AESI/UnB.....	127
Figura 21 – Preocupação da reitoria com a vinda de Gillardini	133
Figura 22 – Itens da FSA.....	137
Figura 23 – Registro do acompanhamento de aulas	177
Figura 24 – Informação sobre candidatos a bolsa de estudos no exterior	179
Figura 25 – Porto Alegre-RS, Praça Argentina, 23 de agosto de 1980.....	185
Figura 26 – Identificação do agente infiltrado Falcão.....	187

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABE	Agência de Belém
ABH	Agência de Belo Horizonte
ABIN	Agência Brasileira de Inteligência
AC	Agência Central
ACB	Agência de Cuiabá
ACE	Arquivo Cronológico de Entrada
ACT	Agência de Curitiba
AESI	Assessoria Especial de Segurança e Informação
AFZ	Agência de Fortaleza
AGO	Agência de Goiânia
AHRS	Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul
AI	Ato Institucional
ALN	Aliança Libertadora Nacional
AMA	Agência de Manaus
AMAN	Academia Militar das Agulhas Negras
AN	Arquivo Nacional
APA	Agência de Porto Alegre
ARE	Agência de Recife
ARJ	Agência do Rio de Janeiro
ASI	Assessoria de Segurança e Informação
ASP	Agência de São Paulo
ASV	Agência de Salvador
CCC	Comando de Caça aos Comunistas
CDN	Conselho de Defesa Nacional
CEIS	Comissão Especial de Investigação Sumária
CENIMAR	Centro de Informações da Marinha
CEU	Casa do Estudante Universitário
CEUE	Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia
CGI	Comissão Geral de Investigações
CIA	Central Intelligence Agency ou Agência Central de Inteligência
CIDH	Corte Interamericana de Direitos Humanos

CIE	Centro de Inteligência do Exército
CIGS	Centro de Instrução de Guerra na Selva
CISA	Centro de Informações da Aeronáutica
CNV	Comissão Nacional da Verdade
CSN	Conselho de Segurança Nacional
DCE	Diretório Central dos Estudantes
DCI	Divisão Central de Informações
DEOPS	Departamento Estadual de Ordem Política e Social
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
DOI-CODI	Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
DSI	Divisão de Segurança e Informações
DSN	Doutrina de Segurança Nacional
EMC	Educação Moral e Cívica
EPB	Estudos dos Problemas Brasileiros
ESG	Escola Superior de Guerra
Esni	Escola Nacional de Informações
FACED	Faculdade de Educação
FBI	Federal Bureau of Investigation ou Departamento Federal de Investigação
FI	Ficha Informativa
FM	Ficha de Militante
FSA	Ficha Sintética de Avaliação
FSLN	Frente Sandinista de Libertação Nacional
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
HCE	Hospital Central do Exército
IBAD	Instituto Brasileiro de Ação Democrática
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
IPES	Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais
LAI	Lei de Acesso à Informação
LDB	Levantamento de Dados Biográficos

Libelu	Liberdade e Luta
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MEC-USAID	Ministério da Educação e Cultura – United States Information Service
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NPH	Núcleo de Pesquisa Histórica
NSA	National Security Agency ou Agência de Segurança Nacional
NuSisa	Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OSI	Organização Socialista Internacional
OSPB	Organização Social e Política Brasileira
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PF	Polícia Federal
PM	Polícia Militar
POC	Partido Operário Comunista
POLOP	Organização Revolucionária Marxista Política Operária
PORT	Partido Operário Revolucionário Trotskista
PT	Partido dos Trabalhadores
PUC	Pontifícia Universidade Católica
QEMA	Quadro de Estado-Maior da Ativa
RCM	Regimento de Cavalaria Motorizada
SARDI	Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação
SFICI	Serviço Federal de Informação e Contra-Informação
SIAN	Sistema de Informações do Arquivo Nacional
SIM	Serviço de Informações da Marinha
SISNI	Sistema Nacional de Informações
SNI	Serviço Nacional de Informações
SSP	Secretaria de Segurança Pública
TDE	Terrorismo de Estado
UAPPL	Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumbe
UCS	Universidade de Caxias do Sul
UFAL	Universidade Federal de Alagoas
UFBA	Universidade Federal da Bahia
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPel	Universidade Federal de Pelotas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
UFRN	Universidade Federal do Rio Grande do Norte
UFS	Universidade Federal de Sergipe
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UnB	Universidade de Brasília
UNE	União Nacional dos Estudantes
USP	Universidade de São Paulo
VAR-Palmares	Vanguarda Armada Revolucionária Palmares

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES – Código de Financiamento 001).

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	As universidades e a ditadura de segurança nacional	24
1.2	A Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade	28
1.3	Os arquivos e a pesquisa histórica	33
1.4	O Fundo do SNI no SIAN	39
2	OS OLHOS QUE TUDO VEEM	47
2.1	Os serviços de inteligência na máquina estatal	49
2.1.1	Informação para decisão governamental	51
2.1.2	A coleta de informação	53
2.1.3	O ciclo de inteligência	54
2.2	A segurança nacional e a guerra contra a “subversão”	56
2.2.1	A ameaça à segurança.....	56
2.2.2	A Doutrina de Segurança Nacional (DSN).....	59
2.2.3	A Doutrina Francesa de Guerra Revolucionária.....	62
2.3	A inteligência brasileira e o Serviço Nacional de Informações (SNI)	68
2.3.1	A gênese do serviço de inteligência no Brasil	70
2.3.2	O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI)	71
2.3.3	A criação do SNI sob a DSN	75
2.3.4	A comunidade de informações	81
3	A VIGILÂNCIA INSTITUCIONALIZADA	87
3.1	Os registros	88
3.1.1	A pesquisa no SIAN	89
3.1.2	Os informes e as informações do SNI	93
3.1.3	As Fichas Informativas (FI).....	97
3.1.4	As Fichas de Militantes (FM)	99
3.1.5	O Levantamento de Dados Biográficos (LDB) e as Fichas Sintéticas de Avaliação (FSA)	101
3.2	A Agência Regional de Porto Alegre (APA/SNI)	107
3.2.1	Avenida Paraná, 991	107

3.2.2	Os chefes da APA/SNI	109
3.2.3	Periodizando as chefias.....	116
3.3	A AESI/UFRGS	119
3.3.1	Os acervos “perdidos” das AESI universitárias.....	120
3.3.2	Quinto andar da reitoria	125
3.3.3	Os candidatos a ingresso.....	130
3.3.4	A utilização das FSA pela AESI/UFRGS.....	135
4	SOB A MIRA DA INTELIGÊNCIA	139
4.1	O eco dos expurgos	139
4.1.1	Os estudantes atingidos pela CEIS/UFRGS	140
4.1.2	Paradoxo: um membro da CEIS/UFRGS sob vigilância.....	148
4.1.3	As marcas dos expurgos	150
4.1.4	Os estudantes atingidos pelo Decreto N° 477/69.....	154
4.1.5	O livro <i>Os expurgos na UFRGS</i>	161
4.2	Os infiltrados	168
4.2.1	Quando as informações vêm de dentro.....	170
4.2.2	A vigilância em sala de aula	173
4.2.3	Infiltrado x subversivo: a concessão de uma bolsa de estudos	178
4.2.4	As comissões de segurança.....	181
4.2.5	O fotógrafo da Praça Argentina	184
4.2.6	Agora que as coisas mudaram, somos nós que fichamos vocês	188
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	196
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DOCUMENTAIS:	204
	Referências bibliográficas	204
	Fontes da imprensa.....	211
	Fontes virtuais	212
	Fontes legislativas	213
	Fontes documentais consultadas no SIAN.....	215

1 INTRODUÇÃO

“Então onde o passado existe, se de fato existe?”

“Nos documentos. Está registrado.”

“Nos documentos. E...?”

“Na mente. Na memória humana.”

George Orwell¹

A presente dissertação constitui uma análise da produção dos documentos do Serviço Nacional de Informações (SNI), órgão de inteligência da ditadura de segurança nacional brasileira, acerca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Buscando compreender as interlocuções, colaborações, ações repressivas de monitoramento e formas de resistências no ambiente universitário em relação à vigilância da ditadura, a pesquisa dirigiu o olhar à documentação de inteligência produzida sobre a Universidade devido à escassez de pesquisas históricas sobre a instituição embasadas especificamente nesse tipo de fonte. Dessa forma, a proposta consiste em analisar os rastros escritos deixados pelo Serviço Nacional de Informações, cujos documentos encontram-se organizados em um fundo custodiado pelo Arquivo Nacional, a fim de compreender a relação entre vigilância e universidade, com especial foco sobre a UFRGS. Que tipo de documento é possível encontrar? De que maneira esses registros revelam sobre as iniciativas dos órgãos de informações em coletar e produzir documentos de inteligência a respeito da Universidade e de seus membros – professores, ex-professores, alunos, ex-alunos, funcionários, etc.?

A UFRGS é a principal instituição de ensino superior de Porto Alegre e do estado do Rio Grande do Sul, emblemática pelas ações repressivas sofridas durante a ditadura – expurgos de professores e expulsão de estudantes, bem como episódios de violência policial e militar – e pelos atos de resistência à mesma em suas mais variadas esferas – lutas estudantis, manifestações públicas, atos de reivindicações de direitos sociais, dentre tantos outros. Com esta pesquisa, pretende-se compreender as particularidades da vigilância do SNI sobre o ambiente universitário, explorando as variadas ferramentas informacionais e institucionais utilizadas para a produção de inteligência sobre o mesmo, bem como a percepção do SNI sobre a Universidade nos diversos desdobramentos do processo de abertura política e redemocratização do final do período ditatorial.

As pesquisas históricas que utilizam documentos produzidos pelos órgãos de

¹ ORWELL, George. 1984. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 291-292.

vigilância da ditadura ganharam maior atenção do meio acadêmico com a abertura dos arquivos repressivos pela implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei Nº 12.527 de 2012), além do uso difundido das plataformas virtuais. Todavia, muitos documentos ainda permanecem na escuridão dos misteriosos “sumiços” ocorridos entre o final da ditadura e a redemocratização, seja pela queima e destruição de arquivos ou pela negação da existência ou disponibilidade dos mesmos por parte de diversos órgãos públicos. Sabemos que a prática de ocultação de documentos sensíveis da repressão tornou-se bastante frequente, especialmente com o advento da abertura política e do medo desses órgãos em terem reveladas as suas práticas de violações de direitos humanos. No entanto, a localização e “redescoberta” de diversos documentos e acervos comprovam de que maneira muitos deles “sumiram” – inclusive, através de funcionários associados à ditadura que se apossaram deles. Essa foi uma prática um tanto quanto comum; em alguns casos, documentos “ressurgiram” após a morte dos indivíduos que detinham sua posse, como ocorreu com a documentação da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da UFRGS que, mesmo sendo de caráter público, esteve em propriedade do ex-professor da Universidade, Laudelino Teixeira de Medeiros, membro daquela CEIS. A CEIS foi instituída logo após o Golpe de 1964 como uma das medidas da “Operação Limpeza”, coordenando os expurgos de dezenas de professores e alunos da UFRGS. A documentação por ela produzida foi adquirida, mediante compra, pelo Centro de Documentação da Universidade de Caxias do Sul (UCS) em 2000, ano seguinte à morte de Laudelino.²

Caso semelhante ocorreu com Tarso Dutra, ministro da Educação entre 1967 e 1969, falecido em 1983; milhares de documentos de caráter federal foram encontrados em um sítio da sua família na cidade de Eldorado do Sul (RS). Diferentemente do arquivo da CEIS/UFRGS, que envolveu capital privado no seu recolhimento, em 2004 o Ministério Público apreendeu a documentação de Tarso Dutra por solicitação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, sendo o material custodiado posteriormente pelo Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AHRS) – instituição pública de gestão documental.³ Ainda no Rio Grande do Sul, no final de 2012, o coronel da reserva do Exército Julio Miguel Molina Dias, ex-chefe do DOI-CODI⁴ do Rio de Janeiro, foi morto em

² MAGALHÃES, Mário. Reaparecem papéis “perdidos” da ditadura. **Folha de São Paulo online**, 17 jan. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1701201012.htm>. Acesso em: 18 fev. 2021.

³ BARCELLA, Grazielle Araujo. **Terrorismo de Estado**: análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso Dutra. 2014. 74 f. Monografia (Graduação em Arquivologia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

⁴ Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna.

Porto Alegre devido a uma (suposta) tentativa de assalto. Na casa do militar, posteriormente, foram localizados documentos públicos relacionados ao assassinato do ex-deputado Rubens Paiva, em 1971, e ao atentado no Riocentro, em 1981.⁵

Apesar dessas questões, a divulgação e disponibilização de diversos arquivos repressivos nos últimos anos possibilitou a produção de importantes trabalhos a respeito da vigilância dos órgãos de informação sobre determinados grupos de oponentes políticos. Dentre eles, cabe destacar o trabalho de Paulo César Gomes, *Os bispos católicos e a ditadura brasileira*, embasado na documentação da DSI⁶ do Ministério da Justiça.⁷ Já Pâmela de Almeida Resende, a partir do acervo do Deops-SP⁸ e do SNI, analisou a vigilância política sobre os movimentos pela Anistia, avançando sobre as preocupações da ditadura com o processo de abertura política no trabalho que teve por título *Os vigilantes da ordem*.⁹

Os estudos sobre a atuação dos sistemas de inteligência em relação às universidades vêm progredindo lentamente devido à dificuldade de acesso a muitas documentações das instituições de ensino superior no Brasil. O trabalho de Rodrigo Patto Sá Motta, *As universidades e o regime militar*, é uma das produções acadêmicas recentes e de grande relevância sobre a temática.¹⁰ No Rio Grande do Sul, a dissertação de Leonardo Prado Kantorski, *Expurgos de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)*, avançou nos estudos sobre o impacto da política ditatorial sobre os professores universitários.¹¹ Sobre a UFRGS, importantes trabalhos foram produzidos tendo como foco de análise a repressão institucional ocorrida nos anos ditatoriais. Publicado ainda

⁵ STAMPA, Inez; SANTANA, Marco A.; RODRIGUES, Vicente. Direito à memória e arquivos da ditadura: a experiência do Centro de Referência Memórias Reveladas. In: THIESEN, Icléia (Org.) **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014. p. 59.

⁶ As Divisões de Segurança e Informação (DSI) eram estruturas setoriais de informação subordinada ao SNI, responsáveis pela cobertura informacional em cada ministério civil. In: ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Tereza. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012. p. 132.

⁷ GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira: a visão da espionagem**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

⁸ O Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (Deops-SP), criado em 1924, tornou-se um dos departamentos mais temidos da polícia civil em São Paulo devido à força de sua repressão. Seu arquivo possui cerca de 3,5 milhões de documentos, sendo consultado a partir de fichas remissivas divididas em três arquivos: o Arquivo Geral, o Arquivo da Delegacia de Ordem Social e o Arquivo da Delegacia de Ordem Política. In: DEOPS. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>. Acesso em: 27 abr. 2020.

⁹ RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem: a cooperação Deops/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983)**. Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas 2012. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

¹⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**. E-book. São Paulo: Zahar, 2014.

¹¹ KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina de Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977)**. 246 f. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Sociologia e Política – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

durante a ditadura em 1979, como um livro-denúncia, *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS* foi lançado pela Associação de Docentes da UFRGS de forma anônima; em 2008, após sua reedição, consolidou-se como uma das grandes obras que revelaram as arbitrariedades perpetradas pelo Estado ditatorial contra o corpo docente da instituição;¹² simultaneamente, também se constituiu como uma das primeiras formas de reparação recebidas pelos professores expurgados.¹³

Nos últimos anos, novos trabalhos sobre a UFRGS utilizaram-se da História Oral e de documentos da Coleção CEUE (Centro dos Estudantes Universitários de Engenharia) do Museu da UFRGS. Dentre eles, podemos citar a pesquisa de Gabriela de Castro, *Arestas da realidade: uma narrativa possível sobre o movimento estudantil da UFRGS (1964-1985)*,¹⁴ feita com base em depoimentos orais de ex-estudantes; o estudo de Cidara Louguércio Souza, *Um itinerário, muitas memórias: a cópia da carta do prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE*,¹⁵ sobre a crítica de um docente convidado a receber o título de Professor Emérito, em relação ao posicionamento tomado pela UFRGS durante os expurgos de professores ao longo da ditadura; o artigo de Doris Almeida, Valeska de Lima e Thaise da Silva, intitulado *A constituição da Faculdade de Educação/UFRGS em tempos de ditadura militar (1970-1985)*,¹⁶ que trata da memória de professores e suas vivências na FACED/UFRGS durante as décadas de 1970 e 1980; a pesquisa de Janaína Cunha, *A reforma universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972)*,¹⁷ sobre a aplicação, na Universidade, da política educacional para o ensino superior da ditadura; e, já sobre um período posterior, o trabalho de Gabriel Giacomazzi, sobre a primeira eleição para a reitoria da UFRGS, em 1988.¹⁸

¹² AVERBUCK, Lígia; et. al. (Orgs.). **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

¹³ PADRÓS, Enrique Serra. Entre expurgos e dignidade. In: COLETIVO Memória e Luta. **Os expurgos da UFRGS: memória e história**. Porto Alegre: Marcavisual, 2021. p. 85.

¹⁴ CASTRO, Gabriela Mathias. **Arestas da realidade: uma narrativa possível sobre o movimento estudantil da UFRGS (1964-1985)**. 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

¹⁵ SOUZA, Cidara Louguércio. **Um itinerário, muitas memórias: a cópia da carta do prof. Otto Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE**. 2014. 128 f. Trabalho de Conclusão [Graduação em Museologia]. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

¹⁶ ALMEIDA, Doris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de; SILVA, Thaise Mazzei da. A constituição da Faculdade de Educação/UFRGS em tempos de ditadura militar (1970-1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 317-346, jul./dez. 2013.

¹⁷ CUNHA, Janaína Dias. **A reforma universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972): uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira**. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

¹⁸ GIACOMAZZI, Gabriel dos Santos. “**Olha aí o tapetão!...**”: autoritarismo, cultura política e o caso da

Os estudos sobre a Universidade, a partir de documentos repressivos, são um pouco mais restritos; temos, por exemplo, o trabalho de Jaime Mansan, *Os expurgos na UFRGS*,¹⁹ e o de Marcos Cerutti, *Acadêmicos da UFRGS e a Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964*,²⁰ os quais, embasados nas fontes do acervo de Laudelino Teixeira na UCS, exploraram os expurgos de docentes da Universidade. Mesmo assim, ainda há muita documentação sobre a UFRGS que permanece inexplorada. Os arquivos da reitoria e da Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI ou ASI) da UFRGS, órgão de informação que representava um braço do SNI nos campi universitários, por exemplo, permanecem intocados (ou intocáveis?). Após o recolhimento de documentos oriundos do SNI ao Arquivo Nacional, em 2005, foi identificada a existência de 249 AESI espalhadas pelo país, dentre as quais encontrava-se a da UFRGS. Todavia, até o momento de publicação deste texto, a Universidade ainda não se pronunciou sobre a documentação de sua AESI, que permanece no esquecimento institucional, como se o órgão nunca tivesse existido ou pouco tivesse interferido na comunidade universitária.

A UFRGS, institucionalmente, ainda cultiva um hiato de silêncio e aparente apatia sobre o período tão obscuro de sua história durante os anos de ditadura. Diversas universidades organizaram-se em Comissões da Verdade para investigar casos de repressão, procurando explorar seus arquivos e resquícios das suas AESIs em um movimento nacional de mobilização, incentivando pesquisas sobre o impacto do período ditatorial nas instituições, tal como fizeram a Universidade de São Paulo (USP), a Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), a Universidade de Brasília (UnB), a Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), dentre tantas outras; à Universidade Federal do Rio Grande do Sul restou apenas uma promessa, até o momento esquecida.²¹

A notícia de que a UFRGS criaria sua Comissão da Verdade foi anunciada pelo então reitor Carlos Alexandre Netto na Aula Magna de 24 de abril de 2013, ocorrida no Salão de Atos da Universidade:

primeira eleição para reitor da UFRGS (1988). 2019. 87 f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

¹⁹ MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS**: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969). 2009. 323 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

²⁰ CERUTTI, Marcos Fontana. **Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964**. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

²¹ PADRÓS, 2021, p. 86.

A UFRGS terá uma comissão da verdade com participação de todos os segmentos que fazem esta Universidade. A academia não se furta do papel de colaborar com esclarecimentos de uma parte obscura de sua história. Uma forma, também, de homenagear todos aqueles que dedicaram sua vida à luta por um país mais justo e democrático.²²

No evento, o reitor ocupava a mesa junto do seu vice, Rui Vicente Oppermann, do secretário de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Fabiano Pereira, do coordenador da Comissão Estadual da Verdade, Carlos Guazzelli, e do membro da Comissão Nacional da Verdade, Cláudio Fonteles. O compromisso assumido ante a própria CNV foi “esquecido” não só pela reitoria de Carlos Alexandre Netto, que vigorou até 2016, como também pelo seu sucessor e vice-reitor, Rui Oppermann, que ocupou a reitoria da UFRGS entre 2016 e 2020. Por essa razão, é possível afirmar que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, institucionalmente, optou pela confortável posição de não realizar nenhuma Comissão da Verdade, deixando a comunidade acadêmica com uma promessa nunca cumprida. O silêncio pode ser gritante, mas é um grito alto. Mesmo com todas essas omissões institucionais, o Departamento de História da UFRGS e o seu Programa de Pós-Graduação se constituíram como importantes polos de produção de pesquisas acerca da temática ditatorial, com dezenas de orientações de trabalhos sobre a ditadura de 1964 e sobre as mais diversas formas de repressão e resistência advindas dos governos ditatoriais do Brasil e Cone Sul.

São muitos os esforços intelectuais investidos por pesquisadores, pesquisadoras e docentes da UFRGS a fim de manter viva a memória desses anos de luta, repressão e resistência, em consonância com a diretriz ética do “para que não se esqueça e nunca mais aconteça”. Em novembro de 2019, foi inaugurado o monumento referente aos 50 Anos dos Expurgos da UFRGS, construído no pátio da Faculdade de Educação, no Campus Central, em homenagem aos professores, funcionários e alunos que sofreram a repressão ditatorial advinda do Golpe de 1964 na Universidade. Naquela tarde, foi aplaudida com louvor e respeito a memória dos “que lutaram, resistiram e nos legaram solidariedade e esperança”.²³

²² AULA Magna na UFRGS exalta defesa da democracia. **UFRGS Notícias**. 07 mai. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/aula-magna-na-ufrgs-exalta-defesa-da-democracia>. Acesso em: 17 fev. 2021.

²³ Sentença gravada no monumento de homenagem às vítimas dos expurgos da UFRGS, cinquenta anos depois. Iniciativa dos docentes do Coletivo Memória e Luta.

Figura 1 – Monumento 50 Anos dos Expurgos da UFRGS



Fonte: Foto de Flávio Dutras.²⁴

A partir dessas questões, pretende-se explorar nesta dissertação a documentação referente à UFRGS presente nos órgãos de inteligência da ditadura, mais especificamente aquela oriunda do Fundo do Serviço Nacional de Informações, disponibilizada para pesquisa na plataforma virtual do Sistema de Informação do Arquivo Nacional (SIAN). Trata-se, também, de uma forma de recuperar alguns rastros documentais deixados no SNI pela atuação da AESI na Universidade. Nesse sentido, serão discutidas as particularidades da vigilância sobre a UFRGS e sobre a comunidade universitária ao longo da ditadura, considerando a forma e o conteúdo articulados nos documentos de informação do SNI. Entende-se que a compreensão do comportamento do SNI, órgão especialmente criado para finalidades específicas da ditadura, na conjuntura política iniciada pelo Golpe de 1964, é essencial para a percepção das ameaças que preocupavam o regime, especialmente no âmbito universitário. Para isso, é importante analisar de que maneira o serviço de inteligência acompanhou e interpretou o que ocorria naquele espaço, refletindo seus preceitos na sua própria produção de informação sobre a UFRGS.

²⁴ LOPES, Janaína. UFRGS inaugura memorial para lembrar expulsos da universidade durante ditadura militar. **Site G1 RS**, 28 nov. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2019/11/28/ufrgs-inaugura-memorial-para-lembrar-expulsos-da-universidade-durante-ditadura-militar.ghtml>. Acesso em: 17 fev. 2021.

1.1 As universidades e a ditadura de segurança nacional

A universidade detém um papel crucial para qualquer sistema político-econômico, especialmente devido à formação dos quadros técnicos e ideológicos da sociedade contemporânea. De fato, as instituições de ensino são um local de formação e treinamento de mão de obra qualificada, bem como de espaços de debate de ideias e formação de opinião.²⁵ No governo de João Goulart, a população universitária no ensino público atravessou uma expressiva expansão, passando de cerca de 100 mil matrículas nos cursos de graduação em 1961, para 140 mil em 1964. Os estudantes universitários, assim, tornaram-se um grupo social cada vez mais visível e influente, especialmente por estarem concentrados em centros urbanos.²⁶ De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta,

No início dos anos 1960, a UNE [União Nacional dos Estudantes] era instituição influente no debate político, sobretudo no período do governo Goulart, que acolheu algumas de suas reivindicações e atribuiu cargos oficiais a militantes egressos de organizações estudantis. Jovens universitários participaram de várias atividades voltadas para a mobilização popular naquele período, como campanhas de alfabetização, de criação de sindicatos rurais, ou organização da população favelada dos grandes centros.²⁷

Desta forma, o movimento estudantil dos anos 1960 foi marcado por um processo de politização sem precedentes. Paralelamente ao aumento do número de matrículas, a luta estudantil, liderada pela UNE, buscava extrapolar os muros das faculdades aprofundando sua visão crítica do papel da universidade, em cuja missão principal estaria o comprometimento com as necessidades do conjunto da sociedade brasileira.²⁸ Nesse sentido, fervilhavam ideias entre os estudantes que “propunham [...] a socialização dos setores econômicos básicos e a participação dos operários nos órgãos governamentais para solucionar os impasses econômicos do país”.²⁹ Assim, as organizações estudantis conquistaram autonomia, voz ativa e capacidade de mobilização popular, demonstrando sensibilidade e solidariedade junto às reivindicações dos setores populares, absorvendo influências intelectuais e políticas e forjando sua identidade através da articulação de demandas específicas. No entanto, a ditadura de

²⁵ MOTTA, 2014, p. 16,9/1155.

²⁶ Ibid., p. 172,4/1155. Durante a ditadura, a população universitária no país aumentou radicalmente, especialmente devido ao incentivo governamental às instituições de ensino privado, que cresceram como empresas em detrimento do sucateamento do ensino público. Cf.: CUNHA, Luiz Antonio; GOÉS, Moacyr. **O golpe na educação**. Brasil os anos de autoritarismo. Análise, balanço, perspectivas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

²⁷ MOTTA, op. cit., p. 50,6/1155.

²⁸ SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1985**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019. p. 26.

²⁹ Idem.

segurança nacional brasileira, a partir de 1964, visou combater e silenciar atividades de caráter reivindicatório e de questionamento do *statu quo*, dentro do impreciso guarda-chuva da “subversão”, identificando o movimento estudantil como um grande alvo a ser enfrentado e vigiado. Para os setores golpistas, “as universidades haviam se tornado ninhos de proselitismo das propostas revolucionárias e de recrutamento de quadros para as esquerdas”³⁰ – tornando-se um objetivo concreto dos mecanismos repressivos institucionais da posterior ditadura.

Compreendemos por *ditadura de segurança nacional* o regime político que vigorou no Brasil entre 1964 e 1985, embasado na Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Esta, por sua vez, consistiu no projeto político-ideológico – elaborado pelos Estados Unidos no contexto da Guerra Fria – que, junto aos preceitos da Doutrina Francesa, justificou, amparou e instruiu os militares brasileiros na perseguição política de pessoas e grupos associados à esquerda, sob o falso pretexto de proteção da nação contra o “perigo comunista” num estado de exceção e, obviamente, antidemocrático. Sob a perspectiva da lógica da Guerra Fria, toda e qualquer ideologia vinculada ao bloco inimigo (soviético, socialista, comunista) era identificada como perigosa aos interesses dos setores dominantes. Sendo assim, os opositores ao golpe, que criticavam a desigualdade social e as formas do capitalismo vigente, passaram a ser estigmatizados como “inimigos internos” e “representantes do comunismo internacional”, ou seja, ameaças “perigosas” ao desenvolvimento da nação. O Estado de segurança nacional, então, passou a aprimorar dois tipos de estruturas ofensivas: uma rede de informações capaz de detectar a infiltração dos “inimigos” nos diversos setores da sociedade e um aparato repressivo responsável pelo controle, neutralização e eliminação dessa “subversão”.³¹

Desde os primeiros meses do golpe, o movimento estudantil foi um dos alvos prioritários da ditadura de segurança nacional, que impôs uma reestruturação do sistema educacional nas universidades – complementada por uma legislação repressiva e autoritária – buscando a fragmentação e hostilização das manifestações estudantis e seu controle. Dentre os principais marcos repressivos, observamos: 1) a instalação de Comissões Especiais de Investigação Sumária (CEIS), montadas por professores, reitores e militares indicados pelas autoridades responsáveis, para o estabelecimento de inquéritos a fim de investigar atos subversivos de professores, funcionários e estudantes nas instituições de ensino superior (visando afastar alunos e docentes das universidades através de uma “Operação Limpeza”,

³⁰ MOTTA, 2014, p. 47/1155.

³¹ ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 41.

amparada pelo AI-1); 2) a imposição Lei Suplicy, de 1964, que extinguiu as entidades estudantis existentes e criava outras, sob controle do Estado – a partir dela, a UNE foi proibida e os centros acadêmicos foram substituídos por diretórios subordinados às direções das faculdades, como forma de controle;³² 3) o estabelecimento dos acordos MEC-USAID,³³ de 1966, que buscavam a reforma do ensino universitário brasileiro aproximando-o dos moldes estadunidenses, visando sua privatização e um desenvolvimento tecnicista; na prática, previa-se a padronização do ensino, a redução da carga horária de cadeiras da área de ciências humanas, a fragmentação da estrutura do ensino com a imposição de matrículas por disciplina, o desmantelando das redes de relações entre colegas (acabando com a “enturmação”, estratégia para dissolver os agrupamentos e dificultar contatos políticos), além da imposição de valores do sistema no ensino curricular através da obrigatoriedade de disciplinas como Educação Moral e Cívica (EMC), Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB);³⁴ 4) a aplicação do Decreto-Lei Nº 228 de 1967, que estabelecia eleições indiretas para os Diretórios Centrais de Estudantes (DCE) e dissolvia os órgãos de representação estudantil que desobedecessem a proibição de participação política;³⁵ 5) a imposição do Decreto-Lei Nº 477 de 1969 que, amparado pelo AI-5, aplicava a Lei de Segurança Nacional a estudantes, professores e funcionários universitários que se envolvessem com atividades “subversivas”, expulsando-os das instituições e restringindo novo acesso por cinco anos (para professores e funcionários) e três anos (para estudantes) em qualquer estabelecimento de ensino;³⁶ 6) a criação, a partir de 1971, das Assessoriais Especiais de Segurança e Informação (AESI, chamadas de ASI a partir de 1975), órgãos de informações vinculados ao SNI dentro das universidades, responsáveis por fazer chegar determinações e pressões políticas dos escalões superiores à comunidade universitária, além de exercerem a função de vigilância política;³⁷ dentre outros dispositivos repressivos.

³² BRASIL. Lei Nº 4.464, de 09 de novembro de 1964. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 11 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

³³ Ministério da Educação e Cultura (MEC) e United States Information Service (USAID).

³⁴ ALVES, 1985, p. 116.

³⁵ BRASIL. Decreto-Lei Nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/523096/publicacao/15668207>. Acesso em: 01 jun. 2020.

³⁶ BRASIL. Decreto-Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

³⁷ “No caso da UFRGS, cujo reitor [Eduardo Zaccaro Faraco] vinha se destacando na repressão política, o militar que assumiria a chefia da AESI (coronel Natalício da Cruz Corrêa) começou a trabalhar na reitoria ainda em 1968, segundo depoimento dele mesmo, na condição de ‘quebra-galho’. Depois de 1971, ele assumiu formalmente a função de chefe da AESI, cargo que ocupou até 1979”. *In*: MOTTA, 2014, p. 205.

Embora tal legislação tivesse um caráter punitivista e de imposição do medo a fim de inibir a atuação política, o movimento estudantil não deixou de ser atuante em meio à sociedade e de questionar a ordem vigente, mesmo sob um manto de ilegalidade. Quando a ditadura começou a dar sinais de esgotamento durante o longo processo de redemocratização, observamos que a vigilância sobre a Universidade ainda persistia: episódios como a tomada feminina da Casa do Estudante da UFRGS, a luta contra a privatização da universidade pública e a campanha pela readmissão dos professores expurgados, por exemplo, estão registrados nos documentos como alerta às autoridades quanto ao perigo subversivo que ainda rondava os espaços acadêmicos. Sobre estes registros, também, trata este trabalho.

A partir de 1979, a ditadura apresentou uma nova configuração política, diferente dos seus primeiros anos de institucionalização ou dos reconhecidos “anos de chumbo” (1969-1974). A crise do “milagre econômico” fez com que muitos grupos que antes deram sustentação ao Golpe civil-militar passassem a disputar mais espaços de poder e exigir maior participação política, especialmente certos setores da classe média.³⁸ Após 1979, a liberdade de imprensa foi recuperada, os Atos Institucionais (como o AI-5, que recrudescera a repressão) foram revogados, os dispositivos jurídicos como o *habeas corpus* foram restituídos e os processos eleitorais começaram a ser restituídos.³⁹ Ainda assim, independente de certos sinais evidentes de abertura política (como no caso da reestruturação sindical, das denúncias da localização de corpos de desaparecidos políticos⁴⁰ e do regresso dos exilados), setores militares contrários à distensão política ainda se manifestavam por meio de atentados terroristas (a bancas de jornal e livrarias, além das emblemáticas explosões na sede da OAB, em 1980, e no Riocentro, em 1981).⁴¹ Desta forma, o período pós-1979, marcado por avanços e recuos, foi cenário para que o processo de abertura continuasse ocorrendo de forma muito gradual e tutelado pelos militares, que enquanto discursavam em torno da suposta redemocratização do país, zelavam pela manutenção do seu aparato repressivo.

³⁸ PADRÓS, Enrique Serra; GASPAROTTO, Alessandra. Gente de menos – nos caminhos e descaminhos da abertura no Brasil (1974-1985). In: PADRÓS, Enrique Serra; et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Vol. 4: O fim da ditadura e o processo de redemocratização. 2ª ed. rev. ampl. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 36.

³⁹ QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012. p. 39.

⁴⁰ Em 28 de agosto de 1979, dia da votação da Lei de Anistia no Congresso Nacional, Suzana Keniger Lisbôa localizou os restos mortais de seu marido Luiz Eurico Tejera Lisbôa, morto em 1972, enterrado com nome falso em uma vala comum no Cemitério de Perus, em São Paulo, realizando então uma denúncia pública contra o Estado brasileiro. A partir de então, os familiares de mortos e desaparecidos políticos travaram uma luta incansável pela busca de seus entes queridos em cemitérios clandestinos, arquivos e outras diversas repartições públicas. A descoberta do corpo de Luiz Eurico tornou-se um marco na luta contra a ditadura, denunciando as práticas de tortura, assassinatos e desaparecimentos pelo Estado. In: PADRÓS; GASPAROTTO, op. cit., p. 41.

⁴¹ *Ibid.*, p. 37.

Esse período de mudanças sociais e políticas é foco de diversas obras de interpretação do processo. Para alguns historiadores, como Daniel Aarão Reis, os anos compreendidos entre 1979 e 1985 são considerados apenas como um “período de transição”; o autor não os considera como parte da cronologia da ditadura, nem como anos de democracia.⁴² Outros autores, no entanto, afirmam que a ausência de uma verdadeira ruptura com a ditadura conferiu à transição política um sentido de continuidade que não terminou em 1985, arrastando impunidades do passado para o presente, como argumentam os estudos de Janaína Teles,⁴³ Edson Teles e Vladimir Safatle,⁴⁴ Marcelo Torelly,⁴⁵ Carlos Fico,⁴⁶ Renato Lemos,⁴⁷ dentre tantos outros. O presente trabalho, em termos gerais, compreende o processo de abertura política como parte integrante da ditadura de segurança nacional, cujas particularidades da conjuntura apontam para a retomada das lutas democráticas ainda sob um Estado antidemocrático.

Há certo consenso historiográfico quanto à cronologia da ditadura brasileira; assim, esta é compreendida entre 1964, ano do golpe de Estado, e 1985, quando o Colégio Eleitoral elegeu o deputado Tancredo Neves como presidente da República. Apesar de considerar que o efetivo renascimento e consolidação da democracia no Brasil ocorreram somente após 1988, com a promulgação da nova Constituição e com as eleições diretas de 1989, a presente pesquisa não avançará na análise dos documentos após 1985 em razão das intensas mobilizações sociais e políticas que marcaram o processo da Constituinte e das primeiras eleições para a reitoria da UFRGS em 1988, movimentos de efervescência que foram objetos de centenas de documentos da inteligência nos resultados da busca documental proposta.

1.2 A Lei de Acesso à Informação e a Comissão Nacional da Verdade

A promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, definiu o início de uma nova fase democrática no país. Os anos que a antecederam foram marcados por

⁴² REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014. p. 17 e 125.

⁴³ SANTOS, Cecília M.; TELES, Edson; TELES, Janaína de A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**. Memória e justiça no Brasil. Volume 1 e 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

⁴⁴ TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

⁴⁵ TORELLY, Marcelo D. **Justiça de transição e estado constitucional de direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro**. Belo Horizonte: Forum, 2012.

⁴⁶ FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012. p. 52.

⁴⁷ LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

uma ditadura de segurança nacional responsável por diversas violações de direitos humanos e crimes de lesa-humanidade, deixando atrás de si um rastro de torturas e desaparecimentos de opositores, selados com impunidade pela Lei de Anistia de 1979. A Carta Magna de 1988 garante, no seu Art. 5º, inciso XXXIII, que

[...] todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado.⁴⁸

Ao longo das últimas décadas, a legislação brasileira foi marcada por diversos e graduais avanços quanto à abertura dos arquivos públicos até que houvesse a regulamentação de uma lei de acesso à informação no país. É o exemplo da Lei Nº 8.159 de 1991, conhecida como a Lei de Arquivos, que previa o direito de informações de órgãos públicos ao mesmo tempo em que restringia o acesso a documentos considerados “imprescindíveis” à segurança nacional e documentos sensíveis, ou seja, aqueles que violariam a intimidade, vida privada, imagem e honra de pessoas caso viessem a público (como por exemplo, os documentos que comprovavam a violação de direitos humanos em instituições policiais ou das Forças Armadas).⁴⁹ Poucos anos depois, em 12 de novembro de 1997, a Lei Nº 9.507 regulamentou o direito de acesso a informações através do rito processual do *habeas data*, o que permitiu às pessoas conhecerem as informações constantes a seu respeito nos bancos de dados de órgãos e entidades públicas.⁵⁰

Além disso, cabe destacar a pressão internacional da Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) no sentido do estabelecimento da verdade histórica, influenciando diretamente para a sanção da Lei de Acesso à Informação. A solicitação de intervenção da CIDH ocorreu por iniciativa dos familiares de mortos e desaparecidos políticos que, ante o descaso dos diversos governos brasileiros do pós-ditadura, tiveram sua demanda protocolada em agosto de 1995. Em decorrência disso, em 24 de novembro de 2010, o Brasil foi condenado na CIDH, no caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”), pela prática de graves violações de direitos humanos durante a ditadura. Foi determinada, então, a responsabilidade do Estado

⁴⁸ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2020.

⁴⁹ “Um documento ‘sensível’ é muito mais do que um documento secreto, porque o segredo [...] dispõe de fundamento e regulação jurídica. [...] O documento secreto pode, em suma, encontrar justificção, concordemos com ela ou não. Mas o documento ‘sensível’ sinaliza um precedente ato ilícito de agentes públicos que nele se declara ou se disfarça”. In: BATISTA, Nilo. Prefácio. In: THIESEN, 2014, p. 8.

⁵⁰ BRASIL. Lei Nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19507.htm. Acesso em: 13 ago. 2021.

brasileiro por crimes de lesa humanidade (tortura e desaparecimento forçado de opositores políticos) bem como sua obrigação no sentido de realizar todos os esforços a fim de determinar o paradeiro das vítimas desaparecidas, identificação das mesmas e entrega dos seus restos mortais às famílias.⁵¹

Devido à vigência da Lei de Anistia de 1979, que impede o julgamento e punição dos responsáveis diretos por essas violações, a CIDH considerou “o estabelecimento de uma comissão da verdade como um mecanismo importante para o cumprimento da obrigação do Estado de garantir o direito de conhecer a verdade”, cobrando do Estado brasileiro um posicionamento no sentido de construir e preservar a memória histórica da sociedade especialmente em relação ao período ditatorial.⁵²

A promulgação da Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que regulamentou a Lei de Acesso à Informação (LAI) no Brasil,⁵³ nesse sentido, surgiu como suporte à demanda por verdade e justiça na condenação do Brasil pela Corte Interamericana de Direitos Humanos. O reconhecimento constitucional do direito de acesso à informação pública foi oficializado pela LAI como resultado de anos de mobilização das organizações de direitos humanos, como a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, bem como de diversos pesquisadores, historiadores, arquivistas e militantes, na luta pela abertura dos arquivos repressivos da ditadura e pela reafirmação da democracia através da garantia de transparência do Estado para com os cidadãos.

De maneira simultânea à promulgação da LAI, foi criada a Comissão Nacional da Verdade (CNV), através da Lei Nº 12.528, com o objetivo de apurar e esclarecer as graves violações de direitos humanos que ocorreram entre 1946 e 1988, especialmente no período da ditadura civil-militar, entre 1964 e 1985, também em resposta à CIDH. Conforme Enrique Padrós, o ato de instalação da CNV e a posse dos seus integrantes, dirigido pela então presidenta Dilma Rousseff, “contou com a presença de todos os ex-presidentes da República, transmitindo o que pareceu ser uma mensagem de consenso ao redor de uma política de Estado, e não de governo [...]”.⁵⁴

Pela instituição da CNV e da LAI, em 2012, a expectativa de rompimento do

⁵¹ BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014(a). p. 29.

⁵² Ibid., p. 30.

⁵³ BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 13 ago. 2021.

⁵⁴ PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira e o tempo presente: a história entre a tragédia e a farsa. In: REIS, Tiago Siqueira; et. al. (Orgs.) **Coleção história do tempo presente**. Volume 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020. p. 72.

esquecimento induzido, gerado pelos desdobramentos da Lei de Anistia, encontrou o cenário ideal de sua difusão.

Foi determinante, para os trabalhos da CNV, que o processo legislativo que produziu a Lei nº 12.528/2011 tenha se dado simultaneamente àquele que conduziu à aprovação da Lei nº 12.527/2011, de Acesso à Informação (LAI). A edição de uma lei de acesso à informação de interesse público garantiu maior transparência à administração pública, restringindo a possibilidade da classificação de informações o que beneficiou o trabalho da CNV.⁵⁵

Segundo o Relatório final da CNV, a vigência da Lei de Acesso à Informação de 2012 tem relação direta com a efetivação do direito à memória e à verdade histórica, mesmo após o encerramento dos trabalhos da Comissão, pois garante o acesso irrestrito a informações e documentos que contribuem no esclarecimento sobre as violações de direitos humanos cometidas pela ditadura de 1964. Segundo Isabela Silva e Lucia Oliveira, a LAI surgiu no Brasil em um contexto político no qual o Estado tinha um interesse em tornar a administração pública mais transparente, garantindo o direito de acesso à informação que fora negado durante muito tempo pelos órgãos estatais.⁵⁶

Apesar da vigência da LAI ser fundamental para o acesso à informação pela sociedade, sua mera existência não é suficiente para que isso seja de fato garantido. Conjuntos documentais como os do Centro de Inteligência do Exército (CIE), do Centro de Informações da Marinha (Cenimar) e do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa) permanecem “desaparecidos”. Conforme Inez Stampa, Marco Santana e Vicente Rodrigues, o Arquivo Nacional não detém “competência, como é natural, para promover buscas e apreensões de documentos em instalações militares – ou em casas de militares da reserva, locais apontados frequentemente por vítimas da ditadura como de provável ocultação de documentos desaparecidos”.⁵⁷ Contudo, a LAI representou um grande passo para a democratização do acesso à informação pública, o que já vinha ocorrendo, parcialmente, há alguns anos. Em 2005, em cumprimento ao Decreto Nº 5.584, os fundos documentais dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), da Comissão Geral de Investigações (CGI) e do Serviço Nacional de Informações (SNI), extinto em 1990, que estavam sob custódia da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), criada em 1999, foram recolhidos ao Arquivo Nacional (AN) em um

⁵⁵ BRASIL, 2014(a), p. 22.

⁵⁶ SILVA, Isabela C.; OLIVEIRA, Lucia Maria V. Arquivística e resgate da história da ditadura. *In*: RANGEL; Thayron R.; FERREIRA, Ramon M. (Orgs.). **Memórias da ditadura: a arquivologia e o direito ao acesso**. São Paulo: ARQ-SP, 2019. p. 28.

⁵⁷ STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014, p. 58-59.

momento histórico de luta pela memória e verdade no Brasil.⁵⁸ Posteriormente, entre 2007 e 2009, foram também encaminhados ao AN os documentos das Assessorias de Segurança e Informações (ASIs) e das Divisões de Segurança e Informações (DSIs), tentáculos do SNI responsáveis pela vigilância nas repartições federais e nos ministérios civis, respectivamente. Segundo Mirian Lopes Cardia (2016),

[...] a identificação e conseqüente recolhimento [da documentação] destes órgãos foi resultado de pesquisa realizada pela equipe do Arquivo Nacional em Brasília, que efetuou levantamento na base de dados do SNI (recolhida com a documentação) e identificou 249 órgãos setoriais de informação.⁵⁹

A adoção de políticas de memória, como a gestão da documentação produzida pelos órgãos repressivos da ditadura, é absolutamente essencial para enfrentarmos, enquanto sociedade, o passado de violações sistemáticas de direitos humanos, e, para além da compreensão do que ocorreu, o entendimento do seu legado no presente e o que isso implica na construção de um futuro diferente.⁶⁰ Nesse sentido, a criação do Centro de Referência das Lutas Políticas no Brasil (1964-1985) em 2009, denominado de “Projeto Memórias Reveladas”, gestado pelo Arquivo Nacional, é um marco para a História, para a Arquivologia e para o direito à verdade sobre a ditadura de segurança nacional no Brasil. Com trabalhos que envolveram “o resgate de testemunhos, a partir da história oral e dos registros audiovisuais, permitiu elucidar enigmas, descobrir memórias, descortinar traumas, apresentar rostos, olhares, sensibilidades e vozes de vítimas, de resistentes, de testemunhas, de sobreviventes, etc.”.⁶¹ Além disso, o trabalho desenvolvido pelo Projeto Memórias Reveladas foi crucial para a democratização da informação pública, pois resultou na articulação de uma rede de diversas instituições que guardavam acervos do período ditatorial com o objetivo de organizar um banco de dados comunitário online.

A criação do Centro suscitou, pela primeira vez, acordos de cooperação firmados entre a União, Estados e o Distrito Federal para a integração, em rede, de arquivos e instituições públicas e privadas em comunicação permanente. Até o momento, em 13 Estados e no Distrito Federal foram identificados acervos organizados em seus respectivos arquivos públicos. Digitalizados, passam a integrar a rede nacional de informações do Portal “Memórias Reveladas”, sob administração do Arquivo

⁵⁸ BRASIL. Decreto Nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

⁵⁹ CARDIA, Mirian Lopes. Acervos sobre o Regime Militar (1964-1985). **Arquivo Nacional**, Brasília, DF, 04 out. 2016. Disponível em: http://www.arquivonacional.gov.br/br/?option=com_content&view=article&id=161. Acesso em: 23 abr. 2020.

⁶⁰ STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014, p. 43.

⁶¹ PADRÓS, 2020, p. 70.

Nacional.⁶²

O Projeto Memórias Reveladas, desta forma, “promove a articulação em rede de diversas entidades custodiadoras de acervos do período ditatorial”⁶³ através do Arquivo Nacional. De maneira conjunta, o Projeto Memórias Reveladas, a CNV e a LAI formaram a tríade que promoveu o direito à memória e à verdade acerca da história da ditadura de segurança nacional no Brasil nos últimos anos.⁶⁴ Através da difusão de fontes documentais, da averiguação de graves violações de direitos humanos e do acesso livre à informação pública como regra,⁶⁵ a tríade impulsionou historiadores e pesquisadores a reverem e aprofundarem diversos temas acerca desse período no país.

Nesse sentido, ressalta-se a importância que as iniciativas e os trabalhos realizados no âmbito do Arquivo Nacional tiveram para a efetiva democratização do acesso aos arquivos repressivos da ditadura no país. De forma geral, a instituição é responsável pela guarda e gestão de grande parte das fontes históricas referentes ao período da ditadura. Um exemplo disso é o Fundo do Serviço Nacional de Informações (SNI), um dos arquivos repressivos geridos pelo Arquivo Nacional, que constitui o maior fundo documental federal produzido pela ditadura brasileira, contendo ao todo um volume de 3.499.974 páginas de documentos,⁶⁶ e integrando um dos acervos reconhecidos como patrimônio da humanidade pelo Comitê Consultivo Internacional do Programa Memória do Mundo (*MoW – Memory of the World*) em 2011.⁶⁷ No entanto, antes de aprofundar o debate sobre a noção de *arquivos repressivos*, cabe aqui apresentar alguns elementos essenciais da lógica dos arquivos.

1.3 Os arquivos e a pesquisa histórica

Segundo o *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*, o termo “arquivo” remete a quatro significados distintos: 1) instituição responsável pela custódia de documentos; 2) conjunto de documentos; 3) instalações onde funcionam os arquivos; e 4) o móvel

⁶² INSTITUCIONAL. **Memórias Reveladas**, Brasília, 13 mai. 2009. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 27 abr. 2020.

⁶³ STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014, p. 55.

⁶⁴ É importante ressaltar que, após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, o país tem experimentado um forte retrocesso diante do desmonte promovido pelo governo federal, especialmente no que tange ao passado ditatorial do país, reivindicado pelo governo Bolsonaro, e aos cortes de investimentos nos campos de educação e pesquisa, configurando um forte abandono das iniciativas por memória, verdade e justiça que caracterizaram as administrações do Partido dos Trabalhadores (PT).

⁶⁵ STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, op. cit., p. 45.

⁶⁶ RODRIGUES, Vicente A. C. **Documentos (in)visíveis**. Arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017. p. 177.

⁶⁷ STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, op. cit., p. 57.

destinado à guarda de documentos.⁶⁸ Para a análise deste trabalho, as duas primeiras terminologias são de fundamental compreensão. De acordo com Heloísa Belloto, a principal função dos arquivos (enquanto *instituição*) consiste no recolhimento e tratamento dos documentos “após o cumprimento das razões pelas quais foram gerados”. Por outro lado, os arquivos (enquanto *conjuntos de documentos*) são definidos a partir dos “documentos produzidos ou recebidos por cada uma das unidades governamentais durante o exercício de suas funções, e que vão sendo guardados orgânica e cumulativamente à medida que se cumprem as finalidades para as quais foram criados”.⁶⁹

O ciclo vital dos documentos é assentado na teoria das três idades, que categoriza os mesmos de acordo com a mudança de sua função e uso ao longo do tempo: 1) a primeira idade é aquela referente aos *arquivos correntes*, ou seja, quando os documentos são utilizados conforme as razões pelas quais eles foram criados; 2) posteriormente, encerrado o prazo de validade ou utilização dos documentos, adquirem o caráter de *arquivos intermediários*, quando passam por critérios avaliativos e justificativas que determinarão se os mesmos serão eliminados ou preservados definitivamente; 3) quando os documentos têm reconhecido o seu valor histórico, são classificados como *arquivos permanentes*, sendo então recolhidos a instituições para sua preservação definitiva.⁷⁰

Desta forma, para Belloto, os documentos são detentores de dois tipos de valores em diferentes momentos. Em um primeiro momento, destaca-se o *valor primário*, marcado pela função que o documento exerce quando da sua criação, ou seja, o uso dado pela repartição que o gerou enquanto um arquivo corrente (em outras palavras, consiste na “vida útil” do documento). Nesta pesquisa, o valor primário dos documentos que foram produzidos pelo SNI se concretizou, de fato, por meio da difusão de inteligência no interior da comunidade de informações e dos órgãos repressivos do Estado ditatorial. Nessa etapa, o documento cumpriu a função pela qual foi redigido. Posteriormente, após perder a sua “vida útil”, ou seja, quando já não cumpria mais o objetivo de sua criação (após a devida avaliação enquanto arquivo intermediário), adquiriu o *valor secundário*, sendo recolhido (no caso das informações estatais) a instituições do governo e cedido para consultas ao público em geral. Nesta fase, como arquivo permanente, o documento adquire um caráter informativo e histórico. De acordo Catela (2002), quando um documento perde o uso pelo qual foi concebido, passa a

⁶⁸ ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p. 27.

⁶⁹ BELLOTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 23.

⁷⁰ *Ibid.*, p. 24.

tornar-se um objeto de estudo, evocando os fatos de um passado como fonte histórica.⁷¹ Nesta pesquisa, o valor secundário do acervo do SNI se seguiu ao seu recolhimento ao Arquivo Nacional, em 2005, quando passou a ser disponibilizado para acesso à pesquisa como documentação histórica.⁷² Apesar do valor secundário ser o predominante para os historiadores, ambas as etapas são de interesse da História: tanto a função pela qual o documento foi produzido quanto o valor informacional que ele apresenta (após ter cumprido sua função primária) são fontes para a compreensão, reconstituição e crítica do passado histórico.

De acordo com Paul Ricœur, há três momentos de constituição do arquivo. No primeiro, há a iniciativa de uma pessoa física ou jurídica em preservar os rastros de sua própria atividade, que “inaugura o ato de fazer história”.⁷³ A partir de então, acontece a organização do fundo, com medidas de preservação e operações lógicas de classificação. Ambos os momentos estão a serviço do terceiro, que consiste na “consulta do fundo dentro dos limites das regras que lhe autorizam o acesso”.⁷⁴

Na Arquivologia, o respeito ao fundo é o maior e mais importante princípio de organização dos acervos, baseado no princípio de proveniência. De acordo com Carol Couture e Jean-Yves Rousseau, *fundo* é a principal unidade da arquivística, definida como o “conjunto de documentos de qualquer natureza reunidos automática e organicamente, criados e/ou acumulados e utilizados por uma pessoa física ou moral ou por uma família no exercício das suas atividades ou das suas funções”.⁷⁵ O documento de arquivo, enquanto unidade informacional, só tem sentido se estiver relacionado ao meio que o produziu, ou seja, ligado ao seu fundo, podendo o seu conjunto retratar a infraestrutura e funções do órgão que o gerou.⁷⁶

O fator norteador da constituição do fundo é o princípio da proveniência: a origem do documento em um dado órgão gerador e o que ele representa, no momento de sua criação, como instrumento que possibilitará a consecução de uma atividade dentro de uma função, que cabe ao referido órgão gerador no contexto administrativo no qual atua, ou que provará o cumprimento dessa atividade.⁷⁷

⁷¹ CATELA, Ludmila da Silva. El mundo de los archivos. In: CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión: documentos, memoria y verdad**. Madrid; Buenos Aires: Siglo Veintiuno de España Editores; Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002. p. 206.

⁷² BELOTTO, 2004, p. 26.

⁷³ RICEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 8ª reimp. Campinas: Editora Unicamp, 2020.

⁷⁴ Ibid., p. 178.

⁷⁵ COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998. p. 91.

⁷⁶ BELLOTO, op. cit., p. 28.

⁷⁷ Ibid., p. 28.

Os documentos devem ser analisados compreendendo que a informação contida nos produtos de inteligência do SNI, por exemplo, não pode ser pensada fora de seu contexto histórico ou fora de seu órgão produtor. A informação, nesse sentido,

[...] é essencialmente relacional e, portanto, organizativa e organizadora. Sua mensagem ou sentido dependem da relação entre emissor e receptor. É essa relação, a intenção do emissor e a compreensão do observador que podem atribuir significado, qualidade, valor ou alcance à informação. Ela se define socialmente, no desejo de saber de uns; no interesse de outros em reforçar imagens, sentidos, mensagens, conhecimentos; no desvendamento daquilo que se ocultou; na resposta às questões que se elaboram quando da tomada de decisões.⁷⁸

Os arquivos, enquanto instituição e conjuntos documentais, “constituem ricas fontes de informações para que a sociedade possa compreender certos acontecimentos sociais, políticos, econômicos, etc. em função dos dados que ali estão descritos”.⁷⁹ Enquanto fontes históricas, os documentos de arquivos constituem rastros escritos, sobreviventes do tempo como “testemunhos do passado”.⁸⁰ Para Ricœur, “o conceito de documento [é a] soma dos indícios e dos testemunhos, cuja amplitude final alcança a amplitude inicial do rastro”.⁸¹ Documento também pode ser entendido como “tudo o que pode ser interrogado por um historiador com a ideia de nele encontrar uma informação sobre o passado”.⁸²

Na coleção *Tempo e narrativa*, Ricœur argumenta que justamente o que torna, de fato, qualquer traço deixado pelo passado em um documento, é a capacidade do historiador de interrogar seus vestígios, questionando-os.⁸³ Através da articulação entre rastro, documento e pergunta, é possível identificar o tripé sobre o qual é erigida a pesquisa e o conhecimento históricos.⁸⁴

A fim de compreender os rastros documentais⁸⁵ deixados pelos produtos de informação, contidos no Fundo analisado, deve-se entender também o funcionamento de seu órgão produtor, ou seja, o serviço de inteligência brasileiro enquanto organismo estatal. Idealizado pelo general Golbery do Couto e Silva e criado em 13 de junho de 1964 pela Lei n° 4.341, o SNI foi fundado nos moldes da Agência Central de Inteligência (CIA) estadunidense,

⁷⁸ ALMINO, 1986, p. 35-36 *apud* SOUZA, Rosale de Mattos. Controle e vigilância na ditadura civil-militar nos anos 1970 e 1980: os arquivos e documentos no Sistema Nacional de Informações – SISNI. In: RANGEL; FERREIRA, 2019, p. 64.

⁷⁹ LOPES, Janaína Vedoin; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arquivos da repressão e a Lei de Acesso à Informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. **Revista Aedos**, n. 13, v. 5, p. 6-23, ago./dez. 2013. p. 10.

⁸⁰ RICŒUR, 2020, p. 180.

⁸¹ *Ibid.*, p. 186.

⁸² *Ibid.*, p. 189.

⁸³ RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol. 3: o tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010. p. 200.

⁸⁴ RICŒUR, *op. cit.*, p. 188-189.

⁸⁵ *Ibid.*, p. 177.

com o intuito de substituir o então existente Serviço Federal de Informação e Contra-Inteligência (SFICI), criado em 1946. Tal substituição acarretou a implantação de um novo Serviço de Informações que, em conformidade com a Doutrina de Segurança Nacional, tornou-se o braço direito do Estado para a consolidação dos interesses do novo governo ditatorial.⁸⁶ Sua estrutura integrava os sistemas de informações do Exército (CIE), da Marinha (CENIMAR) e da Aeronáutica (CISA), integrando uma série de órgãos de informações presentes em ministérios civis e militares, delegacias e comissões de investigação. Por meio de doze Agências Regionais espalhadas pelo Brasil e uma Agência Central em Brasília, o SNI era o órgão responsável por centralizar o aparato informacional do país, coordenando a troca de informações na emaranhada malha de espionagem e inteligência do Sistema Nacional de Informações (SISNI). Era sua incumbência superintender e coordenar as atividades de informação e contrainformação em todo o território nacional, sendo vinculado diretamente ao Executivo – rendendo ao seu chefe o estatuto de ministro, tamanho era seu poder na dinâmica da política nacional. Dessa forma, a criação do SNI acarretou a centralização de todos os órgãos produtores de informação e a coordenação de suas disseminações.

Um detalhe, no entanto, deve ser pontuado: apesar do serviço secreto da ditadura brasileira muitas vezes não ser considerado um organismo responsável efetivamente pela prisão, tortura, assassinato ou desaparecimento de opositores políticos, sua natureza operacional consistia no fornecimento das ferramentas informacionais fundamentais para a concretização das ações repressivas, exercidas principalmente pelas polícias e demais órgãos de segurança. Além disso, há diversos episódios de participação de agentes dos órgãos de informações das Forças Armadas em casos de repressão política como tortura, assassinato e desaparecimento forçado, que serão aprofundados no próximo capítulo. Assim sendo, os serviços de informação serão considerados aqui, de fato, como parte orgânica da estrutura repressiva da ditadura.

Os conjuntos de documentos produzidos pelas forças de segurança (serviços de inteligência, polícias e Forças Armadas), durante as ações repressivas perpetradas pela ditadura, são denominados de *arquivos repressivos*, ou *arquivos da repressão*.⁸⁷ Para Ludmila

⁸⁶ ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. p. 54.

⁸⁷ São considerados arquivos da repressão, também, “os objetos roubados das vítimas ou expropriados de organizações que foram alvo da violência estatal, como documentos, livros, fotos, objetos, atas de reunião, fichários de associados, panfletos e outros materiais”. *In*: PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009. p. 40; CATELA, 2002, p. 198.

Catela, a abertura de arquivos ao público, especialmente os arquivos de natureza repressiva, como o do SNI, influi diretamente no processo de consolidação democrática, revelando informações vitais para a luta contra o esquecimento, democratizando o acesso aos mesmos e conservando-os para as novas gerações.⁸⁸ Apesar disso, a análise da documentação produzida por organismos relacionados ao Estado repressor implica em uma série de cuidados metodológicos para evitar as armadilhas geradas durante a sua própria elaboração. Muitos documentos oriundos de órgãos repressivos contêm informações obtidas sob tortura, ou mesmo de teor falso, redigidas como produtos de uma racionalidade burocrática que se pretende eficiente, ágil e de resultados concretos, sobre os quais é necessário cuidado quanto ao conteúdo desses fundos documentais, extraindo deles o que é de relevância concreta e, sobretudo, do funcionamento e da utilização que o sistema e seus agentes faziam dos mesmos.⁸⁹

Para Ludmila Catela, há quatro características essenciais inerentes à documentação que compõem os denominados arquivos repressivos: 1) são documentos que funcionam como chaves para a memória, permitindo a reconstrução de fragmentos de vidas de diversas identidades quebradas pela imposição da repressão política; 2) servem como provas para assinalar a responsabilidade de agentes repressores do Estado; 3) são fontes para a investigação histórica sobre o passado; e 4) são fontes documentais que geram ações pedagógicas a respeito da intolerância, tortura, repressão e democracia.⁹⁰

Nos últimos anos, os arquivos da repressão tornaram-se um “eixo norteador da reconstrução dos direitos humanos e em especial pelo acesso à informação, de forma irrestrita, levando-se em conta o contexto da produção, tramitação e armazenamento destes acervos pelos órgãos do Estado”.⁹¹ Janaína Lopes e Glaucia Konrad afirmam que essas documentações passaram a ser vistas como “arquivos vivos”, sendo também alvos de disputa: se por um lado os agentes do estado que estiveram envolvidos com a repressão têm interesse em sua destruição, seja por uma política de esquecimento ou como uma forma de “interdição do passado”, por outro lado, as vítimas e as famílias dos desaparecidos e mortos políticos exigem que as informações presentes nesses arquivos sejam trazidas à tona, como uma forma de fortalecimento da democracia através de ações pela memória, verdade e justiça.⁹²

Nos arquivos repressivos, especialmente os do segmento da inteligência, o intercâmbio

⁸⁸ CATELA, 2002, p. 213.

⁸⁹ Ibid., p. 212.

⁹⁰ Ibid., p. 213-214.

⁹¹ LOPES; KONRAD, 2013, p. 12.

⁹² Idem.

de documentos dentro da comunidade de informações reflete uma das grandes singularidades dos acervos da polícia e dos serviços de informações: a multiplicidade de tipos documentais e órgãos produtores.⁹³ Os estados ditatoriais atuaram com cadeias de comando e com uma organização burocrático-militar a partir de instituições policiais e de inteligência cujas práticas implicaram na produção de registros, redação de informes, organizações de prontuários, etc.⁹⁴ De acordo com Mariana Joffily, diante desse tipo de acervo, a seleção dos documentos elaborados e recebidos pelo órgão de estudo facilita a reconstituição da lógica de produção dos registros em meio à quantidade existente dos mesmos. Outras informações, como origem de produção, destinação, presença de carimbos, assinaturas ou outros registros, também são elementos que devem ser levados em conta durante a análise.⁹⁵

1.4 O Fundo do SNI no SIAN

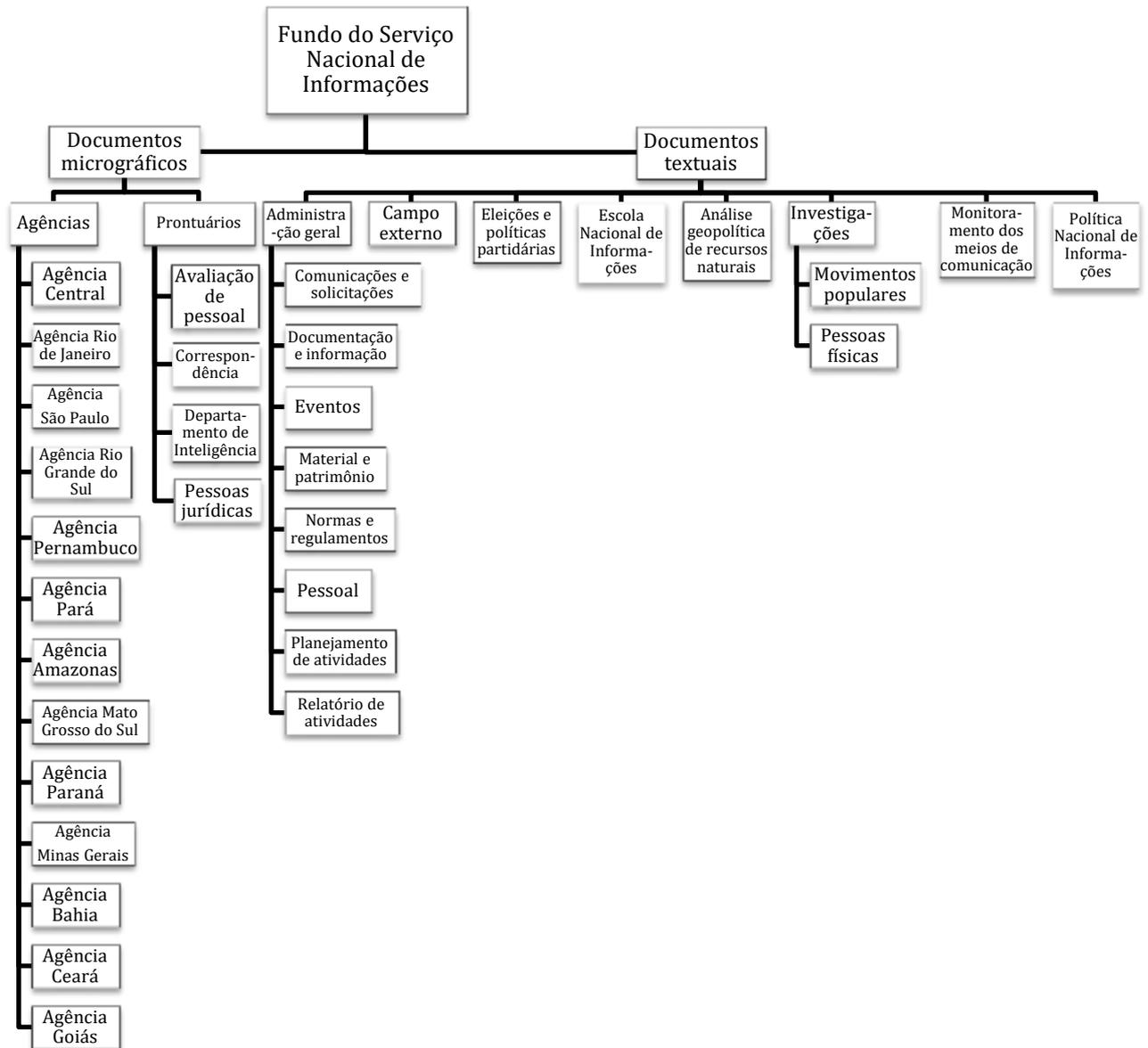
Através da plataforma do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), o Fundo do SNI encontra-se disponível virtualmente, dividido em duas grandes seções. A primeira, *Documentos micrográficos*, é subdividida em *Agências* e *Prontuários*. Em *Agências*, preservou-se o esquema representando a estrutura organizacional original do órgão, subdividindo os documentos de acordo com a sua Agência Regional de origem. Na segunda, *Documentos textuais*, as subdivisões seguem como no organograma a seguir (Figura 2):

⁹³ CATELA, 2002, p. 209.

⁹⁴ JELIN, Elizabeth. Introducción. Gestión política, gestión administrativa y gestión histórica: ocultamientos y descubrimientos de los archivos de la represión. *In*: CATELA; JELIN, 2002, p. 3.

⁹⁵ JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. *Revista Dimensões*, v. 32, 2014, p. 2-28. p. 5.

Figura 2 – Organograma do Fundo do Serviço Nacional de Informações no SIAN



Fonte: Elaborado pela autora.⁹⁶

As Agências Regionais⁹⁷ do SNI funcionavam como representantes do Serviço nos diversos estados brasileiros, coordenadas pela Agência Central (AC) em Brasília. No entanto,

⁹⁶ Conforme Pesquisa Multinível. Plataforma do SIAN. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/Pesquisa_Multinivel_Painel_Resultado.asp?v_CodReferencia_id=1008542&v_aba=0. Acesso em: 23 abr. 2020.

⁹⁷ Em ordem decrescente de número de registros, consta: 1) Agência Central, com 67.359 registros; 2) Agência São Paulo, com 18.933 registros; 3) Agência Rio Grande do Sul, com 16.637 registros; 4) Agência Rio de Janeiro, com 16.571 registros; 5) Agência Goiás, com 10.219 registros; 6) Agência Minas Gerais, com 9.665 registros; 7) Agência Bahia, com 8.510 registros; 8) Agência Amazonas, com 7.433 registros; 9) Agência Paraná, com 6.999 registros; 10) Agência Pernambuco, com 6.679 registros; 11) Agência Mato Grosso do Sul, com 6.565 registros; 12) Agência Pará, com 6.304 registros; e 13) Agência Ceará, com 3.967 registros.

apesar de serem representadas no Fundo do SNI pelo nome de seu respectivo estado, eram nomeadas de acordo com a sua capital de origem. Por exemplo, a Agência de Porto Alegre (APA), tem no Fundo seu acervo intitulado como *Agência Rio Grande do Sul*, ocorrendo o mesmo com a Agência Curitiba (ACT), indicada como *Agência Paraná*, e assim sucessivamente com as demais.⁹⁸ De acordo com Vicente Arruda Câmara Rodrigues, algumas ficavam responsáveis por mais de um estado, como a Agência de Belém (ABE) no Pará, que abrangia também o estado do Maranhão, e a Agência do Rio de Janeiro (ARJ), que também incluía o Espírito Santo.⁹⁹ Podemos observar, ainda, que as Agências Regionais do SNI eram localizadas nas capitais dos estados e abrangiam regiões estratégicas, não sendo responsáveis apenas por sua respectiva cidade.

Para atender aos questionamentos levantados nesta pesquisa acerca da vigilância na UFRGS, foi elegido o Fundo do Serviço Nacional de Informações, disponibilizado online pelo Arquivo Nacional, como a fonte primária basilar. Nele, através da plataforma do SIAN, foi localizada a *Agência Rio Grande do Sul*, que corresponde aos registros constantes da Agência de Porto Alegre. A partir dela, utilizando a ferramenta de Pesquisa Multinível do SIAN, realizou-se uma busca pelo termo “ufrgs” no campo *Título*, o qual reconhece a palavra solicitada nos diversos documentos digitalizados e disponibilizados do acervo.¹⁰⁰ A escolha deste filtro resultou na localização de 1.236 registros que foram analisados e selecionados ao longo da pesquisa.¹⁰¹ É importante destacar que cada registro de pesquisa se refere a um dossiê, ou seja, a um documento e seus respectivos anexos (caso houver), podendo concentrar

⁹⁸ Esta é a relação das Agências Regionais do SNI, compreendendo sua sigla e como foi nomeada no Fundo do Serviço Nacional de Informações no Arquivo Nacional: Agência de Porto Alegre (APA) como *Agência Rio Grande do Sul*; Agência de Recife (ARE) como *Agência Pernambuco*; Agência de Belém (ABE) como *Agência Pará*; Agência de Manaus (AMA) como *Agência Amazonas*; Agência de Cuiabá (ACB) como *Agência Mato Grosso do Sul*; Agência de Curitiba (ACT) como *Agência Paraná*; Agência de Belo Horizonte (ABH) como *Agência Minas Gerais*; Agência de Salvador (ASV) como *Agência Bahia*; Agência de Fortaleza (AFZ) como *Agência Ceará* e Agência de Goiânia (AGO) como *Agência Goiás*. Agência de São Paulo (ASP) e Agência do Rio de Janeiro (ARJ) não sofreram alteração devido à capital e estado serem homônimos. In: RODRIGUES, 2017, p. 98; ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 47.

⁹⁹ RODRIGUES, op. cit., p. 98.

¹⁰⁰ Na plataforma do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), através de um cadastro de e-mail no site <https://sian.an.gov.br/sianex/consulta/login.asp>, teve-se acesso à *Pesquisa Multinível* da aba *Fundos/Coleções*. No campo *Código de Referência*, “BR DFANBSB V8” remete diretamente ao Fundo do Serviço Nacional de Informações. Ali, ao selecionar a opção *Documentos micrográficos* (“BR DFANBSB V8.MIC”), na qual encontra-se o acervo digitalizado do material, *Agências* (“BR DFANBSB V8.MIC, GNC”), e *Agência do Rio Grande do Sul* (“BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG”), conforme demonstra o organograma da página anterior. Acesso em: 08 jun. 2019.

¹⁰¹ O acesso aos documentos deu-se entre Cabe registrar que, na mesma *Agência Rio Grande do Sul*, foram encontrados os seguintes números de registros de pesquisas para as instituições universitárias do estado: “ufsm” (440), “unisinos” (265), “ufpel” (182), “ucs” (122), “furg” (95), “upf” (60) e “feevale” (23). Todavia, em diversos informes analisados constam menções a outras universidades que não somente a UFRGS. Conclui-se, assim, que vários documentos podem ser resultados comuns nas buscas pelas outras instituições.

mais de um arquivo digital. Devido à sua extensão, alguns documentos não são suportados em um único arquivo, podendo um documento ser dividido em dois ou mais arquivos. Além disso, é comum os documentos conterem anexos, fotografias, recortes de jornais, informes de outros órgãos da comunidade de informações ou outros elementos que corroboram o informe. Por outro lado, os mesmos anexos podem estar no formato de observações *post scriptum*, como pequenas fichas de telex que corrigem grafias de nomes de indivíduos mencionados no documento ou alguma outra observação, enviadas após a conclusão do informe. Desta forma, ressaltamos que por “registro”, entende-se o dossiê (o documento em um ou mais arquivos) e os seus anexos (se houver).

A opção por utilizar a sigla como filtro – e não o nome por extenso (Universidade Federal do Rio Grande do Sul) – se deu pela razão desta última busca possivelmente direcionar a pesquisa a documentos que teriam em seu corpo as palavras “universidade” e “Rio Grande do Sul” em contextos isolados, não se referindo especificamente à instituição UFRGS, como era a intenção. Tratou-se de uma opção metodológica particular, através da qual o filtro foi direcionado e conduziu o trabalho a resultados que a busca no SIAN indicou. Os resultados de registros podem ser diferentes conforme a grafia escolhida para o filtro, que dependerá unicamente da escolha do(a) pesquisador(a) e dos objetivos de cada pesquisa.¹⁰²

Propondo uma análise sobre a maneira como o SNI operou e produziu informações sobre a UFRGS, buscou-se compreender os recursos repressivos utilizados pelos órgãos de inteligência no âmbito da Universidade, analisando de que forma a produção de informação impactou o dia-a-dia de estudantes e professores ao longo dos anos de ditadura. A proposta deste trabalho consiste em analisar a maneira pela qual os registros deixados pelo SNI em seu arquivo revelam o modo como o órgão produziu informação sobre a UFRGS, observando o alcance da vigilância sobre a Universidade e os desdobramentos acerca da repressão e resistência na instituição.

Na revisão bibliográfica efetuada, foram identificadas importantes obras que examinaram o movimento estudantil durante a ditadura e que se mostraram essenciais para o

¹⁰² Utilizando o filtro “universidade federal do rio grande do sul” obteve-se 1.260 registros, 24 registros a mais do que o filtro “ufrgs”. Por outro lado, a busca por “urgs”, sem o “f”, como era denominada a Universidade até 1968, resultou em 28 registros, 7 dos quais coincidiram com os resultados da busca pela sigla “ufrgs”. Os registros excedidos de ambas as alternativas de busca não foram analisados na pesquisa. Acesso em: 06 jun. 2019.

suporte teórico e para a contextualização histórica desta análise. Pontuamos a excelente pesquisa de Rodrigo Patto Sá Motta, *As universidades e o regime militar*, sobre as instituições de ensino superior durante o Estado de exceção;¹⁰³ o livro *Abaixo a repressão: movimento estudantil e as liberdades democráticas*, de Ivanir José Bortot e Rafael Guimaraens, que conta a história do movimento estudantil gaúcho através de depoimentos e fotografias;¹⁰⁴ a obra *Atuação política do movimento estudantil no Brasil: 1964 a 1985*, de Flávia Santana, tratando sobre a história do movimento estudantil durante a ditadura;¹⁰⁵ a tese *A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)*, de Angélica Müller;¹⁰⁶ o livro *Os infiltrados: eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura*, de Etchichury, Wagner, Trezzi e Mariano, sobre a infiltração de agentes da ditadura, no qual dedicam uma seção especial à infiltração no movimento estudantil,¹⁰⁷ dentre outras obras.

Além desses, tendo como recorte mais específico os anos finais da ditadura, destacaram-se os seguintes estudos acerca do movimento estudantil gaúcho: a tese de Renato Della Vechia, *O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)*, que enfoca a emergência, as disputas e os impasses das tendências políticas do movimento estudantil;¹⁰⁸ o trabalho de Marília Pohndorf, *O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985): memórias de atuações contra a ditadura*, que analisa o movimento estudantil pelotense durante a transição política através da metodologia de história oral;¹⁰⁹ também sobre Pelotas, Luisiane da Silveira Gomes em *A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)* dissertou sobre o movimento estudantil da cidade a partir da

¹⁰³ MOTTA, 2014.

¹⁰⁴ BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão!** Movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.

¹⁰⁵ SANTANA, 2019.

¹⁰⁶ MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. 138 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo; Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle – Université de Paris, São Paulo, 2010.

¹⁰⁷ ETCHICHURY, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto; MARIANO, Nilson. **Os infiltrados**. Eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura. Porto Alegre: Editora AGE, 2010.

¹⁰⁸ VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

¹⁰⁹ POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985): memórias de atuações contra a ditadura**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

perspectiva de gênero, utilizando principalmente fontes orais;¹¹⁰ Cleber Monticelli Petró em *O movimento estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): da reconstrução da UNE às “Diretas Já”*, por outro lado, trabalhou sobre a organização dos estudantes em Santa Maria por meio de fontes jornalísticas e atas do conselho universitário.¹¹¹

Desta forma, observa-se que o movimento estudantil gaúcho tem sido objeto de pesquisa em diversos trabalhos acadêmicos, especialmente através dos estudos de memória, de fonte oral e jornalística. Esta dissertação, no entanto, propõe novas perspectivas de análise, concentrando o estudo da temática baseado em outras fontes – os documentos da inteligência – tendo como objeto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Acreditamos que a pesquisa histórica é parte essencial do esforço da sociedade para responder às perguntas que permanecem sem respostas acerca da ditadura nas mais diversas esferas, inclusive nas universidades. As páginas que seguem são parte de uma luta, que não começou nem terminará aqui, acerca da história da repressão e resistência na UFRGS durante a ditadura.

O problema original da pesquisa, que foi avaliado pela banca de qualificação em julho de 2020, consistia no estudo sobre o movimento estudantil da UFRGS a partir do final da década de 1970 e início de 1980, no período considerado de transição política da ditadura à democracia. No entanto, à medida que a análise documental foi sendo executada, novas perguntas surgiram conduzindo a pesquisa para uma compreensão mais abrangente acerca da vigilância da ditadura sobre a UFRGS, sem restringi-la ao movimento estudantil. Desta forma, a partir das novas questões pontuadas, o trabalho foi disposto em três capítulos, para além deste primeiro capítulo de Introdução. Inicialmente, no Capítulo 2, considerou-se fundamental a realização de um estudo acerca dos serviços de informações enquanto órgãos do Estado para então analisar os produtos de suas atividades, ou seja, os documentos de inteligência. Devido a isso, o capítulo deu foco ao estudo dos serviços de informações, compreendendo sua atuação dentro do funcionamento do Estado e elencando suas funções, objetivos e limitações. Como elemento intrínseco às atividades de inteligência, analisamos o conceito de segurança e como o mesmo foi aplicado pela ditadura brasileira. Dentro dessa perspectiva, compreendemos o papel da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina Francesa na emulação das operações de inteligência durante o estado de exceção. Por fim,

¹¹⁰ GOMES, Luisiane da Silveira. **A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)**. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em História). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação – Unisinos, São Leopoldo, 2017.

¹¹¹ PETRÓ, Cleber Monticelli. **O movimento estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): da reconstrução da UNE às “Diretas Já”**. 2011. 97 f. Monografia (Especialização em História do Brasil). Centro de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

remontamos a história do serviço secreto no Brasil, desde a fundação do SFICI, em 1946, até a institucionalização e funcionamento do SNI, nas décadas de 1960 e 1970, identificando, nesta passagem, permanências e rupturas que originaram a formação do Serviço Nacional de Informações.

No Capítulo 3, foram analisados certos documentos encontrados a partir da aplicação do filtro “ufrgs” na seção da *Agência Rio Grande do Sul* do Fundo do SNI na plataforma do SIAN. Neste capítulo, buscou-se mapear alguns tipos documentais que surgiram na pesquisa, como as Fichas Informativas, as Fichas de Militantes, os Levantamentos de Dados Biográficos e as Fichas Sintéticas de Apreciação. A análise desses tipos documentais é imprescindível para a compreensão dos elementos ideológicos da DSN na escrita da inteligência pela ditadura, entendendo, desta forma, a comunicação repressiva e operacional expressa nos informes e informações do SNI. Os registros analisados também forneceram vestígios para que fosse possível reconstituir a estrutura da Agência de Porto Alegre no que diz respeito às suas chefias e cronologias de comando. Por fim, foram discutidos os registros documentais referentes à AESI/UFRGS e suas ações, enquanto órgão repressivo e informacional instalado junto à reitoria na Universidade.

Finalmente, no Capítulo 4, foram explorados os registros das relações entre os órgãos de inteligência e a comunidade universitária (estudantes, professores e funcionários) no que tange à cooperação, resistência, denúncia e embates. De forma específica, buscou-se compreender o impacto da reabertura política nessas relações, como por exemplo os registros de delação de agentes infiltrados no movimento estudantil, os pronunciamentos de rejeição à existência da AESI na Universidade, as mobilizações em prol do retorno dos professores expurgados e a forma como todas essas questões foram registradas nos documentos de inteligência da ditadura.

Assim, tendo como objeto central de análise os documentos produzido pela Agência de Porto Alegre do SNI, utilizando como filtro de pesquisa o termo “ufrgs” na plataforma SIAN, a presente pesquisa busca compreender a lógica utilizada pelos setores da inteligência da ditadura em relação à produção e interpretação da informação coletada acerca da Universidade, identificando indicativos tanto de espionagem, coerção e controle, quanto da resistência do movimento estudantil, de funcionários e de professores da UFRGS ao longo da ditadura de segurança nacional. Para isso, foram observadas as particularidades dos registros de inteligência, a partir da análise de tipologias documentais, discursos e possíveis consequências sofridas devido a essa produção de informação, que impactou diretamente a vida e a carreira de sujeitos que, considerados “inimigos internos”, acabaram sendo vigiados e

transformados em alvos e objetos dos informes. Além disso, a pesquisa buscou verificar o reflexo da DSN na produção da inteligência sobre a Universidade, identificando as características da repressão, da espionagem e do monitoramento político sobre os estudantes, professores e funcionários da UFRGS no período. Com este trabalho, esperamos contribuir para a difusão documental dos arquivos repressivos e para as pesquisas acerca da vigilância sobre os “inimigos internos” da ditadura, avançando nos estudos sobre a dinâmica de funcionamento dos órgãos de inteligência no meio universitário, especialmente da UFRGS.

2 OS OLHOS QUE TUDO VEEM

Era terrivelmente perigoso deixar os pensamentos à solta num lugar público qualquer ou na esfera de visão de uma teletela. Qualquer coisinha podia ser sua perdição.
George Orwell¹¹²

Em 2013, o mundo ficou perplexo frente às notícias sobre o esquema de vigilância global e massiva mantido pelo governo estadunidense, a partir de informações vazadas por um ex-contratado da Agência de Segurança Nacional (NSA). Edward Snowden, como foi revelado posteriormente, em poucos dias passou da condição de administrador de sistemas da NSA e da Agência Central de Inteligência (CIA) – de uma das maiores potências econômicas do mundo –, à de exilado político na Rússia.¹¹³ Suas revelações permaneceram reverberando na mídia por diversos meses; jornais como *The Guardian* e *The Washington Post*, e jornalistas como Glenn Greenwald, Laura Poitras¹¹⁴, dentre outros, a quem Snowden divulgou as informações sigilosas, publicaram extensas reportagens sobre o caso demonstrando preocupação com as liberdades civis e a política externa estadunidense.

No Brasil, o caso tomou proporções singulares quando foi evidenciado o monitoramento da ex-presidenta Dilma Rousseff, além de outras lideranças mundiais. Ainda em 2013, Greenwald e Poitras, juntamente com o jornalista Jeremy Scahill, fundaram o *The Intercept*, uma organização jornalística que busca publicar casos que envolvem assuntos de defesa e segurança dos EUA, engajada na exposição da verdade sobre as violações de privacidade por espionagem, cometidas pelo governo estadunidense contra a população mundial. A autobiografia de Snowden e as motivações que o levaram a divulgar as informações de caráter ultrassecreto do seu país foram publicadas em forma de livro em 2019, sob o título *Eterna Vigilância: como montei e desvendei um dos maiores sistemas de*

¹¹² ORWELL, 2009, p. 79.

¹¹³ Edward Snowden, nascido na Carolina do Norte (EUA) em 1983, possui formação em engenharia de sistemas. Serviu como oficial da Agência Central de Inteligência (CIA) através da empresa de tecnologia Dell, trabalhando para a Agência Nacional de Segurança (NSA) como terceirizado durante sete anos. Segundo ele, sentiu-se incomodado ao perceber que a tecnologia na qual colaborou para desenvolver passou a ser desvirtuada para fins perigosos e antiéticos, utilizada na vigilância em massa contra a população mundial pelo governo estadunidense. Recorreu, então, ao exílio, a fim de realizar as denúncias de violações de privacidade junto a jornalistas para a imprensa internacional.

¹¹⁴ Laura Poitras venceu o Oscar de 2015 na categoria de Melhor Documentário pela obra *Citizenfour* (2014), na qual aborda os escândalos de espionagem da NSA e seus encontros com Edward Snowden para a revelação das suas denúncias.

espionagem do mundo,¹¹⁵ reavivando os debates recentes acerca dos sistemas de inteligência e vigilância atrelados a interesses governamentais.

O episódio das informações reveladas por Snowden, acrescido dos acontecimentos subsequentes a ele, afetou a política externa global, mostrando-se importante para o debate sobre o papel dos órgãos de inteligência e o limite de abordagens democráticas em relação ao uso das informações obtidas sem o consentimento explícito de seus produtores. Snowden utiliza em seu livro o conceito de *capitalismo de vigilância* para explicar o método pelo qual as empresas privadas, o mercado financeiro e as potências globais utilizam os dados de acessos e registros deixados na *web* pelo uso da internet ao redor do mundo (seja por meio de simples pesquisas em sites de busca, registro de localizações de GPS, conversas informais com amigos, familiares, etc.) para fins de pesquisas de mercado, comercialização de produtos e tratados comerciais internacionais.

Desde as revelações de Snowden em 2013, se tornou comum, entre os usuários de *smartphones*, um sentimento misto de surpresa e perturbação quando, por exemplo, alguém conta a um colega de trabalho sobre a geladeira estragada e, após alguns minutos, ao utilizar o celular para acessar as redes sociais, recebe um anúncio de oferta de refrigerador de lojas de departamento. Ou quando após a compra online de um livro, passa a visualizar comerciais nos e-mails com sugestões de títulos semelhantes ou de temas correlatos. Da mesma forma, se tornou corriqueiro receber uma notificação do Google solicitando sua avaliação para o restaurante “x” em que almoçou, devido ao rastreamento de seu histórico de localização via satélite. Ao trazeremos aqui situações corriqueiras e coletivas, não nos passa despercebido, também, a crescente demanda por câmeras e sistemas de monitoramento urbano, que em tempo integral controlam as vias públicas de cidades cada vez mais tecnológicas e inteligentes, acrescentando um elemento a mais à já rotineira vigilância sobre os cidadãos, quase sempre associada ao imperativo da segurança. Desde que a tecnologia urbana e o acesso relativamente rápido, fácil e portátil à internet passaram a fazer parte do nosso cotidiano de maneira tão onipresente, independente da opinião dos cidadãos, passa-se a ter consciência cada vez maior da vigilância constante que paira sobre todos os cidadãos.

Podemos dizer, sim, que a vigilância é parte da nossa rotina, seja pelo tráfego em rua pública, pelo uso do GPS, internet, ou cartões de crédito. Estamos inseridos nos sistemas de inteligência e vigilância, temos rastreados nossos registros de acesso e localização, assim

¹¹⁵ SNOWDEN, Edward. **Eterna vigilância**: como montei e desvendei um dos maiores sistemas de espionagem do mundo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

como nossos dados pessoais, frequentemente utilizados. Não raramente, o serviço do capitalismo de vigilância utiliza, para objetivos econômicos, mecanismos que não foram originalmente designados para este fim. Os sistemas de inteligência foram fundados com propósitos específicos de servirem às necessidades da razão de Estado, muito embora diversos Estados e grupos privados os utilizem, contemporaneamente, a fim de retroalimentar o atual estágio capitalista. Entretanto, compreender outros aspectos desses órgãos, na esfera estatal, nos auxilia a entender a metodologia da sua utilização pelo Estado, bem como a natureza da informação com que lidam e a finalidade da sua obtenção.

Apesar de terem sido analisadas diversas obras¹¹⁶ acerca dos sistemas de vigilância, inteligência e espionagem, consideramos o trabalho de Marcos A. C. Cepik, *Espionagem e democracia*, de 2003,¹¹⁷ o que melhor contribui para o entendimento do *modus operandi* dessas instituições que compõem o sistema de inteligência. Trata-se de um dos principais trabalhos produzidos no Brasil acerca das características operacionais e organizacionais dos serviços de inteligência, bem como dos problemas que rondam a institucionalização desses órgãos. A escolha de iniciar o debate a partir do autor se justifica por seu trabalho ser referência no campo de estudos estratégicos e pela qualidade de sua análise. *Espionagem e democracia* examina os problemas, debates e entraves referentes à atuação de serviços secretos em Estados democráticos. Apesar de enfatizar o papel desses organismos pela ótica do campo da Ciência Política, levanta considerações basilares para a análise do sistema de inteligência enquanto órgão público a serviço do Estado, seja ele democrático ou não.

2.1 Os serviços de inteligência na máquina estatal

Um dos fatores-chave na estruturação de um sistema de informações é o conceito de *inteligência*. Este é o processo pelo qual determinadas informações são coletadas e processadas a fim de auxiliar a tomada de decisões governamentais. Envolve diversas etapas de coleta, análise e tratamento de informações sem o consentimento, a cooperação ou mesmo o conhecimento por parte dos alvos da ação, com a finalidade de compreender relações adversas e de lidar com o estudo do “outro” para a tomada de decisões do Estado no âmbito

¹¹⁶ ARTURI, Carlos Schmidt (Org.) **Políticas de defesa, inteligência e segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2018; GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2018; ANTUNES, 2002; DIOGO, José-Manuel. **As grandes agências secretas**. Os segredos, os êxitos e os fracassos dos serviços secretos que marcaram a História. 2ª ed. São Paulo: Via Leitura, 2015.

¹¹⁷ CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

da política internacional, da defesa nacional e do provimento da ordem pública.¹¹⁸ Os serviços de inteligência são as agências governamentais responsáveis pela coleta, análise e disseminação da informação processada, ou seja, daquela elegida como relevante para o processo decisório do Estado. Tais agências são formadas por profissionais especializados, orientados à produção de conhecimentos “oportunos, amplos e precisos, para a autoridade decisória, de acordo com a orientação estratégica da instituição a que pertence”.¹¹⁹ Frequentemente, são chamadas de *serviços de informações* ou *serviços secretos*, pois dependem justamente do segredo sobre seus métodos de atuação e fontes de informação para a eficácia de suas operações.¹²⁰ Ao mesmo tempo em que buscam informações sobre o “outro”, agem no sentido de proteger e neutralizar as capacidades de terceiros obterem informações a seu respeito. Para garantir a efetividade do segredo, são utilizados procedimentos de segurança informacional,¹²¹ como classificação de sigilo de informações, controles de acesso ou punições em caso de revelação não autorizada – como no citado caso de Edward Snowden, que encontrou no exílio uma relativa segurança diante da ação da justiça federal dos EUA por crime de revelação de segredo estatal.

O desenvolvimento dos sistemas de inteligência remete à formação dos Estados absolutistas europeus, com a demanda de controle sobre seus súditos e a necessidade de redução nos custos para a obtenção de informações. O resultado obtido depende tanto de uma capacidade coercitiva quanto informacional dos serviços de inteligência, lógica que vigora ainda nos serviços secretos contemporâneos. Assim, devido a esse duplo caráter, três áreas diferentes desenham as utilidades primordiais para as quais se dedicam os serviços de informação: 1) *diplomacia e inteligência externa*, que compreende a coleta de informações por meio de relações diplomáticas, embaixadas ou conexão com o ministério de relações exteriores do seu respectivo país.¹²² Cabe acrescentar que os serviços secretos no exterior são

¹¹⁸ CEPIK, 2003, p. 30.

¹¹⁹ FERNANDES, Fernando do Carmo. Inteligência ou informações? *Revista Brasileira de Inteligência*. Brasília: ABIN, v. 2, n. 3, p. 7-21, set. 2006. p. 10.

¹²⁰ CEPIK, op. cit., p. 13-16.

¹²¹ A segurança informacional é formada por três componentes diferentes que são, em certa medida, autônomos entre si: 1) *contramedidas de segurança*, que buscam “espelhar” as capacidades adversárias de obtenção de informação, por meio de programas de classificação de segredos governamentais, regras de custódia e transmissão de documentos, segurança eletrônica nas redes de computadores, comunicação protegida por criptografia, etc.; 2) *contrainteligência*, que se refere ao esforço em obtenção de inteligência sobre as capacidades, intenções e operações dos serviços adversários, bem como a identificação de operações e a neutralização dos meios intrusivos de obtenção de informações utilizados por um alvo considerado hostil; e 3) *segurança de operações*, que visa identificar as informações críticas que um adversário poderia obter, propondo um conjunto de medidas a fim de evitar tal possibilidade. *In: Ibid.*, p. 57-59.

¹²² Para mais informações sobre este tipo de inteligência na ditadura, especificamente, ver: DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. “As ações do CIEX e DSI/MRE contra os brasileiros exilados no Chile após o golpe”. *In:*

os principais responsáveis pelas atividades de espionagem de países estrangeiros e de coleta de informações ostensivas fora do território nacional, especialmente para o acompanhamento de crises e o assessoramento do seu governo junto à tomada de decisões em acordos e tratados internacionais; 2) *guerra e inteligência de defesa*, um dos mais antigos usos da inteligência, consistindo no reconhecimento do campo de batalha e do inimigo em meio à guerra; e 3) *policimento e inteligência de segurança*, cuja ênfase concentra-se mais especificamente na segurança interna ou doméstica, sendo esta a área que mais interessa nesta pesquisa.¹²³

De maneira geral, a justificativa para a utilização dos serviços de inteligência na máquina estatal recai sobre oito principais funções: 1) no processo decisório governamental (especialmente nas áreas de política externa, defesa nacional e ordem pública); 2) no processo interativo entre os responsáveis pelas políticas públicas e oficiais de inteligência (fornecendo maior conhecimento aos tomadores de decisões); 3) no aumento das capacidades defensivas; 4) no apoio às negociações diplomáticas com outros países; 5) no planejamento militar e de guerra; 6) no alerta contra a possibilidade de ataques, surpresas diplomáticas e crises políticas internas (mesmo que elas nunca ocorram); 7) no monitoramento de alvos e ambientes internos e externos prioritários (reduzindo incertezas e aumentando o conhecimento, em casos de acordos e tratados internacionais); e 8) na preservação do segredo sobre as necessidades informacionais, as fontes, os fluxos, os métodos e as técnicas de inteligência (diante de adversários hostis).¹²⁴

2.1.1 Informação para decisão governamental

De que tratam as informações consideradas relevantes ao processo de decisão governamental, das quais se ocupam os sistemas de inteligência? Tal pergunta é importante ao considerar que os usuários da inteligência são os diversos órgãos da máquina estatal; sendo assim, é possível dizer que os serviços de inteligência têm como missão a coleta e análise das informações que os seus usuários requisitam. Muitos autores, de acordo com Cepik, assumem de forma acrítica que o ciclo de inteligência é totalmente dirigido pelos requerimentos informacionais dos usuários finais. De fato, esses requerimentos formais legitimam e fornecem a autorização devida para que as agências mobilizem os recursos necessários para a

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **Minha terra tem horrores**: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973). 2019. 389 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 298-322.

¹²³ CEPIK, 2003, p. 91-98.

¹²⁴ Ibid., p. 65.

produção da inteligência sobre a pauta solicitada. No entanto, a noção de que esses serviços executam somente aquilo que lhes é solicitado limita a compreensão do seu funcionamento. Um caráter proativo e autônomo das agências é geralmente optado e compatível com a execução de suas atividades, desde que sejam acompanhados de procedimentos de avaliação sistemática da satisfação dos usuários com o produto que lhes é entregue.¹²⁵ Isso significa, então, que apesar das atividades dos sistemas de informação seguirem um roteiro que prioriza a demanda dos usuários, as agências também trabalham com certo grau de autonomia, coletando, analisando e difundindo material que elas mesmas consideram relevantes para a tomada de decisões pelo Estado.

É importante também considerar que muitos *policymakers*¹²⁶ comunicam as suas necessidades informacionais diretamente às agências de inteligência regionais, sem passar pelos responsáveis superiores nacionais. Além disso, é comum a solicitação de informação mais ampla para a maior compreensão dos alvos e problemas em análise, bem como o frequente trabalho de coleta realizado a partir da detecção de falhas e brechas na segurança de seus alvos. Esses elementos operacionais corroboram o entendimento de que o trabalho dos sistemas de informação depende muito de sua iniciativa própria e de seu grau de autonomia, não restringindo suas atividades apenas às solicitações presentes nos requerimentos formais dos usuários.

O debate sobre a autonomia dos órgãos de inteligência se torna muito pertinente quando se analisa a atuação do Serviço Nacional de Informações (SNI) e demais órgãos repressivos da ditadura brasileira a partir do final da década de 1970 e início da década de 1980. Quando o processo de abertura política começou a tomar corpo, de forma mais concreta, esperava-se que houvesse uma redução nas atividades do SNI, visto que a ditadura iniciava seu processo de retirada. Todavia, justamente o contrário ocorreu, especialmente durante a presidência de João Baptista Figueiredo (que fora chefe do SNI durante a administração Geisel), período em que o SNI e a Agência Central do órgão eram comandados, respectivamente, pelos generais Octávio Medeiros e Newton Cruz, entre 1978 e 1985. De acordo com Priscila Antunes, “o SNI de Medeiros teve um poder extraordinário, sendo considerado algo como uma quarta força armada”.¹²⁷

Certos estudos consideram que o *boom* na produção de informação pela inteligência brasileira desse período se deveu especialmente à existência de grupos militares e civis

¹²⁵ CEPIK, 2003, p. 34.

¹²⁶ *Policymakers*, ou “decisores políticos”, em tradução livre, refere-se aos usuários dos produtos de inteligência.

¹²⁷ ANTUNES, 2002, p. 61-62.

contrários à abertura política, os quais passaram a alimentar a produção informacional a fim de “provar” ao Executivo que o “perigo comunista” e os grupos de luta armada ainda não haviam sido neutralizados. Assim, procurava-se elevar a importância dos órgãos de inteligência para a ação de combate contra os alvos esquerdistas “ainda presentes” na sociedade. Eventos como o ataque à sede da OAB do Rio de Janeiro, em 1980, a bomba do Riocentro, em 1981, e as ações terroristas do Comando de Caça aos Comunistas (CCC) são emblemáticas quanto às atividades desses grupos que, ligados à ditadura, se posicionavam contrários à abertura política. Nesse sentido, é representativo o grau de autonomia que possuía o SNI em suas atividades e operações, desenvolvidas, muitas vezes, independentemente de requerimentos informacionais formais do Executivo.¹²⁸

2.1.2 A coleta de informação

Retomando a análise do funcionamento dos órgãos de inteligência, é possível classificar as fontes, através das quais são obtidas as informações, em quatro tipos principais diferentes, ou seja, aquelas que concentram a maior quantidade de matéria-prima para a produção da inteligência. São elas: 1) *humint* (do inglês *human intelligence*, ou inteligência humana), aquela obtida através de fonte humana em contato interpessoal, como os oficiais do serviço secreto em trabalho de campo disfarçados, ou operando em embaixadas, e os agentes atuando em órgãos públicos ou privados; 2) *sigint* (acrônimo para *signals intelligence*, ou inteligência de sinais), que funciona através da interceptação, decodificação, tradução e análise de mensagens por um terceiro (o agente de inteligência) para além do emissor e receptor; 3) *osint* (sigla para *open source intelligence*, ou inteligência de fonte aberta), também conhecida como fonte ostensiva, obtida de forma legal através do monitoramento da mídia (jornais, rádio, televisão) e pela aquisição de livros e revistas, documentos oficiais abertos ao público, dentre outros; e 4) *imint* (de *imagery intelligence*, ou inteligência de imagens), a mais recente, que utiliza fotografias e outras imagens digitais (como as de satélites) para a produção de inteligência.¹²⁹

Entende-se que “quanto mais abertos os regimes políticos e menos estritas as medidas de segurança de um alvo para a circulação de informações, maior [é] a quantidade de

¹²⁸ CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. p. 184-189.

¹²⁹ Cf. AFONSO, Leonardo Singer. Fontes abertas e inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: ABIN, v. 2, n. 2, p. 49-62, abr. 2006.

inteligência potencialmente obtida a partir de programas de *osint*”,¹³⁰ ou seja, a produção de inteligência a partir de fontes abertas. Em contrapartida, “quanto mais ostensivas (públicas) as fontes de informação, quanto menos conflitivos os temas e situações, menos as análises de inteligência têm a contribuir para o processo de tomada de decisão governamental”.¹³¹ No caso brasileiro, a partir de 1979, por exemplo, podemos observar que a produção de inteligência do SNI passou a incorporar mais fontes *osint*, especialmente devido à revogação das leis de censura da mídia, quando a ditadura passou a dar sinais mais tangíveis de abertura política.

2.1.3 O ciclo de inteligência

Segundo Rodrigo Kraemer, “a inteligência trabalha com uma específica forma de incerteza, com fragmentos de acontecimentos e intenções muitas vezes ocultas e não-declaradas, e necessita transformar esses dados dispersos em um conhecimento preciso [...] e confiável”.¹³² Em razão dessa necessidade de transformação das informações, antes de serem disponibilizadas aos usuários, elas passam por diversas fases de um processo de coleta e análise chamado de *ciclo de inteligência*.¹³³ De acordo com Cepik, podemos enumerar o ciclo de inteligência em dez etapas: 1) requerimentos informacionais (formais ou não), que dão o primeiro “norte” para as operações; 2) planejamento das atividades para alcançar o fim proposto; 3) gerenciamento dos meios técnicos de coleta; 4) coleta das informações propriamente ditas; 5) processamento das informações coletadas em sistemas e bancos de dados; 6) análise das informações obtidas; 7) produção de relatórios, informes e estudos; 8) disseminação dos produtos de informação; 9) consumo da informação pelos usuários; e 10) avaliação ou *feedback* dos usuários para as agências.¹³⁴ Todo esse ciclo de inteligência, para Antunes, pode ser concentrado em duas grandes etapas – a coleta e a análise – que antecede, por fim, à fase de disseminação, quando o produto de inteligência chega ao usuário de destino.¹³⁵

Após a coleta, a principal etapa dentro do processo de transformação da informação

¹³⁰ CEPIK, 2003, p. 51.

¹³¹ Ibid., p. 29-30.

¹³² KRAEMER, Rodrigo. Incompreensão do conceito de inteligência na segurança pública. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: ABIN, n. 10, p. 73-82, dez. 2015. p. 76.

¹³³ ANTUNES, 2002, p. 31.

¹³⁴ CEPIK, op. cit., p. 32.

¹³⁵ ANTUNES, op. cit., p. 31-35.

em produto de inteligência é a de análise de seu conteúdo. É a etapa em que o funil que recebe informações de diversas fontes, não necessariamente nem principalmente secretas, analisa e produz a inteligência enquanto tal. A inteligência, nesse sentido, é o resultado final de todo esse processo.¹³⁶ No entanto, devemos considerar que o volume de dados brutos e informações primárias (ou seja, as informações coletadas diretamente na fonte obtida) é, obviamente, muito maior do que os relatórios recebidos pelos usuários finais, ou os produtos de inteligência. Consideramos, assim, que a abundância da coleta não é equivalente à proporção de disseminação, ou seja, esta é bem menor que aquela. Podemos compreender, nesse sentido, que muitos dos documentos que serão analisados neste trabalho não necessariamente chegaram ao Executivo ou aos centros diretivos do sistema repressivo, mas circularam nas redes de difusão por entre as agências do SNI, sendo reportados à Agência Central. Uma vez selecionado e sistematizado, o que era considerado vital ficava à disposição para difusão de informações futuras.

De modo geral, retomando o que foi apontado até aqui, podemos concluir que os sistemas de inteligência são instituições governamentais cujas atividades se concentram na coleta, análise e disseminação de informações a fim de auxiliar o Estado em decisões relativas à política externa, defesa nacional e garantia da ordem pública. Assim, concentram suas atenções, principalmente, em problemas e alvos relevantes para estes assuntos: diplomacia e inteligência externa, guerra e inteligência de defesa, e policiamento e inteligência de segurança (também chamada de inteligência interna ou doméstica). Todavia, quando discutimos a inteligência de segurança, outro conceito se faz necessário de ser definido por ser intrínseco deste tipo de atividade: o conceito de *segurança nacional*. Se a noção de segurança impreterivelmente refere-se à proteção frente a algum perigo, a ideia de segurança nacional relaciona-se com um perigo real ou potencial contra toda a nação, comumente caracterizada como uma ameaça externa. A partir dessa afirmação, se coloca uma questão central deste trabalho: o que acontece quando o inimigo é identificado como sendo parte dessa mesma nação? Em decorrência disso, se as organizações de inteligência são parte do esforço governamental necessário para a solução do problema de segurança, à medida que a própria busca de segurança se torna questionável, a atuação destas mesmas organizações de força e inteligência também se torna controversa.¹³⁷

¹³⁶ ANTUNES, 2002, p. 35.

¹³⁷ CEPIK, 2003, p. 150.

2.2 A segurança nacional e a guerra contra a “subversão”

As Forças Armadas, as polícias e os sistemas de informações são elementos coercitivos do Estado com uma dupla capacidade; se aliados à defesa dos direitos humanos, são protetores da sua população; se alheios a eles, podem ser capazes de utilizar a violência direta em diferentes graus (prisão ilegal, tortura, assassinato e desaparecimento de opositores políticos). Dessa forma, podem ser considerados ameaças à segurança de sua população sempre que o sistema de justiça criminal se omite do seu controle, permitindo que o policiamento se torne arbitrário e crimes contra a vida e o patrimônio das pessoas ocorram impunemente.¹³⁸ Nesse sentido, é possível afirmar que uma verdadeira ou ideal segurança nacional deve ter em sua espinha dorsal o apreço à proteção dos direitos humanos – algo que, definitivamente, não ocorreu ao longo das ditaduras de segurança nacional do Cone Sul.

2.2.1 A ameaça à segurança

O conceito de *segurança nacional* pode ser definido como a condição relativa de proteção coletiva e individual dos membros de uma sociedade, dentro de um delimitado espaço territorial, contra ameaças que colocam em risco a sobrevivência e autonomia desse corpo social. Estar seguro, neste contexto, refere-se a estar em um Estado capaz de neutralizar ameaças substanciais, seja por meio de negociação, obtenção de informações ou até mesmo pelo emprego de força física ou coercitiva. Em realidade, “o funcionamento de uma sociedade pressupõe a compreensão do papel atribuído ao emprego da força na vida coletiva”.¹³⁹ Neste sentido, “a segurança nacional, como uma condição relativamente desejável a ser obtida através de políticas públicas, fornece a principal justificativa para o exercício da soberania e o monopólio estatal do uso legítimo de meios de força”.¹⁴⁰ O poder coercitivo do Estado, que envolve principalmente as Forças Armadas, as forças policiais e os órgãos de inteligência, precisa ter a aprovação (constitucional) da sociedade para realçar a ideia de que há objetivos comuns entre o Estado e a população (justificando, assim, seu proceder); neste caso, a ideia de

¹³⁸ CEPIK, 2003, p. 143.

¹³⁹ SUCCI JUNIOR, David Paulo. “Segurança pública/interna”. In: SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. E-book. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. Disponível em: <https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%26%20VITELLI%20%282018%29%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 mai. 2020.

¹⁴⁰ CEPIK, op. cit., p. 139.

segurança nacional se adequa à categoria de elemento comum desejável a ambos. Sendo assim, o Estado é o responsável por seu zelo e sua manutenção para a proteção da população; os “excessos” que poderiam advir destas ações estariam amparados, justificados e compreendidos como necessários em prol de um bem comum – a segurança de todos.

Presume-se que, por meio de um contrato social com seus cidadãos, o Estado assumira a responsabilidade pelo monopólio da violência na defesa do território e da população contra ameaças externas, como guerras ou invasões. Todavia, a situação muda e se torna muito mais delicada e complexa quando se trata de intervir na dinâmica interna, pois o Estado passa a usar o monopólio da violência dentro das fronteiras nacionais a fim de direcioná-lo contra setores da sua própria população que questionam a ordem social, criminalizando o protesto social e o direito de manifestação de insatisfação com o governo, o que, a princípio, seria um direito legalmente instituído e democrático.¹⁴¹ Para tanto, aqueles que, por posturas políticas e ideológicas se colocam contra o *statu quo*, passam a ser considerados “inimigos internos” e, por isso mesmo, não reconhecidos como parte dessa nação.

A segurança nacional recebe o guarda-chuva de legitimidade para a justificação do exercício da violência em nome do Estado. Por outro lado, em seu nome, pode ocorrer também uma ação estatal de signo contrário:

[...] o mesmo Estado que obtém legitimidade do fato de ser o principal responsável pela segurança nacional, frequentemente torna-se ele próprio uma fonte de ameaça mais ou menos direta para a segurança dos indivíduos, de grupos e da própria nação. Ameaça direta quando o governo mobiliza os meios de força sob seu controle contra alvos individuais ou grupos que fazem parte da população que supostamente deveria estar sendo protegida, os quais não infringiram nenhuma lei ou ameaçaram violentamente a ordem pública. A aplicação intensa de coerção fez parte da trajetória típica da construção estatal moderna na maioria dos países e, ainda hoje, quando os interesses do Estado se chocam com os de algum grupo ou indivíduo, os governantes e suas burocracias têm recursos de poder para tentar impor, mais ou menos coercitivamente, sua vontade em nome da ordem pública, da moralidade ou da segurança nacional.¹⁴²

Quando os serviços de informação reconhecem alguma situação de ameaça potencialmente hostil à segurança nacional, informam aos governantes e tomadores de decisões do Estado suas análises. O reconhecimento dessa ameaça, no entanto, decorre da percepção que os atores políticos têm dela.¹⁴³ Os Estados, de forma geral, justificam assim o emprego dos seus serviços de inteligência diante da necessidade de garantir estabilidade.

¹⁴¹ PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 2005. 878 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 68.

¹⁴² CEPIK, 2003, p. 142.

¹⁴³ *Ibid.*, p. 150.

Entretanto, nas ditaduras do Cone Sul das décadas de 1960, 1970 e 1980, a defesa da segurança nacional foi utilizada como um *slogan* que, em nome da nação ameaçada pelos supostos “inimigos internos”, justificou a aplicação de políticas repressivas adaptadas à agenda governamental vigente.

O estudo de Enrique Padrós vem ao encontro das proposições aqui levantadas a respeito da segurança nacional e violência estatal. Considerando que a nação é uma comunidade que compartilha valores comuns dentro de uma porção territorial delimitada, o Estado é o elemento de coesão social de todos os seus indivíduos. Todavia, nos Estados ditatoriais da segunda metade do século XX na América Latina, o pretexto da “segurança nacional” identificava dentre os seus cidadãos aqueles que discordavam publicamente de elementos dessa coesão, passando a encará-los como inimigos da soberania e da segurança. Diante das “ameaças iminentes”, a intervenção estatal se autojustificava. Dentre os “perigos” mais graves, estavam as ideologias estrangeiras, ou seja, externas e diferentes das locais.¹⁴⁴ Para a América Latina, que se achava sob influência econômica, política e cultural advinda dos EUA desde a Doutrina Monroe¹⁴⁵, o “inimigo” tomou forma nas tendências e ideologias socialistas, comunistas e anti-imperialistas.

Batizada com o nome do presidente estadunidense (Harry Truman) que proferiu seu discurso de apresentação em 1947, a Doutrina Truman consistiu no conjunto de noções estratégicas da política externa dos EUA para com os países do bloco capitalista no período pós-Segunda Guerra Mundial. Seu principal objetivo era frear a expansão do socialismo soviético, com ênfase nos países subdesenvolvidos e em desenvolvimento, a fim de garantir que os mesmos não fossem política e socialmente influenciados por qualquer ideário vinculado ao bloco inimigo – soviético, comunista, socialista, “de esquerda”, dando continuidade à política da Doutrina Monroe adaptada, desta vez, à conjuntura do século XX.

No Brasil, a Constituição de 1946 concebia a segurança nacional como proteção frente a ameaças externas.¹⁴⁶ A conotação do conceito, no entanto, foi transformada pela conjuntura da Guerra Fria na América Latina, passando a ser “definida como uma ameaça antes a

¹⁴⁴ PADRÓS, 2005, p. 53-57.

¹⁴⁵ Também conhecida pelo *slogan* “América para os americanos”, a Doutrina Monroe tinha como objetivo impedir a interferência das nações europeias sobre o continente americano, reafirmando os Estados Unidos como a grande potência e influência política, econômica e cultural sobre a América Latina no século XIX.

¹⁴⁶ No Art. 5º, inciso IV, a organização das Forças Armadas fica marcada pela competência de garantir “a segurança das fronteiras e a defesa externa”, natureza esta que foi drasticamente alterada após o golpe militar de 1964. In: BRASIL. **Constituição de 1946 dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, 19 set. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06 mai. 2020.

fronteiras ideológicas do que a *fronteiras territoriais*".¹⁴⁷ As ideologias contrárias ao bloco estadunidense concentravam em sua medula a crítica à acumulação capitalista e à subjugação econômica das classes dominadas pelas classes dominantes. No anseio de diminuir as desigualdades sociais, os posicionamentos críticos e as iniciativas de organização e atuação dos setores populares frente à opressão do *establishment* se intensificaram. Todavia, tendo em vista que a acumulação e concentração de capital eram fatores essenciais a serem garantidos pela segurança nacional,¹⁴⁸ os ideários "de esquerda" passaram facilmente a ser identificados como inimigos do próprio princípio de nação. A partir daí, torna-se evidente a razão política que levou à estigmatização de movimentos sociais, organizações de classe e setores da esquerda política como "inimigos" do Estado (burguês e capitalista em sua essência). Ao serem identificados com essas ideologias de esquerda, os indivíduos passaram a ser tratados como "inimigos" ou "perigosos" aos olhos dos interesses dos setores dominantes e da unidade nacional; identificando-os como inimigos da pátria, eram denunciados como elementos desestabilizadores da unidade nacional, ou seja, considerados *subversivos*, ameaças à segurança da nação e de todos os indivíduos nela inseridos.

2.2.2 A Doutrina de Segurança Nacional (DSN)

Uma das contribuições mais relevantes de Padrós é a análise da implementação do Terrorismo de Estado (TDE)¹⁴⁹ pelas ditaduras do Cone Sul. Definindo estas como regimes de segurança nacional, o autor argumenta que as ditaduras exerceram a função de reenquadrar as sociedades que, fortemente mobilizadas, desafiavam o *statu quo* capitalista na América Latina, sob a influência estadunidense no período da Guerra Fria. As ditaduras de segurança nacional latino-americanas das décadas de 1960 a 1980 são assim denominadas em razão do papel que a Doutrina de Segurança Nacional (DSN) assumiu na construção desses regimes, bem como a atuação emergente das Forças Armadas como organismos ordenadores do sistema social. Incorporada como o fundamento doutrinário justificador da proteção da sociedade nacional, a DSN serviu na defesa dos interesses dos setores dominantes locais e do capital estrangeiro (majoritariamente estadunidense), visando desarticular as tendências de

¹⁴⁷ ALVES, 1985, p. 108.

¹⁴⁸ Ibid., p. 48.

¹⁴⁹ Segundo o autor, "o TDE se fundamenta na lógica de governar mediante a intimidação. Em suma, é um sistema de governo que emprega o terror para enquadrar a sociedade e que conta com respaldo dos setores dominantes, mostrando a vinculação intrínseca entre Estado, governo e aparelho repressivo." In: PADRÓS, 2005, p. 64.

questionamento social e de esvaziar as demandas crescentes por mudanças estruturais organizadas pelos setores populares, que foram percebidos como embriões de desordem social e comunismo, devendo ser veementemente combatidos.¹⁵⁰

Desde os anos finais da década de 1940, após o fim da Segunda Guerra Mundial, as Forças Armadas brasileiras passaram a adotar cada vez mais o conceito de segurança nacional à sua agenda de defesa. Em *A ideologia de segurança nacional*, Joseph Comblin,¹⁵¹ um dos primeiros autores a mergulhar no estudo da DSN, apontou que a mesma foi concebida pelos Estados Unidos no início da Guerra Fria e disseminada junto às Forças Armadas latino-americanas como estratégia geopolítica de contensão à expansão do comunismo e influência soviética no continente. Com o término da Segunda Guerra Mundial e a intensa disputa decorrente do surgimento da bipolarização político-econômica entre os EUA (liderando o bloco capitalista) e a URSS (liderando o bloco socialista), iniciou-se a busca pelo alinhamento dos diversos países a essa díade, por meio de estratégias de imposição de suas visões de mundo em escala global.¹⁵² A Doutrina de Segurança Nacional, a partir dos cursos que os EUA ministravam em seu território e na Escola das Américas – na zona do Canal do Panamá desde 1946 – para oficiais do mundo capitalista, rapidamente ganhou espaço nas escolas militares da América Latina, servindo de fundamento às ditaduras que eclodiram no Cone Sul nas décadas de 1960 e 1970 em combate aos ideários supostamente comunistas que ameaçavam a hegemonia estadunidense e dos seus sócios sobre a região, ameaças essas “especialmente perigosas” após a Revolução Cubana em 1959.¹⁵³

Criada em 1949 no Rio de Janeiro, a Escola Superior de Guerra (ESG) emergiu com base no modelo estadunidense da *National War College* (Escola Nacional de Guerra), tendo como objetivo o desenvolvimento e a consolidação dos conhecimentos necessários para o planejamento e execução da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil.¹⁵⁴ Tendo a assistência de consultores franceses e estadunidenses em sua instrução, tornou-se conhecida como a “Sorbonne” da elite militar brasileira, transformando-se, em pouco tempo, em um laboratório de ideias anticomunistas. Apesar da ESG ter sido institucionalmente subordinada ao Estado-

¹⁵⁰ PADRÓS, 2005, p. 16.

¹⁵¹ COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. O poder militar na América Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

¹⁵² STEPHAN, Claudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). **Conjuntura Global**, v. 5, n. 3, p. 537-565, set./dez. 2016. p. 538.

¹⁵³ COMBLIN, 1980, p. 21.

¹⁵⁴ FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela ESG no Brasil: a geopolítica de Golbery. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul.-dez. 2009. p. 841.

Maior das Forças Armadas, em seus cursos incluía civis como conferencistas e convidados como público-alvo, para além da formação ordinária de altos oficiais das Forças Armadas. Inclusive, devido à forte proeminência que os civis tiveram na Escola Superior de Guerra, alguns estudos históricos, como os de Maria Helena Moreira Alves, denominam o complexo ESG/IPES/IBAD¹⁵⁵ como a aliança conspiradora necessária para a concretização do Golpe civil-militar de 1964.¹⁵⁶

Apesar do elemento anticomunista ser intrínseco à DSN propagada nas escolas militares, Alves defende que, no caso brasileiro, o princípio desenvolvimentista não pode ser dissociado da mesma, inclusive acrescenta essa característica à nomenclatura do conceito, vinculando-o como elemento-chave da luta de classes do período. De acordo com a autora,

A Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento tem sido utilizada para justificar a imposição de um sistema de controles e dominação. Ela não pressupõe o apoio das massas, para a legitimação do poder de Estado, nem tenta obter este apoio; também não contém, como a ideologia fascista, uma teoria de supremacia racial ou uma aspiração imperial. Todavia, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento efetivamente prevê que o Estado conquistará certo grau de legitimidade graças a um constante desenvolvimento capitalista e a seu desempenho como defensor da nação contra a ameaça dos “inimigos internos” e da “guerra psicológica”. A legitimação é vinculada aos conceitos de desenvolvimento econômico e segurança interna. O slogan governamental “segurança com desenvolvimento” associa o desenvolvimento capitalista associado-dependente à defesa da segurança interna contra o “inimigo interno”.¹⁵⁷

Se o anticomunismo se destacou como um dos pilares estruturais da Guerra Fria e das ditaduras de segurança nacional, as fileiras militares representaram o campo fértil para a sua difusão na América Latina. Através da disseminação da DSN no subcontinente, a política interna de cada país da região passou a ser considerada, pelos interesses estadunidenses, como uma espécie de extensão de sua própria política interna, o que implicava em considerar o trato com a região de grau diferente em comparação ao resto do mundo. A DSN justificou a existência de um estado de guerra permanente contra o suposto inimigo interno, o qual demandava a aplicação de medidas fortes a fim de garantir a manutenção da estrutura vigente – ocidental, cristã, capitalista, “estadunizada”. Segundo Padrós, ela “associou diretamente o ‘subversivo’, portador de tensões e ‘contaminado’ por ideias e influências ‘estranhas’

¹⁵⁵ O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), fundado em 1961 por um grupo de empresários com financiamento estadunidense, firmou-se como um grande disseminador de propaganda anticomunista, integrando diversos movimentos sociais de direita a fim de criar a base de oposição civil ao então presidente João Goulart. Já o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), apesar de ter operado oficialmente apenas entre 1959 e 1963, constituiu um conluio entre empresários brasileiros e estadunidenses a fim de desestabilizar o governo e influenciar nos debates econômicos, políticos e sociais por meio de propaganda política anticomunista. Cf.: DREIFUS, René. **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1984.

¹⁵⁶ ALVES, 1985, p. 25.

¹⁵⁷ Ibid., p. 25-26.

(externas), com o comunismo”;¹⁵⁸ assim, a noção de “inimigo interno” ficou imprecisa, abrangendo toda e qualquer manifestação de insatisfação social contra a ordem vigente. Dessa forma, a possibilidade de enquadramento vago do “inimigo” ampliava o alcance da repressão estatal que combatia em nome da defesa dos valores da nação. Portanto, diante da ameaça de desestabilização dos interesses capitalistas pela articulação de movimentos sociais, os Estados Unidos e o séquito de militares e civis associados e forjados sob as diretrizes da DSN, achavam suficientemente clara e justificada a necessidade de eliminação desse “inimigo interno”, visto como foco letal de tensão e ameaça.

2.2.3 A Doutrina Francesa de Guerra Revolucionária

Ao longo dos últimos anos, a historiografia sobre as ditaduras tem aprofundado a análise sobre as ideologias militares da América Latina. A percepção de que a Doutrina Francesa de Guerra Revolucionária teve maior peso do que se supunha inicialmente vem ganhando mais espaço e atenção. De acordo com a Doutrina Francesa, há duas modalidades de guerras não declaradas que merecem atenção: 1) a *guerra insurrecional*, na qual um conflito interno parte da população armada e busca a deposição de um governo – João Roberto Martins Filho a caracteriza como uma guerra interna que não estava apoiada numa ideologia, mas restringia-se a processos empíricos particulares de um país;¹⁵⁹ e 2) a *guerra revolucionária*, tida como um conflito interno inspirado em uma ideologia, normalmente vinda do exterior, que visa a conquista do poder pelo controle progressivo da nação através de uma ação psicológica e subversiva com a população; possui uma doutrina específica (a marxista leninista), e objetiva “a conquista do mundo”, com um “caráter basicamente insidioso e subliminar, apresentando como elemento-chave a atuação sobre as ideias”;¹⁶⁰ esta ideologia da guerra revolucionária, em outras palavras, estaria compreendida dentro do espectro comunista soviético.

Desse modo, a guerra revolucionária assume formas psicológicas e indiretas, de maneira a evitar o confronto armado, tentando conquistar “as mentes do povo”, e lentamente disseminar as sementes da rebelião até encontrar-se em posição de iniciar a população contra as autoridades constituídas. Como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional, ela recruta seus combatentes entre a população do “país-alvo”. Por

¹⁵⁸ PADRÓS, 2005, p. 55.

¹⁵⁹ MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008. p. 43-45.

¹⁶⁰ *Ibid.*, p. 43.

definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituída de “inimigos internos” potenciais que devem ser cuidadosamente controlados, perseguidos e eliminados.¹⁶¹

Em 1969, o Estado-Maior das Forças Armadas conceituava a guerra revolucionária como “um processo permanente da subversão, conduzido por uma adestrada minoria comunista, infiltrada nos principais setores da estrutura administrativa e social dos países democráticos, visando a sua desagregação e substituição por uma sociedade comunista”.¹⁶² Para isso, como já defendia Golbery do Couto e Silva em textos da década de 1950, se impunha a necessidade de uma rede de informações que fosse capaz de detectar e neutralizar a infiltração e a guerra psicológica produzidas pela guerra revolucionária comunista.¹⁶³ Dessa forma, tornava-se indispensável um planejamento de segurança nacional alicerçado em um eficiente sistema de coleta de informações que, alimentado pelo controle sobre as atividades de todos os atores políticos e da sociedade civil, pudesse destruir a estratégia do comunismo internacional que buscava a “manipulação ideológica” da população, implementando assim uma guerra contrarrevolucionária.¹⁶⁴

De acordo com Leneide Duarte-Plon,¹⁶⁵ a Doutrina Francesa nasceu em decorrência da acumulação de experiências do Estado francês em suas guerras coloniais, onde enfrentara guerrilhas de libertação nacional na Ásia e na África. Entre as experiências acumuladas, elencam-se as das guerras da Indochina (entre 1946 e 1954) e da Argélia (entre 1954 e 1962). Nesses conflitos coloniais, os franceses identificaram cinco passos que conduziam à guerra revolucionária: 1) preparação do terreno e conquista da população; 2) formação de redes de organizações subversivas; 3) ações de grupos armados revolucionários; 4) formação de um exército revolucionário regular; e 5) conquista do poder.¹⁶⁶

Diante desse novo tipo de guerra, os franceses passaram a teorizar sobre ela, partindo da sua prática militar. Perceberam, assim, que o inimigo não vestia fardamento militar típico, nem se encontrava do outro lado da fronteira nacional, como durante a Primeira e Segunda Guerra Mundial. O inimigo, portanto, não era mais constituído por uma força militar estrangeira, mas estava espalhado em meio à população civil, além de ser extremamente móvel e ágil, o que dificultava sua neutralização. Era, portanto, uma ameaça potencialmente

¹⁶¹ ALVES, 1985, p. 38.

¹⁶² Estado-Maior das Forças Armadas, 1969, *apud* MARTINS FILHO, 2008, p. 48.

¹⁶³ ALVES, *op. cit.*, p. 41

¹⁶⁴ *Ibid.*, p. 38.

¹⁶⁵ DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra**. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

¹⁶⁶ MARTINS FILHO, *op. cit.*, p. 42.

mais perigosa por encontrar-se dispersa e oculta entre a multidão. Como já foi dito, quanto mais indefinida fosse a caracterização desse inimigo, maior o guarda-chuva de possibilidades de enquadramento dos indivíduos sob a insígnia da “subversão”. Se o inimigo não possuía uma característica bem definida, ele podia ser percebido como “qualquer um de nós”; tal noção detinha a capacidade de tornar a população civil refém da lógica da suspeição e desconfiança, fragilizando-a diante do Estado e “expondo-a frente a uma arbitrariedade que é justificada, paradoxalmente, em nome da própria segurança do cidadão”.¹⁶⁷ A Doutrina Francesa apresentava um variado repertório de ações para identificar e eliminar os opositores políticos.

O primado dos serviços de informação, o controle das populações civis, os interrogatórios “coercitivos” em centros clandestinos, o uso do soro da verdade, os desaparecimentos forçados de opositores, os esquadrões da morte, as execuções sumárias e a prática de jogar de um avião os “subversivos” ou “terroristas” são elementos da prática francesa da “guerra contrarrevolucionária”, o antídoto para a “guerra revolucionária”.¹⁶⁸

A Doutrina Francesa, nascida da reflexão e análise da luta pela contenção de movimentos populares de libertação nacional, forneceu o *modus operandi* que faltava à Doutrina de Segurança Nacional. A combinação de ambas proveu os componentes ideológicos/ subjetivos e militares/práticos que definiram que a vitória dos Estados de segurança nacional contra a “subversão”, na América Latina, não consistiria apenas no desarmamento e na detenção do inimigo, mas na sua eliminação política e física.

A partir de estudos que trazem à tona a relevância da Doutrina Francesa para as ditaduras, como os de João Roberto Martins Filho, observamos certas críticas à obra *Ideologia de segurança nacional*, de Joseph Comblin, que marcou a historiografia sobre o período. Apesar das críticas reconhecerem sua relevância para o estudo das ditaduras do Cone Sul, propõem novas perspectivas de análise. As principais considerações sobre a obra de Comblin recaem sobre certa simplificação do autor ao tratar os setores militares golpistas latino-americanos como “marionetes ideológicas” dos Estados Unidos, que importaram e adotaram a DSN como se não tivessem suas respectivas especificidades nacionais ou capacidade de construção de doutrinas militares próprias.¹⁶⁹ Muito embora Comblin não simplifique, de fato, essa narrativa, é possível que se perceba certa confusão a partir da indefinição dos conceitos de ideologia e doutrina. Enquanto a primeira se refere a um amplo

¹⁶⁷ PADRÓS, 2005, p. 100.

¹⁶⁸ DUARTE-PLON, 2016, p. 38.

¹⁶⁹ MARTINS FILHO, 2008, p. 40.

conjunto de ideais, valores e visão de mundo, a segunda trata do conjunto pontual de ensinamentos e princípios estratégicos, neste caso, militares. Comblin, ao tratar sobre a DSN, de fato a concebe muito mais como uma ideologia, visão de mundo. Inclusive, no seu livro, reconhece a influência de outras correntes doutrinárias, como a francesa, sobre a concepção militar estratégica nas bases intelectuais das ditaduras do Cone Sul.¹⁷⁰ Contudo, Comblin enfatiza, principalmente na DSN, a influência ideológica estadunidense como a base para a fundamentação dos governos de cunho antidemocrático que se instalaram na América Latina, visando conter projetos anti-imperialistas e comunistas.

Sabe-se que a aliança entre militares brasileiros e estadunidenses precedeu a formulação das doutrinas que marcaram os primeiros anos da Guerra Fria (lembremos da atuação da Força Expedicionária Brasileira, ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial), sedimentando uma longa convergência histórica de objetivos. Podemos considerar que a Escola Superior de Guerra desempenhou um papel de extrema importância ao reelaborar e divulgar uma doutrina que combinava o anticomunismo com o “reforço de disposições intervencionistas em nome do desenvolvimento nacional”,¹⁷¹ ou seja, dos interesses capitalistas e da relação de subordinação aos EUA.

No estudo de Eduardo Svartman, observamos sua preocupação em identificar na história militar brasileira a incorporação dos modelos francês e estadunidense na formação do pensamento das Forças Armadas, não resultando apenas em uma mera reprodução de suas cosmovisões doutrinárias, mas sim, em uma adequação e interpretação dessas estratégias, o que originou um modelo híbrido que guarda características tanto dos modelos emulados quanto do pensamento previamente existente.¹⁷² Para Duarte-Plon, a presença da Doutrina Francesa nas ditaduras do Cone Sul reforçou a DSN, aparelhando-a de novas concepções operacionais, alicerçadas na tese do inimigo interno.¹⁷³

O principal problema que se coloca para o Estado, na perspectiva da guerra revolucionária, é que, ao ser uma guerra não declarada de agressão indireta, o comunismo acaba se utilizando de uma estratégia indireta, infiltrando-se em toda sociedade, espalhando “inimigos internos” potenciais dentro do território nacional, e fora também.¹⁷⁴

Tal compreensão, fez com que os estrategistas da ditadura, em sintonia com os

¹⁷⁰ COMBLIN, 1980, p. 14.

¹⁷¹ SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O exército brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **R. Esc. Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 361-380, mai./ago. 2016. p. 373.

¹⁷² Ibid., p. 362.

¹⁷³ DUARTE-PLON, 2016, p. 37.

¹⁷⁴ FERNANDES, 2009, p. 850.

ensinamentos repressivos incorporados a partir da Escola das Américas e das missões francesas, incorporassem, também, a concepção de guerra total¹⁷⁵, que ganhou forma na “luta contra o comunista infiltrado, veneno ideológico, agitador social e político, artífice da dissolução da unidade nacional, antes de se metamorfosear, armas em punho, em guerrilheiros em busca da conquista do poder”.¹⁷⁶ De acordo com Maud Chirio, os ensinamentos da guerra revolucionária começaram a ser integrados aos currículos da Escola Superior de Guerra no final da década de 1950, quando a DSN passou a incluí-la como elemento-chave de seu conceito e roteiro.¹⁷⁷

Apesar de diversos estudos periodizarem a adesão do conceito de guerra revolucionária na América Latina entre os anos de 1961 e 1962, Martins Filho argumenta que o conceito já vinha sendo utilizado anteriormente, em específico no Brasil e na Argentina. Para o autor, a importação da Doutrina Francesa no Cone Sul foi iniciada pela Argentina em 1957, quando o coronel do Exército Carlos J. Rosas retornou da França e assumiu a subdireção da *Escuela Superior de Guerra* em Buenos Aires; a partir desse momento, a instituição incorporou outros militares com experiência em guerras coloniais em seu quadro docente e de direção.¹⁷⁸ Já no contexto histórico brasileiro, Duarte-Plon expõe que

as ideias francesas que teorizavam a guerra revolucionária teriam chegado ao Brasil pouco antes do golpe, em 1959, numa conferência pronunciada na ESG pelo coronel Augusto Fragoso. A partir de então, a doutrina francesa foi adotada pelo Estado-Maior das Forças Armadas, tornando-se o fermento do golpe de 1964. E, como provam os relatórios secretos e o testemunho de [Paul] Aussaresses, as ideias básicas dessa doutrina continuaram influentes depois da ruptura do processo constitucional.¹⁷⁹

O avanço dos ensinamentos da Doutrina Francesa aos militares brasileiros não se limitou àquela conferência. De acordo com Duarte-Plon, entre 1947 e 1974, 52 militares brasileiros foram diplomados na Escola Superior de Guerra de Paris. Dois terços deles realizaram seus cursos entre 1958 e 1974, tendo a sua formação orientada pela Doutrina Francesa. A autora também destaca a relação do general Paul Aussaresses, veterano da Segunda Guerra Mundial e das guerras na Indochina e Argélia, com os generais Ernesto

¹⁷⁵ Guerra total refere-se ao tipo de conflito beligerante, emergente do século XX, no qual é mobilizada a totalidade dos recursos humanos, industriais, militares e tecnológicos no esforço de guerra. Apesar de comumente se referir às duas Guerras Mundiais, o conceito também é utilizado na historiografia sobre as ditaduras de segurança nacional a fim de dimensionar a capacidade de articulação dos Estados nacionais no combate, na neutralização e na eliminação dos inimigos internos.

¹⁷⁶ CHIRIO, 2012, p. 20.

¹⁷⁷ Idem.

¹⁷⁸ MARTINS FILHO, 2008, p. 40.

¹⁷⁹ DUARTE-PLON, 2016, p. 46.

Geisel e João Baptista Figueiredo no período ditatorial no Brasil. O militar francês ministrou palestras na Escola Nacional de Informações (Esni), na década de 1970, e deu aulas regulares no Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS) em Manaus, em cursos de “interrogatórios coercitivos”, além de lecionar sobre as experiências tiradas da Batalha de Argel.¹⁸⁰

Em seus estudos sobre a relação dos militares franceses na exportação de técnicas de Terrorismo de Estado ao Brasil, Duarte Plon destaca a centralidade de Aussaresses na transmissão do *know-how* da teoria e prática da guerra revolucionária francesa tanto para oficiais brasileiros como para oficiais de escolas militares nos EUA. Segundo a autora, “os adidos militares franceses que serviram no Brasil durante a ditadura eram especialistas na ‘guerra contrarrevolucionária’ e alguns deles haviam dado cursos a militares sul-americanos na Argentina (Yves Boulnois), na França (Jean-Louis Guillot) e nos Estados Unidos (Paul Aussaresses)”.¹⁸¹ Dessa forma, “todo o *savoir-faire* da ‘guerra contrarrevolucionária’ foi transmitido pelos franceses, num percurso triangular que chegou à América Latina passando pelos Estados Unidos”, onde os militares brasileiros continuavam a ser treinados.¹⁸²

Conforme Martins Filho, um dos pressupostos basilares da Doutrina Francesa de guerra revolucionária concentrava-se na importância do controle informacional como elemento decisivo, sem o qual seria impossível combater esse novo tipo de inimigo.¹⁸³ Duarte-Plon corrobora no mesmo sentido, argumentando que o controle sobre os cidadãos passou a ser considerado um artifício imprescindível para enfrentar o inimigo interno.¹⁸⁴ Além disso, Comblin afirma que a DSN também foi fundamental para desfazer a distinção entre política externa e interna em termos do alcance repressivo. Nesse sentido, se o “inimigo interno” pode estar presente em outro país (exilado, banido ou clandestino), as fronteiras nacionais não podem ser empecilho para a aplicação de medidas “de segurança”. Dessa forma, a repressão passou a pautar-se pela diretriz das “fronteiras ideológicas”, que serviu de fundamento para ações como as da Operação Condor¹⁸⁵ no Cone Sul, a partir de 1975.

Feitas tais considerações, podemos concluir que a noção de guerra revolucionária foi

¹⁸⁰ DUARTE-PLON, 2016, p. 63.

¹⁸¹ Ibid., p. 61.

¹⁸² Ibid., p. 39.

¹⁸³ MARTINS FILHO, 2008, p. 41.

¹⁸⁴ DUARTE-PLON, op. cit., p. 48.

¹⁸⁵ Refere-se à cooperação repressiva entre as ditaduras do Cone Sul, que se uniram, a partir de 1975, a fim de montar um aparato de repressão, controle, espionagem e cooperação informacional regional a fim de localizar, prender, neutralizar e eliminar os “inimigos internos” comuns. Porto Alegre foi palco de um dos casos mais emblemáticos, no qual os uruguaios Universindo Diaz, Lilian Celiberti e os filhos dela, Francesca e Camilo, foram sequestrados por policiais uruguaios e brasileiros numa ação conjunta dos dois países, em 1978. Cf.: CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor**: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM Editora, 2008.

essencial para a apropriação e reformulação da Doutrina de Segurança Nacional no Brasil, enfatizando a ameaça da subversão interna, principalmente diante do crescimento da atuação dos movimentos sociais vinculados à classe trabalhadora, aos sindicalistas, militantes de partidos políticos, jornalistas e estudantes. Desta maneira, partiu-se da “afirmação da existência de uma ‘guerra interna’ contra um inimigo infiltrado por toda a sociedade, agente da conspiração internacional que solapava os valores e princípios dos que controlavam a ordem vigente”.¹⁸⁶ A ameaça a ser combatida era representada por “comunistas, intelectuais, operários, camponeses, líderes sindicais, estudantes e artistas, simpatizantes de ideias consideradas subversivas”.¹⁸⁷ Para garantir a segurança nacional ameaçada pelos inimigos internos, a necessidade da informação era inevitável. Cabia aos órgãos de informações fornecerem os recursos necessários para a sua detecção, neutralização e eliminação. Eles ocupavam uma posição nevrálgica no conflito percebido sob a lógica da DSN.

2.3 A inteligência brasileira e o Serviço Nacional de Informações (SNI)

Os contextos de repressão a movimentos de esquerda ou de dissidência política foram os grandes precursores de grande parte dos serviços de inteligência nacionais, forjando sua cultura organizacional e seus hábitos operacionais.¹⁸⁸ As origens dos atuais serviços secretos remetem às ações de policiamento político desenvolvidas na Europa na primeira metade do século XIX, quando os Estados identificaram ameaças em movimentos inspirados pela Revolução Francesa, bem como nos principiantes movimentos operário e socialista.¹⁸⁹

De acordo com Cepik, a experiência da *Okhrana*, a polícia secreta do regime czarista russo, que no final do século XIX caçava revolucionários russos exilados e monitorava as atividades de órgãos de segurança e inteligência estrangeiros atuando em território russo, tornou-se o símbolo que ainda persiste na associação entre inteligência e repressão política ao longo do século XX. O revolucionário russo Victor Serge realizou um diagnóstico muito preciso dessa organização em 1925, quando escreveu *O que todo revolucionário deve saber sobre a repressão*.¹⁹⁰ Em alguns países, as organizações de inteligência e segurança foram

¹⁸⁶ PADRÓS, 2005, p. 88.

¹⁸⁷ DUARTE-PLON, 2016, p. 37.

¹⁸⁸ LUSTGARTEN; LEIGH, 1996, *apud* CEPIK, 2003, p. 165.

¹⁸⁹ CEPIK, *op. cit.*, p. 99.

¹⁹⁰ “La *Ojrana* tenía la particular misión de buscar y vigilar constantemente a determinados revolucionarios, considerados como los más peligrosos, principalmente a los terroristas o a los miembros del partido socialista-revolucionario que practicaban el terrorismo”. *In*: SERGE, Victor. **Lo que todo revolucionario debe saber sobre la represión**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2019. p. 8.

separadas das polícias e da inteligência externa; em outros, entretanto, a inteligência interna ou de segurança constituíam um departamento especializado das próprias forças policiais; no Brasil e em outros países, a inteligência interna ou de segurança chegou a desdobrar-se diretamente das Forças Armadas, bem como da repressão aos movimentos de esquerda.¹⁹¹

Charles Tilly, em seus estudos sobre o Estado moderno, compreende que os serviços de inteligência modernos surgem a partir da dupla natureza informacional e coercitiva, que ainda hoje caracteriza estes órgãos.¹⁹² No entanto, o autor destaca que tratar os serviços secretos simplesmente como organismos repressivos impede que se compreendam suas especificidades em relação às principais organizações de força do Estado, como as Forças Armadas e as polícias. A diversidade de perfis organizacionais e de funções, como destacado anteriormente, evidencia o equívoco de caracterizar os órgãos como meras organizações de força do Estado. Dessa forma, “como parte do núcleo coercitivo do Estado contemporâneo, os serviços de inteligência desempenham um papel predominantemente informacional, com algumas funções diretamente coercitivas sendo exercidas por unidades específicas no sistema”.¹⁹³ No caso dos serviços de inteligência brasileiros, a dupla natureza coercitiva e informacional também se fez presente desde o momento de sua criação logo após o Golpe de Estado em 1964.

Segundo Cepik,

[...] a construção de serviços de inteligência pode ser interpretada em parte como um resultado direto do puro cálculo estratégico de governantes perseguindo fins previamente dados (vencer a guerra e ampliar sua dominação) e, em parte, como uma resultante mais ou menos imprevisível do esforço desses mesmos governantes para adequarem seus fins a um contexto situacional que precisava ser mais bem compreendido e no qual seu próprio papel enquanto sujeitos políticos interessados era pouco claro.¹⁹⁴

Para esta seção do capítulo, analisaremos a construção, institucionalização e modo de funcionamento do Serviço Nacional de Informações (SNI) a fim de compreendermos, então, a natureza do órgão produtor dos documentos que serão aqui analisados. No entanto, cabe também uma reconstituição histórica do serviço secreto brasileiro que precedeu a criação do SNI. Para isso, contaremos com o aporte teórico, principalmente, do trabalho de Lucas Figueiredo, *Ministério do silêncio*,¹⁹⁵ e de Carlos Fico, *Como eles agiam*.¹⁹⁶ Além destes,

¹⁹¹ CEPIK, 2003, p. 100-101.

¹⁹² TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996. p. 174.

¹⁹³ CEPIK, op. cit., p. 90.

¹⁹⁴ Ibid., p. 88.

¹⁹⁵ FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

cabe ressaltar também a obra de Priscila Carlos Brandão Antunes (2002), *SNI & Abin*, já citada neste capítulo, e de Ana Lagôa, *SNI: como nasceu, como funciona*,¹⁹⁷ que também serão levadas em conta em nesta análise. Visto que já foram discutidas as funções dos órgãos de inteligência na máquina do Estado, o conceito de segurança nacional (vinculado à violência estatal) e a utilização dos serviços de informações para a neutralização do “inimigo interno” sob a DSN, cabe aqui avançar e desdobrar de que maneira todos estes elementos deram à luz ao SNI, um dos objetos essenciais deste estudo.

2.3.1 A gênese do serviço de inteligência no Brasil

Nas pesquisas desenvolvidas sobre o Serviço Nacional de Informações, percebe-se que os textos que tratam sobre o órgão iniciam comumente suas exposições citando a Lei N° 4.341 de 13 de junho de 1964, que criou a instituição, e o papel de destaque do general da reserva Golbery do Couto e Silva na sua articulação. De fato, a fundação do SNI é bastante relevante e um ponto de inflexão na história do sistema de inteligência no país. No entanto, de acordo com Lucas Figueiredo, a história oficial sobre os serviços secretos brasileiros desconsidera o papel desenvolvido pelo Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), o primeiro serviço de informações do país criado em 1946, durante a presidência do general Eurico Gaspar Dutra. Segundo o autor, tal organismo tem sido percebido como pouco importante ou experiência malsucedida e ineficiente. Assim, elege-se o SNI como o nascimento dos trabalhos de inteligência, de fato, no Brasil. Figueiredo, entretanto, ao discordar desta proposição, traz à tona a relevância do SFICI para a constituição do serviço secreto brasileiro, trabalhando com a noção de permanências do processo histórico, além de simples rupturas, a fim de entender o seu papel para a institucionalização e funcionamento do SNI como o conhecemos hoje.

Avalia-se a importância da obra de Figueiredo para o estudo dos órgãos de inteligência brasileiros em razão da qualidade de sua pesquisa, apesar do seu texto ser pincelado por diversas locuções desnecessárias, caricatas e burlescas que, mesmo compreendendo que possam ser elementos que tornam o texto um pouco mais palatável e comercial, não são adequadas à leitura de alguns historiadores, nos quais me incluo.¹⁹⁸ Todavia, isto não tira o

¹⁹⁶ FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

¹⁹⁷ LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

¹⁹⁸ Por exemplo: “[...] o cearense Castello Branco era feio de doer. [...] Desprovido de pescoço, a cabeça era

valor de seu trabalho, nem da contribuição que traz à historiografia, visto que o tamanho e a qualidade da pesquisa que desenvolveu em arquivos e junto à bibliografia produzida são relevantes, o que justifica a escolha da obra como uma das principais fontes para esta seção.

No Brasil, o embrião do serviço secreto foi concebido com a criação do Conselho de Defesa Nacional (CDN), em 1927, durante a presidência de Washington Luís, que tinha como objetivo reunir informações de ordem financeira, econômica, bélica e moral para a defesa da pátria. Dentre suas maiores preocupações, elencava-se o “acompanhamento do movimento operário, eventuais repercussões da Revolução Russa de 1917 e os impactos das crises econômicas no país”.¹⁹⁹ Durante o governo de Getúlio Vargas, em 1930, o CDN foi munido de assessoria técnica, passando a ter escritórios dentro de ministérios civis, chamados de Seções de Defesa Nacional, a fim de gestar o controle da sociedade. Convertendo a Polícia do Distrito Federal e o Ministério da Guerra (dirigido por Eurico Gaspar Dutra) em serviços secretos clandestinos, estes passaram a dedicar-se à caça aos inimigos do governo, identificando, por exemplo, a presença de alemães nazistas (tidos como espões de Hitler) circulando pelo Rio de Janeiro durante a década de 1940.²⁰⁰ Outros assuntos também surgiram em seus boletins de informações, especialmente relacionados às greves operárias e às reivindicações trabalhistas da época, indo ao encontro das considerações de Cepik em relação à ideia de que a gênese dos órgãos de inteligência está vinculada à repressão estatal contra os movimentos sociais.

2.3.2 O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI)

O Serviço Federal de Informações e Contra-Informações (SFICI), criado em setembro de 1946 durante a presidência de Dutra, foi oficialmente o primeiro serviço secreto brasileiro. Apesar de ser um órgão civil, era subordinado ao Conselho de Segurança Nacional (CSN), novo nome dado ao Conselho de Defesa Nacional. Como vemos, a militarização dos serviços de inteligência no país não foi iniciada apenas com a criação do SNI durante a ditadura de 1964, porquanto já vinha como tendência política anterior, ainda na década de 1940. Contemporâneo da fundação da Escola Superior de Guerra no Brasil, o SFICI absorveu e

enterrada diretamente no tronco, o que lhe acentuava ainda mais a carranca. Na juventude, Castello Branco fora apelidado de Corcunda de Notre Dame, tenente sem pescoço, quasímodo e torno.” *In*: FIGUEIREDO, 2005, p. 122-123. Ou: “Quarto de uma família de 11 filhos, Arthur da Costa e Silva era uma criança mandona.” *In*: *Ibid.*, p. 149.

¹⁹⁹ BRASIL, 2014(a), p. 114.

²⁰⁰ FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 42.

adequou a DSN à realidade nacional, utilizando-a na perseguição à ideologia “estrangeira” que “ameaçava” a segurança nacional. Todavia, o real funcionamento do SFICI aconteceu somente durante o governo de Juscelino Kubitschek, quando em abril de 1956 o presidente determinou a criação de uma equipe encarregada de montar o Serviço, tendo o governo estadunidense, na pessoa de John Foster Dulles²⁰¹ (secretário de Estado dos EUA durante a presidência Eisenhower), dado assistência para sua concretização.²⁰²

A equipe do SFICI foi formada inicialmente pelo coronel Humberto de Souza Mello (ex-comandante da Polícia Militar do Distrito Federal e ex-secretário de Segurança Pública de Pernambuco), pelo capitão Rubens Bayma Denys (filho do general Odylio Denys, comandante da Zona Militar Leste do Rio de Janeiro),²⁰³ pelo major da cavalaria Geraldo Knack e pelo delegado de polícia José Henrique Soares (homem de confiança de Kubitschek). Essa equipe partiu para Washington, nos EUA, com as despesas pagas pelo governo estadunidense, a fim de passar dois meses visitando a CIA e o FBI com o objetivo de aprender sobre planejamento e execução de operações de espionagem, organização de arquivos de inteligência e absorção do ideário anticomunista.²⁰⁴

Após a Revolução Cubana de 1959, o SFICI assumiu a missão de identificação e neutralização de quaisquer manifestações populares que demonstrassem simpatia a Cuba no território nacional. De acordo com Figueiredo, “os estudantes – candidatos naturais a Che Guevara – foram o alvo inicial. O SFICI começou a vasculhar nas universidades e escolas secundárias qualquer atitude simpática a Cuba”.²⁰⁵ Desde então, esse grupo passou a ser um dos alvos prioritários da inteligência brasileira.

Os estudantes têm sido os mais ativos no trabalho de solidariedade à obra criadora do anti-imperialismo cubano. Aí estão para confirmar [...] o convite dos estudantes de Direito de Goiás a Fidel Castro para paraninfar a turma de bacharelados de 1960 e a greve vitoriosa dos estudantes de economia do R.G.Sul, com o objetivo de forçar o Itamaraty a conceder vistos [...] aos jovens cubanos convidados àquele certame.²⁰⁶

O PCB de Luís Carlos Prestes e seus seguidores também se tornaram alvo da mira ostensiva da vigilância, especialmente quando ocorriam eventos públicos e reuniões que

²⁰¹ John Foster Dulles é pai de John Watson Foster Dulles, historiador estadunidense autor de diversos livros sobre indivíduos da direita brasileira, como Castello Branco e Carlos Lacerda.

²⁰² FIGUEIREDO, 2005, p. 63.

²⁰³ Mello foi comandante do II Exército no governo Médici, enquanto que Denys foi membro da assessoria do Conselho de Segurança Nacional durante a gestão Geisel e chefe do Gabinete Militar no governo Sarney. *In*: BRASIL, 2014(a), p. 115.

²⁰⁴ FIGUEIREDO, op. cit., p. 64-65.

²⁰⁵ *Ibid.*, p. 73.

²⁰⁶ Estudo sobre Prensa Latina e atividades cubanas no Brasil, de 22 de novembro de 1960. Do Sfici. Secreto. AA. *apud* FIGUEIREDO, op. cit., p. 74.

tivessem cobertura da imprensa. Em relatório elaborado pelo SFICI sobre o 5^a Congresso do PCB (ocorrido entre agosto e setembro de 1960), dos nove nomes registrados do Partido, cinco foram mortos pela posterior ditadura (Carlos Marighella, Pedro Pomar, Maurício Grabois, David Capistrano e Joaquim Câmara Ferreira). Da lista, quatro escapariam com vida, sendo dois deles torturados pela mesma repressão (Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho). Dessa forma, “em 1960, sob o governo democrático de JK, o SFICI havia contribuído com a sua parte”.²⁰⁷ Faltava, entretanto, a profissionalização do Serviço através de métodos e procedimentos-padrão, quando foram elaborados os primeiros manuais sobre teoria e prática de espionagem.

O SFICI acumulou em seu arquivo informações que poderiam ser pesquisados por nome, atividade profissional, atuação na sociedade, área geográfica ou posicionamento ideológico. O arquivo contou com uma referência para o próprio governo que, mesmo com uma pequena estrutura, conseguia manter sob vigilância alguns comunistas e adversários políticos de Juscelino Kubitschek (1956-1961).²⁰⁸

Como forma de garantir maior eficiência, o SFICI adotou, nos seus relatórios, uma tabela capaz de classificar o tipo de fonte (em letra) e a confiabilidade (em número) dos dados nas informações que produzia. A fonte era classificada em: A) absolutamente idônea; B) idônea; C) razoavelmente idônea; D) nem sempre idônea; E) inidônea; F) não pode ser julgada. Já a confiabilidade do dado era enumerada como: 1) confirmado por outros (ou visto por uma pessoa “A”); 2) provavelmente verdadeiro; 3) possivelmente duvidoso; 4) duvidoso; 5) provavelmente falso; 6) não pode ser julgado. Por esta tabela, o analista de informação poderia mencionar em seu documento a qualidade da fonte e exatidão do dado, como A1, A2, B2, D4, etc.²⁰⁹ A mesma ordenação foi adotada posteriormente pelo SNI para a classificação das fontes em seus informes e informações.

Dentre os teóricos do serviço secreto brasileiro, Golbery do Couto e Silva é considerado, além de um dos maiores conspiradores do país, o principal formulador do sistema de inteligência brasileiro e do SNI. Sua trajetória foi fortemente marcada pela cultura estadunidense do pós-Segunda Guerra Mundial, quando se dedicou à análise das academias militares daquele país. Seus estudos aprofundados renderam-lhe destaque na ESG como o principal articulador da DSN no Brasil. Durante o curto governo de Jânio Quadros em 1961, Golbery, então coronel, chefiava o gabinete da Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, desde o qual coordenava o SFICI devido à sua renomada trajetória em teorias de

²⁰⁷ FIGUEIREDO, 2005, p. 84.

²⁰⁸ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 272.

²⁰⁹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 85-86.

serviço secreto.

O primeiro ato do coronel do SFICI foi cercar-se de bons oficiais. Quatro foram os escolhidos: o coronel Ednardo D'Ávila Mello e os tenentes-coronéis João Baptista Figueiredo, Walter Pires e Mário Andreazza (este último, outro estudioso da atividade de informações, que escrevera para a ESG, em 1960, um importante trabalho sobre o tema).²¹⁰

Com o intuito de preparar o Serviço para a guerra interna que vislumbrava como inevitável, Golbery iniciou o processo de capacitação dos agentes através de um curso da ESG, em agosto de 1961, no qual foram lecionadas diversas técnicas de espionagem e vigilância. Durante essa formação, iniciou-se a grave crise política ocasionada pela renúncia do presidente Jânio, desencadeando a tentativa de Golpe de Estado contra a posse do vice-presidente João Goulart, bem como a Campanha pela Legalidade, que impediu a tentativa golpista de ser bem sucedida e, conseqüentemente, garantiu o cumprimento constitucional do devido sucessor à presidência em caso de vacância do cargo. Superado o impasse, no dia que Jango assumiu a presidência, o Diário Oficial da União anunciou as demissões de Golbery e dos seus principais assessores no SFICI, dentre os quais estavam o então tenente-coronel João Baptista Figueiredo.²¹¹

Após deixar o SFICI, Golbery dedicou-se ao Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), órgão que reunia o pensamento conservador da época numa grande articulação empresarial que conspiraria abertamente contra o governo Goulart, como bem demonstrou a volumosa e qualificada pesquisa de René Dreifus.²¹² No IPES, Golbery organizou um serviço secreto privado dedicado a reunir informações, constituído de um importante banco de dados sobre organizações, entidades e indivíduos associados com o pensamento de esquerda e centro-esquerda.²¹³ Enquanto isso, o SFICI foi reorganizado pela presidência de João Goulart; na prática, ficou ainda muito pouco assistido no que se referia a pessoal e estrutura. O momento nodal da instituição foi marcado pela conferência do tenente-coronel Carlos Ramos de Alencar na Escola Superior de Guerra, seis meses antes do Golpe de 1964. Na ocasião, o então chefe do SFICI enumerou todas as fragilidades que enfrentava o Serviço, incluindo uma legislação cheia de entraves, falta de autonomia financeira, dificuldade de acesso direto ao presidente (visto que era subordinado ao CSN) e ausência de uma Agência Regional em

²¹⁰ FIGUEIREDO, 2005, p. 96.

²¹¹ O curso de capacitação citado seria encerrado por Figueiredo no dia seguinte à posse de Jango, 08 de setembro. Figueiredo havia sido o responsável por supervisionar todas as fases de aprendizagem dos alunos-espiões. Contudo, não compareceu ao encerramento. *In*: Ibid., p. 104-105.

²¹² DREIFUS, 1984.

²¹³ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 270.

Brasília. Foi dada em bandeja, pelo próprio chefe do SFICI, a informação de que o órgão não contava com pessoal suficiente para defender o Estado; não foi levado em conta, entretanto, que os dados foram revelados em plena ESG, um dos principais centros de conspiração contra Jango.²¹⁴

Quando o golpe de Estado foi deflagrado, em 1964, as instalações do SFICI, no Rio de Janeiro, foram ocupadas pelos golpistas, sem oferecer resistência. “Integrantes do SFICI admitidos havia menos de um mês eram na verdade a quinta-coluna dos conspiradores. Tratava-se de dois oficiais do Exército ligados a Figueiredo e Golbery: os tenentes-coronéis Newton Cruz e Octavio de Medeiros, que nos anos seguintes se tornariam figuras centrais no serviço secreto”,²¹⁵ Cruz como chefe da Agência Central do SNI entre 1977 e 1983, e Medeiros como ministro-chefe do SNI durante o governo de Figueiredo, entre 1979 e 1985.

2.3.3 A criação do SNI sob a DSN

Para oficializar as primeiras medidas de institucionalização da nova ordem golpista de 1964, o primeiro Ato Institucional (AI-1) foi assinado pela Junta Militar em 09 de abril colocando em funcionamento a chamada “Operação Limpeza” que, baseada nos princípios da DSN, autorizava a cassação de mandatos, demissão sumária e suspensão de direitos políticos por dez anos de todas as pessoas consideradas opositoras ao novo governo. Por meio do AI-1, as universidades foram atingidos com muitos desligamentos de professores, funcionários e estudantes percebidos como comunistas, subversivos e agitadores, ou seja, “inimigos internos” da nação.

Não tardou para que o general Humberto Castelo Branco, escolhido para ser o primeiro militar a presidir o Brasil sob o novo regime, recorresse a Golbery do Couto e Silva com a missão de formular de um novo serviço de inteligência; desta vez, o órgão a ser criado deveria corrigir as imperfeições que o SFICI havia deixado de exemplo, especialmente quanto ao estabelecimento de uma ligação direta à Presidência, e não intermediada pelo Conselho de Segurança Nacional, como fora até então. Em 11 de maio de 1964, pouco mais de um mês após o golpe de Estado, o Projeto de Lei Nº 1.968, redigido por Golbery, propunha a criação do Serviço Nacional de Informações. Apesar de curto – continha apenas três páginas –, o decreto indicava que o novo serviço secreto seria muito mais forte e poderoso que seu

²¹⁴ FIGUEIREDO, 2005, p. 113.

²¹⁵ Ibid., p. 117.

antecessor, justamente por eliminar intermediários e ligá-lo diretamente à Presidência da República. Dentre as novidades que o SNI apresentava, constavam: 1) autonomia financeira; 2) possibilidade de abertura de agências regionais nas principais capitais do país; 3) absorção de toda a estrutura do SFICI pela agência do Rio de Janeiro; 4) contratação de colaboradores fora dos quadros do serviço público, por meio de “verbas secretas”; 5) não obrigatoriedade de tornar suas informações públicas, especialmente sobre sua organização interna e seu funcionamento, nem mesmo ao Congresso Nacional; e 6) ser o único órgão do Executivo a não estar submetido a nenhum tipo de controle externo.²¹⁶

De forma sucinta, a história do SFICI, como o primeiro serviço de inteligência do Brasil, foi apresentada aqui a fim de compreendermos a evolução dos órgãos de inteligência no país e entendermos as rupturas e permanências que suscitaram a criação do SNI, objeto de nosso estudo. Sobre os fatores de permanência, Lucas Figueiredo contribui com as seguintes constatações: 1) o núcleo do SNI foi formado por “Sficianos”, como Golbery do Couto e Silva, Newton Cruz, Octavio Medeiros e João Baptista Figueiredo (chefe da Agência Regional do Rio de Janeiro entre 1964 e 1966 e ministro-chefe do SNI entre 1974 e 1979); 2) todos os governos ditatoriais entre 1964 e 1985 tiveram ministros que passaram pelo SFICI: Golbery, Figueiredo, Andreazza, Medeiros e Walter Pires;²¹⁷ 3) dois pioneiros do SFICI, Ednardo D’Ávila Mello e Humberto de Souza Mello, destacaram-se como executores da repressão da ditadura;²¹⁸ 4) a Agência do Rio de Janeiro foi alimentada pelas fichas oriundas do SFICI, bem como pelos fichários organizados por Golbery no IPES, tornando-se, posteriormente, o arquivo da Agência Central do SNI; 5) o SNI herdou do SFICI diversos manuais de funcionamento do serviço secreto e aplicação da Doutrina de Segurança Nacional na área de informações, além do histórico da inteligência no Brasil e guias práticos de operações clandestinas; e, por fim, 6) estudos do SFICI foram utilizados por João Figueiredo para novos materiais de formação de agentes, em 1965.²¹⁹

A atuação do SFICI foi herdada pelo SNI como um ponto de partida para o

²¹⁶ FIGUEIREDO, 2005, p. 124-125.

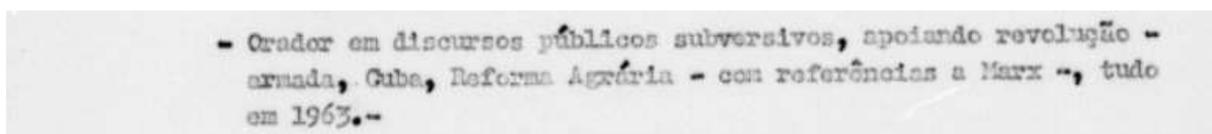
²¹⁷ Golbery do Couto e Silva foi ministro-chefe do SNI no governo Castelo Branco e chefe da Casa Civil nos governos de Geisel e Figueiredo; João Baptista Figueiredo foi ministro-chefe do Gabinete Militar nos governos Médici e Geisel e, neste último, assumiu o cargo de ministro-chefe do SNI; Mário Andreazza foi ministro dos Transportes nos governos Costa e Silva e Médici, e ministro do Interior na gestão Figueiredo; Otávio Aguiar de Medeiros foi ministro-chefe do SNI durante a gestão Figueiredo, que também contou com Walter Pires de Carvalho e Albuquerque como ministro de Estado do Exército.

²¹⁸ De acordo com o Relatório da CNV, o coronel do Exército Ednardo D’Ávila Mello “foi comandante do II Exército quando, nas dependências do DOI-CODI/II Exército, foram mortos, mediante tortura, o jornalista Vladimir Herzog e o operário Manuel Fiel Filho”. *In*: BRASIL, 2014(a), p. 115.

²¹⁹ FIGUEIREDO, *op. cit.*, p. 132-133.

aprimoramento das atividades de inteligência no Brasil, desta vez incorporando ainda mais os preceitos da DSN sob o comando de um Estado militarizado e ditatorial. Nesse sentido, alguns aspectos desses elementos nascidos no SFICI refletem na produção de inteligência do SNI, tanto no sentido do histórico dos registros informacionais quanto na própria classificação dos informes. No exemplo do informe a seguir (Figura 3), produzido pela Agência de Porto Alegre (APA) do SNI em fevereiro de 1969, seu conteúdo versa sobre o histórico de Marco Aurélio de Almeida Garcia, estudante de Direito da UFRGS que foi indiciado pela Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da Universidade para ser afastado da instituição. Em sua Ficha Informativa, constam informações sobre seu comportamento político-ideológico desde 1963, ou seja, de um período anterior à existência do SNI, o que atesta que o órgão fez uso de materiais de inteligência produzidos anteriormente à sua fundação.

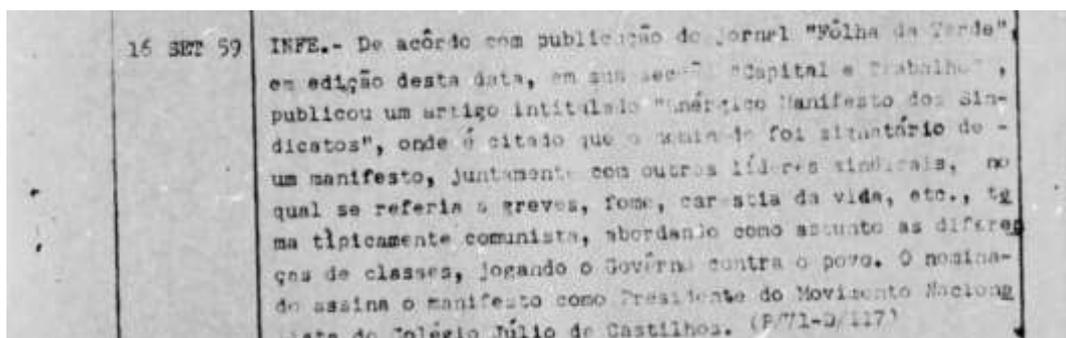
Figura 3 – Registros de 1963



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011042. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

Em outro documento, conforme consta a seguir (Figura 4), também produzido pela APA/SNI, desta vez de junho de 1971, encontra-se registrado uma relação dos antecedentes de Enio Jorge Arízio Squeff, cogitado para ser assistente do professor João Francisco Ferreira, do Departamento de Jornalismo da UFRGS, para a disciplina de Cultura Brasileira daquele curso. No histórico de Squeff, consta uma informação *osint* (de caráter ostensivo, ou seja, oriunda dos meios de comunicação, neste caso, do jornal Folha da Tarde), datada de setembro de 1959, na qual o mesmo é citado em um manifesto reivindicando pautas “tipicamente comunistas”, em temas como greves, fome e carestia. Novamente, é possível observar que as informações utilizadas pelo SNI, em muitos casos, aparecem como muito anteriores à própria existência do órgão.

Figura 4 – Registros de 1959



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85010937. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

No que tange à questão da classificação dos informes, a documentação do SNI também segue os preceitos avaliativos criados pelo SFICI, utilizando-se de letras e números para aferir a confiabilidade da fonte. No exemplo a seguir (Figura 5), observamos que a informação foi avaliada como A-1, ou seja, “absolutamente idônea” e “confirmado por outros (ou visto por uma pessoa ‘A’)”. Apesar de tal classificação não aparecer em todos os informes, grande parte dos documentos analisados segue esta mesma correspondência.

Figura 5 – Avaliação A-1

D A T A	: 07 NOV 79
ASSUNTO	: ESTUDANTES GAÚCHOS PARTICIPANTES DO III ENE
AValiação	: A-1
ORIGEM	: APA/SNI
DIFUSÃO	: SS ARQ
ANEXO	: DADOS DE QUALIFICAÇÃO E TERMO DE DECLARAÇÕES

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000768. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

Podemos concluir, assim, que a existência do serviço de inteligência no Brasil é anterior à fundação do SNI, e que a experiência e herança deixada para o órgão, seja através de manuais operacionais, tabelas de classificação ou registros, não pode ser desconsiderada nem tampouco diminuída, sobretudo porque a inteligência produzida pelo SFICI continuou influenciando nas decisões governamentais muito tempo após sua extinção. Se, entretanto, o SFICI foi um embrião ou uma prévia do que estaria por vir, o SNI representou o nascimento daquilo que transformaria para sempre o rumo da história do serviço secreto brasileiro.

Quando encerrou o prazo estabelecido para as cassações e suspensões de direitos políticos promovidas pelo AI-1 (de fato, dois dias antes da data anunciada), o Projeto de Lei de Golbery foi aprovado, no dia 13 de junho de 1964, extinguindo o antigo SFICI e criando o

Serviço Nacional de Informações. A proposta de lei causou desconforto entre os políticos do Congresso, que temiam que o novo órgão tivesse um caráter propagandístico, como o antigo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) de Getúlio Vargas. Nesse sentido, a “Operação Limpeza” promovida pelo AI-1 eliminou do Poder Legislativo os principais e potenciais opositores do novo projeto, os quais poderiam criticar a criação de um órgão que, na prática, se sobrepunha aos Três Poderes, ficando imune à fiscalização, ao controle externo ou a qualquer outro tipo de intermediação.²²⁰ Assim, por meio da Lei Nº 4.341, e com a aprovação da maioria de um Congresso desfalcado pelo AI-1, oficializou-se o nascimento do SNI.

De acordo com seu decreto de fundação, o SNI tinha como incumbência o assessoramento do presidente da República na orientação e coordenação das atividades de informação e contrainformação, coletando, avaliando e integrando as informações, além de promover a difusão adequada das mesmas. Estes preceitos, por si só, vão ao encontro das definições trazidas por Cepik sobre o papel dos órgãos de inteligência na máquina estatal, como apontado no início do capítulo. No entanto, uma das principais prerrogativas do SNI, identificada no segundo parágrafo do seu artigo 4º, era a isenção de qualquer obrigação de divulgação a respeito da sua organização, de efetivos e de funcionamento, violando por completo princípios democráticos de transparência em relação à sua operação. Além disso, constava no artigo 5º que, ao chefe do SNI, eram devidas honras e prerrogativas de ministro do Estado, elevando os poderes de quem estivesse em seu comando.²²¹

Para a montagem do SNI, Golbery, primeiro ministro-chefe do órgão, contou com o então coronel João Baptista Figueiredo, com quem já havia trabalhado no SFICI e IPES, para assumir o segundo cargo mais importante no órgão: o comando da Agência Central (AC).²²² O artigo 4º da lei de criação do SNI autorizava a abertura de agências regionais sediadas em capitais estaduais; apesar de não especificar o número, estava implícito que cabia ao ministro-chefe definir quantas eram necessárias. Ao todo, foram distribuídas 12 agências regionais nos seguintes estados: Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, São Paulo, Pernambuco, Pará, Amazonas, Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Bahia, Ceará e Goiás. A Agência Central, que inicialmente havia sido instalada no Rio de Janeiro, acabou sendo transferida para

²²⁰ FICO, 2001, p. 39-40.

²²¹ BRASIL. Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 jun. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

²²² FIGUEIREDO, 2005, p. 135.

Brasília, ficando a do Rio de Janeiro como Agência Regional.²²³

Um importante documento produzido como material de estudo para a Escola Superior de Guerra, em 1965, trazido a público por Lucas Figueiredo, revela a posição de João Figueiredo, chefe da AC/SNI, acerca do funcionamento do Serviço:

A guerra revolucionária [...] visando à conquista da mente da população – mediante o emprego de todos os meios e contando, quando pouco, com a ajuda psicológica do exterior – pode dar origem a situações no âmbito interno que ponham em perigo a consecução ou a salvaguarda dos próprios interesses e aspirações nacionais. Os exemplos da Coréia, de Cuba e do Vietnã estão bem presentes aos nossos olhos. [...] Esta é a razão por que, em última instância, pode-se afirmar que o SNI deve produzir informações. Onde deverá o SNI buscar os informes que possam, uma vez processados [...], levar à produção de informações necessárias à ação governamental? [...] Nos próprios setores governamentais, federais, estaduais, municipais e até mesmo, quando necessário, no setor privado. Esses [são] os canais normais para a busca e coleta subsequente. Haverá casos, entretanto, [em] que esses canais normais não terão possibilidades físicas de produzir os informes e informações solicitados ou que não haja conveniência de sua solicitação, para manutenção do sigilo [da missão] [...]. Surge daí [...] [a necessidade de o SNI ter] a possibilidade de buscar [os dados] por conta própria, deixando de lado a rede de busca ostensiva e utilizando canais a que chamaremos de “secretos” [...]. É a “busca clandestina”, que, pelas suas peculiaridades, toma a denominação de “operação especial”.²²⁴

De acordo com o excerto, é possível identificar como a Doutrina Francesa de guerra revolucionária, aliada à Doutrina de Segurança Nacional, impactou na estruturação da missão do SNI. Coreia, Vietnã e Cuba são apontados como exemplos de situações nas quais o inimigo interno não foi controlado e eliminado a tempo, comprometendo a segurança nacional que deveria ser assegurada pelo Estado. Percebe-se, também, a importância dada à informação como arma para a “guerra interna” a ser enfrentada. Assim, não se devia limitar a natureza do SNI apenas a sua contribuição informacional, visto que o caráter coercitivo do órgão estava presente no discurso quando Figueiredo reconhecia a utilização de “canais secretos”, “busca clandestina” e “operação especial” como necessários para seu funcionamento. O SNI, no entanto, apenas como órgão centralizado, não cumpriria sua missão se não pudesse estender seus tentáculos às diversas outras esferas do poder estatal.

²²³ SERVIÇO Nacional de Informações. **ABIN**, Brasília, DF, s/d. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/institucional/historico/1964-servico-nacional-de-informacoes-sni/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

²²⁴ CI-69-65/C4-64-65 – O Serviço Nacional de Informações, do coronel João Baptista Figueiredo (Departamento de Estudos), de 1965. Da ESG *apud* FIGUEIREDO, 2005, p. 136-137.

2.3.4 A comunidade de informações

Quando o general Costa e Silva foi empossado presidente, em 15 de março de 1967, Golbery deixou a chefia do SNI, sendo substituído pelo general Emílio Garrastazu Médici (futuro presidente a partir de 1974), que planejava fortalecer ainda mais o Serviço. Nesse sentido, revitalizou as Seções de Defesa Nacional que, em 1934, durante o governo de Getúlio Vargas, haviam sido criadas e instaladas nos ministérios civis. Tais organismos, subordinados ao Conselho de Defesa Nacional, serviam ao governo na manutenção da defesa nacional nos diversos ministérios e no controle da sociedade civil.²²⁵ Muitas dessas Seções de Defesa Nacional existiam apenas no papel, enquanto outras haviam deixado de operar apesar de não terem sido extintas oficialmente. Aproveitando a existência das mesmas, no dia 04 de julho de 1967, através do Decreto nº 60.940, Costa e Silva decidiu reorganizar o SNI, medida que considerou “necessária” para o controle da “subversão” que crescia cada vez mais e temia que se infiltrasse em mais instâncias estatais.²²⁶ Dessa forma, foi ordenada a reformulação das Seções, que passaram a ser chamadas de Divisões de Segurança e Informações (DSI).²²⁷

Em cada ministério civil, foi instituída uma DSI, servindo como uma espécie de “minisserviço secreto” comandada pelo SNI.²²⁸ Mas a mudança não terminava aí. Para cada órgão público e autarquia federal foi designada a criação de uma Assessoria de Segurança e Informações (ASI), que também funcionava como uma extensão do SNI em todos os organismos e empresas públicas federais – Correios, Petrobrás, Embratel, Funai, IBGE, bancos, Rede Ferroviária Federal, Ibama, universidades, dentre tantas outras.²²⁹ O SNI, desta forma, passou a expandir seu poder e vigilância de forma vertiginosa, contando com recursos ainda maiores para o desempenho de suas missões.²³⁰

²²⁵ BRASIL. Decreto Nº 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. Da organização ao Conselho da Defesa Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 02 mar. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-public-acaoriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

²²⁶ ANTUNES, 2002, p. 57.

²²⁷ MINISTÉRIO da Justiça – Divisão de Segurança e Informações (DSI). *Guía de Archivos y Fondos Documentales. Instituto de Políticas Públicas em Derechos Humanos Mercosur*. Buenos Aires, s/d. Disponível em: <http://atom.ipdh.mercosur.int/index.php/ministerio-da-justica-divisao-de-seguranca-e-informacoes-dsi>. Acesso em: 23 mar. 2020.

²²⁸ Em maio de 1970, as DSIs deixaram de ser subordinadas ao Conselho de Segurança Nacional (novo nome dado ao antigo Conselho de Defesa Nacional) e passaram à subordinação direta do SNI. *In*: ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 132.

²²⁹ Segundo a Coordenação Regional do Arquivo Nacional de Brasília, foi realizada pesquisa na base de dados do SNI a fim de identificar as DSIs, ASIs e AESIs (Assessoriais Especiais de Segurança e Informações) existentes durante a ditadura. O resultado apontou a localização de 249 órgãos setoriais de informações, cujas documentações encontram-se disponíveis para pesquisa no Arquivo Nacional. *In*: *Ibid.*, p. 61.

²³⁰ ANTUNES, *op. cit.*, p. 58.

Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, as Assessoriais Especiais de Segurança e Informações (AESI, renomeadas de ASI a partir de 1975) foram criadas nas universidades a partir de 1971, após aprovação do Ministério da Educação e Cultura (MEC). Apontadas como órgãos subordinados aos reitores e encarregados de assessorá-los em assuntos referentes à segurança nacional no âmbito universitário, o autor defende que o documento de fundação das AESI nas universidades deve ser encarado com ceticismo, visto que muitas vezes as mesmas “serviram de canal para o exercício de pressão e controle sobre as reitorias, ações provenientes da cúpula do Estado e dos serviços de informações”, especialmente no sentido de produção e difusão de informações acerca do meio estudantil para os órgãos de inteligência.²³¹

Outros organismos de inteligência foram criados, dentro das Forças Armadas, que colaboraram para a montagem da engrenagem informacional e repressiva da ditadura. No dia 02 de maio de 1967, o general Costa e Silva criou o Centro de Informações do Exército (CIE) com o objetivo de ter um serviço secreto que fosse capaz não apenas de coletar e produzir informações, mas que também pudesse efetuar operações policiais e ações de combate direto contra o inimigo. Segundo Figueiredo,

A grande especialidade do CIE, porém, seria a infiltração de agentes no movimento estudantil, em grupos de esquerda e até mesmo em células guerrilheiras. O CIE matriculava seus homens nas universidades, geralmente sargentos, instruídos e preparados para se apresentarem como simpatizantes da esquerda. Com um discurso agressivo, ensaiado em aulas no quartel, logo os falsos estudantes se destacavam e eram cooptados pelos líderes estudantis até chegar, em muitos casos, a cargos de importância dentro de células revolucionárias e grupos armados.²³²

Foi do CIE a responsabilidade pela infiltração de agentes em diversas organizações de esquerda, bem como pelo desmantelamento e extermínio da guerrilha do Araguaia em meados da década de 1970; também foi a instituição que mantinha a Casa da Morte, ou Casa de Petrópolis, centro clandestino de tortura, execução e desaparecimento forçado de inúmeros militantes ao longo da ditadura. Através de uma parceria com a CIA, o CIE comandou o aniquilamento do “Grupo Primavera” entre 1971 e 1972, formado por cerca de trinta brasileiros que haviam treinado guerra de guerrilha em Havana.²³³ Todavia, o CIE não foi o

²³¹ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi. As Assessoriais de Segurança e Informações das Universidades. *Topoi*, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan.-jun. 2008(a). p. 36.

²³² FIGUEIREDO, 2005, p. 154.

²³³ Também chamado de Grupo dos 28 ou Grupo da Ilha, foi formado por militantes dissidentes da ALN (Aliança Libertadora Nacional, organização que mais sofreu baixas durante a ditadura) vindos de Cuba. As fontes não são precisas quanto ao número de sobreviventes, mas estima-se que foram menos de seis, dentre os quais José Dirceu, ex-ministro da Casa Civil do governo Lula. *In*: ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 159-160 e FIGUEIREDO, 2005, p. 206-207.

único órgão de informações a adotar um papel repressivo prático.

Fundado em 1955, o Serviço de Informações da Marinha (SIM), rebatizado em 1957 de CENIMAR (Centro de Informações da Marinha), foi um dos primeiros órgãos das Forças Armadas a operar como instrumento de espionagem. Logo após o Golpe de 1964, o CENIMAR infiltrou agentes na Polop²³⁴ e desarticulou um foco de guerrilha no interior de Minas Gerais. Muito conhecido devido às suas especialidades na análise informacional, colaborou na operação que culminou na execução de Carlos Marighella em 1969, além de ceder seus homens para operar no DOI em diversas ocasiões. Em sua conta, consta o registro da execução de Roberto Macarini, militante da VPR de 19 anos, jogado de um viaduto de São Paulo em abril de 1970 por agentes do CENIMAR e DOI-CODI.²³⁵

Para concluir, resta citarmos o serviço de informações da Aeronáutica. Foi o último serviço secreto das Forças Armadas, a ser criado, em julho de 1968, com o nome de Núcleo do Serviço de Informações e Segurança da Aeronáutica (NuSisa). Posteriormente acabou sendo renomeado de CISA (Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica) em 1969. Sua atuação seguiu os modelos do CIE e CENIMAR: foi o serviço secreto conhecido, especialmente, pela brutalidade com que coordenou a execução de Stuart Angel Jones, na Base Aérea do Galeão, no Rio de Janeiro, onde mantinha um centro clandestino de tortura e execução apelidado de “Paraíso”.²³⁶

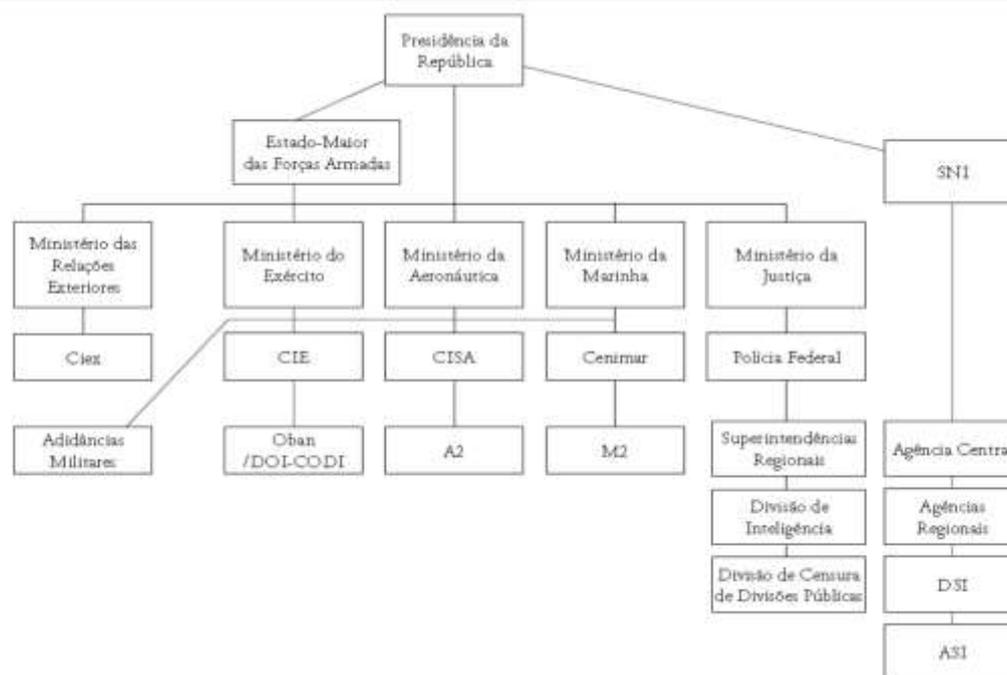
Atuando de forma bastante independente e extrapolando as funções de serviço de inteligência ao desenvolver funções policiais, o CIE do Exército, CENIMAR da Marinha e CISA da Aeronáutica integravam o topo da *comunidade de informações*, que o SNI encabeçava como órgão máximo, subordinado apenas diretamente à Presidência da República. Apesar de muitas vezes não ser compreendido como um órgão repressivo enquanto tal, o SNI prestava seu poder de coerção ao promover os recursos informacionais necessários para alimentar os demais órgãos repressivos da ditadura e fornecer os subsídios para que os inimigos do governo fossem entregues nas mãos dos encarregados diretos da repressão.

²³⁴ A Organização Revolucionária Marxista Política Operária (Polop) foi uma organização de esquerda dissidente do PCB que originou posteriormente diversas outras organizações, como a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Vanguarda Armada Revolucionária Palmares (VAR-Palmares), Partido Operário Comunista (POC), dentre outros.

²³⁵ FIGUEIREDO, 2005., p. 211.

²³⁶ Ibid., p. 213.

Figura 6 – Organograma da comunidade de informações



Fonte: BRASIL, 2014(a), p. 113.

A comunidade de informações incluía os serviços secretos das três Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), bem como os serviços de informações das polícias militares, as Divisões de Segurança e Informação (DSI) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI), além da Polícia Federal e polícias civis. Toda a rede, nomeada como o Sistema Nacional de Informações (SISNI), era coordenada pelo SNI; apesar da sigla SISNI nunca ter se popularizado entre seus agentes, “comunidade” foi o termo pela qual ficou conhecida.²³⁷

Segundo Vivien Ishaq, Pablo Franco e Tereza Sousa, a eficiência do SNI deveu-se, especialmente, à obediência dos preceitos de hierarquia e de centralização sistêmica, evidenciando a cadeia de comando militar na estrutura organizacional do órgão e de toda comunidade de informações:

O ministro-chefe era, em geral (com exceção de Golbery [que era general de divisão]), um general-de-exército; a Agência Central era comandada por um general-de-divisão e as agências regionais por um oficial superior (tenente-coronel ou coronel). Já os centros de informações das Forças Armadas eram chefiados por um general-de-brigada, e as Divisões de Segurança e Informações (DSI) e as Assessorias de Segurança e Informações (ASI) por um oficial superior.²³⁸

²³⁷ FIGUEIREDO, 2005, p. 198.

²³⁸ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 271.

Com o crescimento da escala de atuação do serviço secreto no Brasil, o SNI passou a demandar de uma mão de obra especializada nas atividades de informações. O Curso de Informações da ESG formou a primeira turma de agentes em 1958, na época ainda para o SFICI, e foi então reeditado em 1965, visando a capacitação do então recém-criado SNI. Entre 1967 e 1970, “forjou uma geração [de quadros] para o SNI, o CIE e outros serviços de informações das Forças Armadas”.²³⁹ No entanto, com o endurecimento da ditadura em 1968, após o AI-5,²⁴⁰ o SNI deixou de ser um órgão que priorizava a busca e análise de informações e passou a estudar, de forma profunda, os problemas do país na área política, econômica e social.²⁴¹ Durante o governo Médici, o SNI tornou-se, na prática, o quarto poder no país.²⁴² Seu poder foi especialmente potencializado quando Médici baixou o Decreto Nº 68.448 no dia 31 de março de 1971, criando a Escola Nacional de Informações (Esni).

Apesar de entrar em funcionamento apenas em 1972, a Esni dispôs de todos os recursos financeiros necessários para a formação de quadros civis e militares para o SNI e a comunidade de informações, inclusive com um terreno em Brasília, no Setor Policial Sul, de cerca de 200 mil metros quadrados. Para a montagem da Escola, foi convocado o general Ênio dos Santos Pinheiro, que contou com amplo apoio estadunidense. Segundo Antunes, “foi-lhe oferecido um curso de seis meses no FBI e na CIA, do qual também participou o almirante Sérgio Doverty. Segundo seu depoimento [de Ênio Pinheiro], foi da documentação trazida desses cursos que se tiraram as bases para a estruturação da agência”.²⁴³ Outros oficiais que participaram de sua criação também estiveram no exterior por curtos períodos de tempo, estudando os serviços de informações de países como EUA, Alemanha, Israel, França e Inglaterra.²⁴⁴ Os estágios foram semelhantes aos que seus antecessores do SIFICI realizaram em Washington a fim de absorver o *know-how* da inteligência estadunidense antes de implantá-la no Brasil.

A criação da Esni marcou o fim do curso de informações da ESG, que foi desativado em 1973. Com a Esni, o SNI passou a deter o monopólio da formação dos agentes da

²³⁹ FIGUEIREDO, 2005, p. 164.

²⁴⁰ Instituído em 13 de dezembro de 1968, o Ato Institucional nº 5 foi a expressão máxima do endurecimento da ditadura, conferindo total autonomia ao Poder Executivo em face ao fechamento do Congresso Nacional, cassando mandatos de vereadores, deputados, senadores, prefeitos e governadores, demitindo, removendo e aposentando compulsoriamente funcionários de todas as esferas públicas, demitindo juízes, proibindo qualquer reunião de caráter político, estabelecendo a censura prévia e suspendendo o direito de *habeas corpus*. Na prática, o AI-5 constituiu uma redução drástica dos direitos já escassos da sociedade brasileira.

²⁴¹ FIGUEIREDO, op. cit., p. 177.

²⁴² ANTUNES, 2002, p. 62.

²⁴³ Ibid., p. 61.

²⁴⁴ FICO, 2001, p. 82.

comunidade de informações. Estima-se que a Escola formava cerca de 120 agentes por ano (enquanto que a ESG apenas 15), tendo entre 1973 e 1989 formado mais de 2.000 agentes, sem contar os cursos de curta duração.²⁴⁵ Em sua grade curricular, eram ministrados conteúdos de sociologia, história e ciências políticas, nos quais os alunos aprendiam sobre a história do comunismo, além de participarem de aulas de tiro, línguas, esportes, condicionamento físico, fotografia, técnicas de vigilância e interrogatório. E, claro, havia o treinamento específico para o uso de uma das ferramentas mais valiosas dos analistas de informações (e dos historiadores que hoje se debruçam sobre seu acervo): os documentos. Ensinava-se como redigir de maneira objetiva um relatório de informação, como cruzar os dados e como avaliar as fontes. O resultado se traduz, na atualidade, na existência de um volume de 3.499.974 páginas de documentos no Fundo do SNI,²⁴⁶ disponibilizado virtualmente para pesquisa: vestígio de um passado passível de ser analisado, criticado e interrogado.

De maneira geral, este capítulo tratou sobre o modo como um aparato de inteligência pode transformar-se em ameaça para a própria população devido ao poder que lhe confere o controle de um importante corpo de informações (que lhe fora confiado). Por ser um organismo especializado em técnicas de vigilância e interceptação de comunicações, o mesmo operava sob um manto quase impermeável de segredo, que precisa ser, mesmo que parcialmente, desvelado.²⁴⁷ Ao conceder certo grau de autonomização ao Serviço Nacional de Informações, garantindo-lhe poder e imunidade no que concernia à fiscalização de suas operações, a ditadura criou um centro de poder independente no sistema político, apesar de ser ainda (e somente) subordinado à Presidência. Podemos observar, pelo exemplo do SNI e da comunidade de informações de uma maneira geral, que a instrumentalização coercitiva da ditadura de segurança nacional brasileira transformou o serviço secreto em uma arma que, apontada para a própria população, foi utilizada contra seus oponentes políticos, “inimigos internos” e diversos outros segmentos mais amplos da sociedade civil. A partir destes pressupostos, procuraremos, nos próximos capítulos, compreender de que maneira esta estrutura funcionou contra a Universidade do Rio Grande do Sul, examinando suas razões, preocupações e os resultados concernentes à atuação do serviço secreto na comunidade acadêmica.

²⁴⁵ FIGUEIREDO, 2005, p. 234; e FICO, 2001, p. 82.

²⁴⁶ RODRIGUES, 2017, p. 177.

²⁴⁷ CEPIK, 2003, p. 186.

3 A VIGILÂNCIA INSTITUCIONALIZADA

Pensamento-crime, eles o chamavam. O pensamento-crime não era uma coisa que se pudesse disfarçar para sempre. Você até conseguia se esquivar durante algum tempo, às vezes durante anos, só que mais cedo ou mais tarde, com toda a certeza, eles o agarrariam.
George Orwell²⁴⁸

Sabemos que dificilmente algo virtual substitui integralmente a experiência sensitiva do real, do presencial. Uma visita virtual ao Parque Nacional da Serra da Capivara através do Google Earth, por exemplo, não pode ser equiparada a uma saída de campo a esse sítio arqueológico no Piauí, apesar de oferecer olhares de ângulos e perspectivas diferentes que uma visita presencial forneceria. Da mesma forma, um arquivo digital em formato PDF não anula a importância do olhar clínico às marcas físicas dos documentos, tais como as cores de carimbos, a marca da tinta da caneta em assinaturas, a gramatura do papel variando de acordo com o tipo de documento, as marcas d'água, os carimbos de baixo relevo e diversos outros elementos passíveis de análise exclusivamente presencialmente e a olho nu. Por outro lado, o acesso a documentos históricos por meio de plataformas virtuais pode apresentar tantas outras vantagens, como a democratização da consulta (alcançando um maior número de pesquisadores simultaneamente), a não limitação do tempo de pesquisa, a flexibilidade e não necessidade de agendamentos prévios para as consultas documentais, a possibilidade de buscas por palavras-chave, a facilidade de reprodução, dentre outras.

Este trabalho foi construído e elaborado por meio da disponibilização virtual de documentos históricos oriundos do Arquivo Nacional através da plataforma SIAN, e possui, devido a esta peculiaridade, as limitações que uma pesquisa virtual impõe. Todavia, é também um trabalho que traz em seu cerne a característica historicidade do momento de isolamento social no qual foi produzido devido à pandemia da COVID-19, carregando em suas análises, devido a isso, a iniciativa de deter-se aos detalhes do documento virtual, o que, provavelmente, seria diferente caso o suporte arquivístico fosse de natureza física.

Neste capítulo, procuramos compreender e analisar alguns dos documentos obtidos como resultados da pesquisa realizada junto ao SIAN. Que tipo de documentos encontramos ao buscar pela palavra-chave “ufrgs” na seção referente ao acervo da Agência de Porto Alegre do SNI? O que os mesmos nos indicam sobre o órgão de inteligência e seu *modus operandi*?

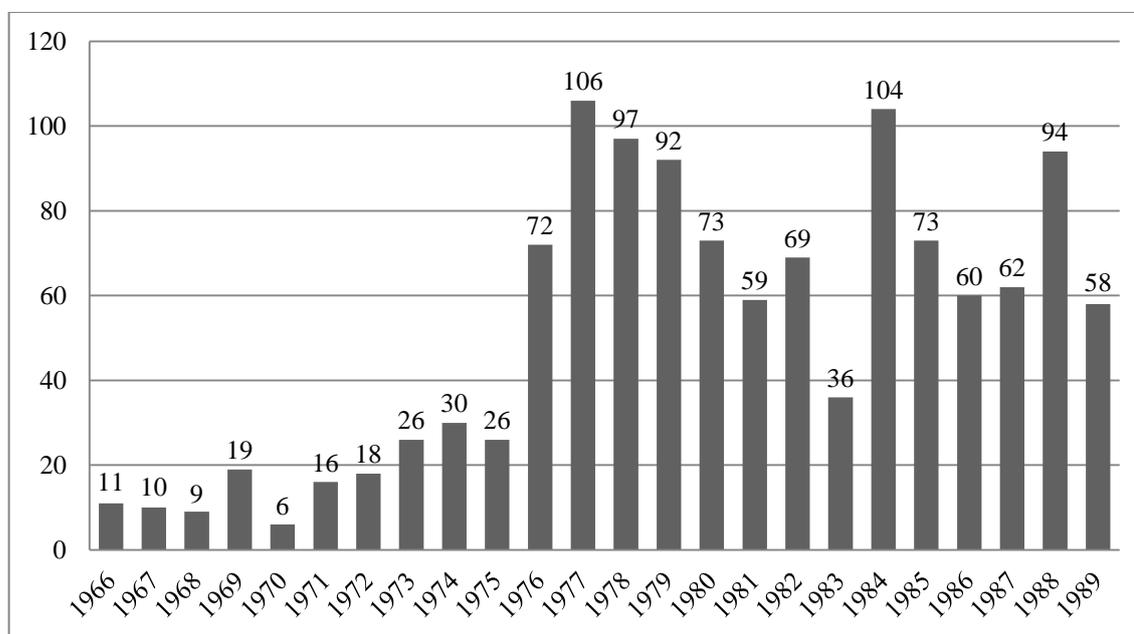
²⁴⁸ ORWELL, 2009, p. 30.

E sobre a UFRGS? De que modo a vigilância operou no meio universitário?

3.1 Os registros

Como tratado anteriormente na Introdução, através da plataforma virtual do Sistema de Informações do Arquivo Nacional, teve-se acesso ao Fundo do Serviço Nacional de Informações. Nele, a partir da *Agência Rio Grande do Sul*, foi realizada uma busca pela palavra-chave “ufrgs”, sigla da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. A plataforma localizou, ao todo, 1.236 registros para a busca, dentre os quais nove não foram passíveis de acesso, seja por erro na visualização do arquivo PDF ou por haver alguma incongruência na plataforma que não os disponibilizou integralmente no SIAN, ficando apenas o registro descrito da sua existência.²⁴⁹ Assim, ao todo, foram analisados 1.227 registros que mencionam a UFRGS no arquivo da Agência de Porto Alegre (APA) do SNI, produzidos entre os anos de 1966 e 1989. A relação entre quantidade de registros e ano de produção do documento pode ser visualizada a partir do gráfico abaixo (Figura 7).

Figura 7 – Relação de resultados conforme ano de produção do documento



Fonte: Elaborado pela autora, conforme pesquisa pela palavra “ufrgs” na *Agência Rio Grande do Sul* do Fundo do Serviço Nacional de Informações.

Observamos que a partir do ano de 1976 há um expressivo aumento do número de

²⁴⁹ Os documentos foram consultados no SIAN entre 08 de junho de 2019 e 25 de julho de 2020.

registros encontrados referentes ao termo “ufrgs”, sendo o ano de 1977 o pico quantitativo de documentos que citam a Universidade em seu corpo textual. As maiores quantidades de documentos também são observadas em 1984 (ano da campanha pelas Diretas Já!), 1978 e 1979 (marcados pelas movimentações pela Anistia política, retorno dos exilados políticos, etc.) e 1988 (o ano da Constituinte e da primeira eleição para reitor na UFRGS após a ditadura). No entanto, é preciso enfatizar que os registros consultados não correspondem necessariamente à totalidade dos documentos oriundos da APA/SNI que mencionaram a UFRGS durante toda a existência do órgão. Diversos registros, ao longo de sua vida útil, foram eliminados, naturalmente, por diversas razões, e muitos outros por conta de sua classificação periódica de sigilo.²⁵⁰ Da mesma forma, é possível que muitos não tenham resistido ao tempo, ou que ficaram sob a guarda de funcionários da UFRGS em seus acervos particulares, ou mesmo que foram intencionalmente destruídos, sem contar aqueles documentos não verificados presentes nas seções das outras Agências Regionais do Fundo. Os registros aqui analisados são uma singela amostra da produção informacional do maior órgão federal de inteligência no Rio Grande do Sul, resquícios sobreviventes de sua passagem pelo tempo, filtrados pelos interesses desta pesquisa: a Agência Regional do SNI em Porto Alegre e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E, por motivos óbvios, não será tratada a totalidade de tais registros, mas, sim, alguns dos tópicos que se mostraram interessantes para a pesquisa a fim de responder algumas das questões propostas.

É importante pontuar, também, que cada informação aqui trabalhada, seja pela análise, detalhamento e crítica documental, tem como objetivo não só compreender a natureza da informação produzida sobre a Universidade durante a ditadura enquanto processo histórico, mas consiste também no anseio de difusão documental e de divulgação histórica sobre o colaboracionismo institucional com a ditadura e a resistência à mesma, a fim de que outras pesquisas também explorem a documentação disponibilizada pelo Arquivo Nacional por meio desses recursos e percursos de pesquisa, escrevendo assim cada vez mais a história destes temas tão sensíveis e tão caros para a nossa realidade.

3.1.1 A pesquisa no SIAN

Muitos trabalhos que utilizam os documentos de inteligência optam por referenciar

²⁵⁰ Ao longo da pesquisa, identificamos uma série de ofícios de autorização de destruição de documentos, conforme o exemplo do documento da nota 297.

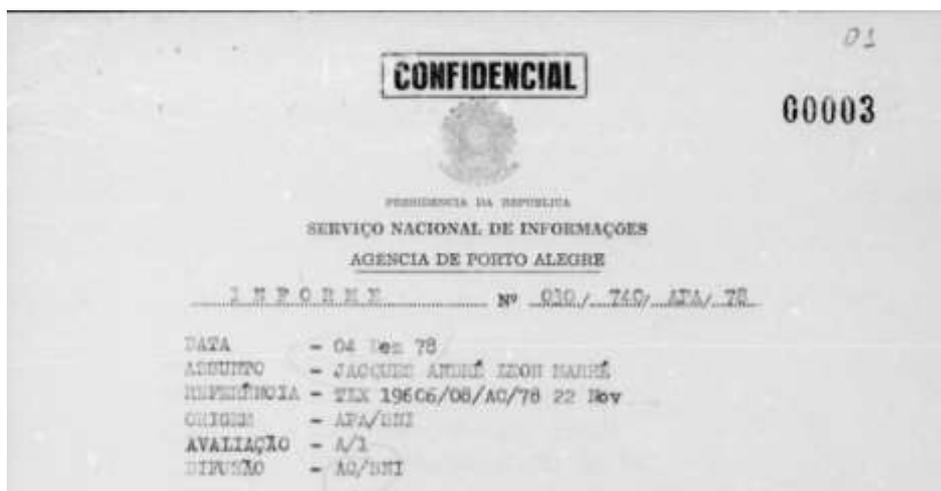
suas fontes informando o número do documento visível no cabeçalho padrão do informe, e este não é, de fato, um método equivocado de referenciar. No entanto, como as fontes aqui apresentadas são oriundas de uma plataforma virtual, optou-se por uma padronização da referência de modo que as mesmas possam ser facilmente localizadas na plataforma do SIAN. Isso porque o processamento arquivístico realizado com a documentação permite que reconheçamos a localização de origem do documento analisando sua nomeação, tendo em vista que cada seção e subseção constante do Fundo do SNI são equivalentes a uma determinada sigla. Vejamos a seguir.

De acordo com Ishaq, Franco e Sousa, o SNI utilizava um manual intitulado *Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação (Sardi)* para instrumentalizar as agências do órgão em suas atividades de processamento e arquivamento de dados. Dessa forma, os Arquivos Cronológicos de Entrada (ACE) eram constituídos por “documentos pertinentes a um mesmo assunto, pessoa, entidade ou fato, produzidos ou recebidos pelo SNI, reunidos em um mesmo dossiê”, com um código que o identificava de forma precisa quanto à sua Agência de origem, número de entrada e data de produção.²⁵¹ No Fundo do SNI, como foi pontuado na Introdução, o código de referência para sua localização na plataforma SIAN é: “BR DFANBSB V8”. De acordo com o organograma da página 38, o Fundo do SNI é subdividido em *Documentos micrográficos* e *Documentos textuais*, que são referenciados por “MIC” e “TXT”, respectivamente. Dentro da seção dos *Documentos micrográficos*, abrem-se *Agências (GNC)* e *Prontuários (PTR)* e, na primeira, visualizamos as pastas virtuais de todas as Agências Regionais do SNI, cada qual com sua respectiva letra-código conforme os padrões do ACE: *Agência Central (AAA)*, *Agência Rio Grande do Sul (GGG)*, *Agência Rio de Janeiro (CCC)*, e assim por diante.²⁵²

²⁵¹ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 60-61.

²⁵² *Agência São Paulo (EEE)*, *Agência Pernambuco (III)*, *Agência Pará (KKK)*, *Agência Amazonas (LLL)*, *Agência Mato Grosso do Sul (MMM)*, *Agência Paraná (NNN)*, *Agência Minas Gerais (OOO)*, *Agência Bahia (PPP)*, *Agência Ceará (QQQ)* e *Agência Goiás (RRR)*.

Figura 8 – Cabeçalho do informe



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.78000003. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

O que acontece, muitas vezes, é que, ao referenciar um documento do SIAN, o pesquisador costuma mencionar o número presente no cabeçalho do documento (em seu formato físico, de papel), ignorando que o suporte do documento consultado na plataforma é de natureza virtual e, portanto, deve ser citado respeitando seu suporte. Por exemplo, no documento acima, seria comum referenciá-lo como o “Informe de Nº 030/740/ATA/78”, como aparece no cabeçalho do documento físico original. No entanto, quando digita-se a referência “030/740/ATA/78” no SIAN, não há nenhum resultado de busca. O seu código de referência, enquanto documento físico, limita a busca na plataforma. Devido a isso, cada documento virtual foi referenciado neste trabalho de acordo com seu nome virtual que, no caso acima, é “BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.78000003”. Quando digitamos este código no SIAN, somos imediatamente direcionados para este documento específico e, desta forma, podemos acessar e recuperar as informações de forma mais objetiva.

Cada referência dos documentos em suporte virtual, disponibilizados na plataforma SIAN, detalha não só seu número de identificação específico, como também permite identificar sua origem dentro da organização do fundo arquivístico correspondente:

Figura 9 – Detalhamento do código de referência

DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.7800000

↓ ↓ ↓ ↓ ↓

(Fundo do SNI) (Documentos micrográficos) (Agências) (Agência RS) (Nº específico)

Fonte: Elaborado pela autora.

Dessa forma, cada documento citado neste trabalho, oriundo do SIAN, será referenciado de acordo com seu suporte digital da própria plataforma, como descrito acima, e não conforme o cabeçalho do suporte físico, promovendo, desta forma, a fácil localização, recuperação e aferição, pelas leitoras e pelos leitores, de qualquer informação aqui presente. Trata-se de uma compreensão da organização do Fundo na plataforma do Sistema de Informações do Arquivo Nacional auxiliará o tratamento das fontes nesta pesquisa e que pode facilitar o desenvolvimento de outros trabalhos que forem utilizar a plataforma como recurso de pesquisa.

Em *Apologia da história*, Marc Bloch aponta que, para que uma pesquisa histórica seja bem desenvolvida, é necessário que haja uma escolha ponderada de perguntas extremamente flexíveis, “susceptível de agregar, no caminho, uma multiplicidade de novos tópicos, e aberta a todas as surpresas”.²⁵³ Nesse sentido, as principais indagações deste trabalho consistem em: 1) como o SNI produziu e interpretou informações acerca da Universidade Federal do Rio Grande do Sul? e 2) Que espécies de documentos ficaram como vestígios do funcionamento dos órgãos de inteligência da ditadura junto à UFRGS? Ao todo, 1.227 registros foram analisados previamente e, por limitações evidentes, não serão todos eles individualmente apreciados aqui. Nesse sentido, foram separados alguns grupos de documentos conexos que pudessem satisfazer o objetivo desta dissertação, com o maior rigor historiográfico, teórico e metodológico possível, a partir do qual foram organizados os seguintes capítulos e seções da pesquisa, com disposição para observar individualmente cada documento que surgia nos registros da busca.

Nesta seção, com base na análise empreendida, optou-se por explorar algumas das configurações documentais desenvolvidas pelos órgãos de informações, utilizadas como ferramentas de recuperação das informações, produzidas sobre determinadas pessoas para a otimização da produção de inteligência, sendo elas: 1) informes e as informações, documentos base da construção de produtos de inteligência do SNI; 2) Fichas Informativas, que apareceram na pesquisa com bastante proeminência, sendo oriundas da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS); 3) Fichas de Militantes, semelhantes à anterior, porém produzidas pela APA/SNI; e 4) Fichas Sintéticas de Apreciação dos Levantamentos de Dados Biográficos (FSA e LDB). Analisar a construção de informação, enquanto produto da inteligência do SNI, é fundamental para compreender a atuação do órgão e a influência da DSN sobre as ações repressivas que permearam o ambiente universitário da

²⁵³ BLOCH, Marc. *Apologia da história*: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. p. 79.

UFRGS ao longo da ditadura de segurança nacional.

3.1.2 Os informes e as informações do SNI

De acordo com o glossário *A escrita da repressão e da subversão*, “informe” é um “documento formulado pelo agente de informações que expressa sua certeza ou opinião sobre um fato ou situação passada ou presente”.²⁵⁴ A elaboração dos informes, informações, relatórios e pareceres é, pelo entendimento de Cepik, a sétima etapa do ciclo de inteligência, aquela que é precedida pela coleta e análise dos dados obtidos e sucedida pela disseminação e entrega dos mesmos aos usuários, ou seja, aos tomadores de decisões.²⁵⁵

A diferença entre informe e informação pode ser sutil. Enquanto que o *informe* engloba as “notícias, dados e esclarecimentos sobre qualquer questão considerada relevante pela lógica do sistema”,²⁵⁶ sem o exame das possibilidades e dos desdobramentos futuros, a *informação* é o resultado do processo de análise dos informes obtidos, visando “fornecer os dados básicos necessários à decisão e ao planejamento de ação [...]”,²⁵⁷ ou seja,

o conhecimento de um fato ou situação, resultante do processamento inteligente *de todos os informes disponíveis*, relacionados com o referido fato ou situação. Uma informação deve sempre atender a uma necessidade de planejamento, execução e/ou acompanhamento de atos decisórios.²⁵⁸ (grifo meu)

Os informes pesquisados na seção da Agência de Porto Alegre do SNI possuem diversas apresentações, tendo em vista que diversos órgãos produziram esse tipo documental, circulando por entre variados setores da comunidade de informações. Seus cabeçalhos podem ser muito demonstrativos quanto à circulação dos documentos na comunidade de informações do SNI. No exemplo a seguir (Figura 10), observamos que o informe foi produzido pela Supervisão Central de Informações da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul, difundido a diversos órgãos do SISNI, dentre os quais se achava a APA/SNI. O campo “Avaliação”, que muitas vezes aparece (ou não) nos informes, especificava a idoneidade da fonte e confiabilidade das informações presentes, seguindo as especificações do antecessor SFICI. A fonte, no informe abaixo, é descrita como “A”, ou seja, “absolutamente idônea”, enquanto que a confiabilidade dos dados foi elencada como “1”, ou seja, “confirmado por

²⁵⁴ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 178.

²⁵⁵ Ver página 54.

²⁵⁶ FICO, 2001, p. 95.

²⁵⁷ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, op. cit., p. 177.

²⁵⁸ Manual de informações, fls. 17-18 *apud* FICO, op. cit., p. 95.

outros (ou visto por uma pessoa “A”)²⁵⁹. Além destes dados, ainda é possível identificar a descrição acerca do assunto e a listagem dos anexos presentes, quando há.

Figura 10 – Informe sobre “invasão feminina” na CEU/UFRGS

CONFIDENCIAL		01481 Fls. 01/02
 ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA Superintendência Central de Informações PORTO ALEGRE		
INFORME N.º 12-1594/80 / SCI/SSP/RS		
Data	: 19 MAI 1980	SNI - APA Protocolo Geral PRG N.º 1632 Em 20 / 11 / 19 80
Assunto	: CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO/UFRGS - "INVASÃO FEMININA"	
Referência	: --	
Origem	: SCI/SSP/RS	
Avaliação	: A-1	
Área	: --	
Difusão Anterior	: --	
Difusão	: E2/III Ex - APA/SNI - SR/DPF/RS - AR/V COMLR - DCI/SSI/SC - E2/5º Div -	
Anexos	: CÓPIAS DE IMPRESSOS E RECORTES DE JORNAIS.	
<p>1. Cumprindo o calendário estabelecido pelo <u>ME/RS</u>, foi realizada dia 29 ABR 80, das 12h30min às 13h30min, uma "invasão feminina" na CASA DO ESTUDANTE UNIVERSITÁRIO (CEU) da UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL (UFRGS). O evento contou com a presença aproximada de 500 pessoas, entre estudantes, líderes do ME/RS, políticos e líderes sindicais, tendo amplo apoio e cobertura da imprensa local.</p>		

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001481. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

Alguns elementos são muito comuns na escrita da repressão, como o uso de nomes próprios (pessoas e lugares) em letras maiúsculas e a abreviação de datas no formato “dd MMM aa” (como no exemplo acima, “29 ABR 80”). Esses recursos são utilizados como forma de tornar as principais informações (“quem”, “onde” e “quando”) destacadas no texto, facilitando o reconhecimento desses elementos já à primeira vista do agente que realiza a leitura do informe. O documento da Figura 10 apresenta uma síntese acerca dos acontecimentos que envolveram a memorável “invasão” feminina da Casa do Estudante Universitário (CEU) da UFRGS, em abril de 1980. O evento foi um marco para o movimento estudantil universitário gaúcho e para o movimento feminista na UFRGS, aglutinando diversas pautas comuns da transição democrática e abertura política. Desde 1971, quando a CEU/UFRGS foi inaugurada em frente ao Campus da Universidade, na região central de Porto Alegre, a presença de pessoas do sexo feminino era veementemente proibida nos espaços da Casa. Sem dúvida, o regimento existente sobre esse espaço gerava diversas desigualdades de gênero. Em abril de 1980, centenas de pessoas, dentre as quais se achavam

²⁵⁹ FIGUEIREDO, 2005, p. 85-86.

mães, companheiras e familiares de moradores da CEU (além do movimento estudantil e feminista organizado, como as militantes do grupo Liberta), entraram na Casa em protesto à disparidade na oferta de vagas nas casas estudantis da Universidade, visto que “havia um número cada vez maior de mulheres ingressando no ensino superior e em busca de assistência para dar segmento aos estudos”.²⁶⁰ Embora o movimento tenha sido considerado vitorioso, visto que a presença feminina foi liberada dentro das dependências da CEU, a moradia às estudantes mulheres só foi autorizada oficialmente pela reitoria em 1982.

Um exemplo de um documento de informação pode ser observado abaixo, produzido pela APA/SNI e difundido à Agência Central em julho de 1979. O documento de informação, segundo Ishaq, Franco e Sousa,

resulta do processo dos informes obtidos (observação, fato ou relato que representa matéria-prima para a produção da informação) ou de outras informações coletadas. Visa fornecer os dados básicos necessários à decisão e ao planejamento de ação do utilizador em proveito do qual é produzida.²⁶¹

Figura 11 – Informação sobre campanha de solidariedade aos povos e trabalhadores da Nicarágua

CONFIDENCIAL

00543

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE POLÍCIA ALGARVE

INFORMAÇÃO Nº 057/119/ APA/79

DATA : 27 JUL 79
 ASSUNTO : CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE AO POVO E AOS TRABALHADORES DA NICARÁGUA
 REFERÊNCIA : YLX 105/119/ APA/79, DE 13 JUN
 YLX 118/119/ APA/79, DE 26 JUN
 ORIGEM : APA/SNI
 DIFUSÃO : AC/SNI
 ANEXO : VER ÍTEM 3

1. A Guerra Civil da NICARÁGUA, desenvolvida durante o mês de JUN e JUL, repercutiu na opinião pública gaúcha. Ocorreram nesse período os seguintes atos e manifestações de solidariedade ao povo nicaraguense:

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000543. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

²⁶⁰ COSTA, Fabiana Pinheiro da. **Em busca de um teto todo seu**: a presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década de 1980. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. p. 110.

²⁶¹ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 177.

A informação acima mencionada (Figura 11) tratou sobre diversas iniciativas ocorridas no Rio Grande do Sul durante junho e julho de 1979, em solidariedade à Revolução Sandinista que ocorria na Nicarágua. O acontecimento em si representou um dos maiores movimentos populares e anti-imperialistas da América Central, dirigido por Carlos Fonseca, comandante da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), que aglutinava desde setores populares até a burguesia democrática e a igreja na luta pela derrubada da ditadura de Anastasio Somoza, a mais longa da América Latina, com 44 anos de duração.²⁶² Observamos que no cabeçalho do documento consta um espaço para as menções das referências, ou seja, para a indicação dos informes, fornecidos em junho daquele ano, que serviram como base para a elaboração da informação.

Os movimentos relacionados à solidariedade e apoio do movimento estudantil e da sociedade organizada às quedas de governos antidemocráticos na América Latina e no resto do mundo costumam ter bastante representação nos informes produzidos pela inteligência da ditadura brasileira. Percebe-se uma visível preocupação, por parte dos órgãos de informações, de que a sociedade brasileira pudesse se inspirar ou ser influenciada por esses fatos externos no sentido de derrubar a ditadura nacional, radicalizando e extrapolando os limites da reabertura política lenta e gradual tutelada pelos militares a partir de 1979. Desta forma, os documentos de informação sobre as quedas das ditaduras de outros países tornam-se importantes para a compreensão da repercussão e mobilização dos diversos setores da sociedade civil frente a tais notícias, auxiliando, especialmente, a tomada de decisões governamentais da ditadura brasileira sobre a própria distensão política.

Nos casos acima analisados, observamos dois exemplos distintos: 1) um informe sobre o acontecimento relacionado à tomada feminina da CEU da UFRGS, um movimento de cunho feminista e organizado, atrelado às pautas específicas de democratização do acesso às dependências da Universidade e que, em termos gerais, também integravam a agenda da abertura política, reportando determinados fatos e acontecimentos específicos; por outro lado, temos 2) um documento de informação elaborado sobre a campanha de solidariedade de setores da sociedade gaúcha em apoio a movimentos populares da Nicarágua; este, por sua vez, visava, de fato, fornecer os dados para o planejamento do Estado ante os comportamentos civis de caráter anti-imperialista, cujas consequências ou desdobramentos poderiam influir sobre o processo de transição da política brasileira, iniciado no final da década de 1970.

²⁶² Cf. ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaragüense**. Coleção Revolução do Século 20. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Enquanto o informe é destinado a reportar acontecimentos pontuais, a informação processa esses dados, fornecendo uma elaboração de suporte às decisões do Estado.

Apesar de serem dois documentos distintos, é possível identificar neles os interesses de vigilância dos órgãos de informações da ditadura, que elaboraram os devidos produtos informacionais a fim de comunicar, informar e dar suporte às decisões políticas governamentais. Estes foram dois exemplares específicos do modo como o documento, no formato de informe e informação, pode ser apresentado no acervo pesquisado como resultado à consulta pelo termo “ufrgs”. Trata-se de uma narrativa redigida objetivamente a fim de fornecer os subsídios informacionais necessários para auxiliar a tomada de decisões governamentais e dirigir os focos de vigilância e atenção da segurança nacional sobre determinados atores políticos e acontecimentos considerados danosos à “segurança nacional” ou à estabilidade da ditadura.

3.1.3 As Fichas Informativas (FI)

Os registros do SNI também apresentam, como vimos, documentos oriundos de outros órgãos de inteligência, especialmente devido ao fato da circulação dos dados ser uma característica tão marcante na comunidade de informações. A Divisão Central de Informações (DCI) da Secretaria de Segurança Pública do Rio Grande do Sul (SSP/RS) produziu diversas Fichas Informativas (FI) de indivíduos cujo Levantamento de Dados Biográficos vinha sendo produzido. A grande maioria das Fichas analisadas aparece em informes tratando da decisão do secretário de Segurança Pública quanto ao pedido de cancelamento de notas solicitado pelos indivíduos fichados. Desta forma, quando uma pessoa apresentava registros considerados “desabonatórios”²⁶³ em seu histórico nos órgãos de informações, solicitava ao secretário de Segurança Pública um pedido de cancelamento de notas, a fim de apresentar atestado de bons antecedentes e conseguir o cargo público pleiteado ou a promoção almejada.

²⁶³ Nos documentos analisados, os registros “desabonatórios” eram assim nomeados em razão do caráter negativo com que o histórico dos indivíduos era registrado pelos órgãos de informações, podendo ter relação com anotações referentes a comportamentos considerados “subversivos”.

Figura 12 – Ficha Informativa

Ficha Informativa N.º 11301 CONFIDENCIAL

Nome: CELOVIL CARRETTOS DE OLIVEIRA
 Residência: Av. Carlos Gomes, 333/400 - Fone 41-71-05-TDA-Vest. Entrar
 Profissão: Estudante-universitária - Faculdade Universitária
 Nacionalidade: Porto Alegre-RS Nascimento: 23/MAIO/1948
 Filiação: Milena Galvão de Oliveira e de João Carneiro de Oliveira
 Estado civil: Solteira Linhas Políticas: STUJISTA
 Observação: CONDICION: GAMBIA - CI Nº 7000400114/227/- POL. CIVIL

Data	Assunto
13 JUL 67	IRPE - O nomeado figura em uma relação de estudantes "comunistas agitadores", que procuram doutrinar colegas de outros colégios do 1º e 2º séries ginasiais. Deu-se no Colégio de Filosofia, da Engenharia e no Colégio João de Castilhos nos 2º e 3º anos. Inden. arrolados. Em uma reunião da Faculdade de Filosofia, foi dito que iria ser jogada uma moeda para emissora de Porto Alegre/RS. - T 710
00 JUN 68	IRPE - O nomeado participou do movimento estudantil e "Tribuna", onde conheceu vários elementos, entre eles LUIZ ANTONIO DOS SANTOS ANASTASIO, ALEXANDRE ROCHA, DA SILVA, LUCIO BORGES MARCELOS, ERICA KRISTIN, JURUZA SCHREIBER, VERA LÍDIA STRINGHINI, ERICO DONNELLI e outros. Mantém relações com MELVIL HURT sobre assuntos de natureza política universitária. (04 MAR 71) (PI 6956) T 210
00 MAR 69	IRPE - O nomeado passou a ser membro da Frente Universitária Trotskista, ocasião em que foi escolhida sua sede em "GAMBIA". (04 MAR 71) (PI 6956) T 210
00 DEC 70	IRPE - O nomeado ingressou no Curso de História, da Faculdade de Filosofia da UFRS, onde desenvolveu relações de "Tribuna", com a finalidade de consultar adeptos para a Frente. Concorreu às eleições para Diretoria do Centro Acadêmico, em JAN 70. Fez campanha contra o Decreto 664, o qual regia no fechamento do curso. O nomeado contribuiu com a importância de R-140,00 para a Organização. Deletores à disposição, a pedido de WILLY ALBERTO BRANCO DAL SIV, seu Certificado de Registro, a fim de que se solicite, "FRENTE UNIVERSITÁRIA TROTSKISTA", em 21 de Junho, 1970. (04 MAR 71) (PI 6956) T 210
00 MAR 70	IRPE - O nomeado, pertence à Frente Universitária, quando de desenvolvimento do curso, em 1970. (04 MAR 71) (PI 6956) T 210

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.83006524. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

As FI da SSP possuíam um cabeçalho comum, no qual informavam os dados do indivíduo fichado, seu endereço residencial, estado civil, filiação e linha político-ideológica. Logo abaixo, apresentavam uma tabela na qual, cronologicamente, eram listados os registros encontrados e reunidos acerca daquela pessoa. Tais dados eram utilizados para a elaboração do Levantamento de Dados Biográficos (LDB) e das Fichas Sintéticas de Avaliação (FSA) (que serão exploradas nas próximas páginas).

As FI são extremamente ricas em vestígios datados, especialmente por apresentar as anotações dos órgãos de informações sobre a conduta político-social dos indivíduos que estão sendo fichados. A análise desses documentos é também abundante quanto à sobreposição de temporalidades, pois as Fichas Informativas apresentam registros, muitas vezes, da década de 1950 e 1960 (tendo em vista que os órgãos policiais possuem arquivos e registros que

antecedem o estabelecimento da ditadura, sendo posteriormente utilizados para repressão retroativa), enquanto que as solicitações de cancelamento de notas costumam ser datadas do final da década de 1970 (no processo de distensão política). As anotações constantes, nos documentos analisados, são majoritariamente referentes a comportamentos considerados “subversivos” de um tempo no qual os estudantes participavam ativamente do movimento estudantil, confirmando uma característica coercitiva da ditadura: a punição retroativa a fatos e comportamentos específicos de cenários democráticos. Assim, a presença de estudantes em passeatas, a participação em centros acadêmicos, boas relações com colegas visados pela inteligência, viagens a países do bloco soviético ou mesmo palavras proferidas contrárias ao *establishment* eram suficientes para originar uma Ficha Informativa de um estudante que poderia, anos depois, condená-lo profissionalmente (e politicamente), ao limitar a concessão de um atestado de bons antecedentes. Anos depois, as mesmas pessoas, já não mais estudantes, mas profissionais formados, buscavam o cancelamento de tais registros “desabonatórios” a fim de serem inseridos no mercado de trabalho, inserção essa prejudicada pelos órgãos de informações da ditadura. Casos como esses ocorreram devido ao caráter de longa duração do Estado ditatorial de segurança nacional, que perdurou por mais de 20 anos no Brasil, atravessando e prejudicando, de forma longa, transversal e muitas vezes permanente, a vida de diversos estudantes, desde sua juventude até a vida adulta, desde sua vida acadêmica até sua consolidação profissional, afetando, evidentemente, a própria vivência material. Tal recurso marcou a história de milhares de cidadãos brasileiros e os vestígios de sua ocorrência surgem aqui como fontes históricas presentes no acervo do SNI.

Historiograficamente, as FI são excelentes fontes de pesquisa por serem elementos representativos da escrita da inteligência e da polícia durante a ditadura. Através delas, é possível observar registros também anteriores ao Golpe de 1964, especialmente no que tange a envolvimento com movimentos sociais e organizações políticas de esquerda, cujas anotações são marcadas fortemente pelo caráter anticomunista próprio da Doutrina de Segurança Nacional, que perpassa a escrita da inteligência ao longo da existência do Estado ditatorial.

3.1.4 As Fichas de Militantes (FM)

Diferentemente das Fichas Informativas, que aparecem abundantemente e são oriundas dos órgãos policiais da Secretaria de Segurança Pública, as Fichas de Militantes (FM) foram identificadas em apenas um informe, que versava sobre os estudantes que participavam da

Libelu.²⁶⁴ Este modelo documental reunia, de forma sucinta e objetiva, informações semelhantes às FI acerca da filiação dos indivíduos, com dados corriqueiros como data de nascimento, naturalidade e estado civil dos mesmo, além de informações particulares, tais como codinomes, endereço residencial e fotografia, sendo finalizados com uma síntese dos registros presentes nos órgãos de informações acerca da pessoa.

A Ficha de Militante, do exemplo a seguir (Figura 13), é de Cesar Alvarez, estudante de Economia da UFRGS em 1979. Sua ficha e a de diversos outros companheiros da Libelu foram anexadas a um informe da APA/SNI sobre a organização, em 12 de outubro de 1979. Ao contrário das FI, que eram produzidas abrangentemente sobre as mais diversas pessoas, as FM eram muito mais especializadas, com foco restrito às pessoas que integravam as organizações clandestinas de resistência, armadas ou não, ou que participavam de tendências políticas estudantis de oposição à ditadura, visadas pela ditadura como ameaças à ordem e à segurança nacional. Eram documentos que “corroboravam”, sob a ótica da comunidade de informações e dentro da lógica das diretrizes da DSN, um julgamento de que aqueles indivíduos ofereciam um risco maior à segurança nacional devido a suas posições políticas; assim, representavam uma maior “periculosidade” à nação por serem inimigos internos do país articulados em organizações contrárias à ditadura vigente.

²⁶⁴ A Libelu, também chamada de Liberdade e Luta, foi uma tendência política originada na dissidência do Partido Operário Revolucionário Trotskista (PORT), a qual também gerou a Fração Bolchevique Trotskista, que fundou a Organização Socialista Internacional (OSI). Atuou muito fortemente no movimento estudantil da UFRGS, UFPEL, UFSM e UCS, até meados da década de 1980, quando diluiu-se, majoritariamente, para os setores do recém fundado Partido dos Trabalhadores (PT). *In*: DELLA VECHIA, Renato da Silva. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011. p. 202.

Figura 13 – Ficha de Militante

FICHA DE MILITANTE		00713	15
NOME: CESAR BANTOS ALVARES CODINOME: "GARANGULO"			
FILIAÇÃO: PAI: HÉLIO CESAR MARTINS ALVARES MÃE: CARMEM MARIA BANTOS ALVARES			
NATURALIDADE: CIDADE: SANTANA DO LIVRAMENTO		ESTADO: RS	
DATA DE NASCIMENTO: 25 ABR 54			
NACIONALIDADE: BRASILEIRA			
ESTADO CIVIL: SOLTEIRO			
RESIDÊNCIA: RUA: COROADOS		Nº 1188 APTO	
FONE:		BARRIO VILA ABRONÇO	
CIDADE:		ESTADO: RS	
PROFISSÃO: ESTUDANTE DE ECONOMIA DA UFRGS			
TRABALHO: ENTIDADE: SECTOR:			
RUA:		Nº	
FONE:		BARRIO	
CIDADE:		ESTADO	
OBSERVAÇÕES: ATIVISTA DO MOVIMENTO ESTUDANTIL DA UFRGS.			
ORGANIZAÇÃO EM QUE MILITA: VINCULADO AO PC DO B			
NOME:		SIGLA:	
TIPO DE MILITANTE:			
REGISTROS: -EM 16 JUL 74, VIGIADO EM MÓXICOS, ATUALMENTE NOR RUA, DEVENDO RETORNAR AO PAÍS EM 15 AGO 74. (INFÃO) -EM 22 JAN 77, ENCONTRA-SE RELACIONADO PELO DCI/RS/RS COMO UM DOS PRINCIPAIS ABRIGADOS DO MOVIMENTO ESTUDANTIL, TENDO TOMADO PARTE EM DIVERSAS MANIFESTAÇÕES. FAZ PARTE DO "GRUPO PERSPECTIVA", DA UFRGS, DE ORIENTAÇÃO MARXISTA. (INFÃO) -EM 25 MAI 77, EM DECLARAÇÕES PRESTADAS AO DCI/RS AFIRMOU TER PARTICIPADO DE DIVERSAS MANIFESTAÇÕES, CRITICOU O REGIME MILITAR E DISENHEI SEU ADEPTO DO SOCIALISMO, ARGUMENTANDO QUE MARX TROUXE GRANDE CONTRIBUIÇÃO À HUMANIDADE. (INFÃO) -EM 15 JUN 77, FIGURA COMO INTEGRANTE DO COMITÊ PELA ANISTIA 1º DN MAIO, QUE REALIZOU NESTA DATA, REUNIÃO RELATIVA AO "DIÁ NACIONAL DE LUTA PELA ANISTIA" (INFÃO) -EM JUL 77, RELACIONADO PELO DCI/RS/RS COMO UM DOS COORDENADORES DO MOVIMENTO ESTUDANTIL NO RS. ATIVISTA DE LINHA VIOLENTA E RADICAL, DE LINHA IDEOLÓGICA VINCULADA AO PC DO B. (INFÃO) -EM JUL 77, PARTICIPOU DE TODAS AS MANIFESTAÇÕES ESTUDANTIS DE ESQUERDA DESDE VOLTANDO INTENSO TRABALHO DE DOUTRINAÇÃO NO MUNICÍPIO UNIVERSITÁRIO, PROCURANDO MANEIRAR A PARTICIPAÇÃO DOS JOVENS NO MR.			

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.79000713. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

Como vimos, identificamos nos informes do SNI, que surgiram como resultado da pesquisa, variados tipos documentais que foram utilizados pela APA/SNI como recursos de recuperação de informações e elaboração de produtos de inteligência sobre diversos indivíduos e temas. Tais tipologias acompanharam diversos informes, fazendo parte do corpo documental presente no SNI.

3.1.5 O Levantamento de Dados Biográficos (LDB) e as Fichas Sintéticas de Avaliação (FSA)

A primeira denúncia da existência das Fichas Sintéticas de Avaliação (FSA) veio a público em 25 de junho de 1980 na reportagem de capa da revista Veja, intitulada “A

comunidade ganhou”.²⁶⁵ A matéria tratou sobre o sigilo que rondava os arquivos dos serviços de informações, em oposição à tendência que encaminhava o país à reabertura política no início da década de 1980. Por meio da denúncia, a revista publicou um exemplo do modelo de fichas nas quais eram analisados os Levantamentos de Dados Biográficos (LDB) de indivíduos em busca de emprego no funcionalismo público federal ou em empresas da União. O modelo de documento que originou a denúncia foi obtido por um vazamento oriundo da ASI da Universidade Federal da Bahia.²⁶⁶ Mas o que eram, exatamente, essas fichas? Como esses Levantamentos de Dados Biográficos eram elaborados? Qual a sua finalidade?

De acordo com uma informação enviada pela Divisão de Segurança e Informações do Ministério da Educação e Cultura (DSI/MEC) ao reitor da Universidade de Brasília (UnB), em outubro de 1974, a Ficha Sintética de Apreciação (FSA) é “um documento elaborado quando do término de um processamento de Levantamento de Dados Biográficos”,²⁶⁷ o qual, por sua vez,

[...] consiste na obtenção sigilosa, pelos órgãos integrantes do Sistema Nacional de Informações – “SISNI”, de dados sobre pessoas, o mais pormenorizadamente possível, com a finalidade precípua de preservar os interesses da Segurança Nacional e a eficiência da Administração Pública.²⁶⁸

As FSA foram recursos documentais desenvolvidos pelos órgãos de informações da ditadura brasileira para reunir, da forma mais objetiva possível, a descrição das principais características psicossociais e comportamentais identificadas no LDB de um indivíduo a fim de classificá-lo como subversivo (ou não) e apto (ou não) para ser aproveitado em um cargo ou função em órgãos ou empresas do funcionalismo público federal. De acordo com Vicente Rodrigues, consistia em um sistema de recuperação de dados subordinado ao Sistema de Arquivamento e Recuperação de Documentos para Informação (SARDI), utilizado para controlar o ingresso de pessoas no serviço público.²⁶⁹ Além dos postulantes a cargos públicos, outras pessoas também eram alvos desses levantamentos biográficos e fichas, tais como aquelas “cogitadas para o exercício de cargos, funções, comissões e afastamentos do país” para participação em cursos, estágios, congressos ou conferências no exterior, bem como para

²⁶⁵ A COMUNIDADE ganhou. Reportagem de capa. **Revista Veja**, nº 616, de 25 de junho de 1980. p. 21. Acervo Veja Digital. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/acervo/#/edition/33934>. Acesso em: 01 fev. 2021.

²⁶⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 2008(b). p. 55.

²⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB AA1.0.LGS.0034. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

²⁶⁸ Idem.

²⁶⁹ RODRIGUES, 2017, p. 95.

aqueles candidatos a funções, cargos ou comissões em ASI sob supervisão do MEC.²⁷⁰

O LDB procurava caracterizar: 1) a posição ideológica do indivíduo; 2) sua atitude em relação à “Revolução” de 1964; 3) suas atividades subversivas; 4) seus registros de probidade administrativa; 5) sua eficiência funcional; e 6) sua conduta civil. Após estes seis itens, produzia-se então uma apreciação final acerca dos registros biográficos do interessado, utilizada pelos órgãos de inteligência como subsídios para as tomadas de decisões – contratações, promoções, concessões de bolsas de estudo no exterior, etc. As FSA, por sua vez, continham dados obtidos sobre a vida e trajetória desses indivíduos, constituindo-se como um documento-síntese, ou seja, aglutinando, da forma mais objetiva possível, os resultados do LDB através de um abrangente e objetivo parecer.

Nesta pesquisa, constatou-se que os pontos de avaliação dos LDB estão presentes em grande parte dos discursos e pareceres produzidos pela APA/SNI. Muito embora as FSA, propriamente ditas, nem sempre aparecem na íntegra nos documentos de informação, observamos que as preocupações acerca dos seus elementos de análise surgem, subjetivamente ou objetivamente, em grande parte dos informes analisados sobre a UFRGS.

Na imagem a seguir (Figura 14), é possível observar um exemplo de preenchimento de uma Ficha Sintética de Apreciação sobre o Levantamento de Dados Biográficos de um indivíduo. Esta, especificamente, foi produzida pela APA/SNI, em novembro de 1976, sobre o professor Hélio Henrique Casses Trindade, cogitado para ocupar o cargo de vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. Como podemos ver, a estrutura da FSA possuía os seis tópicos do LDB, cada qual com suas respectivas alternativas (com exceção de um sétimo espaço, separado para “Observações”), dentre as quais uma era selecionada e assinalada pelo agente responsável pelo informe. Este formato, de alternativa de múltipla escolha, evidencia a busca por uma objetividade tecnicista dos órgãos de inteligência, própria da ideologia desenvolvimentista de segurança nacional. Dos seis tópicos de múltipla escolha, apenas dois são relacionados ao exercício profissional dos indivíduos, que são os itens de “probidade administrativa” e “eficiência funcional ou profissional”, os quais apresentam apenas três alternativas: “há registros positivos”, “há registros negativos” e “não há registro”. Todos os outros itens são assinalados com mais alternativas e de forma muito mais subjetiva, demonstrando um interesse muito maior em relação ao posicionamento ideológico da pessoa em questão.

²⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB AA1.0.LGS.0034. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

Figura 14 – Ficha Sintética de Apreciação sobre o Levantamento de Dados Biográficos

CONFIDENCIAL

SERVIÇO NACIONAL DE INFORMAÇÕES
AGÊNCIA DE PORTO ALEGRE

06798  15
DATA: 16/04/64

L D R Nº NOME HELIO HENRIQUE GAGNES TRINDADE
COGITAÇÃO: VICEREMOTOR DO INST. FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS/UFPEL.

FICHA SINTÉTICA DE APECIAÇÃO SOBRE O LEVANTAMENTO DE DADOS BIOGRÁFICOS EFETUADOS

1. POSIÇÃO IDEOLÓGICA	<input type="checkbox"/> DEMOCRATA <input type="checkbox"/> COMUNISTA <input checked="" type="checkbox"/> ESQUERDISTA <input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA <input type="checkbox"/> NÃO HA REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA.
2. ATITUDE COM RELAÇÃO À REVOLUÇÃO DE 31 MAR 64	<input type="checkbox"/> INTEGRADO <input type="checkbox"/> ADESISTA <input checked="" type="checkbox"/> CONTRÁRIO <input type="checkbox"/> CONTRA-REVOLUCIONÁRIO <input type="checkbox"/> SEM POSIÇÃO DEFINIDA <input type="checkbox"/> NÃO HA REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA.
3. ATIVIDADES SUBVERSIVAS	<input type="checkbox"/> ATUANTE <input checked="" type="checkbox"/> SIMPATIZANTE <input type="checkbox"/> NÃO HA REGISTROS <input type="checkbox"/> OS REGISTROS NÃO PERMITEM OPINIÃO CONCLUSIVA.
4. PROIBIDADE ADMINISTRATIVA	<input type="checkbox"/> HA REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HA REGISTROS NEGATIVOS <input checked="" type="checkbox"/> NÃO HA REGISTROS
5. EFICIÊNCIA FUNCIONAL OU PROFISSIONAL	<input type="checkbox"/> HA REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HA REGISTROS NEGATIVOS <input checked="" type="checkbox"/> NÃO HA REGISTROS
6. CONDUTA CIVIL	<input type="checkbox"/> HA REGISTROS POSITIVOS <input type="checkbox"/> HA REGISTROS NEGATIVOS <input checked="" type="checkbox"/> NÃO HA REGISTROS
7. OBSERVAÇÕES	
APRECIÇÃO FINAL	
<input type="checkbox"/> NÃO HA RESTRIÇÃO. <input type="checkbox"/> OS REGISTROS EXISTENTES NÃO CONTRA-INDICAM O APROVEITAMENTO <input type="checkbox"/> NÃO EXISTEM ELEMENTOS DE CONVICÇÃO QUE CONTRA-INDIQUEM O APROVEITAMENTO. <input type="checkbox"/> NÃO HA REGISTROS. <input checked="" type="checkbox"/> NÃO DEVE SER APROVEITADO.	

CONFIDENCIAL

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006798. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

O primeiro item, “Posição ideológica”, oferece as opções “democrata”, “comunista”, “esquerdista”, “sem posição definida”, “não há registros” e “os registros não permitem opinião conclusiva”. Quando observamos o segundo, relacionado à “Atitude com relação à Revolução de 31 março 1964”, sete alternativas são apresentadas, sendo elas “integrado”, “adesista”, “contrário”, “contra-revolucionário” [sic], “sem posição definida”, “não há registros” e “os registros não permitem opinião conclusiva”. Aqui, é possível identificar elementos da Doutrina Francesa de guerra revolucionária na escrita repressiva, na medida em

que o termo “contra-revolucionário” representa o maior grau de militância adversa à “Revolução”, nome pelo qual os militares e setores golpistas denominaram o movimento de derrubada de João Goulart em 1964.

Além desses itens, outra questão procura atender as “Atividades subversivas”, onde o analisado é classificado como “atuante”, “simpatizante”, “não há registros” e “os registros não permitem opinião conclusiva”. Por fim, sua “Conduta civil” também é avaliada, podendo ser assinalada como “há registros positivos”, “há registros negativos” ou “não há registros”. Entendemos que este último item também pode ser observado dentro dos quesitos psicossociais e ideológicos da pessoa visada, na medida em que analisa parte do seu comportamento de maneira mais abrangente.

No caso acima, no qual Hélió Trindade teve sua Ficha Sintética de Avaliação sobre o Levantamento de Dados Biográficos avaliada, a mesma indicou, em sua apreciação final, que o professor não deveria ser aproveitado para o cargo de vice-diretor do IFCH da UFRGS, tendo em vista que o mesmo foi classificado como “esquerdista”, “contrário” ao Golpe de 1964 e “simpatizante” de atividades subversivas. Em 1988, Trindade concorreu à reitoria da UFRGS e, conforme o Boletim da Comissão Eleitoral da UFRGS de 1988, no qual constava o currículo profissional do professor, não há qualquer menção à sua ocupação do cargo de vice-diretor do IFCH, o que indica que provavelmente sua não recomendação em 1976 foi de fato acatada.²⁷¹

De acordo com a matéria da revista Veja, de 1980, a Ficha Sintética de Avaliação

[...] dá prioridade às indagações ideológicas e, estranhamente, é mais afirmativa quando se trata de chamar uma pessoa de “esquerdista” que quando se poderia chamá-la de ladrão. A probidade administrativa só é julgada à luz de “registros”, mas a ideologia passa por juízos categóricos.²⁷²

De fato, em concordância com as observações citadas, é possível perceber que as preocupações acerca da posição político-ideológica dos indivíduos fichados passam por critérios muito mais subjetivos do que os pontos que se referem ao profissionalismo e eficiência funcional dos mesmos; segundo Ana Lagôa, na FSA “a probidade da pessoa só consta em termos de registros concretos, enquanto que a nível ideológico há emissão de juízo de valor”.²⁷³ Nesse sentido, percebe-se que em diversas ocasiões os itens sobre a eficiência funcional e probidade administrativa (integridade/honestidade ou retidão no desempenho de

²⁷¹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.88016077. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 04 jul. 2021.

²⁷² Revista Veja, 1980, p. 21.

²⁷³ LAGÔA, 1983, p. 22.

suas funções) de uma pessoa frequentemente é assinalada como “não há registro”, necessitando de uma comprovação mais concreta (como na FSA de Héglio Trindade, acima), enquanto que as questões que envolvem a posição ideológica do mesmo são comumente preenchidas com juízos de valor. Tal evidência representa a arbitrariedade com que os LDB eram construídos especialmente acerca do julgamento do posicionamento político-ideológico dos indivíduos que aspiravam a cargos públicos.

Observamos que a listagem de opções presente na FSA, oriunda do SNI, busca limitar uma roupagem ideológica do indivíduo, fazendo com que a abordagem sobre o mesmo seja simplificada e objetiva. Nesse sentido, dentro da lógica repressiva da ditadura brasileira, as FSA e os LDB serviam como suporte através do qual os diversos elementos da Doutrina de Segurança Nacional encontravam espaço nos órgãos de informações, contribuindo para agrupar diversos oponentes políticos na sigla de “esquerdistas” ou “comunistas”. Tal recurso facilitou a “limpeza ideológica” dentro das repartições e órgãos públicos, barrando tanto a permanência e promoção de funcionários considerados inimigos da nação, como também a entrada de novos “subversivos” nas diversas esferas do funcionalismo público.

Na pesquisa sobre a UFRGS, foram localizados alguns registros que fazem uso dos princípios avaliativos dos LDB para a produção de inteligência. Em sua maioria, são informes produzidos pela Agência de Porto Alegre do SNI, em diálogo ou trocas informacionais diretas com a Assessoria Especial de Segurança e Informação da Universidade (AESI/UFRGS), cujos documentos serão explorados nas próximas páginas.

As Fichas de Avaliação Sintética do Levantamento de Dados Biográficos, em suma, representam o suporte que contém os produtos de inteligência para fins de verificação e repressão político-ideológica, sob as inscrições da Doutrina de Segurança Nacional e da Doutrina Francesa de Guerra Revolucionária. A repressão que instrumentalizou tais registros ocorreu de maneira silenciosa, na medida em que as informações circulavam e eram transformadas em produtos de inteligência sem o conhecimento ou mesmo a opinião do interessado, ou seja, sem dar à pessoa visada o direito de defesa diante do julgamento arbitrário ao qual era submetida. Assim, a FSA foi utilizada como instrumento de inteligência que teceu os principais elementos de análise e julgamento de um profissional para o funcionalismo público, priorizando o seu posicionamento político-ideológico muitas vezes acima da sua capacidade ou trajetória profissional. Dentro dessa perspectiva, os critérios avaliativos dos LDB podem ser vistos como ferramentas informacionais que retratam uma das faces da repressão institucional da ditadura de segurança nacional brasileira. Compreendemos, também, que a construção das FSA contava com a colaboração de diversos outros órgãos da

comunidade de informações, que utilizavam, também, tais registros como subsídios para tomadas de decisão – como concessão de benefício, emprego, promoção ou cargo público.

3.2 A Agência Regional de Porto Alegre (APA/SNI)

Os arquivos presentes na seção *Agência Rio Grande do Sul*, no acervo virtual do Fundo do Serviço Nacional de Informações, correspondem aos documentos produzidos e recebidos, organicamente, pela Agência de Porto Alegre (APA/SNI) em razão de suas funções, como foi apresentado anteriormente. Na revisão bibliográfica efetuada, pouco pôde ser explorado acerca da maneira como as Agências Regionais do SNI operavam dentro da rede de informações que permeava todo o país sob o Sistema Nacional de Informações (SISNI). O estudo de Vicente Rodrigues nos auxilia no sentido de compreender a nomenclatura destas Agências Regionais, com suas respectivas siglas, localização e funcionamento. De maneira geral, o autor pontuou esses organismos como subsistemas estaduais de inteligência, servindo como “representantes do SNI nos estados, ajudando a Agência Central (AC) a cobrir o enorme território brasileiro”.²⁷⁴

À AC cabia realizar a articulação das diversas agências regionais estabelecidas no país (“subordinação delegada da atividade fim”), bem como o processamento final das informações, transformadas em inteligência, encaminhando-as, quando oportuno, ao ministro-chefe do SNI. A AC era comandada por um chefe, apontado diretamente pelo ministro, e este chefe, por sua vez, era apoiado por duas vice-chefias.²⁷⁵

Embora possamos compreender a importância da Agência Central, que inclusive tinha seu chefe nomeado pelo ministro-chefe do SNI, poucas informações são encontradas acerca das Agências Regionais de forma individual. Os registros bibliográficos sobre a Agência de Porto Alegre (APA), por exemplo, são bastante escassos. As próximas subseções deste capítulo foram elaboradas a fim de suprir algumas dessas lacunas historiográficas dos serviços de informações no território gaúcho.

3.2.1 Avenida Paraná, 991

Através da análise documental, podemos afirmar que a APA/SNI não era simplesmente uma setorização abstrata do SNI no Rio Grande do Sul, mas, de fato, tinha uma

²⁷⁴ RODRIGUES, 2017, p. 98.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 90.

sede física na capital Porto Alegre. Sua localização foi identificada em um primeiro ofício de 1973, enviado pelo reitor da UFRGS, Ivo Wolf, ao general Milton B. Pereira (que será aprofundado nas próximas páginas).²⁷⁶ O endereço registrado no ofício, como sendo da APA/SNI, corresponde a um prédio discreto de cinco andares, localizado na Avenida Paraná, número 991, no bairro Navegantes, em Porto Alegre.²⁷⁷ A mesma localização aparece em outros registros, como um ofício de junho de 1988, enviado do chefe da APA ao chefe da AC sobre a nomeação do novo reitor da UFRGS. Este último ofício aponta o 4º andar do referido prédio como pertencente à sede da Agência de Porto Alegre do SNI.²⁷⁸

De acordo com José Mitchell, o edifício mencionado pertencia ao Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) e passou a abrigar a sede regional da PF a partir de 1964, sendo desativado no início de 2005, quando as dependências da Polícia foram transferidas para a Avenida Ipiranga.²⁷⁹ Atualmente, ao acessar sites de busca pelo endereço da Avenida Paraná, nº 991, são apontados resultados acerca da Polícia Federal, enquanto que o 4º andar, antes ocupado pela APA, indica resultados acerca da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN).²⁸⁰

²⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84010121. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

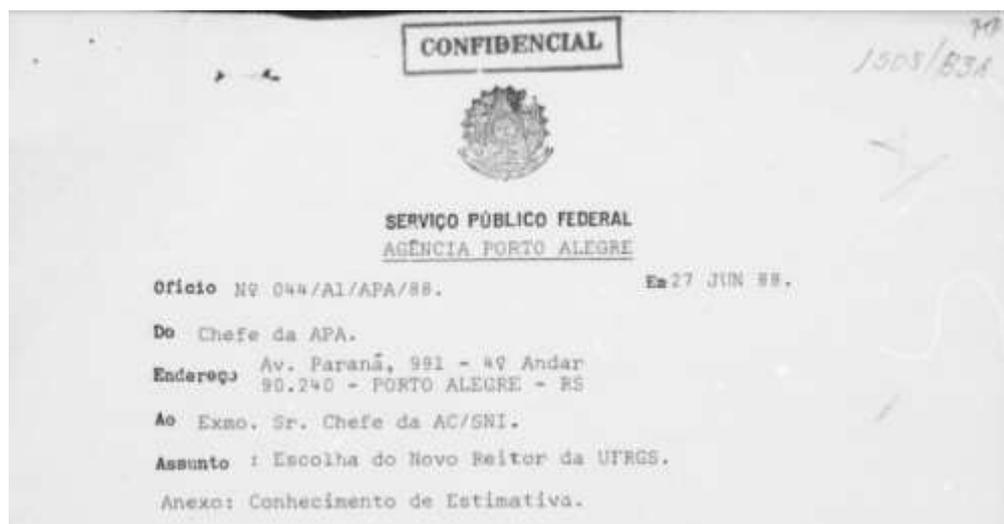
²⁷⁷ Embora a busca em sites de busca pelo endereço da Polícia Federal remeta diretamente ao prédio da Avenida Ipiranga, nº 1365, o endereço da Avenida Paraná também aponta para resultados relacionados à Polícia Federal. Disponível em: <https://www.guiamais.com.br/porto-alegre-rs/informacao-e-utilidade-publica/administracao-publica/2067879523-6508107/agencia-brasileira-de-inteligencia-abin>. Acesso em: 12 jan. 2021.

²⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.88016292. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

²⁷⁹ MITCHELL, José. **Segredos**: à direita e à esquerda na ditadura militar. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007. p. 38-39.

²⁸⁰ De acordo com o site oficial da ABIN, sua superintendência estadual, no Rio Grande do Sul, possui como endereço oficial a Avenida Senador Tarso Dutra, número 605, 16º andar, no Bairro Petrópolis, em Porto Alegre. Todavia, a busca virtual pelo endereço da Avenida Paraná também aponta resultados relacionados à ABIN. Disponível em: <https://www.gov.br/abin/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/estrutura/superintendencias-estaduais> e <https://www.guiamais.com.br/porto-alegre-rs/informacao-e-utilidade-publica/administracao-publica/2067879523-6508107/agencia-brasileira-de-inteligencia-abin>. Acesso em: 12 jan. 2021.

Figura 15 – Ofício da APA/SNI de junho de 1988



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.88016292. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

De acordo com Raul Ellwanger e Vinicius de Lara Ribas, o Departamento da PF na Avenida Paraná funciona desde 1966 e continua ativo até hoje (opondo-se à informação de Mitchell acima descrita), com maior foco para as operações de inteligência e contrainformação. Segundo os autores, a maior visibilidade obtida foi ao longo do caso do “sequestro dos uruguaiois” em Porto Alegre, em 1978, quando o órgão participou da ação, do seu ocultamento e da logística concedida ao comando uruguaio.²⁸¹ O “sequestro dos uruguaiois”, em 1978, é considerado pela historiografia recente como um ponto-chave de denúncia da imprensa nacional e internacional sobre a articulação das ditaduras brasileira e uruguaia, revelando as operações de cooperação do esquema repressivo do Cone Sul que mais tarde ficaria conhecido como Operação Condor.²⁸²

3.2.2 Os chefes da APA/SNI

Após a análise documental dos resultados da busca realizada no SIAN pelo termo “ufrgs”, na seção da *Agência Rio Grande do Sul*, foi possível identificar três militares que assinaram informes e ofícios da APA/SNI como chefes da Agência de Porto Alegre: o gen.

²⁸¹ ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinicius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil). IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria. **40 Años del Golpe Cívico-Militar**: reflexiones desde el presente. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. Buenos Aires: 2016. p. 15. Disponível em: http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa_30/ellwanger_de_lara_mesa_30.pdf. Acesso em: 12 jan. 2021.

²⁸² Cf. CUNHA, 2008.

Milton Baptista Pereira (em documentos do início dos anos 1970); o cel. Marino de Myron Cardoso (em meados dos anos 1980); e o cel. Carlos Eurico Meyer de Mesquita (durante o governo civil em 1988). Esperávamos que outros nomes surgissem na pesquisa, como o de Carlos Alberto Ponzi, militar já conhecido como chefe da APA/SNI, citado em diversos trabalhos e livros.²⁸³ Sua residência, em Porto Alegre, foi alvo de diversas manifestações de organizações civis e movimentos sociais ao longo dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade, em razão do resultado de suas investigações. Frases como “aqui mora um torturador” foram escritas na calçada da casa de Ponzi como forma de “escrachamento moral”. Diversas imagens, difundidas pela imprensa local em reportagens sobre eventos que denunciavam o militar, foram um reflexo do desejo coletivo de expectativa, despertado pela CNV, em corresponder aos anseios de verdade e justiça da sociedade, comprimidos por décadas de esquecimento.²⁸⁴ Contudo, apesar das diversas menções historiográficas e de seu nome ser reconhecido e emblemático como chefe da Agência do SNI em Porto Alegre, não há nenhum resultado da busca referente a Carlos Alberto Ponzi na seção da *Agência Rio Grande do Sul*, no SIAN. Isso reforçou o entendimento de que a pesquisa baseada única e exclusivamente nas fontes documentais selecionadas não seria suficiente para suprir as respostas de algumas perguntas que foram surgindo ao longo desta análise.

Figura 16 – Manifestação em frente à casa de Carlos Alberto Ponzi



Fonte: Foto de Leandro Silveira.²⁸⁵

²⁸³ GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014. p. 112; MITCHELL, 2007, p. 64; BRASIL, 2014(a), p. 224.

²⁸⁴ PADRÓS, 2020, p. 72.

²⁸⁵ MANIFESTANTES protestam em frente à casa do ex-chefe do SNI em Porto Alegre. *Gaúcha ZH*, 26 mar.

Afinal, quem mais chefiou o APA/SNI, órgão majoritariamente produtor da documentação que está sendo analisada, além de Ponzi? Qual o perfil dos militares que encabeçaram o braço do SNI no Rio Grande do Sul? Por que, nos documentos, poucas informações são obtidas sobre seus dirigentes, em oposição à Agência Central, sobre a qual a historiografia tem mais facilidade em traçar uma linha do tempo de chefias? De fato, poucos nomes surgem quando buscamos saber quem foram os chefes da APA/SNI. Um dos poucos dados encontra-se no Relatório da Comissão Nacional da Verdade, onde consta a informação de que o cel. Ponzi chefiou a APA “durante o governo Geisel e coordenou a ‘farsa de Bagé’, embuste repressivo para mascarar o sequestro dos uruguaios Universindo Rodríguez Díaz, Lilián Celiberti e seus dois filhos, Camilo e Francesca”.²⁸⁶

A tal “farsa de Bagé”, citada no trecho destacado, refere-se ao episódio em que, dias após o sequestro dos uruguaios, o Departamento da Polícia Federal de Bagé coagiu testemunhas a darem falsos depoimentos sobre uma suposta saída espontânea dos estrangeiros de volta ao Uruguai, falsificando também provas documentais com o objetivo de obstruir as investigações acerca do desaparecimento dos uruguaios e encobrir o crime de sequestro e entrega dos mesmos às autoridades militares daquele país.²⁸⁷ Ellwanger e Ribas citam que, no caso do sequestro dos uruguaios, a coordenação foi do cel. Carlos Alberto Ponzi, na época chefe da APA/SNI.²⁸⁸ A CNV relata que o coronel ocupou o posto no final da década de 1970 e início de 1980, sendo também denunciado em 2007 como um dos responsáveis pelo sequestro e desaparecimento do argentino Lorenzo Ismael Viñas, em junho de 1980, na fronteira entre Paso de Los Libres (Argentina) e Uruguaiana (RS).²⁸⁹

Conforme Mitchell, além do posto de chefe da APA/SNI, o cel. Carlos Alberto Ponzi também participou de um ato de protesto realizado no pátio do Colégio Militar de Porto Alegre em 2000, onde os manifestantes opunham-se à decisão da Comissão Especial de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, do Ministério da Justiça, de conceder indenização aos familiares do capitão Carlos Lamarca, da VPR.²⁹⁰ Lamarca foi o capitão do Exército que abandonou a farda em prol da luta armada junto à Vanguarda Popular

2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/03/manifestantes-protestam-em-frente-a-casa-do-ex-chefe-do-sni-em-porto-alegre-3706932.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.

²⁸⁶ BRASIL, 2014(a), p. 224.

²⁸⁷ FERRI, Omar. **Sequestro no Cone Sul**: o caso Lilian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. Versão e-book. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/ferri/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

²⁸⁸ ELLWANGER; RIBAS, 2016, p. 15.

²⁸⁹ BRASIL, op. cit., p. 860. Cf. BRASIL, **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume 3. Brasília: CNV, 2014(b). p. 1956-1957.

²⁹⁰ MITCHELL, 2007, p. 64.

Revolucionária, sendo um dos principais líderes e ícones da esquerda revolucionária. Em função disso, para os militares, virou sinônimo de desertor e traidor da pátria e da corporação.

No trabalho de Mitchell, o jornalista fornece mais pistas acerca daqueles que ocuparam a cadeira da chefia da APA/SNI ao descrever que, naquele ano de 2000, os dirigentes do Colégio Militar organizaram uma cerimônia interna a fim de anular as notas e registros de aluno do capitão Lamarca, que se formou no curso de cadetes do Exército do Colégio Militar de Porto Alegre em 1957. Segundo o autor, um dos participantes da cerimônia de anulação dos registros de Lamarca no Colégio Militar foi o general da reserva Daniel Lomando Andrade, descrito como ex-chefe do SNI no Rio Grande do Sul.²⁹¹ Procuramos, então, mais informações acerca deste militar, já que não havia qualquer outra menção sobre ele na documentação selecionada pela pesquisa.

No obituário virtual do 12º Regimento de Cavalaria Motorizada (RCM), comunicou-se o falecimento do general Andrade em junho de 2013, pontuando sua atuação como instrutor-chefe da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), comandante do 12º RCM em Porto Alegre, entre 1977 e 1979, e comandante da 1ª Brigada de CM de Santiago (RS).²⁹² Não há, entretanto, qualquer menção à atuação do general Andrade na documentação analisada, sendo encontradas menções sobre o militar somente na coleção de livros *1964 – 31 de Março* da Biblioteca do Exército, coordenada por Aricildes de Moraes Motta.²⁹³ No Tomo 8 dessa série, o militar concedeu uma entrevista, onde consta a informação de que Daniel Lomando Andrade foi um general-de-brigada, possuindo todos os cursos regulares do Exército. Durante o Golpe de 1964, o militar atuava como capitão no 3º RCM em São Gabriel (RS), integrando o corpo de oficiais da AMAN em 1969.²⁹⁴ Segundo o depoimento oral concedido pelo general ao livro, Andrade chefiou a APA/SNI entre os anos de 1980 e 1983.²⁹⁵

Durante mais de cinco anos serviu na área de Informações. Inicialmente na AMAN, depois, durante os anos de 1975/6 como Adjunto e Chefe da 2ª Seção do III Exército e, finalmente, após entregar o comando, como chefe da Agência do SNI (Serviço Nacional de Informações) de Porto Alegre, até ser novamente convidado para a AMAN em 1983, agora para subcomandá-la.²⁹⁶

²⁹¹ MITCHELL, 2007, p. 65.

²⁹² GENERAL de Brigada R/1 DANIEL Lomando Andrade. Obituário 12º RCM. Disponível em: <https://www.12rcmec.net/Diversas/celdaniel.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

²⁹³ MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **1964 – 31 de Março**: o movimento revolucionário e sua história. Tomo 8, Rio Grande do Sul. E-book. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7344>. Acesso em: 18 jan. 2021.

²⁹⁴ Ibid., p. 233.

²⁹⁵ Ibid., p. 251.

²⁹⁶ Ibid., p. 233-234.

A busca pelo nome de Daniel Lomando Andrade não encontrou resultados através da Pesquisa Multinível na seção da *Agência Rio Grande do Sul*, na plataforma do SIAN. A menção acerca do militar, no entanto, foi identificada através do recurso de Pesquisa Livre, ao buscar o nome do militar no campo *Título* e selecionando o *Fundo do Serviço Nacional de Informações* como filtro. Dentre os resultados da busca, foi localizado um ofício de autorização de destruição de documentos sigilosos, no qual a APA/SNI solicitava à AC/SNI a licença para o ato. No referido ofício (Figura 17), datado de agosto de 1981, Daniel Lomando Andrade assina como coronel de Cavalaria do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) e chefe da APA/SNI.²⁹⁷ Outro documento, oriundo da seção da Agência Central, de agosto de 1982, também registra Andrade como chefe da APA/SNI.²⁹⁸

Figura 17 – Ofício da APA/SNI de agosto de 1981



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.0239. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

²⁹⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.0239. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

²⁹⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84041820. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

Podemos observar, portanto, que para responder às questões levantadas neste capítulo, a presente pesquisa não pôde se limitar somente às buscas pelos resultados do termo “ufrgs” na seção da *Agência Rio Grande do Sul* no SIAN; devido a isso, foram utilizados outros recursos de busca fornecidos pelo SIAN a fim de suprir e aferir pontualmente as informações acerca da identificação das chefias da APA/SNI, através do recurso de Pesquisa Livre.

Acerca dos outros três chefes da APA/SNI, mencionados no início desta subseção, indicados nos registros da pesquisa, seus nomes foram identificados por meio da análise do conjunto documental definido inicialmente pelo trabalho (a busca pela sigla “ufrgs” na seção *Agência Rio Grande do Sul* do Fundo do SNI). O primeiro, general Milton Baptista Pereira, foi identificado em um ofício de 1973, enviado pelo reitor da UFRGS, Ivo Wolf, à APA/SNI.²⁹⁹ Poucos dados surgiram acerca do gen. Pereira, tendo em vista que o ofício a ele remetido, pelo reitor da UFRGS em 1973, apenas indica “Gen. Div. R/1 Milton B. Pereira. Serviço Nacional de Informações. Agência de Porto Alegre. Av. Paraná, 991. NESTA CAPITAL”.³⁰⁰ A sigla “R1” refere-se aos militares oficiais e graduados que completam 30 anos de serviço efetivo e são transferidos para a reserva.³⁰¹ O gen. Milton Baptista Pereira, portanto, foi um militar da reserva que chefiou a APA/SNI entre, pelo menos, os anos de 1971 e 1973.³⁰² Não foram localizadas outras informações sobre ele.

Outro nome identificado é o do cel. Marino de Myron Cardoso, que também assinou alguns documentos como chefe da APA/SNI, desta vez em 1985. Sua inscrição aparece datada de 1985 quando autorizou rebaixar a classificação de sigilo dos informes de “segredo” para “confidencial” em alguns documentos produzidos em 1969.³⁰³ O militar recebeu em

²⁹⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84010121. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020. O sobrenome “Baptista”, alusivo à sigla “B.”, foi identificado em pesquisas sobre o nome do militar em sites de busca, que apontaram para informes trocados entre a APA/SNI e o Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (Porto Alegre) em 1971. Disponível em: <https://www.trt4.jus.br/portais/media/431108/doc13.pdf> e <https://www.trt4.jus.br/portais/media/431120/doc19.pdf>. Acesso em: 13 jan. 2021.

³⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84010121. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

³⁰¹ RESERVA pró-ativa, uma peça fundamental na estrutura militar: “Uma vez soldado, sempre soldado!”. **Noticiário do Exército**, Exército Brasileiro, 19 out. 2017. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/reserva-pro-ativa-uma-peca-fundamental-na-estrutura-militar-uma-vez-soldado-sempre-soldado-#:~:text=Os%20militares%20R1%20formam%20um,transferidos%20para%20a%20reserva%20remunerada.&text=J%C3%A1%20os%20militares%20R2%20s%C3%A3o,oficiais%20e%20sargentos%20t%C3%A9cnicos%20tempor%C3%A1rios. Acesso em: 13 jan. 2021.

³⁰² A estimativa temporal da gestão de Pereira é imprecisa devido à escassez de informações. A nota de rodapé 299 aponta registros de sua presença na APA/SNI em 1971, enquanto que o ofício do reitor Wolf corresponde a 1973. Não foi possível afirmar a periodização precisa de sua chefia na Agência de Porto Alegre.

³⁰³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011015 e BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011016. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

1980 a Medalha Tiradentes, do Governo do Estado de Goiás, honraria concedida pelos relevantes serviços prestados à Polícia Militar do Estado,³⁰⁴ embora alguns registros do passado de Marino de Myron Cardoso talvez não sejam tão honrosos assim.

De acordo como o Relatório da CNV, Cardoso aparece como um dos tenentes envolvidos no interrogatório do sargento Manoel Alves de Oliveira, morto em 08 de maio de 1964, após ter sido preso e torturado por agentes da repressão no Regimento Andrade Neves, Escola de Cavalaria na Vila Militar do Rio de Janeiro, sendo levado ao Hospital Central do Exército (HCE), onde morreu.³⁰⁵ Marino de Myron Cardoso foi identificado no arquivo digital do projeto *Brasil: Nunca Mais*, em um documento relatando o interrogatório a que foi submetido o sargento Manoel Alves, no dia 07 de abril de 1964, um mês antes do registro de sua morte. Segundo o documento,

[...] o interrogatório foi conduzido pelo major Francisco Ursino Luna, pelo capitão Marino de Myron Cardoso e pelo segundo-tenente Newton Mousinho de Albuquerque, que na ocasião serviam no Regimento Andrade Neves, onde provavelmente o sargento foi preso antes de ser levado ao HCE.³⁰⁶

Cardoso, então capitão, era adido do Estado-Maior do Regimento da Escola de Cavalaria, em 1964. A morte do sargento Manoel Alves foi classificada pelas pesquisas como pertencente à “Operação Limpeza” e, embora suas circunstâncias não tenham sido plenamente reconstituídas, a Comissão Nacional da Verdade considerou sua morte como sendo decorrência da ação perpetrada pelos agentes do Estado brasileiro, dentre os quais achava-se o chefe da APA/SNI de 1985.

Por fim, o nome do cel. Carlos Eurico Meyer de Mesquita também foi identificado nos documentos. O militar assina como chefe da APA/SNI um ofício produzido pela Agência já no período democrático, datado de 27 de junho de 1988.³⁰⁷ Novamente, poucas informações temos sobre sua pessoa. De acordo com um artigo do Comando Militar do Sul, Mesquita foi secretário municipal do Município de São Gabriel (RS) no início da década de 1980, já como oficial na reserva.³⁰⁸ Também consta, no Diário Oficial da União, sua nomeação como

³⁰⁴ GOIÁS. Decreto Nº 1.801, de 17 de abril de 1980. **Diário Oficial do Estado de Goiás**. Goiânia, Governo do Estado de Goiás, 1980. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/66809/decreto-1801. Acesso em: 14 jan. 2021.

³⁰⁵ BRASIL, 2014(b), p. 157.

³⁰⁶ Ibid., p. 158.

³⁰⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.88016292. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

³⁰⁸ MEMÓRIA da Guarnição – o Museu Gaúcho da FEB. **Seção de Comunicação da 3ª Divisão Encouraçada**, Comando Militar do Sul, jul. 2020. Disponível em: <http://www.3de.eb.mil.br/index.php/component/content/article?id=2026&>. Acesso em: 14 jan. 2021.

tenente-coronel da 94^a Cavalaria Regimento de Cavalaria Blindada (RCB) de São Gabriel, onde fundou, em 1984, um Centro de Tradições Gaúchas.³⁰⁹ Recebeu a Medalha de Mérito Santos-Dumont em junho de 1988, concedida pela Aeronáutica Brasileira a pessoas, seja civis ou militares, que tenham prestado destacados serviços àquela Força Armada.³¹⁰ Em 2018, a Câmara Municipal de Vereadores de São Gabriel concedeu a Carlos Eurico Meyer de Mesquita o título honorífico de Gabrielense Emérito, como homenagem da cidade ao coronel.³¹¹

3.2.3 Periodizando as chefias

Como o nome de Carlos Alberto Ponzi, o chefe da APA/SNI mais conhecido pela historiografia, não resultou em nenhum registro pela Pesquisa Multinível na *Agência Rio Grande do Sul*, no SIAN, optamos por buscá-lo através da Pesquisa Livre, tendo como filtro o Fundo do Serviço Nacional de Informações (Figura 18). A partir dos resultados, foram localizados 25 registros para o nome de “carlos alberto ponzi”, o que permitiu estabelecer uma estimativa cronológica na qual o militar chefiou a APA/SNI. O documento mais antigo localizado pertence à Agência de Salvador do SNI, informando a exoneração de Carlos Alberto Ponzi, então tenente coronel da Cavalaria do Exército, das funções de Comandante da PM da Bahia, em setembro de 1971.³¹² Como chefe da APA/SNI, foram encontrados registros desde fevereiro de 1975³¹³ até fevereiro de 1980.³¹⁴

³⁰⁹ BRASIL. **Diário Oficial da União**. 06 de outubro de 1980. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3451113/pg-7-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-10-1980>. Acesso em: 14 jan. 2021.

³¹⁰ MEDALHA “Mérito Santos-Dumont”. Relação de agraciados (atualizada até julho de 2016). Disponível em: https://www.fab.mil.br/files/agraciados_msants_dumont.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

³¹¹ RIO GRANDE DO SUL. Resolução N° 5.371, de 03 de abril de 2018. **Câmara Municipal de Vereadores de São Gabriel**. Disponível em: <https://www.camarasg.rs.gov.br/camara/proposicao/Resolucoes/2018/2/0/6937>. Acesso em: 21 jan. 2021.

³¹² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.83005185. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³¹³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75098033. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001181. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

Figura 18 – Pesquisa Simples no site do SIAN



Fonte: Site do SIAN. Pesquisa Simples. Disponível em: https://sian.an.gov.br/sianex/Consulta/resultado_pesquisa_new.asp. Acesso em: 25 jan. 2021.

A mesma metodologia de pesquisa foi aplicada para os demais nomes. A busca por “daniel lomando andrade” resultou em 47 registros, sendo o mais antigo de outubro de 1980³¹⁵ e o mais recente de dezembro de 1982³¹⁶. Apesar dos registros só chegarem até 1982, o general Andrade afirmou, em depoimento ao “Tomo 8” do livro *1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e sua história*, que chefiou a Agência do SNI na capital gaúcha até 1983.³¹⁷ Como mencionado, os resultados das pesquisas no arquivo não anulam o diálogo com outras fontes históricas, como as bibliográficas e depoimentos em livros de memória.

Para “milton baptista pereira”, surgiram apenas dois registros, dos quais nenhum apontava o militar associado à APA/SNI. Optamos então por buscar pela grafia “milton b pereira”, com o primeiro sobrenome abreviado, conforme constava nos primeiros documentos visualizados, a qual rendeu 11 resultados. Os registros do cel. Pereira como chefe da APA/SNI avançam entre julho de 1969³¹⁸ e janeiro de 1973.³¹⁹

A busca por “marino de myron cardoso” apontou 44 registros, dos quais um, especificamente, destacou-se dentre os demais. Trata-se de uma nota de serviço, expedida em março de 1983 pela APA/SNI, a fim de regular o estágio do coronel Marino de Myron Cardoso, descrito como “futuro Chefe da APA/SNI”, datado entre 08 e 16 de março de 1983.³²⁰ Seus registros, assinando efetivamente como chefe da APA/SNI, no entanto,

³¹⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, PTR.AVP.4162. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84041820. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³¹⁷ MOTTA, 2003, p. 234.

³¹⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82004096. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³¹⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72065448. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³²⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.EVE.0012. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

transcorrem entre setembro de 1983³²¹ e setembro de 1986.³²² Além deste, um outro documento também destoou da cronologia estimada. Compreende um ofício do diretor do 1º Distrito Regional do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), datado de fevereiro de 1979, encaminhado a Marino de Myron Cardoso, por ser ele o “responsável pela Chefia APA/SNI Av. Paraná, 991”.³²³ Não foi possível identificar a razão de Cardoso estar descrito como “responsável” pela APA/SNI, tendo em vista que a cronologia corresponde à chefia de Carlos Alberto Ponzi no órgão. É possível que Cardoso estivesse como substituto temporário de Ponzi na APA/SNI, apesar de não ter sido possível afirmar com maior precisão.

Por fim, a busca por “carlos eurico meyer de mesquita”, na Pesquisa Livre do SIAN, resultou em apenas dois registros, nos quais seu nome é apontado como chefe da APA/SNI entre outubro de 1987³²⁴ e junho de 1988.³²⁵ A busca pelas variantes do nome, com sobrenomes abreviados, não resultou em nenhum outro registro na pesquisa.

Nesse sentido, podemos estabelecer uma estimativa cronológica das chefias da Agência de Porto Alegre do SNI: Milton Baptista Pereira (1969-1973); Carlos Alberto Ponzi (1975-1980); Daniel Lomando Andrade (1980-1982/1983); Marino de Myron Cardoso (1983-1986); Carlos Eurico Meyer de Mesquita (1987-1988). Há alguns hiatos cronológicos que não foram preenchidos, como os anos anteriores a 1969. A partir de que ano, exatamente, iniciou o funcionamento da APA/SNI? Havia algum chefe desde o início da sua instalação? Quem comandou a Agência até 1969? E em 1974? Foi Milton Pereira, Carlos Ponzi ou algum terceiro? Essas são algumas das indagações que não puderam ser respondidas, mas que abrem porta para diversos outros questionamentos.

Além de tudo isso, deve ser ressaltado que não foram localizados quaisquer decretos oficiais de nomeação ou exoneração do cargo de chefe da APA/SNI; desta forma, a cronologia aqui estabelecida trata-se de uma estimativa construída a partir dos registros encontrados acerca de cada militar apontado como chefe da Agência de Porto Alegre do SNI. O fato de não terem sido localizados outros documentos não anula a hipótese de elasticidade do marco cronológico aqui estimado para cada chefia, bem como a possibilidade de haver

³²¹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, PTR.AVP.0998. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³²² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, PTR.AVP.4062. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³²³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000131. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³²⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.87015466. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

³²⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.PES.0008. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

outros militares também envolvidos no referido cargo da APA/SNI. Tais registros, no entanto, não foram encontrados.

Por fim, verificou-se que, através da análise documental e cruzamento de fontes bibliográficas, foi possível resgatar os nomes de alguns dos militares que ocuparam o posto de chefes da Agência de Porto Alegre do SNI. Apesar da Agência Central do SNI ter sido um pouco mais (muito pouco) trabalhada na historiografia acerca dos serviços de informação durante a ditadura, é também importante conhecer o funcionamento das Agências Regionais, por terem sido os organismos responsáveis pela concretização do projeto de vigilância generalizada sobre o inimigo interno nas mais diversas regiões do país, sob a coordenação do SNI. Para tanto, identificar os militares que chefiaram a Agência Regional gaúcha tem por objetivo dar nomes e rostos a essas Agências, tantas vezes trabalhada como entidades abstratas; é, também, nomear os responsáveis, como forma de denúncia e responsabilização histórica, compreendendo os registros do SNI como fontes acerca de um passado pouco conhecido. Carlos Alberto Ponzi, Daniel Lomando Andrade, Milton Baptista Pereira, Marino de Myron Cardoso e Carlos Eurico Meyer de Mesquita foram identificados como alguns dos nomes que comandaram a APA/SNI, e tal fato nos diz muito sobre as ações do próprio órgão.

Ao destrinchar a biografia dos chefes da Agência de Porto Alegre do SNI, foi possível traçar perfis de coronéis e generais de alto escalão, bem treinados e experientes, que desde as diversas funções que desempenharam durante a ditadura, fizeram parte de uma estrutura que, além de vigiar, denunciar, ameaçar, expulsar e perseguir estudantes, docentes e técnicos administrativos, também torturava, executava e desaparecia opositores, como duas faces da mesma moeda. A reconstituição das chefias, bem como suas atuações dentro de determinados marcos espaço-temporais, teve por objetivo somar para que outros estudos que analisem os órgãos de informações possam avançar sobre seu conhecimento, contribuindo na apreciação das devidas responsabilizações históricas da atuação dos órgãos repressivos ao longo da ditadura de segurança nacional.

3.3 A AESI/UFRGS

O final do segundo capítulo desta dissertação tratou sobre a estruturação dos diversos organismos responsáveis por ramificar a vigilância do Serviço Nacional de Informações nos ministérios civis, como as Divisões de Segurança e Informações (DSI). Estas, por sua vez, subdividiam-se em outros órgãos de vigilância, as chamadas Assessorias de Segurança e Informação (ASI) ou Assessorias Especiais de Segurança e Informação (AESI), que

funcionavam como uma extensão do SNI em diversos órgãos e empresas públicas federais. Nas universidades, as AESI foram fundadas a partir de 1971 pela Portaria N° 10 BSB, de 13 de janeiro daquele ano,³²⁶ obedecendo a uma cadeia de comando em diferentes graus, estando submetidas à DSI do MEC, à Agência Regional do SNI, à Agência Central e ao SNI, respectivamente.³²⁷ Segundo Rodrigo Patto Sá Motta, desde 1968 a DSI do MEC “vinha solicitando aos reitores a nomeação de um ‘elemento de ligação’ para facilitar a comunicação com as Universidades”, ou seja, uma pessoa “de confiança” aliada ao governo vigente ditatorial a fim de manter os interesses da DSN no meio universitário.³²⁸ As Assessorias, nas universidades, funcionariam como uma extensão do poder do SNI que, através delas, faziam chegar pressões políticas dos escalões superiores sobre os campi, bem como exerceriam um papel de vigilância sobre a comunidade universitária e seus dirigentes.³²⁹ A sua existência e suas ações são entendidas dentro da conjuntura de aumento repressivo da ditadura decorrente da edição do AI-5 e intensificação da violência estatal contra as ações da esquerda armada.³³⁰

Mas como esse esquema de Assessoria de Segurança e Informação funcionou na Universidade Federal do Rio Grande do Sul? Por quanto tempo operou? Qual a relevância de suas funções para o âmbito interno da UFRGS? De que maneira uma ASI impactou no dia-a-dia da Universidade? E onde está essa documentação?

3.3.1 Os acervos “perdidos” das AESI universitárias

Durante a existência das Assessorias, as universidades foram cercadas por um ambiente de medo e insegurança que gerou, de diversas maneiras, obstáculos para a produção e reprodução de diversas áreas do saber, especialmente aquelas voltadas para as humanidades e para o debate político.³³¹ Os registros da atuação das AESIs nas universidades são ricos e, ao mesmo tempo, escassos, tendo em vista que muitos de seus arquivos foram perdidos ao longo dos anos. Ainda assim, no entanto, são fundamentais para a compreensão da repressão institucional, ideológica e ditatorial no meio universitário.

[...] no decorrer da sua atuação – que teve duração entre 10 e 15 anos, dependendo do caso – as ASI produziram volumosos arquivos, reunindo tanto documentos por

³²⁶ MOTTA, 2008(a), p. 38.

³²⁷ Ver organograma da p. 84.

³²⁸ MOTTA, op. cit., p. 60.

³²⁹ MOTTA, 2014, p. 512/1155.

³³⁰ MOTTA, op. cit., p. 45.

³³¹ MOTTA, 2008(b), p. 46.

elas gerados quanto papéis recebidos de outras agências, em sua maioria órgãos integrantes da “comunidade de informações”. Em alguns casos, os arquivos contêm documentos anteriores à existência das Assessorias, pois certos reitores guardaram com cautela documentos sigilosos recebidos nos anos iniciais do governo militar, tendo enviado esses documentos, posteriormente, ao respectivo arquivo ASI.³³²

As Assessorias de Segurança e Informação faziam parte da engrenagem informacional do SNI inserida dentro dos campi universitários. Em termos de organograma, eram submetidas à DSI do MEC, que, por sua vez, estava vinculada a cada Agência Regional do SNI. Na plataforma SIAN, do Arquivo Nacional, não há nenhum fundo documental relacionado à AESI/UFRGS. De fato, não sabemos o destino final dado à documentação da Assessoria da Universidade, que encerrou suas atividades no início da década de 1980. No entanto, alguns de seus vestígios podem ser localizados em outras documentações, como no Fundo do SNI, especialmente na seção *Agência Rio Grande do Sul*, referente à APA/SNI, tendo em vista a circulação de documentos dentro da comunidade de informações. O fundo documental, como unidade arquivística, reúne organicamente não só os documentos produzidos, mas também aqueles recebidos em razão das atividades e funções do órgão. Apesar de não haver um fundo da AESI/UFRGS, é possível ter acesso a alguns de seus vestígios devido aos mesmos terem transitado pela comunidade de informações através das difusões, tornando-se parte do fundo documental de outro órgão que não o seu produtor; no caso desta pesquisa, o Fundo do SNI, mais precisamente a seção referente à Agência de Porto Alegre, abriga diversos documentos produzidos pela AESI/UFRGS.

Os trabalhos produzidos a partir dos registros das AESI universitárias, muitas vezes, sofrem certa limitação ao se deterem especialmente nas documentações das AESIs da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e da Universidade de Brasília (UnB), compreensivelmente. De fato, vasculhando o catálogo de Fundos e Coleções disponíveis pelo SIAN, são localizados 13 conjuntos documentais de ASI em diversos órgãos.³³³ Destes, apenas três são oriundos das ASI nas universidades, sendo um deles uma coleção (a ASI da Universidade Federal do Pará) e um outro, que é o Fundo da Universidade Federal de Sergipe,

³³² MOTTA, 2008(b), p. 46.

³³³ ASI da Companhia de Financiamento da Produção, ASI da Companhia Energética do Piauí, ASI da Delegacia do Ministério da Agricultura de Minas Gerais, ASI da Eletrobrás, ASI da Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social, ASI da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), ASI da Superintendência do Desenvolvimento da Pesca, ASI da Superintendência Federal de Agricultura no Rio Grande do Sul, ASI da Universidade de Brasília, ASI da Universidade Federal do Pará (que é uma coleção, não um fundo), ASI da UFMG, ASI de Furnas Centrais Elétricas Sociedade Anônima e ASI do Departamento Nacional de Produção Mineral. Disponível em: ACERVOS sobre o Regime Militar (1964-1985). **Arquivo Nacional**, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/consulta/acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985>. Acesso em: 26 jan. 2021.

que contém também documentos oriundos de sua ASI. Assim, os únicos fundos específicos de Assessorias de Segurança e Informação de instituições de ensino superior disponíveis para pesquisa no Arquivo Nacional são justamente os da UFMG e da UnB, razão que pode explicar a escassez de estudos sobre outras universidades.

Segundo Motta, as únicas duas universidades que preservaram integralmente os seus acervos após o encerramento das atividades das suas respectivas ASI foram, de fato, a UnB e a UFMG, o que contrasta com a situação das outras instituições do país. Na plataforma do SIAN, o Fundo da ASI da UnB possui 826 registros (dossiês) disponíveis para consulta através da Pesquisa Multinível, sendo localizado através do fundo “BR DFANBSB AA1”. Já o Fundo da ASI da UFMG, por sua vez, ainda não está integralmente disponível na plataforma virtual, sendo possível acessá-lo pelo código “BR DFANBSB AT4” ou consultá-lo presencialmente. Também cabe o registro de que a coleção da ASI da UFPA, apesar de não ser um fundo,³³⁴ possui 17 dossiês, encontrados pela Pesquisa Multinível em “BR DFANBSB AAE”, e que o Fundo da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que contém documentos oriundos da sua ASI, possui 50 registros, pesquisáveis em “BR DFANBSB AA2”.

Apesar da escassa documentação disponível, é necessário reconhecer o esforço de pesquisadoras, pesquisadores e universidades em escrever sobre as Assessorias de outras instituições de ensino, como Maria Elizete Guimarães Carvalho e Rogério de Araújo Lima, por exemplo, que escreveram sobre os vestígios da ASI da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), em decorrência dos trabalhos da Comissão da Verdade naquela instituição, utilizando-se de fonte oral e documental.³³⁵ João José da Silva, com base no Arquivo Acadêmico da Universidade Federal de Alagoas (UFAL) também analisou a atuação da AESI naquela instituição.³³⁶ Além deles, há também o trabalho de Pedro Ernesto Fagundes, que apresentou os problemas acerca do acesso aos documentos da AESI/UFES a partir da instalação da Comissão da Verdade na Universidade Federal do Espírito Santo em

³³⁴ Como mencionado no primeiro capítulo, o fundo é a maior e mais importante unidade arquivística, correspondendo à acumulação orgânica dos documentos produzidos e recebidos por um determinado órgão, família ou instituição em razão de suas funções e atividades; uma coleção, diferentemente, é apenas um agrupamento intencional de documentos que compartilham de características comuns, não representando especificamente o funcionamento daquela entidade, tendo em vista que reúne em um mesmo conjunto diferentes documentos desconectados de suas origens, de seu “todo”, ou seja, de seus respectivos fundos.

³³⁵ CARVALHO, Maria E. G.; LIMA, Rogério de A. A informação a serviço da repressão nas universidades: Assessoria de Segurança e Informações da UFRN (ASI/UFRN) – nos rastros do relatório final da Comissão da Verdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 1 [75], p. 159-183, jan./mar. 2018.

³³⁶ SILVA, João José da. **A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade Federal de Alagoas: a educação sob o olhar da ditadura civil-militar (1971-1974)**.2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2020.

março de 2013,³³⁷ além da pesquisa de Dinoráh Almeida, que analisou os documentos da AESI/UFES.³³⁸

Segundo Vivien Ishaq e Pablo Franco, dentro de toda a documentação dos extintos Conselho de Segurança Nacional (CSN), Comissão Geral de Investigações (CGI) e Serviço Nacional de Informações (SNI), que estava sob custódia da ABIN e que foi recolhida ao Arquivo Nacional em cumprimento ao Decreto Nº 5.584, de 18 de novembro de 2005,³³⁹ quase 7 mil dossiês sobre ASIs foram identificados, “expressando a intensa comunicação e difusão de informações entre os órgãos integrantes do SISNI”.³⁴⁰ Em 2011, o acervo do SISNI foi reconhecido como patrimônio mundial da humanidade pela UNESCO, destacando a importância da documentação para a promoção dos direitos humanos e não repetição dos crimes cometidos no período da ditadura.³⁴¹ De fato, o Arquivo Nacional enumerou 249 DSI ou AESI/ASI específicas; dentre elas, a Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFRGS foi identificada. De acordo com Stampa, Santana e Rodrigues, estima-se que apenas 30% dos acervos dos órgãos setoriais do SISNI foram recolhidos e, embora pareçam quantitativamente poucos, “esses registros documentais são de grande importância para que se possa conhecer a profundidade da vigilância e do controle da ditadura em órgãos da administração pública, instituições, empresas e universidades”.³⁴²

Nesta pesquisa, além da AESI/UFRGS, foram identificados os registros de outras AESI de universidades gaúchas, como a da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e da Universidade Federal de Pelotas (UFPe), que também carecem de estudos históricos aprofundados a fim de revelar os diversos mecanismos de repressões institucionais e institucionalizadas no meio universitário ao longo da ditadura de segurança nacional. Segundo Paulo Burmann, reitor da UFSM em 2014, a efetiva desativação da ASI/UFSM ocorreu somente sob a gestão do primeiro reitor eleito pelo voto da comunidade universitária, Gilberto

³³⁷ FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 295-316, jul./dez. 2013.

³³⁸ ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): a análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários à ditadura militar. **XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1457635923_ARQUIVO_Dinorah_Rubim.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

³³⁹ BRASIL, 2005.

³⁴⁰ ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/42355>. Acesso em: 26 jan. 2021. p. 36.

³⁴¹ STAMPA; SANTANA; RODRIGUES, 2014, p. 57.

³⁴² *Ibid.*, p. 58.

Aquino Benetti, entre 1985 e 1989.³⁴³ Oficialmente, a extinção das ASI nas universidades foi confirmada apenas com o Decreto N° 93.314, de 30 de setembro de 1986.³⁴⁴

Em 2013, o Comitê Santa-Mariense pelo Direito à Memória e à Verdade solicitou ao reitor da UFSM o acesso aos documentos da ASI da Universidade. Em julho daquele ano, a reitoria respondeu, através de um ofício, informando que a referida documentação não constava nos fundos documentais recolhidos e custodiados pelo Departamento de Arquivo Geral da Universidade. Em 2014, no contexto das publicações dos relatórios da CNV, o Comitê se reuniu com diversas entidades, como associações docentes e diretórios acadêmicos, junto ao então reitor da UFSM, Paulo Burmann, e seu vice, Paulo Bayard Gonçalves, a fim de solicitar a instalação de uma sindicância na instituição para apurar o desaparecimento da documentação da AESI/UFSM. Além disso, foi solicitada a instalação de uma Comissão da Verdade na UFSM a fim de analisar e esclarecer as violações de direitos humanos contra docentes, alunos e funcionários da Universidade entre 1964 e 1985. Do mesmo modo, a solicitação foi estendida à Procuradora da República Cinthia Borges, que abriu um inquérito civil para tratar do assunto. Com a pressão da comunidade acadêmica e de movimento sociais, foram iniciados os trabalhos da Comissão da Verdade da UFSM a partir de junho de 2015; prevendo-se que fosse disponibilizado ao Ministério Público Federal, até 2017, tudo o que havia sido recolhido em termos de documentos e depoimentos sobre a atuação da ASI na Universidade;³⁴⁵ de acordo com a Prof.^a Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad, representante titular do Departamento de Documentação da UFSM na Comissão, apesar da CV ter encerrado suas atividades, “todos os trabalhos e documentos serão devidamente apresentados e divulgados no relatório final”, que até o momento de escrita deste texto ainda não foi divulgado.³⁴⁶

Em agosto de 2012, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação remeteu um ofício-circular a todos os reitores das universidades públicas (federais e estaduais) para que fosse realizado em cada instituição o levantamento e a identificação dos documentos oriundos da época da ditadura, a fim de serem recolhidos ao Arquivo Nacional,

³⁴³ NUNES, Fritz R. Entidades pedem sindicância e comissão da Verdade na UFSM. **Seção Sindical dos Docentes da UFSM**, 28 ago. 2014. Disponível em: <http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=3080>. Acesso em: 26 jan. 2021.

³⁴⁴ BRASIL. Decreto N° 93.314, de 30 de setembro de 1986. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 set. 1986. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/515954/publicacao/15828914>. Acesso em: 10 fev. 2021.

³⁴⁵ NUNES, Fritz R. MPF discute com sindicato resgate da memória da UFSM. **Seção Sindical dos Docentes da UFSM**, 10 jan. 2017. Disponível em: <http://www.sedufsm.org.br/?secao=noticias&id=4362>. Acesso em: 26 jan. 2021.

³⁴⁶ Entrevista concedida pela Prof.^a Dra. Glaucia Vieira Ramos Konrad à autora, em 02 jul. 2021, via e-mail.

por conta do Projeto Memórias Reveladas e dos trabalhos da Comissão Nacional da Verdade.³⁴⁷ Infelizmente, a presente pesquisa não identificou quaisquer manifestações da reitoria da UFRGS em relação ao levantamento dos documentos de sua AESI. Em 2013, por meio do então reitor Carlos Alexandre Netto, foi divulgado que a Universidade promoveria uma Comissão da Verdade a fim de investigar e esclarecer seu passado de repressão durante a ditadura.³⁴⁸ A promessa tornou-se vazia de ação; a UFRGS permanece em meio a um silêncio institucional, contando apenas com as contribuições de docentes, pesquisadores e coletivos em iniciativas de resgate da história e da memória do período na Universidade, sem respostas acerca de suas documentações oficiais.

3.3.2 Quinto andar da reitoria

Apesar de não existir um acervo da AESI/UFRGS propriamente dito, como dito anteriormente, é possível analisar alguns de seus vestígios através da consulta às documentações de outros órgãos da comunidade de informações, sob coordenação do Sistema Nacional de Informações (SISNI), como a seção da *Agência Rio Grande do Sul* no Fundo do SNI no SIAN. Nesse sentido, o Fundo do SNI, disponibilizado online pelo Arquivo Nacional, possibilita a construção de pesquisas que, através do sistema de busca por palavras-chave, localize fragmentos “perdidos” das AESI universitárias nas diversas Agências Regionais e seções de inteligência do órgão, contribuindo para a escrita da história da repressão ditatorial nos campi universitários. Mas e quanto à UFRGS? Qual o impacto da atuação da sua AESI na comunidade universitária? De que maneira a AESI/UFRGS colaborou com a engrenagem informacional e repressiva do SNI no Rio Grande do Sul?

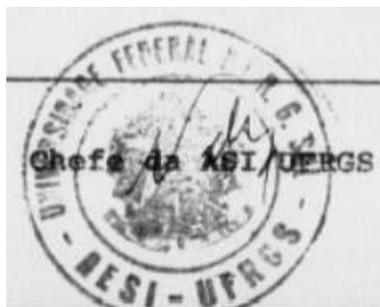
Ambas as grafias (ASI ou AESI) são utilizadas para nomear as Assessorias nas Universidades. Tendo sido inicialmente criadas em 1971 contendo o termo “Especiais” na sigla AESI, o mesmo caiu a partir de 1975, ficando apenas como ASI. Nos documentos analisados, observamos que ambas as siglas aparecem fazendo referência ao órgão na UFRGS, ora ASI, ora AESI. O exemplo abaixo, de um informe de 1978, traz uma sobreposição de carimbos que demonstra a utilização simultânea de ambas as siglas, tendo no primeiro plano o carimbo de verificação/assinatura do responsável pela chefia da Assessoria (aqui nomeada como ASI/UFRGS) sobre o carimbo do próprio órgão (denominado de

³⁴⁷ Ofício-Circular nº 11/2012/SAA/SE/MEC *apud* FAGUNDES, 2013, p. 297.

³⁴⁸ UFRGS Notícias, 2013.

AESI/UFRGS).³⁴⁹ Nesta pesquisa, optou-se por padronizar a utilização da grafia “AESI” relacionada à UFRGS devido à frequência com que a mesma é utilizada nos documentos de inteligência analisados.

Figura 19 – Carimbo AESI/UFRGS



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84008435. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

De acordo com Motta, apesar do estabelecimento oficial das AESI nos campi universitários ter acontecido somente a partir de 1971,³⁵⁰ a DSI do MEC solicitava aos reitores, desde 1968, a nomeação de pessoas vinculadas ao governo ditatorial a fim de manter os interesses da Doutrina de Segurança Nacional nas instituições de ensino superior.³⁵¹ O caso da UFRGS é muito claro quanto a isso. A AESI/UFRGS foi chefiada pelo coronel Natalício da Cruz Corrêa, entre 1971 e 1979. Apesar da cronologia definida, o militar vinha ocupando, desde 1968, junto à reitoria de Eduardo Faraco (gestão 1968-1972), um cargo de “quebraghalho”, assim denominado pelo cel. Correa em uma entrevista concedida ao jornal O Rio Grande em 1979.³⁵²

Curiosamente, em nenhum documento oriundo da AESI/UFRGS analisado pela pesquisa foi encontrada, explicitamente, a assinatura do cel. Corrêa como chefe da Assessoria. Porém, através do recurso de Pesquisa Livre na plataforma do SIAN, foi localizado um ofício (Figura 20) expedido em março de 1975 pela AESI/UFRGS à AESI/UnB, oriundo do Fundo da Assessoria de Segurança e Informação da Universidade de Brasília, no qual registra de fato

³⁴⁹ ISHAQ; FRANCO; SOUSA, 2012, p. 62.

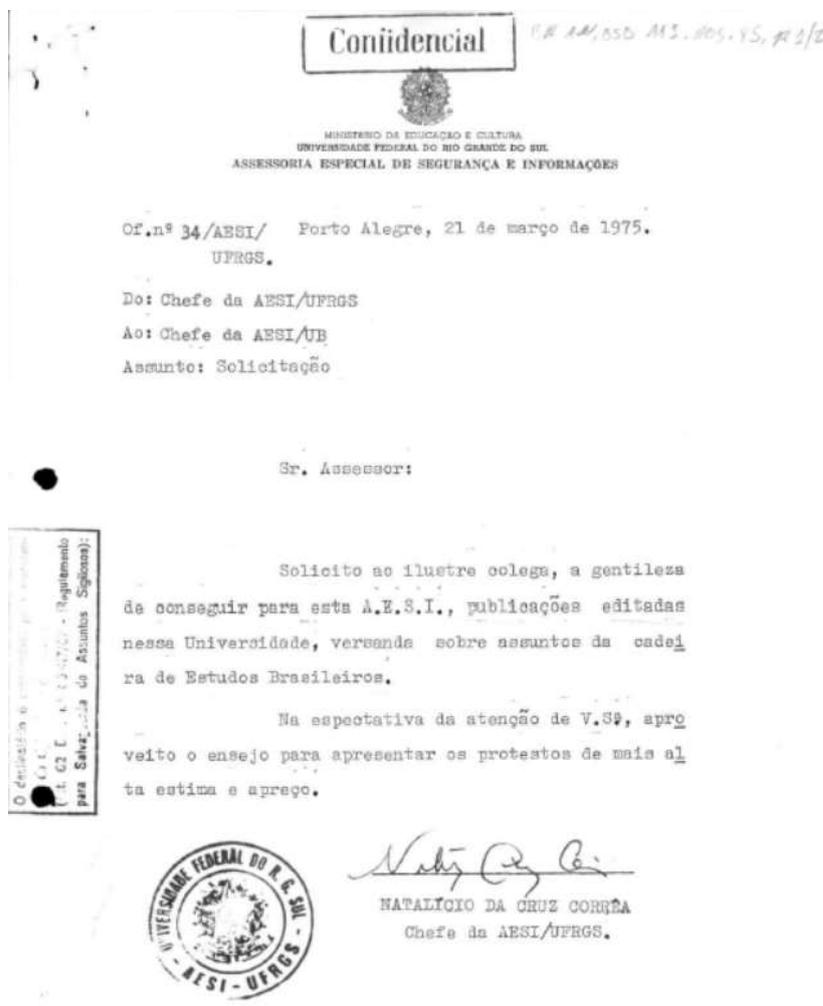
³⁵⁰ Apesar de alguns trabalhos indicarem que o funcionamento da AESI/UFRGS teve início a partir de 1969, um informe da AESI/UFRGS em resposta à solicitação da Agência de Porto Alegre do SNI sobre os registros de um estudante de Filosofia entre 1966 e 1969, aponta que “neste período (1966 à [sic] 1969), não havia ASI, nesta Universidade o que dificulta dados sobre o nominado”. In: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009393. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020. Assim, concluímos que a criação formal das Assessorias de Segurança e Informação, no meio universitário, segue à execução da Portaria nº 10 BSB, de 13 de janeiro de 1971. In: MOTTA, 2008(a), p. 38.

³⁵¹ Ibid., p. 60.

³⁵² MOTTA, 2014, p. 520,9/1155.

a assinatura de Natalício da Cruz Corrêa como chefe da repartição na UFRGS.

Figura 20 – Ofício da AESI/UFRGS à AESI/UnB



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB AA1.0.ROS.0085. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 set. 2020.

O trabalho de Jaime Mansan menciona uma reportagem do jornalista Renan Antunes de Oliveira, publicada no periódico *O Rio Grande*, em meados de 1979. Segundo o autor, o artigo intitulado “A Universidade expurga seu SNI” foi escrito a partir das entrevistas do jornalista com Julio Soares (ex-funcionário da Faculdade de Filosofia da UFRGS), João Carlos Brum Torres e Maria da Glória Bordini (professores expurgados da Universidade em 1969), Homero Jobim (então reitor da UFRGS) e o Coronel Natalício da Cruz Correa, chefe da AESI da Universidade.³⁵³ Apesar da presente pesquisa não ter tido acesso à referida reportagem de Renan Antunes de Oliveira, há menções sobre a matéria nos registros da Ficha

³⁵³ MANSAN, 2009, p. 200.

Informativa do jornalista, como material anexo de um informe oriundo do Departamento Central de Informações da SSP/RS, difundida à APA/SNI em setembro de 1979.

De acordo com a FI de Renan Oliveira, a matéria, escrita em julho de 1979, teve como foco a notícia da dispensa do cel. Corrêa das funções que ocupava como assessor de informação na reitoria (AESI/UFRGS). No documento, consta que o militar passou, a partir de então, a exercer a função de “assessor especial do reitor”, cujas atribuições não foram esclarecidas.³⁵⁴ Desta forma, observamos que a presença do cel. Natalício Correa na UFRGS, uma personalidade militar em posição de exercer algum tipo de controle ou influência nas decisões universitárias diretamente na reitoria, por ser representante dos pilares do Estado de segurança nacional, se mostra tanto anterior quanto posterior à sua passagem pela AESI da Universidade: anterior, por estar como “quebra-galho” na reitoria desde 1968; posterior, por lá permanecer mesmo após sua dispensa.

Assim como a APA/SNI, a AESI/UFRGS também não foi um órgão abstrato dentro da engrenagem de vigilância coordenada pelo SNI. Achava-se localizada, na verdade, no próprio gabinete do coronel Natalício Corrêa, chefe da Assessoria, no quinto andar do prédio da reitoria da UFRGS. Segundo a reportagem de Renan Oliveira, citado por Mansan, o gabinete era “uma sala localizada ao lado do Departamento de Pessoal e a única em todo o quinto andar da reitoria sem placa indicativa”.³⁵⁵

Nos registros consultados, a AESI/UFRGS é registrada, frequentemente, como órgão consultado pela Agência de Porto Alegre do SNI para a elaboração das Fichas Sintéticas de Avaliação (FSA) de diversas pessoas, especialmente professores e funcionários da administração universitária. Surge, também, como órgão responsável pela elaboração de produtos de inteligência relacionados à educação superior, como, por exemplo, um informe sobre as deficiências em relação à formação didática de professores para ministrar o ensino de Estudos dos Problemas Brasileiros (EPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), disciplinas obrigatórias instauradas nos currículos escolares e universitários pela ditadura a partir de 1969, a fim de ensinar civismo, moral e outros valores da doutrina de segurança nacional.³⁵⁶ No referido documento, de 1977, as AESI da UFRGS e UFSM fornecem diversas tabelas e

³⁵⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000967. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

³⁵⁵ OLIVEIRA, Renan Antunes de. Dispensado o assessor de informações da Universidade. **O Rio Grande**, Porto Alegre, p. 10, 26/Jul-1/Ago/1979 *apud* MANSAN, op. cit., p. 200.

³⁵⁶ KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB – Estudos de Problemas Brasileiros na ditadura militar e civil brasileira – 1970/1993: o caso da UFRGS**. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. p. 14.

fichas acerca do perfil profissional e político-ideológico dos professores responsáveis pelo ensino das disciplinas nas referidas universidades.³⁵⁷

Em diversos exemplos, observa-se a cooperação da AESI/UFRGS junto à comunidade de informações da ditadura, não só fornecendo informações internas da instituição como também influenciando nas decisões da reitoria. Em 20 de julho de 1976, o reitor da UFRGS Homero Jobim nomeou o professor Francisco Luis dos Santos Ferraz para o cargo de secretário geral de Planejamento da Universidade. Dois dias depois, a APA/SNI redigiu uma informação sobre a referida nomeação, envolvendo uma interferência sugestiva da AESI/UFRGS. O Levantamento dos Dados Biográficos do professor apontou que Ferraz foi autuado no Relatório da Comissão de Investigação Sumária (CEIS) da UFRGS, de 04 de agosto de 1964. Segundo consta no referido relatório, houve uma recomendação para que Ferraz não ocupasse “cargos de direção e influência nas organizações estudantis, devendo ter sua ação vigiada enquanto frequentar a Faculdade”.³⁵⁸ O documento apontou que Francisco Luis dos Santos Ferraz, quando era estudante de Direito na UFRGS, foi eleito em 1962 à Presidência da UEE, sendo um dos fundadores da Ação Popular (AP) no Rio Grande do Sul e, portanto, um iminente alvo “subversivo”.

A interferência da AESI/UFRGS à posse de Ferraz ao cargo ocorreu no dia anterior à sua nomeação, em 19 de julho de 1976. Segundo consta na informação, o chefe da AESI/UFRGS cel. Natalício Corrêa, quando soube da indicação de Ferraz ao cargo de secretário geral de Planejamento da Universidade, “entrou em contato com o reitor Homero Só Jobim, revelando sua apreensão com tal escolha”.³⁵⁹ O documento indica que Jobim afirmou ter conhecimento dos registros de Ferraz no Relatório da CEIS de 1964, mas que optou por nomeá-lo devido ao professor ter sido “convidado recentemente para cargo de relevo na Administração Federal”, cargo este que não foi especificado pelo reitor. Para Jobim, o histórico de Ferraz após sua menção no relatório da CEIS confirma que o mesmo dedicou-se à sua carreira acadêmica e ao magistério, realizando cursos de especialização nos EUA e não se envolvendo mais em “manifestações políticas e atuação ideológica”. Nesse sentido, o reitor Jobim defendeu sua nomeação, afirmando que a vida profissional de Ferraz não era maculada por nenhuma atuação “desabonatória” e, portanto, não havia impedimento para não indicá-lo ao cargo.

³⁵⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005476. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

³⁵⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007605. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

³⁵⁹ Idem.

No caso descrito, observamos que a nomeação partiu do reitor e que, apesar da contrariedade do assessor de segurança e informação, a decisão não foi alterada. A Assessoria de Segurança e Informação da Universidade, aqui, aparece como um órgão vinculado ao aparato informacional do SNI, responsável por produzir informações necessárias para as tomadas de decisões dos reitores e encaminhar à DSI/MEC as informações por ela requisitadas, sendo a ponte entre o governo e a reitoria ao fazer chegar determinações e pressões diretamente dos escalões superiores ao campus universitário.³⁶⁰ Dessa forma, as AESI podem ser entendidas como órgãos de inteligência setorizados nos campi universitários, que sob os preceitos da DSN, produziram os subsídios informacionais necessários para as tomadas de decisões nas reitorias, como contratação de pessoal e nomeação a cargos. Muito embora em alguns casos a interferência da AESI/UFRGS não tenha alterado a decisão da administração universitária, em diversos outros momentos é observado o poder de veto da Assessoria sobre a trajetória acadêmica e profissional de diversos professores e estudantes na UFRGS, como veremos a seguir.

3.3.3 Os candidatos a ingresso

De acordo com Rodrigo Patto Sá Motta, anteriormente à existência das AESI nas universidades, as instituições de ensino superior faziam uso de alguns procedimentos a fim de evitar a contratação de professores considerados “esquerdistas”. Tendo em vista que a universidade constitui um dos grandes aparelhos ideológicos do Estado, “o componente repressivo passa a ser vital para o fechamento de espaços que assegurem sua proteção contra a contaminação por ideologias não domesticadas pelo Poder”.³⁶¹ As Assessorias de Segurança e Informação das universidades possuíam forte atuação na filtragem das contratações de pessoal, impedindo que docentes considerados de esquerda ingressassem nas universidades.³⁶² Um desses componentes repressivos consistia na exigência de atestados de “bons antecedentes”, expedidos por órgãos policiais das Secretarias de Segurança Públicas estaduais. Segundo Motta,

No sistema universitário federal, parece que o costume foi inaugurado pela reitoria da UFRGS, em junho de 1968. Nos anos seguintes, o procedimento tornou-se corriqueiro, a ponto de ser abordado pela imprensa, como uma matéria da Veja, de 1973, que apontou a exigência do atestado por órgãos do governo, prática sem

³⁶⁰ MOTTA, 2014, p. 527/1155.

³⁶¹ AVERBUCK; et. al, 2008, p. 67.

³⁶² MOTTA, 2008(b), p. 45.

amparo na legislação.³⁶³

Observamos esse “costume”, aparentemente inaugurado pela UFRGS, foi adaptado e reutilizado pela AESI/UFRGS em diversos documentos. De fato, muitos dos registros que citam a Assessoria são relacionados à deliberação sobre a concessão de algum direito, benefício ou oportunidade, sejam eles para promoção profissional, vaga como docente ou concessão de bolsas de estudos; ou seja, utilizam os históricos e Levantamentos de Dados Biográficos dos indivíduos, produtos da inteligência dos órgãos de informações, como subsídios para tais decisões, sendo também parâmetros de julgamento moral e ideológico. Nesse sentido, a vigilância ficava alerta especialmente em relação a profissionais em cujos currículos havia a formação acadêmica em países do bloco soviético, razão pela qual eram imediatamente considerados porta-vozes das ideologias “comunistas”. Nesse sentido,

a atuação das ASI revela verdadeira obsessão em impedir a infiltração comunista e soviética nas universidades, dedicando-se, por exemplo, a monitorar o ensino de russo nas instituições brasileiras e a vigiar os estudantes retornados da URSS com diplomas obtidos naquele país.³⁶⁴

Um exemplo disso é o caso de Alejandro Borges Casalás, uruguaio que frequentou a Universidade da Amizade dos Povos Patrice Lumumbe (UAPPL), na União Soviética.³⁶⁵ Seu caso foi analisado ao candidatar-se ao cargo de pesquisador em Ciências da Natureza, junto ao Instituto de Pesquisas Hidráulicas da UFRGS. Seus registros constam em um informe produzido pelo DCI da SSP/RS, difundido à APA/SNI em novembro de 1978. Segundo o documento, Casalás possuía registros considerados “desabonatórios”, ou seja, “negativos”, dentre os quais o único de fato mencionado fora sua formação como aluno de uma Universidade soviética. Em inscrição manuscrita, observa-se uma anotação a caneta que diz: “Obs: em 13 DEZ 78 a AESI/UFRGS informou ter desaconselhado o ingresso do epigrafado na Universidade”.³⁶⁶ Casalás não obteve aprovação da Assessoria de Segurança e Informação da UFRGS para ingressar como pesquisador na Universidade devido à sua formação na UAPPL, representando a aversão da ditadura brasileira a toda e qualquer relação com o bloco soviético, no contexto da Guerra Fria. Tal aversão era ainda mais intensificada quando se tratava de profissionais que atuavam no ensino superior. Em outras palavras, era a recusa da

³⁶³ MOTTA, 2014, p. 604,8/1155.

³⁶⁴ MOTTA, 2008(b), p. 45.

³⁶⁵ A Universidade Russa da Amizade dos Povos Patrice Lumumba (UAPPL) foi fundada em 1960, em Moscou, pelo então presidente soviético Nikita Shrushchov, sucessor de Josef Stalin, a fim de oferecer ensino superior de qualidade a preços baixos para jovens do Terceiro Mundo.

³⁶⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.78000010. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

possibilidade de que qualquer ideologia considerada “inimiga” pudesse adentrar no ensino público.

Também podemos observar a interferência da AESI/UFRGS ao analisar os documentos que tratam sobre a contratação do professor italiano Giuseppe Gillardini, que veio ao Brasil na década de 1970 a fim de lecionar aulas de italiano na UFRGS. Segundo uma informação da Divisão de Segurança e Informações (DSI) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), difundida à AC/SNI em agosto de 1977, o professor foi indicado pelo governo italiano no ano de 1974 para atuar na UFRGS em um programa de intercâmbio estabelecido com a Universidade, em razão das celebrações do centenário da imigração italiana no Rio Grande do Sul. Gillardini viria à UFRGS em reciprocidade à indicação do professor brasileiro Hélio Lopes para a Universidade de Roma, na Itália. Todavia, a UFRGS foi desaconselhada a aceitar Gillardini em razão das informações que a embaixada do Brasil em Roma, através do MRE, passou sobre os antecedentes políticos do professor.³⁶⁷

Nesse esquema, a questão da contratação de Gillardini toma outras proporções, tendo em vista o envolvimento das embaixadas brasileira e italiana em diálogo direto com a AESI/UFRGS. Isso porque, diante da não aceitação de Gillardini pela reitoria da UFRGS, o Consulado Italiano, em Porto Alegre, continuou insistindo em sua aceitação, sendo informado de que “o professor GILARDINI [sic] não foi e nem será aprovado pela Universidade” em razão do mesmo ser considerado “*persona non grata*” devido ao seu histórico profissional e perfil político-ideológico descrito como “marxista”, conforme a informação de julho de 1977 da Polícia Federal. De acordo com o documento, Gillardini estaria lecionando, eventualmente, aulas de italiano na PUCRS.³⁶⁸

Na informação produzida pela AESI/UFRGS, em agosto de 1977, consta que

Esta chefia [da AESI/UFRGS] ouvia do Cônsulo [sic] Geral da Itália, Renato Rabby, de que o Prof. GIUSEPPE, tinha “a língua um pouco comprida e falava de mais [sic], e que se ele soubesse que o dito professor tocasse em assuntos de comunismo, mandava-lhe cortar a sua cabeça” (esta última oração foi pronunciada em meio a sorrisos sardônicos...)³⁶⁹.

Observamos, portanto, que havia uma troca de informes e negociações entre diversos órgãos de informações, tanto ministeriais quanto consulares, para a deliberação da contratação do professor Giuseppe Gillardini. O informe da AESI é finalizado relatando que o diretor do

³⁶⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81003028. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

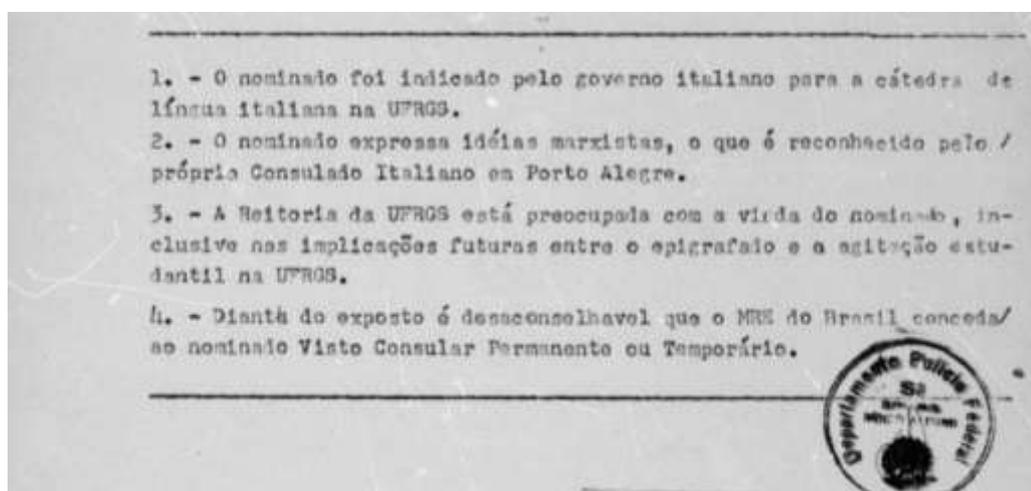
³⁶⁸ Idem.

³⁶⁹ Idem.

Instituto de Letras foi chamado pela reitoria para que comunicasse ao italiano que, devido à falta de verbas, sua indicação para lecionar na Universidade não poderia ser atendida; “tal medida foi cumprida e a nomeação não foi efetivada”.³⁷⁰ Todavia, em um informe anterior da AESI/UFRGS, de março de 1975, presente no documento, consta que Gillardini lecionou em Saravejo, na antiga Iugoslávia, e em Moscou (URSS) e que, no Brasil, “os encargos financeiros de sua presença aqui, correm por conta exclusiva do governo italiano”.³⁷¹

A partir disso, conclui-se que a recusa da UFRGS em aceitar Gillardini não ocorreu devido à “falta de verbas”, como de fato lhe comunicaram, tendo em vista que nem a Universidade ou qualquer repartição do governo brasileiro arcaria com os custos da docência do italiano na instituição, que corriam exclusivamente pelas contas do governo da Itália. Sua recusa, de fato, deveu-se pelo seu histórico de docência em países que compunham o bloco inimigo (soviético) e pelo seu perfil ideológico considerado “marxista”. Tal perfil profissional era visto como uma ameaça que poderia influir na “agitação estudantil” da UFRGS, tornando o professor italiano um potencial inimigo interno da ordem e controle ideológico no meio universitário da instituição.

Figura 21 – Preocupação da reitoria com a vinda de Gillardini



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81003028. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

Outros registros também demonstram a relação entre a AESI/UFRGS e os demais órgãos de informações da ditadura. Dentre eles, foram identificadas duas solicitações de

³⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81003028. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

³⁷¹ Idem.

busca, de julho e de agosto de 1977, acerca das fichas de antecedentes sobre a “conduta sócio-política” de diversos candidatos a ingresso ou inscrição em concurso na Universidade, enviada ao Departamento da Polícia Federal e ao DCI da SSP/RS, com uma soma total de 72 nomes. Destes, o DCI informou a presença de registros “desabonatórios” para Cesar Dorfman e Paulo Roberto Ferrari Mosca, difundindo suas respectivas Fichas Informativas à APA/SNI.³⁷²

Dorfman apareceu registrado como um arquiteto da UFRGS. Em anotações correspondentes ao ano de 1964, foi identificado entre “uma relação de elementos comunistas integrados nos meios universitários, como sendo agitador em reuniões públicas, fora e dentro da Fac. [Faculdade de] Arquitetura, Restaurante Universitário e Sindicato da Carris e ainda como ESQUERDISTA LÍDER [sic]”. O último registro, de 1973, relata que Dorfman teve negada uma solicitação de atestado do DOPS para fins de renovação de alvará.³⁷³

Mosca, por outro lado, possui uma Ficha Informativa mais longa, sendo apontado como antigo estudante de Medicina da UFRGS com diversos codinomes, como Augusto, Cesar, Filósofo e Soneca. Entre 1970 e 1971, foi descrito como presente em reuniões de cunho “esquerdista”, sendo integrante do Movimento de Oposição Socialista (MOS) e do Partido Operário Comunista (POC), além de ter sido mencionado, também, em diversas declarações prestadas por terceiros no DOPS gaúcho.³⁷⁴

De maneira frequente, a AESI/UFRGS solicitava à APA/SNI os registros acerca de candidatos a vagas para o corpo docente da Universidade. O futuro de cada candidato passava então pela peneira dos registros passados, os quais eram avaliados individualmente a fim de permitir ou não seu acesso à instituição, como demonstra um documento produzido pela APA/SNI em janeiro de 1977, relatando que em fevereiro de 1974 “[...] esta APA/SNI informou à AESI/UFRGS que o nominado não possui registros que o contra-indiquem [sic] para inscrição ou ingresso na UFRGS”.³⁷⁵ O acesso à docência na UFRGS só era permitido após a avaliação do LDB de cada candidato; qualquer registro de histórico de envolvimento do interessado com o movimento estudantil, por exemplo, significava que a oportunidade de trabalho poderia ser negada.

³⁷² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84008979. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

³⁷³ Idem.

³⁷⁴ Idem.

³⁷⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005327. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

3.3.4 A utilização das FSA pela AESI/UFRGS

Rebeca Peixoto da Silva também foi assunto de uma informação produzida pela APA/SNI em novembro de 1976. Segundo o documento, Rebeca foi escolhida pelos membros da Comissão de Extensão de Letras e Artes da UFRGS para coordenar a referida Comissão entre os anos de 1975 e 1979 (sua Ficha Sintética de Apreciação, por outro lado, apontou que o cargo ao qual estava sendo cotada era, na verdade, o de diretora do Instituto de Letras da UFRGS). Devido a isso, teve seu histórico aferido e avaliado com base na FSA pela Agência de Porto Alegre do SNI. Sua Ficha, no entanto, foi construída embasada em uma característica muito comum da ditadura: a repressão retroativa. Todos os elementos anotados como “provas” de seu histórico “subversivo” constituíam registros anteriores aos governos militares, ou seja, anteriores a 1964 e a todo o complexo repressivo coordenado a partir daquele ano. Vamos à análise.

Segundo o referido documento, durante 1962 e 1963, Rebeca militou no Centro Acadêmico Franklin Delano Roosevelt, da Faculdade de Filosofia da UFRGS, descrito como “totalmente dominado por elementos de esquerda”.³⁷⁶ Além disso, foi apontado que ela teve um envolvimento romântico com um rapaz “esquerdista”, que também era irmão de outro “esquerdista”. Os outros pontos considerados “desabonatórios” ou “negativos” de seu passado são as participações em diversos cursos ministrados pelo professor Gerd Borheim, acadêmico expurgado pelo AI-1 na UFRGS em 1964, logo após o Golpe. Os cursos, no entanto, são todos ocorridos entre 1952 e 1963, variando com as temáticas de “Aspectos Filosóficos do Romantismo” e “Filosofia”, a “Cultura teatral”, “Curso de Cinema” e sobre “Jean Paul Sartre”.

Tais registros foram levados em conta pela AESI/UFRGS para considerar Rebeca Peixoto da Silva como uma profissional não recomendada à ocupação do cargo. Segundo a informação, a AESI/UFRGS foi consultada pela APA/SNI e confirmou tais registros “negativos” de Rebeca, definindo-a como “contrária à Revolução de 1964”. De acordo com a apreciação final, constante na sua FSA, seu não-aproveitamento deveu-se a esses três pontos: “ligações com as esquerdas; posição de oposição ao regime vigente; [e] conduta civil incompatível ao cargo”.³⁷⁷

A escassez de argumentos para a não recomendação de Rebeca à coordenação da

³⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006796. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

³⁷⁷ Idem.

Comissão abre margem para o levantamento de algumas hipóteses que, muito provavelmente, não serão aqui respondidas, embora ainda tenham importância em serem refletidas. A informação de que a nominada se relacionou na Universidade com um rapaz “esquerdista” entre 1962 e 1963, por exemplo, teria algum impacto para que sua conduta civil fosse considerada pelos órgãos de informações como “incompatível” com o cargo de liderança na Comissão de Extensão de Letras e Artes da UFRGS, ainda que passados mais de dez anos? Sabendo que a vigilância da ditadura não recaía exclusivamente sobre as pessoas consideradas subversivas políticas, mas também monitorava os comportamentos sociais considerados como “desviantes” da cultura conservadora da época, seria sua vida amorosa alvo dessa vigilância?³⁷⁸

Por outro lado, as datas dos registros de Rebeca, que foram analisados pelos órgãos de informações, revelam o caráter retroativo da repressão institucional na UFRGS, que permaneceu igualmente nocivo mesmo no fim da década de 1970. Nesse sentido, observamos uma profissional da Universidade, julgada pela AESI/UFRGS devido a seu histórico de militância estudantil e participação em cursos “subversivos” do início da década de 1960 (quando o país ainda vivia sob um regime democrático), sendo impedida de assumir um cargo na universidade pública, mais de uma década depois, justamente por conta daqueles registros.

O documento a seguir (Figura 22) apresenta uma configuração diferente, se tratando também da construção de um produto de inteligência baseado nos moldes da FSA; no entanto, diferentemente do exemplo da Figura 14, este apresenta a FSA no formato de texto e não tabelado. Foi produzido pela APA/SNI em agosto de 1975, tratando sobre os antecedentes de Egon Handel, diretor do Departamento de Ciências Contábeis da UFRGS. Handel foi alvo da informação por conta de seu pronunciamento no VII Encontro Estadual de Estudantes de Ciências Contábeis, em agosto de 1974, no qual discursou que o encontro deveria ser transformado em Congresso, tendo em vista que “[...] não se concebia estudantes simplesmente ouvindo sem poder manifestar sua opinião e chegar a suas próprias conclusões”.³⁷⁹ Tal afirmação, considerada de caráter subversivo pelos órgãos de informações, impulsionou a APA/SNI para que, “com auxílio da AESI/UFRGS, e dos registros contidos na presente informação”,³⁸⁰ elaborasse a seguinte Ficha de Avaliação Sintética de Handel, em formato de tópicos:

³⁷⁸ MOTTA, 2008(b), p. 45.

³⁷⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007185. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

³⁸⁰ Idem.

Figura 22 – Itens da FSA

CONFIDENCIAL 07185 ⁰²

(Continuação do (a) INFORMAÇÃO Nº 399 / 72 / APA / 75 - 02..)

- POSIÇÃO IDEOLÓGICA: Esquerdista;
- ATITUDE COM RELAÇÃO À REV 64: Contrário;
- ATIVIDADES SUBVERSIVAS: Os registros não permitem opinião conclusiva;
- PROBIIDADE ADMINISTRATIVA: Não há registros;
- EFICIÊNCIA FUNCIONAL: É considerada Regular;
- CONDUITA CIVIL: É considerada Normal.

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007185. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

Em outros documentos, foram identificados registros que expõem que as FSA eram frequentemente utilizadas pela AESI da Universidade como ferramentas de aferição ideológica dos seus estudantes, professores e demais profissionais. Acerca de Margot Bertoluci Ott, funcionária da Faculdade de Educação da UFRGS,

a AESI/UFRGS enviou a esta agência [a APA/SNI], ficha sintética de apreciação sobre a nominada, na qual a classifica como democrata e possuidora de registros positivos quanto à sua probidade administrativa e eficiência funcional. Quanto aos demais itens da referida ficha, informou não haver registros.³⁸¹

Em julho de 1975, a APA/SNI produziu uma informação curta e sintética acerca da homenagem recebida por Livio Taufer na formatura da turma de Ciências Contábeis da Faculdade de Economia da UFRGS em dezembro de 1968. Tal fato levou a AESI/UFRGS a solicitar a caracterização de Taufer segundo os aspectos centrais considerados nas FSA. Curiosamente, as informações prestadas são, em sua maior parte, anotadas como “desconhecida”, “nenhum fato negativo registrado” e “nada em desabono”, exceto no campo correspondente à posição ideológica, no qual Taufer é descrito como “democrata”.³⁸² A facilidade com que a personalidade política do fichado era retratada nas FSA foi apontada pela reportagem da revista *Veja* de 1980, em contraste com a avaliação de sua capacidade

³⁸¹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005337. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

³⁸² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011413. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

profissional.³⁸³ De fato, fica bastante evidente nas Fichas de Avaliação Sintética o quanto a posição ideológica do indivíduo era indiscriminadamente julgada, enquanto que sua probidade administrativa, por exemplo, carecia de subsídios.

Em termos gerais, este capítulo foi dedicado à análise de algumas tipologias documentais presentes na pesquisa sobre o termo “ufrgs” na seção da Agência Regional de Porto Alegre no Fundo do SNI, disponível para pesquisa virtual na plataforma SIAN do Arquivo Nacional. A partir desses exemplos de documentos, compreendemos alguns recursos informacionais utilizados pela APA/SNI e pelos outros órgãos de informações da ditadura, empregados para recuperar, analisar, produzir e difundir produtos de inteligência sobre o meio estudantil e universitário. Além disso, a partir da análise dos documentos da pesquisa, foram identificados os militares que estiveram à frente no comando da APA/SNI, a fim de contribuir para os estudos acerca dos órgãos de informações no Rio Grande do Sul e colaborar para responsabilizar historicamente tais sujeitos políticos pelo comportamento do SNI no estado do Rio Grande do Sul, contribuindo para a promoção do direito à verdade como um princípio fundamental do acesso à informação, especialmente caro quando tratamos sobre a atuação de órgãos públicos e do aparato repressivo da ditadura de segurança nacional no Brasil. Nesse sentido, a pesquisa buscou compreender algumas questões relacionadas à atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informações na UFRGS, observando os registros que indicam sua interferência na rotina da instituição. Apesar de serem poucos os registros disponíveis, foram analisadas as articulações da AESI/UFRGS no sentido de repressão político-ideológica a professores, estudantes e funcionários, compreendendo a atuação do braço do SNI nos campi junto à reitoria.

Apesar da apatia institucional da Universidade nos últimos anos (em relação à abertura dos seus arquivos e instituição de uma Comissão da Verdade pelas autoridades competentes), muitos trabalhos têm sido realizados a fim de registrar a memória e a compreender a história da Universidade durante a ditadura. Em conjunto a isso, foram indicados caminhos historiográficos possíveis para a recuperação de alguns desses documentos em outros fundos arquivísticos, tais como o Fundo do SNI, disponível no SIAN, com o intuito de incitar a escrita de outros trabalhos com temáticas sobre esse período da nossa história recente.

³⁸³ Revista Veja, 1980, p. 21.

4 SOB A MIRA DA INTELIGÊNCIA

Algum dia eles despertariam. E enquanto não despertassem, mesmo que o processo levasse mil anos, sobreviveriam a todas as adversidades, como passarinhos, transmitindo de um corpo para o outro a vitalidade que o Partido não compartilhava e que não conseguia aniquilar.
George Orwell³⁸⁴

As próximas páginas foram dedicadas para a continuidade da análise da documentação oriunda da Agência de Porto Alegre no Fundo do Serviço Nacional de Informações, disponível pela plataforma virtual do SIAN. Ao pesquisar o termo “ufrgs”, além dos documentos já trabalhados até aqui (sobre as tipologias documentais e a atuação da AESI/UFRGS), foram identificadas, também, duas grandes temáticas que tornaram-se perceptíveis em diversos exemplares de informes e informações: os rastros dos expurgos na UFRGS e da infiltração de agentes secretos no ambiente universitário pelos órgãos de informações da ditadura. Neste sentido, a pesquisa se propõe a analisar de que maneira a conjuntura da distensão e abertura política impactaram na relação de ambas as questões.

4.1 O eco dos expurgos

Na física, o eco representa o reflexo de um ruído por meio da propagação das suas ondas sonoras, que repercutem durante determinado tempo pelo espaço e retornam à fonte original após a extinção total do som original. Em termos técnicos, o eco necessita de um intervalo de tempo igual ou superior a 0,1 segundo para que nós, humanos, possamos distinguir o som ecoado daquele emitido originalmente.³⁸⁵ Poderíamos representar o eco como resquícios de um som emitido da mesma forma que representamos os documentos históricos como vestígios do passado, embora estes últimos figurem em uma proporção temporal muito maior. Semelhante ao eco, os vestígios documentais, que refletem porções específicas do passado, encontraram circunstâncias favoráveis para a sua sobrevivência à passagem do tempo, testemunhando acontecimentos, pensamentos, visões e interpretações de algo ou alguém pretérito. Por meio do eco, reconhecemos parcialmente o som originalmente

³⁸⁴ ORWELL, 2009, p. 260.

³⁸⁵ BORGES, Patrícia Duro. **Apostila de Física**. Material do curso de Técnico em Geoprocessamento. Santa Maria: Colégio Politécnico UFSM, 2009. p. 19.

emitido; por meio dos documentos históricos, podemos interpretar, também parcialmente, o passado, sobre o qual investigamos e o interrogamos. O eco sonoro só pode ser identificado após o término total do som originalmente emitido – não é o som em si, mas o reflexo de sua emissão, já extinta. Semelhantemente, assim são as fontes históricas – os documentos presentes nos arquivos são também órfãos daquilo ou daqueles que os originaram, justamente por terem sido desligados dos autores que os “puseram no mundo”,³⁸⁶ testemunhando assim, a contragosto, o reflexo de um passado a ser indagado e questionado.

Os expurgos imputados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul a partir de 1964 transformaram-se em um dos grandes episódios repressivos sofridos pela UFRGS, rendendo a expulsão sumária de professores, alunos e funcionários da instituição. Seus registros reverberaram, nos documentos dos órgãos de informações, com interpretações e julgamentos sobre os indivíduos atingidos pelos afastamentos ao longo de vários anos de ditadura de segurança nacional. Tais registros, como ecos do passado, constituem-se hoje como documentos históricos, a partir dos quais podemos os interrogar a fim de compreender o passado e o tempo presente da Universidade, rodeada por silêncios institucionais a respeito dessas páginas obscuras de sua história. Como um dos maiores marcos repressivos na UFRGS, os expurgos romperam com a democracia do microcosmo universitário em Porto Alegre, revelando na instituição uma das facetas repressivas da ditadura – o ataque à liberdade de pensamento e expressão. De forma recorrente, foram temas de diversos informes e informações pesquisados no Fundo do SNI, os quais compreendemos ser importantes de serem aqui analisados para compreender a dimensão da consolidação da DSN no ambiente universitário da UFRGS, bem como o impacto que tais medidas repressivas tiveram sobre a produção de inteligência a respeito da Universidade e sobre a trajetória ulterior dos seus atingidos.

4.1.1 Os estudantes atingidos pela CEIS/UFRGS

O trabalho *Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da ditadura civil-militar (1964 e 1969)*, de Jaime Mansan, consiste em um dos mais emblemáticos acerca do tema, especialmente por ser um dos primeiros estudos de fôlego que explorou o afastamento sumário dos docentes da UFRGS. Com base na documentação proveniente do acervo de Laudelino Teixeira Medeiros, custodiado pela Universidade de

³⁸⁶ RICŒUR, 2007, p. 179.

Caxias do Sul (UCS), uma boa parte da documentação oriunda da Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) da UFRGS foi analisada pelo autor, explorando a temática das aposentadorias e afastamentos compulsórios de docentes da Universidade como práticas repressivas da ditadura na UFRGS. A CEIS foi instituída oficialmente por meio de uma portaria assinada pelo então reitor José Carlos Fonseca Milano em maio de 1964, sendo composta por representantes das diversas faculdades, a fim de instaurar inquéritos cujos relatórios deveriam ser remetidos diretamente ao MEC, a fim de promover ideologicamente uma “Operação Limpeza”, amparada pelo AI-1.³⁸⁷ A arbitrariedade com que a CEIS conduziu suas investigações foi exposta por Mansan, argumentando que

O critério político-ideológico, baseado em informações oriundas do Aparato Repressivo e também em delações, motivadas pelo medo ou pela busca de poder, não poderia ser oficialmente assumido pela comissão. Não havendo outra justificativa minimamente plausível, restava aos expurgadores silenciar quanto aos seus critérios de “investigação”.³⁸⁸

No entanto, apesar de compreendermos o impacto da política ditatorial sobre a educação nas universidades, que junto a diversos mecanismos burocráticos da ditadura afastaram docentes, funcionários e estudantes das suas instituições de ensino, o foco sobre os professores acaba sendo muito mais documentado e discutido pela historiografia, que acaba deixando a temática das expulsões discentes como um campo de estudos ainda pouco explorado, especialmente devido à escassez documental de fontes históricas.

Através da análise dos documentos da seção *Agência Rio Grande do Sul* do Fundo do SNI, foram identificados documentos de inteligência que registraram alguns vestígios desses afastamentos sumários de estudantes da UFRGS durante a vigência da ditadura de segurança nacional no Brasil. A partir desses registros, pode-se explorar o modo com que essa prática repressiva direcionada contra o corpo discente da Universidade ressoou nos órgãos de informações. Cabe aqui ressaltar que não foi possível avaliar de forma completa as expulsões de alunos da UFRGS, tendo em vista que as fontes históricas consultadas constituem apenas fragmentos de uma totalidade, sendo, portanto, parciais. No entanto, ainda que fragmentados, os documentos a seguir detêm a potência de não só trazer elementos históricos importantes para a reconstituição e compreensão dessa face repressiva da ditadura na UFRGS, como também rescendem o debate sobre a extensão das ações coercitivas institucionais que vigoraram durante a ditadura e impactaram a Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

³⁸⁷ MANSAN, 2009, p. 85.

³⁸⁸ *Ibid.*, p. 111.

Em diferentes ocasiões, os trabalhos e considerações executadas pela CEIS/UFRGS de 1964 ecoaram nos registros biográficos de diversos estudantes, professores e funcionários da instituição, perseguindo seu histórico ao longo da ditadura e sendo compreendidos como elementos “comprobatórios” para o julgamento do posicionamento político-ideológico dos seus indiciados. Um exemplo disso foi o caso de um médico que, em 1981, foi cogitado para o cargo de professor colaborador da UFRGS. Na ocasião, por meio de um informe da APA/SNI, teve seus registros biográficos avaliados. Em seu histórico, constou o registro da avaliação da CEIS/UFRGS de 1964, que havia concluído que o mesmo possuía “profunda ideologia marxista”, julgadas especialmente devido às suas supostas participações em reuniões e comícios “esquerdistas”. Na época, o médico cursava a Faculdade de Medicina da UFRGS e em seus registros há a menção de que foi um dos alunos do curso ministrado por Jacob Gorender sobre marxismo em 1962.³⁸⁹

A recomendação da CEIS/UFRGS, registrada em 1964, foi para que o estudante de Medicina não ocupasse “cargos de direção e influência nas organizações estudantis”,³⁹⁰ anotação esta que permaneceu em seus registros biográficos mesmo em 1981, anos após a promulgação da Lei de Anistia política de 1979. Apesar de não terem sido encontradas informações acerca do desfecho em relação à aprovação ou não do médico para o exercício da função de professor colaborador na UFRGS, é possível afirmar que estes registros acompanharam seu histórico e foram pauta de análise e avaliação do candidato para o cargo, tanto pelos agentes de informações quanto pelos tomadores de decisões, que levavam em conta tais registros de inteligência para suas deliberações. Mesmo quase 20 anos após a emissão do juízo da CEIS/UFRGS, suas consequências continuavam, semelhante a um espectro, maculando as fichas dos indiciados como um registro “desabonatório”, podendo, de fato, impactar na carreira profissional desses indivíduos.

A recomendação da CEIS/UFRGS para que os estudantes não ocupassem cargos de direção e influência no meio estudantil não atingiu somente o médico acima citado. Em uma informação da APA/SNI, de fevereiro de 1974, há também sentença da CEIS/UFRGS ante a análise do histórico do estudante de Arquitetura Jorge Guilherme de Magalhães Francisconi. Neste caso, na deliberação sobre Francisconi, a CEIS/UFRGS acrescentou a preocupação em seu relatório quanto à recorrência de comportamentos considerados “subversivos” por parte do estudante, “devendo sua ação ser vigiada enquanto frequentasse a Faculdade de

³⁸⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002187. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

³⁹⁰ Idem.

Arquitetura”.³⁹¹ Outro estudante da Faculdade de Arquitetura, Érico Paulo Siefmar Weidle, teve a mesma recomendação da CEIS/UFRGS, sendo acusado de envolvimento em organizações e reuniões comunistas na Universidade.³⁹²

Entendemos o monitoramento dos estudantes como uma prática repressiva da ditadura especialmente no caso da recomendação emitida pela Comissão Especial de Investigação Sumária de 1964. O objetivo da vigilância consistia em manter um controle sobre determinados estudantes, fosse institucionalmente (pela própria UFRGS), ou por parte dos órgãos de segurança e informações vigentes. O monitoramento, deste modo, não está calcado numa prerrogativa pura e simples dos órgãos de inteligência de gerar dados informacionais para consumo do Executivo; trata-se de uma antecipação a possíveis comportamentos “subversivos” de tais indivíduos, que já haviam sido detectados como “inimigos internos” do Estado. Sobre eles, então, seriam aplicadas as devidas medidas a fim de neutralizá-los sob a lógica da Doutrina de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado, que poderiam ser manifestadas de diversas formas – expulsão da Universidade, prisão, ou mesmo tortura e desaparecimento. Apesar de não terem sido excluídos da Universidade, a recomendação de vigilância sobre os discentes previa que, a qualquer momento, poderiam ser tomadas medidas “cabíveis” a fim de neutralizar a atuação “subversiva” dos mesmos, tendo em vista que a suposta integridade da segurança nacional fora posta de sobreaviso sobre tais potenciais ameaças.

Em muitos casos, os vestígios das Fichas Informativas individuais de diversas pessoas (normalmente ex-estudantes ou ex-professores com passagens pela UFRGS) emergiram com dados originados nos registros das investigações da CEIS/UFRGS de 1964. Inclusive, as ações da Comissão foram reunidas em um único informe, em setembro de 1983, que foi difundido pela APA/SNI anexando o Relatório das investigações, enviado originalmente pelo assessor militar da Comissão, general Jorge Cesar Garrastazu Teixeira³⁹³ (responsável pela

³⁹¹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83005985. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

³⁹² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006962. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

³⁹³ Jorge Cesar Garrastazu Teixeira era primo em primeiro grau do ditador presidente general Emílio Garrastazu Médici. Suas respectivas mães, Amabilia Garrastazu (mãe do general Jorge Teixeira) e Julia Garrastazu (mãe do general Emílio Médici), eram meio-irmãs por parte de pai (Anselmo Garrastazu). *In*: Jorge Cesar Garrastazu Teixeira. **Geni**, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Jorge-Cesar-Teixeira/6000000071121437935>; Amabilia Garrastazu. **Geni**, 24 nov. 2017. Disponível em: <https://www.geni.com/people/Amabilia-Garrastazu/6000000071121221128>; Júlia Garrastazu. **Geni**, 24 mai. 2018. Disponível em: <https://www.geni.com/people/J%C3%BAlia-Garrastazu/6000000018223921877>. Acesso em: 04 ago. 2021.

CEIS/UFRGS), a Flávio Suplicy de Lacerda, ministro da Educação e Cultura, em 1964.³⁹⁴ Tal documento se apresenta como uma importante fonte histórica que elucida algumas das medidas concluídas pela Comissão.

Conforme informado pelo Relatório da CEIS/UFRGS, diversas listas de nomes de professores, estudantes e funcionários da Universidade foram apresentadas, cada qual se referindo à indicação de algumas medidas a serem tomadas como resposta à conclusão das investigações promovidas pela Comissão, sendo algumas delas: 1) os estudantes a serem excluídos do corpo discente, pertencentes às Faculdades de Direito, Filosofia, Arquitetura, Agronomia e Veterinária, listando sete nomes;³⁹⁵ 2) os estudantes a serem vigiados e afastados dos cargos de influência nas organizações estudantis (como representações discentes, por exemplo) por serem considerados “agitadores contra as instituições vigentes”, nas Faculdades de Ciências Econômicas, Filosofia, Medicina, Arquitetura, Engenharia, Faculdade de Direito de Porto Alegre e Faculdade de Direito de Pelotas,³⁹⁶ totalizando 47 nomes;³⁹⁷ e 3) os estudantes a serem mantidos sob “ativa vigilância” em relação à “conduta dos prováveis líderes estudantis da resistência”, nas Faculdades de Ciências Econômicas, Direito de Porto Alegre, Filosofia, Medicina e Arquitetura, com 16 mencionados a partir das duas listas de nomes anteriores.³⁹⁸

³⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

³⁹⁵ Glênio Argemi e Marco Aurelio de Almeida Garcia (Faculdade de Direito de Porto Alegre); Roberto Arnt Santana (Faculdade de Agronomia e Veterinária); Joaquim José Barcellos Felizardo e Flávio Koutzii (Faculdade de Filosofia); e Joaquim Brum e Oscar R. Pereira (Faculdade de Arquitetura). *In*: Idem.

³⁹⁶ As Faculdades de Direito e de Odontologia em Pelotas foram separadas da UFRGS quando a Universidade Federal de Pelotas foi fundada, em 1969, passando elas a integrarem a UFPel. *In*: INSTITUCIONAL – histórico. **Portal da UFPel**, nov. 2017. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/historico/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

³⁹⁷ Sérgio Lebedeff (Faculdade de Ciências Econômicas); Antônio Apoitia Neto, Wremir Scliar, Marcos Faermann, Clovis Paim Grivot, Renato Gianuca Sampaio, Plínio Augusto de Souza Detzien (ou Dentzien), Francisco dos Santos Ferraz, João Fabrício de Moraes e Luiz Paulo Pilla Vares (Faculdade de Direito de Porto Alegre); Aníbal de Barros Cassal, Sul Brasil Pinto Rodrigues, Carmen Catarina da Silva e Dione Terezinha Donida (Faculdade de Filosofia); Suely Dametto, José Fúlvio do Amaral, Lacy do Prado Aguiar, Nelson Kanter, Rogério Wolf de Aguiar, Franklin João Marcantônio da Cunha, Liceu Paulo Caye e Eduardo Jorge Gomes (Faculdade de Medicina); Saad Amin Salim, José Carlos Teixeira Giorgis, Olavo Gomes de Souza (ou Bernardo Olavo Gomes de Souza) e José Artur Tôrres Ronna (Faculdade de Direito de Pelotas); Irio Schwantes, André Wendhausen Pereira Filho e Ennio Freitas Unfer (Faculdade de Odontologia de Pelotas); Newton Burmeister, Paulo Renato Bicca, Paulo Schwartz, Nestor T. Martins, Jorge Debiagi, Moema Debiagi, Érico Weidle, Vera Bieri, Carlos Eduardo Comas, Cezar Dorfmann, Jorge Francisconi, Algar Goron, Mirna Luiz Goron, Norma Maron, Olavo Costa e Rogério Malinski (Faculdade de Arquitetura); e Gilberto Santos e Elo Ortiz Duclós Filho (Faculdade de Engenharia). *In*: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

³⁹⁸ Sérgio Lebedeff (Faculdade de Ciências Econômicas); Plínio Augusto de Souza Detzien (ou Dentzien), Luiz Paulo Pilla Vares e Antônio Apoitia Neto (Faculdade de Direito de Porto Alegre); Aníbal de Barros Cassal e Sul Brasil Pinto Rodrigues (Faculdade de Filosofia); Nelson Kanter, José Fúlvio do Amaral, Franklin João Marcantônio da Cunha, Liceu Paulo Caye e Eduardo Jorge Gomes (Faculdade de Medicina); Rogério Malinski, Oscar R. Pereira, Newton Burmeister, Olavo Costa e Érico Weidle (Faculdade de Arquitetura). *In*: Idem.

Diversos registros mencionam as deliberações do Relatório da CEIS, como por exemplo, uma informação da SOPS/RS³⁹⁹, remetida à APA/SNI em fevereiro de 1972, que tratava sobre o estudante de Arquitetura Rogério Malinski, mencionado no Relatório nas listas dos estudantes a serem vigiados. Segundo o documento, o mesmo foi acusado de “comunista militante, mentor, agitador e provocador”, além de “elemento perigoso”.⁴⁰⁰ Em sua ficha biográfica, foi registrado que no início de 1965 o estudante “teve sua matrícula suspensa por falta de elementos para sua petição. Era aluno profissional”.⁴⁰¹ Além disso, a informação também relata que Malinski solicitou, junto à Secretaria de Segurança Pública do Estado, o cancelamento de suas notas nos órgãos de segurança, tendo seu pedido negado duas vezes, em 1968. Algumas dúvidas, no entanto, pairaram sobre a questão: a acusação de que Malinski seria um “estudante profissional”⁴⁰² teria alguma influência na suspensão de sua matrícula? Se sim, os resultados dos trabalhos da CEIS/UFRGS teriam imputado seu desligamento da Universidade?

De acordo com as atas de reuniões da CEIS/UFRGS, também consultadas pelo pesquisador Marcos Cerutti, os trabalhos da Comissão perduraram entre maio e agosto de 1964.⁴⁰³ Constando como anexo de um informe da APA/SNI de setembro de 1983, o Relatório da CEIS citado foi remetido pelo assessor militar responsável, general Jorge Garrastazu Teixeira, ao ministro da Educação Suplicy de Lacerda, também em agosto de 1964, ou seja, logo após o encerramento das atividades da Comissão no segundo semestre daquele ano. Tendo em vista que no Relatório da Comissão o nome de Rogério Malinski figurou na lista dos estudantes a serem mantidos sob ativa vigilância, por serem considerados líderes estudantis na resistência, e tendo também a informação de que o mesmo teve sua matrícula suspensa por “falta de elementos para sua petição” no início de 1965 (ou seja, no semestre seguinte à emissão do Relatório da CEIS/UFRGS ao MEC), seria possível supor que, possivelmente, a exclusão da matrícula do estudante da Universidade se deu como resposta aos trabalhos da Comissão, que promoveu não só o desligamento de professores, mas de estudantes também – direta ou indiretamente. Devido à caracterização de Malinski no

³⁹⁹ As Seções de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul eram delegacias regionais da Polícia Federal, subordinadas ao DOPS, que atuavam como órgãos de informações em diversas cidades do interior do estado.

⁴⁰⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009220. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

⁴⁰¹ Idem.

⁴⁰² Nome pelo qual eram chamados os alunos que, teoricamente, participavam da universidade com a finalidade de recrutar quadros para as organizações de esquerda. Posteriormente, o termo adquiriu novas conotações, que serão exploradas nas próximas páginas.

⁴⁰³ CERUTTI, 2010, p. 39.

documento, descrito como “estudante profissional”, a motivação político-repressiva torna-se ainda mais clara. A natureza dos tais “elementos para petição” que “faltaram” para a matrícula de Malinski, conforme a informação da SOPS/RS de 1972, não foram esclarecidas nesta pesquisa. No entanto, a caracterização do estudante como um “aluno profissional” deixa escapar a plausível motivação político-ideológica que originou a exclusão de sua matrícula.

Além das já citadas listas dos estudantes a serem vigiados e afastados dos cargos de influência nas organizações estudantis, bem como dos estudantes que deveriam ser monitorados por serem prováveis líderes estudantis, o Relatório da CEIS/UFRGS de 1964 também separou uma sessão específica para os “investigados mas não indiciados”, que apontou os nomes, junto a uma pequena síntese respectiva, de nove professores e instrutores de ensino, cinco estudantes e cinco funcionários, oriundos das Faculdades de Medicina, Arquitetura e Filosofia.⁴⁰⁴ Trata-se, muito provavelmente, de indivíduos sobre os quais não foram apontados dados suficientes para uma conclusiva deliberação, mas que estiveram, de fato, no raio de detecção das investigações da CEIS/UFRGS.

Por fim, além dos docentes já mencionados, o Relatório emitiu uma relação de sete nomes de estudantes dos quais a Comissão decidiu pela exclusão do corpo discente, ou seja, por expulsar da Universidade, com base no Ato Institucional Nº 1: Glênio Argemi e Marco Aurélio de Almeida Garcia (Faculdade de Direito); Roberto Arnt Santana (Faculdade de Agronomia e Veterinária); Joaquim José Barcellos Felizardo e Flávio Koutzii (Faculdade de Filosofia); e Joaquim Brum e Oscar R. Pereira (Faculdade de Arquitetura).⁴⁰⁵ No magistério, quinze professores foram indicados para afastamento da UFRGS, também com base no AI-1: Demétrio Ribeiro, Edgar Graeff, Edvaldo P. Paiva, Nelson Souza, Enilda Ribeiro, Carlos Maximiliano Fayet, Francisco Riopardense de Macedo e Luiz Fernando Corona (da Faculdade de Arquitetura); Ernani Maria Fiori (da Faculdade de Filosofia); Luiz Carlos Pinheiro Machado (da Faculdade de Agronomia e Veterinária); Cláudio Francisco Acurso (da Faculdade de Ciências Econômicas); Otto Alcides Ohlweiler (da Escola de Engenharia); Antônio Santos Flôres (da Faculdade de Medicina); e Ápio Cláudio de Lima Antunes e

⁴⁰⁴ Oly Lobato, José Pessoa Mendes, Celso Aquino, Antonio de Souza e José Éboli (professores da Faculdade de Medicina); Mario Marques Fernandes e Pedro Guss (instrutores de ensino da Faculdade de Medicina); Adão Ferreira da Silva, Carolina de Oliveira, Francisco Pereira dos Santos, Ari Silva e José Leal (funcionários da Faculdade de Medicina); Alvaro Magalhães (professor da Faculdade de Filosofia); e Plínio Petersen Pereira, Matilde Szuchman, Leda Jobim, João Lunardi, Girardo Spadini e Fernando Carvalho da Rocha (estudantes da Faculdade de Arquitetura). *In*: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁴⁰⁵ *Idem*.

Hugolino de Andrade Uflacker (da Faculdade de Direito de Pelotas da UFRGS).⁴⁰⁶

No entanto, cabe registrar que, embora a lista do Relatório da CEIS/UFRGS tenha indicado uma relação dos professores e estudantes a serem afastados da Universidade, nem todos foram efetivamente expurgados, aposentados ou expulsos da UFRGS logo após o envio do Relatório ao MEC. Sobre a relação de estudantes a serem expulsos, a pesquisa não foi conclusiva quanto à efetiva expulsão dos mesmos; já sobre a lista acima dos quinze docentes, Francisco Riopardense de Macedo, Carlos Fayet e Otto Ohlweiler⁴⁰⁷ não constam na relação de atingidos pelos expurgos na UFRGS em 1964. No entanto, na onda de expurgos de 1969, cerca de cinco anos depois, Fayet foi então afastado da Faculdade de Arquitetura. Nesse sentido, Mansan defende que a arbitrariedade e repressão promovida pela CEIS/UFRGS não se deu apenas sobre aqueles que foram de fato excluídos da Universidade, mas também sobre todos aqueles que, mesmo não tendo sofrido os expurgos, passaram pelos processos de interrogatório e investigação, como foi o caso dos professores Ohlweiler e Macedo,⁴⁰⁸ devido ao fato de que

[...] apenas ser chamado a depor na comissão (ou seja, ter sido suspeito de “subversão”) já era suficiente para que o indivíduo fosse estigmatizado na universidade, quanto pelo problemático dilema de consciência imposto àqueles que eram “poupados” enquanto seus colegas eram punidos.⁴⁰⁹

Além disso, os docentes indicados a afastamento pela CEIS/UFRGS também não foram os únicos a serem expurgados em 1964. Além dos já mencionados, foram também atingidos: Antônio de Pádua F. da Silva e Armando Temperani Pereira (da Faculdade de Economia); e Antônio Ajadil de Lemos e Brasil Rodrigues Barbosa (da Faculdade de Direito).⁴¹⁰ Tendo em vista que dos dezessete expurgos aplicados na UFRGS em 1964 doze foram de fato recomendados pelo Relatório da CEIS/UFRGS, podemos ter um panorama da extensão repressiva promovida pela Comissão. Conforme Mansan, a arbitrariedade com que a CEIS/UFRGS desenvolveu seus trabalhos foi ancorada em critérios político-ideológicos, que se baseou em informações oriundas do aparato repressivo, de delações (motivadas pelo medo

⁴⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁴⁰⁷ Para a aferição das listas de docentes expurgados, foram consultados AVERBUCK; et. al., 2008; e MANSAN, 2009. O caso de Ohlweiler será retomado nas próximas páginas.

⁴⁰⁸ MANSAN, op. cit., p. 125.

⁴⁰⁹ Ibid., p. 110.

⁴¹⁰ AVERBUCK; et. al., op. cit., p. 63-64. Um décimo oitavo expurgo ocorrido em 1964 é contabilizado por Mansan (2009) referente a Carlos Jorge Appel, professor do Colégio de Aplicação da UFRGS; de acordo com o autor, o caso de Appel se difere dos demais devido ao caráter indireto de seu expurgo, ou seja, devido ao mesmo ter sido originado “por iniciativa própria, como estratégia de autodefesa”. In: MANSAN, op. cit., p. 151.

ou pela busca de prestígio pessoal), tendo como seu maior imperativo a “Operação Limpeza” entre docentes e discentes da Universidade.⁴¹¹

4.1.2 Paradoxo: um membro da CEIS/UFRGS sob vigilância

De acordo com Jaime Mansan, que analisou as atas de reuniões da CEIS/UFRGS, presentes na Coleção Laudelino Medeiros custodiada pela UCS, alguns membros da Comissão se destacaram por suas posturas alinhadas aos ideais da Doutrina de Segurança Nacional e da “Operação Limpeza” na Universidade. Dentre eles, foram pontuados o general Jorge Garrastazu Teixeira (o assessor militar responsável pela CEIS/UFRGS, que remeteu o Relatório ao MEC após o fim dos trabalhos) e os professores Nagipe Buaes, Jacy Monteiro, Ney Messias e Laudelino Medeiros, dentre outros.⁴¹²

Conforme pontuou o autor, a atuação desses professores junto à Comissão foi marcada por um forte conservadorismo político e anticomunismo. A figura de Laudelino Medeiros, membro ativo da CEIS/UFRGS que deu nome à coleção documental da UCS a partir de seu arquivo pessoal, é considerado um dos representantes da emblemática geração católica de Porto Alegre de meados do século XX. Inclusive, Mansan afirmou que durante sua juventude, Medeiros aproximou-se da Ação Integralista Brasileira (AIB), partido político inspirado nos moldes do fascismo europeu dos anos 1930, extremamente direitista e anticomunista.⁴¹³

No entanto, apesar dessas ponderações, observamos curiosamente que o próprio professor Laudelino Teixeira Medeiros também figurou na lista dos onze docentes a serem mantidos afastados dos cargos de direção de suas respectivas Faculdades, como recomendação presente no Relatório final da CEIS/UFRGS, “por terem tido comprometimento com o governo passado, ou por terem se mostrado pusilânimes,⁴¹⁴ omissos e resistentes ao governo atual”.⁴¹⁵

Em um primeiro olhar, a inclusão de Medeiros na referida lista do Relatório causou certa estranheza na análise da pesquisa, afinal, ele fora um dos membros responsáveis pela condução dos trabalhos da CEIS/UFRGS em 1964. No entanto, Laudelino Medeiros surge

⁴¹¹ MANSAN, 2009, p. 111.

⁴¹² Ibid., p. 113.

⁴¹³ Ibid., p. 108.

⁴¹⁴ Adjetivo sinônimo de fraqueza moral e covardia, referente àquele que é medroso.

⁴¹⁵ A lista dos professores apresenta os seguintes nomes: Elyseu Paglioli, Pery Pinto Diniz, João Batista Pianca, Mozar Pereira Soares, José Truda Palazzo, Moyses Westphalen, Luiz Pilla, Laudelino Teixeira Medeiros, Lourenço Mario Prunes, Ary Nunes Tietbohl e Bruno de Mendonça Lima. *In*: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

mencionado em alguns outros documentos analisados, que também são interessantes para esta seção. Dentre eles, consta uma complementação de informação do Departamento Central de Informações da SSP/RS, difundida à APA/SNI em novembro de 1973. O documento encaminha as Fichas Informativas de José Luiz da Costa Fiori e Ernani Maria Fiori, filho e pai. José Luiz da Costa foi incurso na Lei de Segurança Nacional devido à sua atuação na Ação Popular em 1966, tendo em seu histórico a menção de participação na UNE e UGES (União Gaúcha dos Estudantes Secundaristas), além do registro de sua presença em manifestações em solidariedade aos professores expurgados da UFRGS; já Ernani, acusado de ser comunista pelos órgãos de informações e pela CEIS, foi um dos docentes expurgados da Faculdade de Filosofia da UFRGS em 1964, tendo posteriormente se mudado para o Chile no início da década de 1970. Além disso, a FI de Ernani Maria Fiori, datada de 15 de maio de 1972, aponta um registro de que “o professor LAUDELINO TEIXEIRA DE MEDEIROS, [sic] foi um grande amigo do nominado, por isso não o quis interrogar, quando membro da Comissão de Investigação Sumária”.⁴¹⁶

A relação entre Laudelino Medeiros e Ernani Maria Fiori foi superficialmente abordada na pesquisa de Jaime Mansan. Segundo o autor, ambos os professores faziam parte da mesma geração católica porto-alegrense, mas foram progressivamente tomando caminhos diferentes em relação às suas posturas político-ideológicas. Dessa forma, “diferentemente de Fiori, que foi progressivamente mudando de postura rumo a um entendimento alinhado com a esquerda católica, Laudelino Medeiros não afastou-se da direita”, permanecendo e cultivando um posicionamento conservador alinhado às pautas da ideologia de segurança nacional, perceptível nos registros de sua atuação junto à CEIS/UFRGS em 1964 através das atas de reunião.⁴¹⁷

Em agosto de 1972, Medeiros também foi tema de um documento de informação produzido pelo DCI da SSP/RS. Na FI do então professor da UFRGS, consta um registro de setembro de 1970 relatando que

[...] em 1964, o nominado não teve coragem de continuar na comissão de Investigação Sumária da UFRGS [sic], muito embora instado pelo reitor, tudo indicando que temia incompatibilidade com os esquerdistas da UFRGS [sic]. Foi sugerido que o nominado não ocupasse cargo de direção no atual Governo [sic].⁴¹⁸

⁴¹⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009217. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

⁴¹⁷ MANSAN, 2009, p. 108.

⁴¹⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85010892. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

Segundo os documentos analisados, Laudelino Teixeira de Medeiros, enquanto membro da CEIS/UFRGS, não quis interrogar o professor Ernani Maria Fiori, com quem, como consta registrado, tinha relação de amizade. Ao que tudo indica, os adjetivos “falta de coragem” e “pusilanimidade”⁴¹⁹ foram atribuídos a Medeiros nos documentos de informação da ditadura perseguindo suas fichas biográficas vinculando um julgamento de sua personalidade à sua atuação nos processos de investigação da CEIS em 1964.

A partir dessas informações, observamos que o professor Medeiros, mesmo sendo membro ativo da Comissão que expurgou sumariamente docentes, discentes e funcionários da UFRGS em 1964, também não escapou dos juízos de valor que circularam a seu respeito nos órgãos de informações da ditadura. Apesar de apresentar um posicionamento ideológico conservador e anticomunista e ser considerado um dos professores com mais notória atuação junto às ações inquisitórias da CEIS/UFRGS, Laudelino Teixeira Medeiros também foi alvo de vigilância da emaranhada teia da inteligência da ditadura, ditadura esta para quem colaborou atuando como parte de um de seus mecanismos repressivos no ambiente universitário, na emblemática “Operação Limpeza”, junto à Comissão Especial de Investigação Sumária de 1964.

4.1.3 As marcas dos expurgos

Nos arquivos do Fundo do SNI, foram identificados diversos docentes que tiveram suas fichas marcadas nos órgãos de informações por posicionamentos contrários aos processos de inquisição promovidos pela CEIS/UFRGS de 1964. Foi o caso do professor da Faculdade de Odontologia da UFRGS, Luiz Carlos Guimarães, descrito como amigo do reitor José Carlos Fonseca Milano (gestão 1964-1968) em um informe da APA/SNI, datado de abril de 1967. De acordo com o documento, Guimarães “tomou parte na Comissão de Investigação Sumária da UFRGS em 1964 e nessa ocasião procurou defender sistematicamente os estudantes, mesmo aqueles reconhecidamente comunistas. Fez tudo [sic] para isentar o Prof. expurgado Luiz Pinheiro Machado”.⁴²⁰ Luiz Carlos Guimarães foi um dos membros indicados para integrar a CEIS/UFRGS em 1964, junto a outros treze professores, além do assessor militar Jorge Cesar Garrastazu Teixeira, através da Portaria N° 885 de 1964, assinada pelo

⁴¹⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁴²⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011120. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

reitor Fonseca Milano, que instituiu a Comissão na Universidade.⁴²¹ De acordo com o documento mencionado, observamos que a CEIS/UFRGS não obteve a unanimidade de seus membros que, diante de quaisquer discordância ou oposição manifestadas, poderia originar possíveis registros “desabonatórios” nos órgãos de informações.

Em setembro de 1983, o III Exército emitiu um informe à APA/SNI acerca dos antecedentes de algumas pessoas, apresentando um breve resumo dos registros constantes sobre elas. Dentre as destacadas, estava Danilo Luiz Krause que, segundo o documento, foi um professor da UFRGS investigado pela CEIS em 1964. De acordo com o informe, a investigação da CEIS apontou que o periódico *Libertação*,⁴²² em uma edição de setembro de 1945, apontou Krause como sendo “[...] comunista, [...] escalado pelo Partido para falar em comícios realizados nesta capital”.⁴²³ Apesar do Relatório da CEIS, analisado anteriormente, não ter apresentado registros das investigações sobre o professor Krause, o mesmo figurou como um dos grandes nomes da Faculdade de Veterinária da UFRGS, tendo trabalhado como diretor da Faculdade durante a gestão de Homero Jobim na reitoria, na década de 1970. Curiosamente, foi o docente responsável pela condução do inquérito que expulsou quatro estudantes da UFRGS em janeiro de 1971, caso que será analisado nas próximas.⁴²⁴

Em outro momento, foi observada uma solicitação de informação da APA/SNI de 1980; a SSP atendeu ao pedido, enviando um informe que descreveu alguns dados biográficos de quatro indivíduos. Apesar de não constar explicitamente a razão da análise de tais registros, em dois deles a temática dos expurgos foi citada. O primeiro, referente a Amadeu Fagundes da Rocha Freitas, registra que o mesmo foi membro da “Comissão de Expurgo da UFRGS em 1964”, a qual plausivelmente deve referir-se à CEIS. De fato, Freitas representou a Faculdade de Arquitetura na CEIS/UFRGS, nomeado como integrante da Comissão pela Portaria Nº 885 de 1964 da reitoria.⁴²⁵ De acordo com o livro *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*, Freitas era instrutor de ensino da Escola de Engenharia, mas voluntariou-se para a função de membro da CEIS e foi indicado pelo diretor da Faculdade de

⁴²¹ MANSAN, 2009, p. 88.

⁴²² A revista *Libertação* circulou entre 1945 e 1947, sob comando da direção nacional do PCB, como expoente da luta contra o nazifascismo e o Estado Novo. Em 1946, foi substituída por *Tribuna Gaúcha*. In: MARTINS, Marisângela T. A. **De volta para o presente**: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947). 2007. 260 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. p. 31.

⁴²³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007067. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁴²⁴ UFRGS. **Arquivos da Faculdade de Veterinária UFRGS**. Editorial 70 Anos da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 21, p. 7-19, 1993. Porto Alegre: UFRGS, 1993. p. 10.

⁴²⁵ MANSAN, 2009, p. 89.

Arquitetura devido à congregação da referida Faculdade ter se recusado a indicar um representante para a Comissão. No livro ainda consta que Freitas foi um dos membros mais ativos da CEIS, junto ao professor Nagipe Buaes, vangloriando-se publicamente “de ter ligações particulares junto ao comando do III Exército e ao DOPS”.⁴²⁶ Nesse sentido, cabe a observação de Padrós de que “entre os perseguidos há quem lembre, ademais, de colegas que tiveram atitudes oportunistas, visando uma ascensão fácil na carreira universitária, prontificando-se a participar como integrantes ou testemunhas das comissões de inquérito contra seus colegas.”⁴²⁷

A segunda menção aos expurgos, no documento citado acima, refere-se aos dados biográficos de Gunter Weiner. Desta vez, foi registrado que o mesmo participou de um protesto contra as aposentadorias compulsórias embasadas no AI-5 dos professores da UFRGS em 1969. Além disso, o informe citou que, em 1980, Weiner figurava como “suplente da diretoria do Sindicato dos Arquitetos do Rio Grande do Sul”.⁴²⁸

Os expurgos de professores da Universidade continuaram ecoando ao longo dos anos nos documentos de informações. Um informe produzido em junho de 1984 pela APA/SNI, registrando a publicação do livro *Materialismo histórico e crise contemporânea*, escrito pelo químico e filósofo Otto Alcides Ohlweiler, é representativo desse efeito. Tratando sobre a divulgação do material, o informe mencionou a recusa de Ohlweiler em receber o título de Professor Emérito pela UFRGS, citando que o químico alegou que “não poderia aceitar tal homenagem da mesma Universidade que o havia julgado no período da repressão dos anos 60”.⁴²⁹ Ohlweiler foi um dos professores listados no Relatório da CEIS/UFRGS de 1964 com a recomendação de serem afastados da Universidade com base no Ato Institucional Nº 1, quando o mesmo era membro do corpo docente da Faculdade de Engenharia, embora não tenha sido expurgado.

Em março de 1984, ou seja, vinte anos após os trabalhos desenvolvidos pela CEIS, o professor Ohlweiler escreveu uma carta de resposta ao então reitor da UFRGS, Earle Diniz Macarthy Moreira, quanto à decisão tomada pelo Conselho Universitário em outorgar ao químico o título de Professor Emérito, uma das maiores honrarias concedidas pela comunidade acadêmica. A carta foi analisada pela museóloga Cidara Louguércio de Souza,

⁴²⁶ AVERBUCK; et. al., 2008, p. 34.

⁴²⁷ PADRÓS, 2021, p. 91.

⁴²⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002079. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

⁴²⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009011. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

que argumentou que Ohlweiler não chegou a recorrer a homenagem, mas que por razões políticas e em solidariedade aos colegas atingidos pela repressão da ditadura, “solicitou o adiamento sem data da outorga do referido título, por entender que a UFRGS ainda não havia feito a autocrítica acerca da submissão de muitos de seus membros à repressão política em 1964 e nos anos seguintes”.⁴³⁰

A conotação desse ato de denúncia e resistência na carta de Ohlweiler adquire contornos potentes. Da lista de quinze professores sugeridos para afastamento pelo Relatório da CEIS ao MEC, em 1964, apenas os professores Otto Ohlweiler, da Faculdade de Engenharia Engenharia, e Francisco Riopardense de Macedo e Carlos Maximiliano Fayet, da Faculdade de Arquitetura, não foram atingidos em 1964. Macedo, apesar de ter passado por diversos interrogatórios junto ao III Exército, não foi expurgado;⁴³¹ Fayet foi incluso na leva de expurgos de 1969; e Ohlweiler, por sua vez, continuou como docente na UFRGS, aposentado da cátedra na Faculdade de Filosofia desde 1968.⁴³² Devido a isso, o químico permaneceu como titular de sua cadeira na Escola de Engenharia até 1970, sendo então lotado para o Instituto de Química após a reforma universitária, traçando uma carreira de muito reconhecimento na Universidade. Nesse sentido, a solidariedade manifestada por Ohlweiler em sua carta, que não deixou de expressar “sua longa militância na corrente de pensamento marxista, que vem desde os tempos da ditadura getuliana”,⁴³³ representou um grande manifesto e ato altruísta de denúncia em solidariedade e empatia aos seus colegas docentes atingidos pela repressão na UFRGS.

As solidariedades aos professores expurgados, no entanto, não foram restritas exclusivamente aos últimos anos da ditadura. Foram identificados vestígios das manifestações contrárias aos expurgos da UFRGS em uma mensagem direta em maio de 1977, oriunda da Agência Central do SNI à Agência de Porto Alegre, a qual citou um informe de novembro de 1970 que menciona os registros acerca de Rose Eliane de Waldemar. De acordo com o documento, Rose

[...] era uma das assessoras do Presidente do Centro de Estudos da Faculdade de Filosofia da UFRGS, entidade esta que mantinha viva a presença dos professores aposentados por Atos Institucionais, através de campanhas periódicas contra os demais professores, apontando os cassados como professores de grande cultura.⁴³⁴

⁴³⁰ SOUZA, 2014, p. 21.

⁴³¹ MANSAN, 2009, p. 125.

⁴³² SOUZA, op. cit., p. 72.

⁴³³ OHLWEILER, 1984, doc. eletr. *apud* SOUZA, op. cit., p. 74.

⁴³⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005368. Disponível em:

Assim, tomando como exemplo os registros acerca de Rose Waldemar, em 1970, e Otto Ohlweiler, em 1984, as manifestações de solidariedade aos professores expurgados na UFRGS estavam presentes nas pautas de vigilância dos órgãos de informações. Mesmo encerrados, os expurgos de 1964 e 1969 continuaram ecoando por muitos anos não só na Universidade, mas também nos documentos de inteligência. De fato, constituíram um marco repressivo indigesto e inapagável; ao mesmo tempo em que representaram a arbitrariedade ditatorial nos campi, foram também gradativamente ressignificados, como pauta de oposição e resistência à repressão.

4.1.4 Os estudantes atingidos pelo Decreto Nº 477/69

Além da CEIS em 1964, outra grande medida repressiva da ditadura de segurança nacional na UFRGS consistiu na implementação do Decreto-Lei Nº 477 de 1969, o emblemático “AI-5 das universidades”. Elaborado pelo Conselho de Segurança Nacional e aprovado em 26 de fevereiro de 1969, cerca de dois meses após a promulgação do famigerado Ato Institucional Nº 5, o novo decreto tinha por objetivo silenciar estudantes, professores e funcionários das instituições de ensino ao prever punições específicas para esses grupos. A partir de sua promulgação, toda e qualquer manifestação política, fosse por meio de greves, protestos, passeatas ou comícios, no interior das escolas e universidades públicas ou privadas, passava a ser rigorosamente proibida. A punição para quem descumprisse o decreto consistia no afastamento do indivíduo da instituição: para os estudantes, o desligamento e a proibição de novas matrículas em qualquer estabelecimento de ensino pelo prazo de três anos; pra funcionários e professores, a demissão e o impedimento de novas nomeações, admissões ou contratos em qualquer instituição de ensino pelo prazo de cinco anos. Além de tudo isso,

o Decreto não concedia aos acusados o direito de se defenderem dos delitos que lhe eram imputados, bem como definia que os atingidos é que deveriam provar sua inocência, contrariando o preceito universal do direito de que ao acusador cabe o ônus da prova. A arbitrariedade deste instrumento legal era tão latente, que uma simples suspeita já era motivo para afastar alunos e professores das escolas, até que houvesse apreciação do processo por parte da direção ou reitoria das instituições de ensino.⁴³⁵

A vigência simultânea do AI-5 com o Decreto 477, a partir de 1969, restringiu os espaços de atuação do movimento estudantil. De acordo com Santana, “506 jovens foram

<http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁴³⁵ SANTANA, 2019, p. 141.

atingidos pelo 477”⁴³⁶ no Brasil e, embora muitos estudantes tentassem se organizar a fim de derrubar o Decreto, as denúncias de cassações acabavam implicando em novas cassações. As formas de oposição, então, foram redirecionadas para as manifestações de solidariedade aos estudantes expulsos e professores expurgados.⁴³⁷ Nesse sentido, alguns rastros das punições pelo Decreto 477, aplicadas em estudantes da UFRGS, foram registrados em diversos documentos da inteligência.

Um dos vestígios observados foi o histórico de Luiz Carlos Paz Santana, funcionário do Banco Sul Brasileiro da cidade de Livramento (RS), avaliado pela Agência de Porto Alegre do SNI em março de 1977. O documento de informação apontou Santana, estudante da Faculdade de Matemática, como um dos alunos expulsos pelo reitor Eduardo Faraco em janeiro de 1971 sob a acusação de ter infringido o Decreto 477, junto com outros três colegas. Aparentemente, as quatro expulsões foram simultâneas, apesar das circunstâncias de suas motivações não terem sido esclarecidas no documento.

O histórico de Luiz Santana pontuou que, em fevereiro de 1974 (ou seja, três anos após seu desligamento, tendo findo o prazo observado como punição pelo Decreto 477), o jornal *Correio do Povo* publicou uma relação de estudantes da UFRGS que solicitaram readmissão na Universidade; entre eles constava Luiz Santana. Segundo a informação da APA/SNI, “a Comissão de Carreira de Matemática [curso solicitado por Santana] concordou com o pedido de readmissão por haver vaga, devendo cursar o 1º ciclo”.⁴³⁸

Mas e quanto aos outros três estudantes expulsos junto a Santana, a que fez menção o informe da APA/SNI? Quem foram eles? Qual a razão de suas imputações no Decreto 477? Analisando os documentos pesquisados, foi possível seguir os vestígios deixados e reunir as outras peças do quebra-cabeça que faltaram para compreender a conjuntura das quatro expulsões.

Em março de 1971, a Ficha Informativa de Renato Peixoto Dagnino, estudante de Engenharia da UFRGS e Presidente da CEUE, foi enviada pela DCI da SSP à APA/SNI. De acordo com a FI de Dagnino, um panfleto confeccionado pelo DCE da UFRGS circulou pelas Faculdades da UFRGS em 1971, criticando as expulsões do fichado (Renato Dagnino), bem como de Renato Miranda, Luiz Matzembach (ou Matzenbacher)⁴³⁹ e Luiz Santana, o

⁴³⁶ SANTANA, 2019, p. 146.

⁴³⁷ *Ibid.*, p. 147.

⁴³⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006276. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁴³⁹ O documento escreve o sobrenome de Luiz como “Matzembach”, no entanto, em pesquisas posteriores, a grafia correta foi identificada como “Matzenbacher”, razão pela qual esta última será aqui utilizada.

estudante de Matemática mencionado anteriormente.⁴⁴⁰ Desta forma, através da interposição de fontes, constatou-se que os quatro estudantes atingidos pelo Decreto 477 na UFRGS em 1971, mencionados no histórico de Luiz Carlos Paz Santana, foram, além do próprio, Renato Dagnino, Renato Miranda e Luiz Matzenbacher.

Uma informação oriunda do SOPS/RS, de outubro de 1971, tratou sobre os antecedentes de Renato Peixoto Dagnino. De acordo com o documento, Dagnino foi expulso da UFRGS em 21 de novembro de 1970, divergindo da informação de sua expulsão em janeiro de 1971, presente no histórico de Santana. No entanto, a Ficha Informativa do estudante e Presidente do CEUE da UFRGS registrou que o mesmo “fez parte de uma comissão de alunos da esquerda, que discutiu o aumento de preço das refeições do RU bem como do Decreto 464”.⁴⁴¹

De acordo com Dermeval Saviani, o Decreto-Lei Nº 464, de fevereiro de 1969, respaldava a implantação da Reforma Universitária nos moldes do projeto desenvolvimentista da ditadura, aprovada pela Lei Nº 5.540, de novembro de 1968.⁴⁴² Apesar de algumas pautas da reforma terem sido, de maneira geral, bem aceitas pela comunidade universitária – como o fim das cátedras (substituídas pelos cargos de professores titulares), a criação dos departamentos e o concurso vestibular unificado –, algumas medidas foram taxadas de “economicistas” e “tecnicistas” por boa parte da comunidade universitária, que compreendia que a reforma trazia em seu cerne “o risco de privatização embutido na possibilidade de adoção do regime jurídico de fundação”, ou seja, a possibilidade das universidades públicas serem convertidas em fundações, o que permitiria sua privatização.⁴⁴³ De qualquer forma, a cobrança de mensalidades dos estudantes não foi efetivada. Segundo Motta, “a medida foi vetada pelos militares da área de segurança, que temiam fornecer à liderança estudantil radical poderosa bandeira de mobilização. Essa foi uma vitória do movimento estudantil e significativa manifestação do temor que ele inspirava nos militares”.⁴⁴⁴

Além das manifestações contrárias à implementação da Reforma Universitária, a FI de Renato Dagnino registrou outro dado interessante: a sua presença na histórica missa de 30 dias da morte de Ary Abreu Lima da Rosa, que marcou a história da repressão da ditadura na

⁴⁴⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009263. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

⁴⁴¹ Idem.

⁴⁴² SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008. p. 297-302.

⁴⁴³ MOTTA, 2014, p. 276,1/1155.

⁴⁴⁴ Ibid., p. 279,5/1155.

UFRGS. Colega de Dagnino na Faculdade de Engenharia da UFRGS, Ary morreu no hospital da Base Aérea de Canoas (RS), em 1970. Ele havia sido preso junto com Paulo Walter Radke, militante do Partido Operário Comunista (POC), durante um ato estudantil onde os mesmos panfletavam um manifesto convocando os estudantes a participarem da eleição do DCE-Livre, em apoio ao Movimento Universidade Crítica (MUC). A panfletagem ocorria em frente à Faculdade de Farmácia da UFRGS, em janeiro de 1969, durante a realização do vestibular; os panfletos distribuídos criticavam a política educacional do governo federal especialmente quanto à escassez de vagas e à legalização da UNE, conclamando os vestibulandos a se unirem aos estudantes e lutarem contra o “inimigo comum”.⁴⁴⁵ De acordo com o Dossiê da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, a então diretora da Faculdade de Farmácia, Belchis Maria Smith Santana, diante da panfletagem, chamou o DOPS, que levou Ary e Paulo presos;⁴⁴⁶ ambos os estudantes foram condenados pela Lei de Segurança Nacional a seis meses de prisão em setembro de 1969, sendo liberados pouco tempo depois.

Em setembro daquele ano, Ary Abreu foi internado no Sanatório São José, em Porto Alegre, por opção de seu pai, um influente político da ARENA e crítico à participação do filho no movimento estudantil;⁴⁴⁷ lá permaneceu por cerca de um ano até 1º de setembro de 1970. Segundo o Relatório Final da CNV, o parecer médico assinado pelo psiquiatra José A. Godoy Gavioli dizia que

o paciente teria apresentado reação esquizofreniforme, com ideias de conteúdo paranoide. Sentia-se desadaptado no ambiente sociofamiliar [sic] com ideias de referência e de que não era benquisto pelos que o cercavam. Em junho de 1968, [...] passou a apresentar ideias reformistas, principalmente de natureza materialista, identificando-se com princípios esquerdistas, socialismo ou mesmo comunismo. Deixou crescer barba e cabelo como um “protesto ao mundo capitalista”. [...] Tendo em vista ter realmente se envolvido em política estudantil de esquerda, onde procurava, dentro de sua psicopatia esquizoparanoide, pôr em prática aspectos quase delirantes das concepções que morbidamente defendeu, sugerimos a baixa, que foi aceita pelo paciente.⁴⁴⁸

Transferido no dia seguinte para o Hospital da Aeronáutica na Base Aérea de Canoas, o estudante faleceu dois meses depois, aos 21 anos de idade. A versão oficial da época contou que Ary, considerado “doente mental”, suicidou-se cortando as veias do próprio braço,⁴⁴⁹ mas

⁴⁴⁵ BRASIL, 2014(b), p. 486.

⁴⁴⁶ COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985)**. São Paulo: Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. 2ª ed. rev, ampl, atual. 2009. p. 208.

⁴⁴⁷ BRASIL, op. cit., p. 487.

⁴⁴⁸ Idem.

⁴⁴⁹ Ibid., p. 490.

a causa de sua morte, apresentada pelo Inquérito Policial Militar, continha diversas inconsistências. Devido ao documento oficial associar o posicionamento político e militância estudantil de Ary a uma condição de “doença mental”, não definir a tipologia do instrumento supostamente usado por Ary para ferir-se e não apresentar justificativa de como o estudante portava tal objeto (tendo em vista que estava sob tutela militar e tinha o diagnóstico de uma suposta patologia psicológica), as reais circunstâncias de sua morte adquiriram um caráter suspeito.⁴⁵⁰ Em 2014, o Relatório da CNV concluiu que Ary morreu “em decorrência de ação perpetrada por agentes do Estado brasileiro”, recomendando a retificação de sua certidão de óbito para a identificação e responsabilização dos agentes envolvidos.⁴⁵¹

De acordo com a CNV, uma missa foi organizada em homenagem a Ary pelos acadêmicos da UFRGS na Igreja do Rosário, em Porto Alegre, em razão dos 30 dias de seu falecimento. Na ocasião, os estudantes elaboraram uma nota denunciando a morte do colega por tortura nas dependências da Base Aérea de Canoas. A denúncia acabou resultando na expulsão de Renato Dagnino e de outros estudantes que teriam assinado conjuntamente a nota (não citados pela CNV), expulsões estas embasadas no Decreto-Lei Nº 477. O Relatório também cita que

não houve nenhum pronunciamento sobre a morte de Ary por parte da reitoria da UFRGS, do Diretor da Faculdade de Engenharia ou de outra autoridade pública. Para os representantes do DCE-UFRGS, isso teria representado uma tentativa de abafar qualquer tentativa ou mesmo esboço de revolta do meio ao qual ele pertencia, contra a causa de sua morte.⁴⁵²

Os documentos consultados não deixaram claro se as expulsões de Renato Dagnino, Renato Miranda, Luiz Matzembacher e Luiz Carlos Santana, registradas em 1970, tiveram a mesma motivação. Embora o Relatório da CNV tenha afirmado que a nota redigida pelos estudantes na missa de homenagem a Ary Abreu de Lima da Rosa motivou a expulsão de Dagnino, os documentos do SNI não deixaram explícitas as motivações das acusações dos outros três discentes pelo Decreto-Lei Nº 477. No entanto, outras fontes ajudaram a elucidar o caso ao trazer mais informações sobre a homenagem a Ary, confirmando que este acontecimento, de fato, ocasionou as expulsões.

Conforme um artigo escrito por Luiz Matzenbacher no livro *UFRGS: identidades e memórias*, de 1994, em comemoração à efeméride dos 60 anos da Universidade, os estudantes souberam da morte de Ary somente cerca de um mês depois de seu acontecimento, em 21 de

⁴⁵⁰ BRASIL, 2014(b), p. 488.

⁴⁵¹ Ibid., p. 490.

⁴⁵² Ibid., p. 488.

novembro de 1970. Na ocasião elaboraram e distribuíram um panfleto intitulado “Morre um estudante”. Em razão disso, por ordem do reitor Eduardo Faraco, em janeiro de 1971, foi instaurado um processo contra dezoito alunos com base no Decreto 477, devido à produção e distribuição do referido panfleto.⁴⁵³ A comissão de inquérito instaurada foi presidida pelo diretor da Faculdade de Veterinária, Danilo Krause, que acabou concluindo pelo afastamento de Luiz Matzenbacher, presidente do DCE-UFRGS, Renato Miranda, presidente do Diretório Acadêmico da Economia, Luiz Santana, presidente do Centro Acadêmico da Filosofia e Renato Dagnino, presidente do CEUE.⁴⁵⁴

Esses quatro estudantes, no entanto, não foram os únicos submetidos às expulsões pelo Decreto 477 na UFRGS. De acordo com Jaime Mansan, Matzenbacher, como vice-presidente do DCE-UFRGS, protestou no Conselho Universitário em agosto de 1970 contra o expurgo de seu colega Ernesto Maraschin, presidente do DCE, punido pelo Decreto N° 477 devido à acusação de distribuição de material “subversivo”.⁴⁵⁵ Além deles, possivelmente muitos outros estudantes –que não foram localizados pelo uso do filtro “ufrgs” na plataforma do SIAN em nossa pesquisa sobre o Fundo do SNI – também foram atingidos pelas expulsões sumárias.

Outro vestígio deixado nos documentos de informação, acerca das exclusões de matrículas dos estudantes na UFRGS, foi identificado em um informe da APA/SNI de dezembro de 1980, no qual constam os registros dos pronunciamentos de políticos da fronteira, na cidade de Quaraí (RS), sobre a consulta popular plebiscitária ocorrida no Uruguai. O Plebiscito de 1980 consistiu na tentativa da ditadura civil-militar uruguaia, vigente desde 1973, de legitimar constitucionalmente seu regime;⁴⁵⁶ a população, no entanto, votou pelo “não”, o que impulsionou um lento processo de abertura política no país, concluído somente em 1985. O processo plebiscitário uruguaio foi acompanhado pelos órgãos de informações da ditadura brasileira, que demonstraram um especial interesse no

⁴⁵³ MANSAN, Jaime Valim. Movimentos estudantis no sul do Brasil durante a ditadura militar: uma reflexão a partir do caso da UFRGS (1964-1974). In: PEREIRA, Elenita Malta; DEBIASI, Rose Elke (Orgs). **Movimentos sociais e resistência no Sul do Brasil**. E-book. Curitiba: Appris, 2020. p. 272-273.

⁴⁵⁴ MATZENBACHER, Luiz Oscar. O Decreto 477 e a morte de um estudante. In: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Orgs.). **UFRGS: identidade e memórias (1934-1994)**. Porto Alegre: UFRGS, 1994, p. 148 *apud* BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. 283 f. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. p. 185.

⁴⁵⁵ MANSAN, op. cit., p. 272.

⁴⁵⁶ Sob um clima de censura total e de medo (resultante da aplicação sistemática de ações de terrorismo de Estado), a população foi “convidada” a pronunciar-se diante da proposição de uma nova constituição, baseada nas diretrizes da DSN e que cancelava e legitimava a ditadura vigente em suas práticas repressiva. Contra todos os prognósticos, a maioria dos eleitores rejeitou a proposta.

posicionamento dos políticos das cidades fronteiriças, como no caso de Quaraí. Um dos pronunciamentos registrados pelo SNI foi o do vereador João Carlos Alberto Pinto Vieira, eleito pelo MDB nas eleições de 1976 da cidade, que se filiou ao PT pouco depois. De acordo com a pequena biografia de Vieira, presente no documento, o vereador foi expulso da UFRGS em 1966, onde cursava Filosofia e Direito, quando era presidente do DCE. Observa-se que a expulsão ocorreu antes mesmo da existência do Decreto 477 de 1969. Após a expulsão, Vieira concluiu o curso de Direito pela Universidade de Passo Fundo (UPF), em 1969.⁴⁵⁷ Um dos anexos do informe mencionado consistiu no recorte do Jornal Zero Hora, de 29 de maio de 1979, que tratou sobre a sua trajetória acadêmica e política:

Advogado 36 anos, atualmente vereador emedebista por seu município, Quaraí, Carlos Alberto Vieira diz que “foi o primeiro estudante a ser expulso da Universidade, no Rio Grande do Sul, antes mesmo que tenha sido instituído o malfadado Decreto-Lei 477”. E não cansa de lamentar o auto-exílio que se impôs, em sua cidade, durante 13 anos, depois da sua deposição como presidente do DCE [...] da UFRGS e de sua expulsão da Universidade. O curso, ele precisou acabar na Universidade de Passo Fundo, embora confesse que “jamais havia passado pela minha mente, naquela época em que eu cursava a Faculdade de Direito da UFRGS e a Faculdade Filosofia, voltar para Quaraí. Mas os acontecimentos políticos do País, a partir de 1964, mudaram o rumo e o destino de centenas de pessoas, especialmente líderes estudantis.⁴⁵⁸

De acordo com a reportagem, Vieira relatou um sentimento de “autoexílio” após sua expulsão da Universidade em 1966, que perdurou ao longo de 13 anos, ou seja, até a data da reportagem em 1979. Para Padrós, o “exílio interno”, também chamado de “inxílio”, é uma das opressões praticadas pelo Terrorismo de Estado, altamente reproduzido pelas ditaduras de segurança nacional do Cone Sul das décadas de 1960, 1970 e 1980. Trata-se do sentimento de ser “prisioneiro fora do cárcere”, de experimentar o exílio político sem sair do próprio país.⁴⁵⁹ De acordo com o autor, representa o

isolamento do indivíduo que não se reconhece mais onde está, nem naquilo que faz, nem nas relações que mantém com os demais indivíduos; que sofre o tempo indefinido e congelado do exilado, mas com a peculiaridade de que a mudança não está mais no distanciamento geográfico e cultural, e sim no irreconhecimento do seu meio social mais imediato.⁴⁶⁰

O conciso relato de João Carlos Alberto Pinto Vieira em 1979, presente no documento de informação, juntamente com a análise dos demais casos de expulsões trazidos nesta seção,

⁴⁵⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80002021. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

⁴⁵⁸ Idem.

⁴⁵⁹ PADRÓS, 2005, p. 103.

⁴⁶⁰ Ibid., p. 102.

permite a elaboração de duas observações, por sua vez distintas e complementares. A primeira observação consiste no entendimento da própria arbitrariedade das expulsões discentes e docentes como uma das práticas de perseguição e neutralização dos inimigos internos da ditadura sob a perspectiva da DSN. Por meio de uma limpeza ideológica, os opositores políticos que externalizavam seu posicionamento foram impedidos de ter acesso aos ambientes de ensino, sendo punidos por suas manifestações políticas contrárias à ditadura. Enquanto ambiente intelectual de formação profissional e pessoal, a universidade era e continua sendo uma instituição de construção política e ascensão social, o que nos leva à segunda observação. Através das exclusões de matrículas, expulsões e expurgos originou-se um conjunto de perdas de oportunidades acadêmicas e profissionais, sentimentos de não pertencimento ao seu ambiente e registros de suposta “subversão” manchando os históricos de diversas pessoas na documentação produzida pelos órgãos de informações, sendo essas apenas algumas das consequências e das marcas repressivas a que esses indivíduos foram submetidos. Dessa forma, a universidade, institucionalmente um dos maiores espaços intelectuais de debates políticos, foi transformada pela ditadura em um ambiente no qual o Terrorismo de Estado encontrou espaço para a perpetração do medo e da perseguição ideológica, descaracterizando-a de uma de suas maiores virtudes – a liberdade de pensamento e expressão.

4.1.5 O livro *Os expurgos na UFRGS*

Em junho de 1978, a Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP) organizou uma comissão responsável pela campanha de reintegração de professores e cientistas expurgados ao longo da ditadura, especialmente pelos Atos Institucionais N° 1 e N° 5, em uma iniciativa para que os mesmos pudessem retornar à vida acadêmica nas faculdades das quais foram sumariamente afastados. Os trabalhos da referida comissão resultaram na apresentação e conseqüente publicação do emblemático *Livro Negro da USP*, que reuniu coletivamente uma apreciação em forma de manifesto e denúncia das dezenas de casos de professores que foram atingidos pelos atos repressivos na instituição paulista durante a ditadura, que nesse momento encontrava-se em processo de distensão política.⁴⁶¹

A publicação do *Livro Negro da USP* encontrou uma forte acolhida na comunidade de

⁴⁶¹ ADUSP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978.** Associação dos Docentes da USP. São Paulo: ADUSP, 2004. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

docentes e expurgados da UFRGS. O exemplo da luta pela reintegração dos professores à Universidade despertou o interesse em replicar regionalmente os trabalhos da ADUSP, ajustado às particularidades da UFRGS, e manifestar a profunda insatisfação pelas injustiças praticadas denunciando especialmente as arbitrariedades e perseguições político-ideológicas sofridas pela comunidade acadêmica durante a ditadura na instituição.

Diante de tais movimentações, a Agência de Porto Alegre do SNI, em dezembro de 1979, produziu um informe analisando a campanha de reintegração dos professores universitários de São Paulo, dando especial atenção ao seu impacto sobre a comunidade da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o documento apontou que um dos grandes marcos para a organização dos docentes expurgados na UFRGS, para além da influência do lançamento do *Livro Negro da USP*, consistiu na publicação do *Jornal do Brasil* de uma entrevista concedida pelo então senador Tarso Dutra em janeiro de 1979.⁴⁶² Na ocasião, o político abordou o tema das aposentadorias e demissões de 14 professores da UFRGS em 1969.⁴⁶³

Na matéria, Tarso Dutra (que ocupava o cargo de ministro da Educação na época dos expurgos de 1969) alegou que não havia assinado o decreto das aposentadorias, duvidando também que o então ditador-presidente Arthur da Costa e Silva o tivesse feito.⁴⁶⁴ Isso porque os decretos foram datados de 29 de agosto de 1969, dia em que Costa e Silva foi hospitalizado com sintomas de trombose. O general sofreu um acidente vascular cerebral em 31 de agosto, enfermidade que o levou a óbito em dezembro daquele ano. Devido ao seu quadro clínico no dia de assinatura do decreto, Dutra alegou que dificilmente o general ditador teria assinado os atos de aposentadoria compulsória dos professores, afirmando que ele, enquanto ministro da Educação, tampouco assinou. O decreto foi publicado no *Diário Oficial da União* em 1º de setembro, contendo as assinaturas de Costa e Silva (como presidente), Gama e Silva (ministro da Justiça) e Tarso Dutra (ministro da Educação). O trabalho de Mansan também discutiu a entrevista de Dutra em 1979, afirmando, no entanto, que “há indícios de que a assinatura do

⁴⁶² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000918. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁴⁶³ Os 14 professores da UFRGS mencionados são: Angelo Ricci, Ari Mazzini Canarin, Carlos Maximiliano Fayet, Emilio Mabilde Ripoll, Ernesto Antônio Paganetti, Ernildo Jacobs Stein, Gerd Alberto Borhein, Gilberto Braun, João Carlos Brum Torres, Joaquim José Barcelos Felizardo, José Pio de Lima Antunes, Manoel Alves de Oliveira, Roberto Buys e Leônidas Xausa. Os outros quatro professores aposentados são: Camilo Silva Montenegro Duarte (UFPA), Francisco Assunção de Macedo (UFRN), e Carlos Haroldo Porto Carreiro de Miranda e Hélio Marques da Silva.

⁴⁶⁴ TARSO não sabe quem aposentou 18 professores. *Jornal do Brasil*, 14 jan. 1979, p. 22. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>. Acesso em: 26 mar. 2021.

general-presidente foi feita antes do documento ser datilografado”.⁴⁶⁵ De acordo com a matéria do *Jornal do Brasil*, a validade legal dos expurgos de 1969 estaria em jogo caso fosse comprovado que o documento que decretou os expurgos teria sido apócrifo, ou seja, que as assinaturas do documento tivessem sido adulteradas, o que motivaria assim a abertura de processos para a anulação dos mesmos.⁴⁶⁶

O informe da APA/SNI, que mencionou a matéria do *Jornal do Brasil*, avaliou que a entrevista concedida por Tarso Dutra originou uma série de repercussões na UFRGS, especialmente no que tange à campanha de reintegração dos professores expurgados. A ação foi protagonizada pela Associação de Docentes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ADUFRGS), que reuniu diversas informações sobre os afastamentos sumários de professores da Universidade entre 1964 e 1969 e, seguindo o exemplo da ADUSP, publicou em agosto de 1979 o livro *Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS*,⁴⁶⁷ chamado pela repressão como o “Livro Negro da UFRGS”.⁴⁶⁸ A ADUFRGS tinha como objetivo assumir um compromisso de desvelar “a trama persecutória a que haviam sido submetidos os educadores expurgados”.⁴⁶⁹ Segundo o informe, a campanha se baseava “na necessidade de melhorar o ensino, redemocratizar a Universidade e corrigir as ‘injustiças praticadas’”.⁴⁷⁰

De acordo com o prefácio da segunda edição do livro *Universidade e repressão*, publicada em 2008 pela LP&M, os organizadores da obra realizaram um grande esforço para que o lançamento do livro ocorresse junto com a promulgação da Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, o que de fato ocorreu, cerca de cinco dias antes, em 23 de agosto no Auditório da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERS).⁴⁷¹ A autoria do livro foi assumida publicamente pela ADUFRGS, a fim de evitar a responsabilização e possíveis represálias da ditadura dirigidas pessoalmente aos professores autores da obra. A publicação do livro foi um dos grandes marcos da luta pela verdade no Rio Grande do Sul, denunciando parte das agressões enfrentadas pelo corpo docente da Universidade ao longo da ditadura de segurança nacional e buscando suas devidas responsabilizações. A intenção de sua publicação também foi explicitada na introdução de sua reedição, onde se argumenta que “o

⁴⁶⁵ MANSAN, 2009, p. 244.

⁴⁶⁶ *Jornal do Brasil*, 1979, p. 22.

⁴⁶⁷ AVEBUCK; et. al., 2008.

⁴⁶⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000918. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁴⁶⁹ PADRÓS, 2021, p. 85.

⁴⁷⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000918. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁴⁷¹ AVERBUCK; et. al., op. cit., p. 15.

conhecimento do passado tem a potencialidade de apontar caminhos para a construção da sociedade, que queremos mais humanizada, ética, menos excludente, mais justa e igualitária”.⁴⁷²

Obviamente, as pessoas envolvidas na organização do livro foram alvo da inteligência da ditadura, que buscou elementos a fim de prever e se contrapor à publicação do material-denúncia. Nesse sentido, alguns membros da ADUFRGS, fundada em meados de 1978, vinham sendo tema de informes da APA/SNI já em maio de 1979, que monitorava e informava sobre o processo de coleta de depoimentos dos ex-professores da Universidade atingidos pelos AI-1 e AI-5, material que se tornou a fonte utilizada para a escrita do livro. De acordo com o informe, havia um roteiro pré-estabelecido no qual os depoentes deveriam responder algumas questões, tais como sua trajetória na UFRGS, as atividades profissionais desenvolvidas, as condições e circunstâncias de seus afastamentos, as cassações ocorridas após 1964, os autoafastamentos de professores em solidariedade aos docentes expurgados, e “os expurgos como reflexos da política interna da Universidade”. Segundo consta, o livro teve como objetivo analisar a UFRGS durante a ditadura, a fim de relatar os acontecimentos repressivos vividos pelos docentes.⁴⁷³ A publicação de *Universidade e repressão*, em 1979, representou um dos primeiros grandes manifestos dos docentes organizados da Universidade que, diante de um governo que já dava sinais de esgotamento (embora permanecesse com suas políticas de controle vigentes), posicionaram-se pelo resgate da verdade, justiça e reparação.

O lançamento do livro ocorreu em 23 de agosto de 1979 no auditório da ALERS e foi coberto por um informe de categoria A-1 da APA/SNI. Segundo o documento, cerca de 300 pessoas participaram do evento, em sua maioria estudantes e professores. O informe argumentou que o “Livro Negro da UFRGS” procurou

[...] tendenciosamente, acusar e deslegitimar o Regime implantado pela Revolução de 31 MAR 64 [sic], além de criticar às [sic] autoridades militares por exigir do MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA a constituição da COMISSÃO ESPECIAL DE INVESTIGAÇÃO SUMÁRIA (CEIS), a qual é responsabilizada pela cassação dos professores da UFRGS.⁴⁷⁴

Novamente, foi possível identificar os ecos dos expurgos ressoando nos documentos de informação, mesmo após quinze anos da conclusão dos trabalhos da CEIS de 1964. Desta vez, a marca dos afastamentos sumários aparece por meio de uma crítica feita pelos autores

⁴⁷² AVERBUCK; et. al., 2008, p. 17.

⁴⁷³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000358. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁴⁷⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000625. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

do livro às ações repressivas de demissões e aposentadorias compulsórias dos docentes da Universidade, sob coordenação do MEC, responsabilizando o governo militar pelos afastamentos sumários. E embora o trabalho da ADUFRGS na elaboração e publicação do livro-denúncia tenha obtido muitas manifestações de apoio e solidariedade ao retorno dos expurgados, alguns posicionamentos de rejeição também foram enfatizados. De acordo com o prefácio da reedição do material, em 2008, ambos os posicionamentos conflitaram na imprensa local, polarizando a receptividade do livro na comunidade acadêmica:

Apoio de pessoas que endossavam o caráter de denúncia nele contido e que se associavam à pretensão de fazer retornar à Universidade professores que dela haviam sido afastados sumariamente. Rejeição de quem via seu nome associado aos atos arbitrários que resultaram naquele afastamento e que tentavam, publicamente, justificar sua participação nos processos internos da Universidade.⁴⁷⁵

Uma dessas rejeições ao livro dos expurgos foi publicada poucos dias após seu lançamento, em 29 de agosto de 1979, na coluna “A pedido” do jornal Correio do Povo em Porto Alegre. O texto, assinado por Laudelino Teixeira Medeiros, professor da UFRGS e ex-membro da CEIS/UFRGS, foi analisado pelo informe da APA/SNI de agosto de 1979, citado anteriormente, em relação ao “posicionamento dos integrantes da ADUFRGS pelo lançamento daquele livro, que, segundo o nominado, é ‘um panfleto na forma e no conteúdo, que falseia a verdade, é omissivo no que convém aos autores’”.⁴⁷⁶ A crítica de Medeiros deveu-se, especialmente, pelo fato do livro atribuir ao professor parte da responsabilidade pela perseguição político-ideológica dos docentes que acabaram expurgados.

A crítica de Laudelino Medeiros no “A pedido” é, aparentemente, carregada de ressentimentos e acidez, atacando a seriedade do trabalho feito pela ADUFRGS que originou o livro sobre os expurgos em dois pontos principais: 1) a sua autoria anônima, que para Medeiros significou “eximir-se da responsabilidade” pela suposta “calúnia” e “difamação”; e 2) a finalidade pretendida de um suposto “manejo da opinião pública”. De acordo com seu texto, “os autores do panfleto não estão agindo como pessoas de inteligências abertas à discussão de ideias, como universitários; estão agindo como grupo político de pressão e revolucionário”.⁴⁷⁷

O posicionamento político-ideológico do professor fica bastante evidente quando Medeiros questiona, no seu texto, o termo “entregar a cabeça de alguns colegas”, utilizado na

⁴⁷⁵ AVERBUCK; et. al., 2008, p. 16.

⁴⁷⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000625. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁴⁷⁷ Idem.

redação do livro como crítica à ação dos membros da CEIS/UFRGS nos trabalhos da Comissão. De maneira sarcástica, Medeiros ironizou que “a expressão ‘entregar a cabeça’ [...] deve ser da linguagem corrente entre aqueles que defendem os acontecimentos de Cuba, Hungria, Tchecoslováquia, Rússia ou China, ou os assassinatos terroristas”,⁴⁷⁸ tecendo dessa forma seu posicionamento contrário às experiências socialistas em países sob influência da política soviética. Além disso, o texto de Laudelino Medeiros contesta algumas informações do livro, alegando que seus autores tiveram como objetivo “criar uma falsa imagem pública daqueles que com eles não concordam”, exercendo um “terrorismo intelectual” através da utilização de armas como “a calúnia e a difamação”.⁴⁷⁹

Por fim, o informe da Agência de Porto Alegre sobre o lançamento do livro *Universidade e repressão* foi finalizado anexando uma cópia da obra. Nesse sentido, é possível afirmar que apesar da distensão política iniciada no governo Geisel (com a proposta de uma transição lenta, negociada, gradual e tutelada pelos militares), o sistema de informações da ditadura permaneceu ativo e em expansão ao longo de todo o processo. Em relação à UFRGS, as ações de monitoramento e vigilância realizadas pelos órgãos de informação sobre as mobilizações políticas da comunidade universitária no pós-Anistia, a exemplo das denúncias dos expurgos de professores, renderam um fio condutor de diversos documentos de informação e informes, sendo também um ponto de preocupação e interesse a ser mantido sob vigilância e controle.

Os rastros documentais deixados pelos últimos anos da ditadura nos órgãos de informações registram ainda os preceitos e conceitos básicos da Doutrina de Segurança Nacional nos produtos informacionais do Serviço Nacional de Informações, como o antiesquerdismo e anticomunismo, a vigilância sobre os opositores políticos e a preocupação com os três tópicos iniciais das Fichas Sintéticas de Avaliação (que categorizavam o posicionamento ideológico) de candidatos a cargos públicos ou promoções. Além disso, a frequente consulta aos históricos individuais e a consideração dos registros que indicassem supostas ações “subversivas”, ou atitudes contrárias ao sistema imposto pelo Golpe de 1964, eram marcas consideradas “desabonatórias”, levadas em conta para a produção dos documentos de inteligência e, conseqüentemente, para a tomada de decisões do Executivo. Dessa forma, os órgãos de informações permaneceram ativos e, principalmente, funcionando dentro dos moldes das diretrizes da DSN, sobre os quais foram gerados e geridos,

⁴⁷⁸ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000625. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁴⁷⁹ Idem.

informando, comunicando e produzindo os subsídios informacionais indispensáveis para atender as demandas do governo ditatorial.

De acordo com Mansan, a Lei de Anistia, promulgada poucos dias após o lançamento do livro-denúncia, ou “livro-documento”,⁴⁸⁰ como seus autores da ADUFRGS o chamavam,

[...] condicionava o retorno dos expurgados a julgamento de caso, existência de vaga e interesse da administração. Na medida, estava implícita a concepção de que os punidos efetivamente haviam cometido algum delito e, através da Anistia, eram perdoados. Não se tratava, evidentemente, de uma busca de reparação dos danos causados, mas sim de uma das várias medidas levadas a cabo pelo projeto de distensão. Talvez em função disso é que vários dos expurgados nunca mais retornaram à UFRGS e, em alguns casos, sequer às salas de aula.⁴⁸¹

Os expurgos de professores e as expulsões de alunos da UFRGS estão presentes em diversos documentos da Agência Regional gaúcha do SNI, percorrendo anos de produção de inteligência e refletindo a profundidade com que essas ações punitivas impactaram a Universidade. Marcando gerações de professores, alunos e funcionários, os ecos dos expurgos e expulsões reverberaram ao longo desses anos de ditadura, com diversas reedições (AI-1, CEIS/UFRGS, Decreto 477 de 1969, AI-5, etc.), deixando um rastro de documentos que demonstram o impacto da perseguição política, ideológica e institucional na comunidade acadêmica. Através da reconstituição de alguns desses vestígios, foi possível acompanhar parte da extensão dos registros que macularam por muitos anos as fichas dos atingidos nos órgãos de informações, chegando aos dias de hoje como feridas ainda não cicatrizadas – marcas que a Anistia de 1979, a Constituição de 1988 ou mesmo o monumento de homenagem aos expurgados, de 2019, não foram capazes de sanar.

Apesar disso, observamos a potencialidade que esses rastros têm como fontes históricas de um passado que ainda não foi posto totalmente a limpo e que continua instigando pesquisas como esta que o(a) leitor(a) tem em mãos. Os documentos de inteligência inspiram uma infinidade de possibilidades de indagação, não só quanto às interpretações que transbordam de seus discursos, mas também pelo próprio trabalho operacional de coleta de informações. Nas páginas aqui escritas, por exemplo, ficou bastante evidente o uso de fontes informacionais a partir de fontes ostensivas (fontes *osint*), como os acompanhamentos das notícias veiculadas pela imprensa; por outro lado, observamos também nos órgãos de informações o uso de fontes humanas (fonte *humint*), sistematizando informações obtidas a partir da observação presencial de reuniões da oposição política, como

⁴⁸⁰ MANSAN, 2009, p. 288.

⁴⁸¹ *Ibid.*, p. 287.

por exemplo, a descrição dos indivíduos presentes no lançamento do livro da ADUFRGS na ALERS. De diversas maneiras, a coleta informacional sustentou e fomentou a produção de inteligência da ditadura especialmente no final da década de 1970 e ao longo da década de 1980, deixando, involuntariamente, diversos rastros de seus procederes operacionais.

4.2 Os infiltrados

José Anselmo dos Santos, mais conhecido como Cabo Anselmo, é um dos informantes mais conhecidos da história recente da ditadura de segurança nacional brasileira.⁴⁸² Apesar de ter se empenhado na escrita de livros autobiográficos a fim de contar a “sua versão” da história,⁴⁸³ numa tentativa de autojustificativa ou redenção histórica (não-arrependida), a trajetória de Cabo Anselmo se confunde com sua infiltração junto à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), ao responder simultaneamente às forças de segurança do CENIMAR e do DOPS de São Paulo.⁴⁸⁴ Sua infiltração na VPR produziu uma série de relatórios de espionagem que culminaram na delação e execução de diversos militantes da organização, como as ocorridas na Chacina da Granja de São Bento em 1973 em Pernambuco, dentre elas a da paraguaia Soledad Barret, sua então companheira, também militante da VPR, cujo corpo foi localizado em um barril, nua, coberta de sangue junto a um feto, possivelmente filho do casal.⁴⁸⁵

A dupla atuação de agentes das forças de segurança e informação, infiltrados junto às organizações de resistência à ditadura, se repetiu das mais diversas formas ao longo de todo Estado de segurança nacional. De fato, a história do serviço secreto no século XX dificilmente poderia ser descrita sem a presença estratégica de agentes (infiltrados ou não) ou informantes, como eram conhecidos esses indivíduos. Os mesmos eram responsáveis pela coleta de informação do tipo *humint*, ou seja, aquela obtida a partir de fontes humanas.⁴⁸⁶ Embora atualmente a coleta de informação seja massivamente realizada por meio de tecnologias

⁴⁸² Cabo Anselmo foi um dos líderes da Revolta dos Marinheiros de 25 de março de 1964, em apoio às reformas de base propostas por João Goulart. Após o golpe de Estado, com a instituição do AI-1, Anselmo foi cassado e asilou-se na embaixada do México. Após deixar a embaixada, foi preso no dia seguinte. Em 1967, participou do primeiro grupo de treinamento de guerrilha da VPR em Cuba. A figura de Anselmo gera muita polêmica até hoje entre militantes de esquerda. Para alguns, ele sempre foi um agente infiltrado (desde o período anterior ao Golpe de 1964); para outros, ele virou traidor, sendo arrematado pelo CENIMAR. *In: DOSSIÊ Jango: a trajetória política de João Goulart. “José Anselmo dos Santos”. CPDOC-FGV. Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/jose_anselmo_dos_santos. Acesso em: 04 jul. 2021.*

⁴⁸³ Cf. SANTOS, José Anselmo dos. **Cabo Anselmo: minha verdade**. Autobiografia. São Paulo: Matrix, 2015.

⁴⁸⁴ BRASIL, 2014(a), p. 165.

⁴⁸⁵ *Ibid.*, p. 483.

⁴⁸⁶ CEPIK, 2003, p. 36.

virtuais e de interceptação de dados, a coleta a partir de fontes humanas representou uma das grandes ferramentas de espionagem utilizadas pela ditadura no Brasil.

De acordo com Marco Cepik, é necessário diferenciar os dois sujeitos que atuam na área de coleta a partir de fontes humanas: se por um lado há os oficiais de inteligência (funcionários dos órgãos de inteligência treinados e responsáveis pela coleta de informações), por outro lado há também as fontes, ou seja, os informantes (nem sempre agentes especializados). A confusão se estabelece quando ambos são nomeados, equivocadamente, de “espiões”, como se exercessem a mesma função.

A análise acerca do funcionamento dos sistemas de inteligência, realizada por Cepik, aponta diferentes formas de coletas *humint*, dentre as quais podem ser enumerados quatro tipos principais, que divergem no seu modo operacional. O primeiro, chamada de *debriefings*, parte da tomada de entrevistas a pessoas que têm acesso ou contato diretamente com a área de interesse. O segundo tipo utiliza informantes *ad hoc*, através de uma exploração mais ativa das informações, aumentando a clandestinidade nos contatos ao abranger “desde a abordagem formal para o provimento de uma informação específica até a manipulação das fontes e a obtenção de informações sem que o alvo sequer tenha consciência do relacionamento com um órgão de inteligência”.⁴⁸⁷ Há também um terceiro tipo de coleta *humint*, a partir de fontes secretas que transmitem as informações requeridas; trata-se de agentes recrutados pelos órgãos de inteligência ou pessoas que voluntariamente oferecem tal serviço, ambos conhecidos como *walk-ins*. Em muitos casos, os voluntários podem ser vistos pelos órgãos de informações com certa desconfiança por poderem estar relacionados a pessoas e grupos alvos interessados em disseminar contrainformação (intencionalmente ou não). Por fim, há também os agentes chamados de *defector-in-place*, ou seja, “aquele oficial de um governo ou líder de uma organização que decide mudar de lado e permanece em suas funções fornecendo informações para seus novos controladores até que seja apanhado ou possa evadir-se”; é o caso de diversos traidores de organizações de esquerda que passaram a servir como colaboradores da ditadura, como pode ter ocorrido com o Cabo Anselmo.

Em diversos momentos, os registros localizados acerca da UFRGS no acervo digital da APA/SNI apontam para indícios da presença de informantes, infiltrados e colaboradores da ditadura no meio universitário. Nesta pesquisa, entendemos ser importante analisar esses registros a fim de compreender o funcionamento da coleta e elaboração de informações do serviço de inteligência na Universidade, tendo discentes e docentes como alvos e, em diversos

⁴⁸⁷ CEPIK, 2003, p. 37.

casos, como inimigos internos, dentro da lógica da DSN. Mas afinal, qual a importância desses registros em relação à UFRGS? De que maneira a presença de agentes dos órgãos de segurança e informação, infiltrados ou não, impactou o dia-a-dia da comunidade acadêmica? Como esta reagia a tais indivíduos? E como todos esses elementos refletiram ao longo do processo de redemocratização, no final da década de 1970 e início de 1980?

4.2.1 Quando as informações vêm de dentro

De acordo com Priscila Antunes, a produção de inteligência pelo SNI passava por alguns processos de coleta de informações que incluíam interceptação de correspondências, roubo de documentos, escutas telefônicas e monitoramento da “vida das pessoas, tanto dos adversários políticos e suspeitos de subversão, como de integrantes da equipe governamental”.⁴⁸⁸ Em relação à vigilância, o SNI trabalhou com diversas técnicas de infiltração de pessoas, não só em organizações clandestinas, mas também em organizações legalizadas de oposição à ditadura, como no caso do MDB, dos movimentos sindicais e dos movimentos estudantis.⁴⁸⁹ O caso da UFRGS, por exemplo, é aqui observado sob essa perspectiva.

A página *Brasil Doc.* apresenta um acervo digital, disponibilizado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), onde constam diversas fontes históricas oriundas da instituição. Através dele, é possível acessar uma seção do acervo referente aos relatórios e registros de informantes da ditadura, bem como informes sobre centros clandestinos e registros de investigações da Marinha Brasileira que envolvem oficiais. Na página, estão dispostos documentos referentes aos infiltrados do CENIMAR, CIE e SNI, embora os arquivos do SNI permaneçam indisponíveis.⁴⁹⁰ Apesar dos documentos analisados para a presente pesquisa não terem sido originados deste tipo de acervo, a análise dos arquivos selecionados da APA/SNI indicou alguns indícios da presença de pessoas ligadas aos órgãos de segurança infiltrados no ambiente universitário da UFRGS.

Algumas situações, por exemplo, explicitam claramente a coleta *humint* partindo do recurso de *debriefings*, ou seja, a coleta de informações a partir de entrevistas a pessoas estratégicas. Observamos situações de *debriefings* partindo da AESI/UFRGS que, entrando

⁴⁸⁸ ANTUNES, 2002, p. 88.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Cf. BRASIL DOC. **Arquivo Digital UFMG**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/3-informantes-infiltrados-agentes-e-centros-de-repressao/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

em contato com alguns professores, buscou coletar determinadas informações sobre a classe estudantil ou sobre outros docentes. Uma informação produzida pelo III Exército em Porto Alegre, em novembro de 1977, versa sobre os antecedentes de Maria Ribeiro Teodoro, sendo difundida à APA/SNI. No documento, consta a contribuição de diversos órgãos da comunidade de informações, como o Departamento da PF/RS, a DCI/SSP/RS (com uma Ficha Informativa) e uma informação oriunda da AESI/UFRGS. Na FI anexa, há o registro de que Maria Ribeiro Teodoro participou do curso sobre “O Marxismo e o pensamento social contemporâneo”, ministrado em 1962 pelo professor Jacob Gorender na sede do Partido Comunista em Porto Alegre, localizada no 4º andar da Galeria do Rosário, região central da cidade. A informação da AESI aponta também a matrícula de Teodoro na Universidade Patrice Lumumba (na URSS), entre 1963 e 1968, ano de sua formatura no curso de Física Teórica.

Além dessas informações, o documento da AESI/UFRGS, assinado pelo seu chefe (cel. Natalício Cruz Corrêa), também cita consultas a fontes humanas às quais o militar recorreu para a obtenção de outros dados. Nele, o coronel afirmou que “diretores e professores *de respeitabilidade a quem tenho procurado informações* sobre a conduta da Profª Teodora [sic], todos são unânimes em afirmar que se trata de pessoa sem nenhuma atividade ou vínculo com elementos esquerdistas” (grifo meu).⁴⁹¹ Observamos, assim, indícios de que docentes, adjetivados pelo cel. Corrêa como pessoas de “respeitabilidade” (alguns, inclusive, em cargos de direção na Universidade), foram consultados diretamente pelo chefe da AESI/UFRGS a respeito da conduta de Teodoro. Ou seja, pessoas consideradas “confiáveis” pelos órgãos de informação na Universidade foram consultadas a fim de contribuir para o processo de produção informacional da AESI, conscientemente ou não, em um esquema que poderíamos denominar de coleta *debriefing*.

Era recorrente, no âmbito da AESI/UFRGS, consultar o meio universitário a fim de obter dados e atender as necessidades informacionais dos órgãos de inteligência. Em um documento sobre Nelson Fernando Boeira, por exemplo, antigo estudante de Filosofia da UFRGS entre 1966 e 1969, a AESI/UFRGS difundiu à APA/SNI, em março de 1977, que “muito embora nenhum *professor dos nossos informantes*”⁴⁹² se recorde da atuação do nominado, esta época foi de grande efervescência [sic] na Faculdade de Filosofia” (grifo

⁴⁹¹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85010663. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

⁴⁹² Nesta sentença, seria possível interpretar duas conotações ambíguas: ou 1) trata-se de professores informantes da AESI, que não se recordavam do referido aluno; ou 2) alunos informantes que perguntaram a seus professores (com o intuito de checar a informação), os quais, por sua vez, não se recordavam do referido aluno.

meu).⁴⁹³ Observamos aqui outra anotação referente à presença, na comunidade acadêmica da UFRGS, de indivíduos consultados pela chefia da AESI que prestavam declarações ou aferiam informações, contribuindo, assim, com o aparato informacional e repressivo da AESI/UFRGS e dos demais setores da comunidade de informações da ditadura.

Através dos registros documentais, também foi observado o prestígio de certos professores e diretores da UFRGS ante os órgãos de informações; esse reconhecimento poderia ser originado tanto pelo alinhamento político-ideológico desses indivíduos com os ideais da ditadura, quanto pela constatação de colaboração com o aparato repressivo. Uma das anotações mais contundentes, nesse sentido, refere-se ao elogio dos redatores das informações da APA/SNI em relação à postura do reitor da UFRGS Ivo Wolff (1972-1976). De acordo com o documento de outubro de 1973, “IVO WOLFF continua merecendo a confiança dos órgãos de segurança e informação da área” que, segundo consta, foi conquistada também pelo modo como o mesmo conduziu algumas situações ocorridas na instituição. Dentre as menções, consta que o reitor tomou “firmes atitudes”, como o fechamento do Diretório Acadêmico da Faculdade de Economia da UFRGS, a proibição da circulação do impresso discente “Jornaleco”, o afastamento de um professor e a abertura de um processo sumário a partir do Decreto-Lei Nº 477 de 1969 (o “AI-5 das universidades”), que previa punição e exclusão da universidade aos professores, alunos e funcionários envolvidos em atividades políticas “subversivas” – possivelmente se tratava do inquérito que puniu os quatro estudantes, caso tratado na primeira metade deste capítulo.⁴⁹⁴ Visto como um representante com “mão de ferro” dos governos militares, Wolff foi elogiado pelo SNI e tido como um aliado do governo para a aplicação de medidas repressivas de contensão dos “esquerdistas” na Universidade. Mereceu, portanto, a confiança do órgão em um momento bem concreto de alinhamento entre a repressão governamental e a gestão institucional da UFRGS.

Além do elogio à conduta do reitor Wolff, foi analisada também a existência de anotações referentes ao alinhamento ideológico de outros indivíduos da UFRGS com o regime, não sendo, portanto, característica exclusiva de pessoas ligadas aos cargos de direção da Universidade. Em março de 1980, por exemplo, foram solicitadas pelo SNI informações acerca da Ficha Sintética de Apreciação de Arthur de Mattos Saldanha, professor de Psicologia da UFRGS, cogitado para integrar o Conselho Federal de Educação. Em resposta à

⁴⁹³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009393. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

⁴⁹⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84010122. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

solicitação, o informe da APA/SNI, classificado como A-1 no grau de confiabilidade da fonte, descreveu Saldanha como um professor “integrado ao sistema político vigente”, ou seja, alinhado aos ideais da ditadura. Além disso, o documento citou que Saldanha foi diplomado pela Escola Superior de Guerra (ESG) em 1973, reafirmando o posicionamento político do professor como simpatizante ou aliado às causas do governo vigente.⁴⁹⁵

A ESG foi uma das maiores e mais estratégicas instituições de formação militar no Brasil, responsável pela capacitação de quadros com base na disseminação e aplicação da Doutrina de Segurança Nacional, seu preceito básico de formação. Como vimos, a DSN consistia na elaboração de uma doutrina anticomunista e antiesquerdista, enraizada no bloco capitalista da Guerra Fria, e em cujas diretrizes constava a identificação de um “inimigo interno” (relativa e funcionalmente indefinido), personificando em diversos comportamentos e posições político-ideológicas anti-imperialistas a figura de ameaça à segurança nacional. Conforme Ananda Simões Fernandes, a ESG não se preocupava exclusivamente com a preparação de altos oficiais das Forças Armadas, mas também fornecia cursos a civis “confiáveis” dos setores dominantes da sociedade. A instituição, especialmente devido ao pensamento geopolítico de Golbery do Couto e Silva, responsável pela idealização do SNI, se conformou como um dos grandes laboratórios intelectuais e teóricos dos ideais anticomunistas no Brasil.⁴⁹⁶ Foi, de fato, uma das instituições latino-americanas mais proeminentes na reelaboração, adaptação e aplicação da DSN estadunidense no Cone Sul, diplomando, inclusive, professores da UFRGS, como no caso de Saldanha. A partir desses documentos, observamos que a comunidade acadêmica da UFRGS também integrava sujeitos que tinham a “confiança” dos órgãos de informações e que estavam alinhados à ditadura vigente, compondo os elos da conexão repressiva que interligava governo e Universidade.

4.2.2 A vigilância em sala de aula

Outra prática também comum relacionada à coleta informacional por fontes humanas no ambiente universitário consistia no acompanhamento de aulas de professores tidos como subversivos ou de disciplinas potencialmente “perigosas”, tais como História, Ciências Sociais e Filosofia, tendo em vista o teor politizado e de crítica social inerente às respectivas matérias. Esses acompanhamentos de aulas transcorriam de diversas formas; poderiam ser por

⁴⁹⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001220. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁴⁹⁶ FERNANDES, 2009, p. 842.

meio de agentes disfarçados de alunos, que entravam nas salas de aula e assistiam às disciplinas; em outros casos, agentes fardados integravam a turma, de forma ostensiva e incitando o medo e autopolicimento ou autocensura dos docentes e discentes;⁴⁹⁷ além deles, havia casos de “estudantes profissionais” ligados aos órgãos de informações ou de segurança, regularmente matriculados nos cursos universitários, integrando de forma fixa o corpo discente e participando passiva ou ativamente das aulas e dos círculos estudantis.

Em um depoimento de 2015 ao Projeto Universidade e Ditadura⁴⁹⁸, Francisco Carvalho Junior relatou que na segunda metade da década de 1970, na UFRGS, sua sala de aula era frequentada por um militar que atuava de forma ostensiva na intimidação dos colegas:

[...] o Rui, já estava conosco, [...] no ambiente, na sala de aula. [...] tenente Rui, foi o repressor, [...] tudo indica que esteve envolvido no caso do Manuel Raimundo Soares, o “caso das mãos amarradas”, foi ele também que torturou o Solón, Solón Viola. E essa criatura abjeta, a gente tinha que aguentar em sala de aula e nas discussões, seja o que for da aula, nós éramos um bando de mudos [...] e ele muito provocativo.⁴⁹⁹

A presença ostensiva do conhecido tenente Rui, entre seus colegas de sala de aula, exercia a função intimidatória, provocando não só um desconforto coletivo entre professores e colegas, como também levando à autocensura em sala de aula.

[...] Na realidade não era nem infiltrado porque ele foi tão ostensivo [...], ele vinha trabalhar fardado, [...] “que que tá acontecendo aqui?” dizia o professor, e ele, “não sei, não sei por que não posso vir com a minha farda, se eu sou militar?”⁵⁰⁰

Todavia, a crítica à presença dos “estudantes profissionais” não nasceu das iniciativas de repudiar a presença dos infiltrados no meio universitário. Na verdade, pode ser constatada desde o início dos expurgos da Universidade, como apontou Mansan. Ao analisar uma das atas das reuniões da CEIS/UFRGS de 1964, o autor destacou que o professor Laudelino Teixeira Medeiros, na Comissão que encabeçou os expurgos de professores, funcionários e estudantes no início da ditadura, já demonstrava certa preocupação com a presença de estudantes profissionais na UFRGS; no entanto, a crítica fazia referência àqueles que, no ambiente universitário, espalhavam “ideologias subversivas” e “recrutavam” estudantes para

⁴⁹⁷ É provável que houvesse, em algum momento, uma sobreposição dessas categorias em um mesmo agente: ora acompanhavam as aulas vestidos de civis, ora fardados, em ambos os casos sendo reconhecidos.

⁴⁹⁸ Projeto coordenado pelo professor Enrique Serra Padrós junto ao Núcleo de Pesquisa Histórica (NPH) da UFRGS entre 2015 e 2016. Consistia na coleta de testemunhos orais de pessoas ligadas à Universidade durante a ditadura a fim de resgatar histórias e memórias sobre a instituição no período.

⁴⁹⁹ Depoimento de Francisco Carvalho Junior ao Projeto Universidade e Ditadura, em 14 ago. 2015.

⁵⁰⁰ Idem.

os quadros das organizações de esquerda, ou seja, alunos cumprindo tarefas de organizações clandestinas a fim de obter novos quadros entre seus colegas. De acordo com a ata da CEIS/UFRGS de 1964, o estudante profissional se referia ao “estudante que repete intencionalmente, ou, então, que permanece na Escola, através de outros cursos, com a intenção de ficar no ambiente universitário”.⁵⁰¹

Posteriormente, com a simultaneidade de políticas de exclusão de matrículas, perseguição a estudantes envolvidos com temas políticos e acirramento do aparato repressivo e de vigilância da ditadura, o conceito de estudante profissional passou a ser vinculado aos agentes de forças de segurança e informações que, matriculados nos cursos universitários, utilizavam seus lugares enquanto alunos para garantir a coleta do tipo *humint* entre o corpo discente universitário e exercer o monitoramento desses ambientes. Esta tática, muitas vezes, possuía efetividade justamente devido à presença do agente (infiltrada ou ostensiva) no cotidiano e na rotina da Universidade, o que permitia muito mais oportunidades de coletas informacionais em relação ao acompanhamento mais restrito de uma ou outra aula. Se por um lado demandava um esforço e empenho de energia muito maior por parte dos órgãos de informações, tendo em vista que exigia um comprometimento do agente com missões de longo prazo, por outro lado alimentava, também, a qualificação profissional dos quadros envolvidos, pois adquiriam com maior eficiência e naturalidade formas de linguagem e comportamentos mais adequados à vida universitária.

Todavia, nem sempre a coleta de informações pelos agentes em campo era operada com sucesso. Nos documentos analisados consta o registro da dificuldade enfrentada pelos próprios agentes na realização de suas ações. Um informe produzido pela SSP/RS, em julho de 1980, versando sobre o Seminário de Estudos Latino-Americanos, é representativo acerca de uma dessas dificuldades. O evento ocorreu em Porto Alegre para a promoção do Mestrado em Antropologia, Ciências Políticas e Sociologia da UFRGS, contando com a participação dos professores Carlos Pereyra (México), Renato Saul (Argentina) e Mario Machado (Rio de Janeiro), sendo monitorado pelos órgãos de informações. No entanto, de acordo com o informe, os agentes se depararam com um “imprevisto” em razão do professor mexicano palestrar em espanhol, motivo pelo qual “não foi possível o acompanhamento da palestra”.⁵⁰² Alguns autores consideram que em diversas situações os agentes da inteligência demonstram, operacionalmente, lacunas em sua formação ou preparação de pessoal, sugerindo que em

⁵⁰¹ MANSAN, 2009, p. 103.

⁵⁰² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002073. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

certas ocasiões os mesmos transpareciam certa ignorância, incompetência, descuido ou despreparo em suas missões de espionagem. Todavia, achamos prudente não subestimar as forças de inteligência da ditadura tendo em vista que ao mesmo tempo em que possam ter demonstrado por parte de alguns agentes certa limitação intelectual ou operacional, como no simples caso de compreender uma palestra em espanhol, foram os mesmos também responsáveis por diversas ações e esquemas repressivos que, independente da brutalidade aplicada, foram muito bem planejados e executados, como foi aqui mencionado em diversas passagens anteriores, ao ponto de destruírem e desarticularem muitas formas de resistência.

De todo modo, o acompanhamento de aulas, reuniões e palestras como tática para a coleta informacional dos órgãos de informações foi também registrado em um documento produzido pela APA/SNI em novembro de 1976, no qual foi analisado o histórico de Hélio Henrique Casses Trindade, cogitado naquele ano para ocupar o cargo de vice-diretor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da UFRGS. Para isso, a Agência Central do SNI solicitou, em setembro de 1976, a definição dos três primeiros aspectos da Ficha Sintética de Apreciação do professor, ou seja, sua posição ideológica, sua atitude com relação ao Golpe de 1964 e sua atuação em atividades subversivas. A indicação de Trindade à vice-direção foi contraindicada por conta da FSA do professor, que o apontou como “esquerdista”, “contrário” ao golpe e “simpatizante de atividades subversivas”. Contudo, outro elemento na informação da APA/SNI também chamou a atenção nesta pesquisa. Em outubro de 1976, ou seja, no mês seguinte após a Agência Central do SNI solicitar a definição da FSA de Trindade, a Agência de Porto Alegre realizou “o acompanhamento de 04 aulas do nominado, na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS”.⁵⁰³ Nas aulas ministradas, na disciplina de “Introdução à Ciência Política”, mesmo tratando de assuntos relacionados à “tipologia marxista”, a APA/SNI registrou que “o nominado não se pronunciou de forma comprometedora”.⁵⁰⁴

⁵⁰³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006798. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

⁵⁰⁴ Idem.

Figura 23 – Registro do acompanhamento de aulas

DATA DE LANÇAMENTO E FONTE	HISTÓRICO
13 Out 76 APA/SNI	conforme as "Posições Básicas da Ação Popular". O nominado foi acompanhado em aulas de Introdução à Ciência Política / na Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS. Nessas aulas não se manifestou de forma a possibilitar sua incriminação. É professor do Instituto de Filosofia desde 1970 e suas ideias são de tendências esquerdistas. Escreveu o livro "Integralismo - o fascismo brasileiro na década de 30", baseado em sua tese de doutorado na Universidade de Paris e editado por co-edição UFRGS/DIFEL. (Infe A-1)

Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006798. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

O acompanhamento das aulas de Héglio Trindade por agentes da APA/SNI é curiosamente emblemático pelos seguintes aspectos: 1) foi efetuado logo após a Agência Central do SNI solicitar a definição da FSA de Trindade, tendo em vista que o professor estava sendo cogitado para um cargo de vice-direção na UFRGS; 2) o foco de interesse da AC/SNI consistia apenas nos três primeiros aspectos da FSA de Trindade, marcados pela análise de seu posicionamento político-ideológico, ou seja, sua capacidade profissional não estava sendo sequer levada como objeto de consideração; e 3) os agentes registraram que Trindade não se pronunciou de forma a externar seu posicionamento político em aula, o que poderia sugerir duas hipóteses distintas: a primeira, que o professor, seguindo uma tendência docente comum em contextos ditatoriais, poderia estar em uma posição de autocensura, ou seja, tomando os devidos cuidados e a devida cautela para não se comprometer com nenhuma fala ou exteriorização de seu posicionamento político a fim de evitar uma censura institucional ou represália política; a segunda possibilidade seria a de que Trindade poderia ter consciência de que estava sob monitoramento, talvez por desconhecer os supostos “alunos” que acompanhavam suas aulas, ou, por outro lado, por desconfiar de que passaria por esse processo de vigilância e avaliação, já que seu nome estava sendo cogitado para ocupar o cargo de vice-diretor no IFCH da UFRGS, hipótese essa que também não se desconecta do elemento de autocensura. Independentemente disso, no entanto, nota-se a vigilância como um instrumento utilizado pelos órgãos de informações a fim de reprimir as manifestações de oposição à ditadura e/ou constranger e manter sob controle tais posicionamentos, fornecendo os dados de inteligência necessários para que os tomadores de decisões pudessem agir, antecipando-se de certas situações de oposição, ou neutralizando o inimigo interno através de um leque de mecanismos, tais como censura, intimidação, prisão, sequestro, tortura ou

desaparecimento, todas elas embebidas em dos maiores artífices do Terrorismo de Estado: o medo.

4.2.3 Infiltrado x subversivo: a concessão de uma bolsa de estudos

Ao longo da análise dos registros da APA/SNI sobre a UFRGS nesta pesquisa, destacou-se um informe produzido pela Agência de Porto Alegre do SNI e difundido à Agência Central em setembro de 1974. Trata-se de um documento de uma única folha, aparentemente raso e simples. O título de seu assunto trata sobre dois estudantes candidatos a uma bolsa de estudos no exterior. Ambos são apresentados a partir de uma sintética resenha de seus históricos, a fim de dar suporte à decisão da concessão da bolsa entre o “Aluno X”,⁵⁰⁵ e Cláudio José Allgayer.

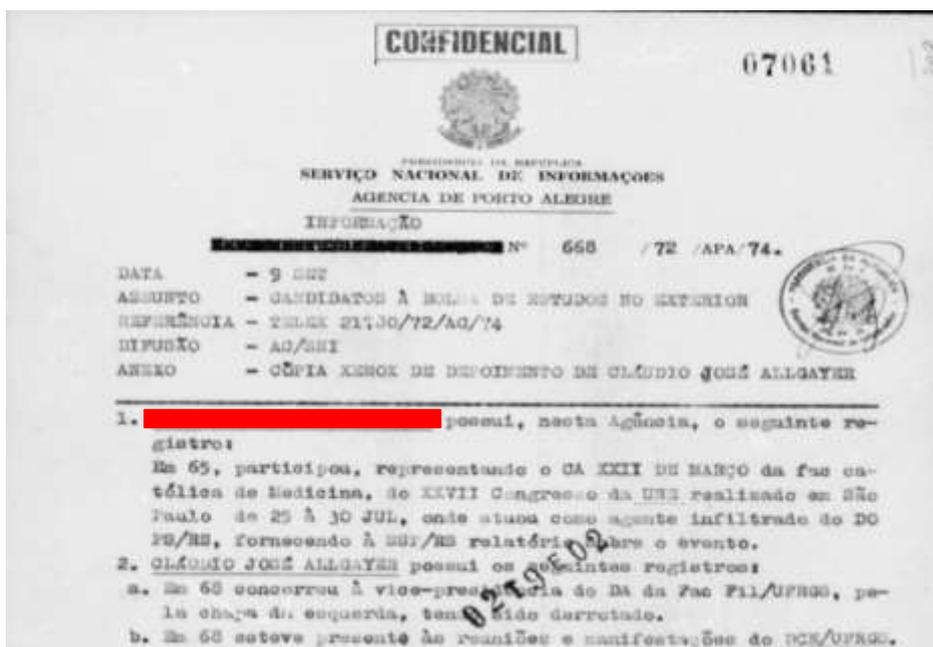
No documento, Allgayer é mencionado como um estudante que concorreu à vice-presidência do Diretório Acadêmico da Faculdade de Filosofia da UFRGS, em 1968, pela chapa da esquerda, derrotada naquelas eleições. É também citado como presente em alguns episódios de manifestações estudantis e em debates de temáticas anti-imperialistas e avessas à repressão policial do estado ditatorial e militarizado. Em janeiro de 1974, prestou declarações nas dependências do DOPS gaúcho a fim de requerer o cancelamento de notas para regularizar sua situação militar. De acordo com o informe, “o atestado foi-lhe fornecido porém as notas foram mantidas”.⁵⁰⁶

A descrição do “Aluno X”, no entanto, é diferente:

⁵⁰⁵ O nome do referido estudante pertence a uma reconhecida figura da sociedade gaúcha e brasileira e, aqui, será chamado hipoteticamente de “Aluno X”. Devido às circunstâncias políticas atuais, o nome foi tachado para proteção jurídica da autora e do seu orientador.

⁵⁰⁶ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007061. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

Figura 24 – Informação sobre candidatos a bolsa de estudos no exterior



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007061. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

Estudante da Faculdade Católica de Medicina, pertencente à Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, o documento afirma, de forma literal, que o “Aluno X” atuou como um agente infiltrado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) do Rio Grande do Sul, fornecendo um relatório sobre o 27º Congresso da UNE que ocorreu em São Paulo entre 25 e 30 de julho de 1965. Além disso, ressalta também que o mesmo atuou como representante do Centro Acadêmico XXII de Março da Medicina da UFCSPA no referido encontro. O 27º Congresso da UNE ocorreu na Escola Politécnica da USP, reunindo cerca de 400 delegados de todo país, onde foi deliberada a “participação ou não dos estudantes nas eleições convocadas pelo MEC para os DAs e DCEs”, de acordo com a Lei Suplicy.⁵⁰⁷ Segundo Poerner, o 27º Congresso da UNE foi marcado pela campanha estudantil contra a Lei Suplicy, e originou uma das primeiras cisões políticas do meio estudantil: de um lado, a ala do PCB, que concordava com a participação nas eleições; de outro, uma corrente que posicionava-se de forma contrária, integrada pela AP, Polop, PCdoB e outras tendências, “o que ocasionou a primeira divisão no movimento depois do golpe, passando os comunistas à oposição interna”.⁵⁰⁸

⁵⁰⁷ SANTANA, 2019, p. 75.

⁵⁰⁸ POERNER, Arthur. **O poder jovem**: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula. Rio de Janeiro: Booklink, 2004. p. 237.

Apesar do resultado da concessão não ter sido registrado, a análise do mesmo, acima referido, tem como foco duas questões principais. A primeira, mais pontual e evidente num primeiro olhar, consiste na incomum identificação, por nome e sobrenome, de um agente infiltrado no movimento estudantil. Como visto anteriormente, em diversos outros informes do SNI é possível verificar que a presença no meio universitário de pessoas ligadas à repressão política ou à inteligência com o objetivo de fornecer informações ao governo vigente era uma prática comum e, muitas vezes, percebida pelos demais estudantes ou professores ao longo da ditadura. No entanto, as acusações formais e nominais desses infiltrados são muito posteriores, comuns do período democrático e pós-Anistia, sendo reconhecidas em fontes sobre a repressão (como livros de memória) e em documentos oficiais (como o Relatório da Comissão Nacional da Verdade de 2014). Diferentemente, o informe que identifica o “Aluno X” como um agente infiltrado no movimento estudantil destaca-se por ser um documento produzido pela própria repressão, no âmbito dos órgãos de inteligência da ditadura, não sendo fruto de denúncia ou de relatos de memória – é um exemplo emblemático dos testemunhos involuntários, assim chamados por Marc Bloch as fontes históricas que não foram originariamente constituídas intencionalmente com a finalidade de serem usadas pela posteridade como fontes históricas de fato.⁵⁰⁹

A segunda questão, inerente ao documento, pode ser analisada de uma maneira mais contextualizada, observando a motivação da produção do mesmo. Como citado no campo “Assunto” do seu cabeçalho, trata-se da candidatura de dois estudantes a uma bolsa de estudos no exterior. O documento, a partir de então, é redigido como um dado de inteligência a fim de dar suporte informacional à deliberação da concessão de uma oportunidade de estudos fora do país, levando em conta não o histórico curricular ou a potencialidade acadêmica ou intelectual de cada candidato, mas sim (e é isso o que nos consterna), seu histórico e sua posição ideológica em conformidade com os parâmetros das Fichas Sintéticas de Avaliação. Se por um lado temos o “Aluno X” como um candidato descrito como colaborador do regime, por outro temos Allgayer, um candidato descrito justamente por sua oposição ao governo ditatorial, em conformidade com o espectro subversivo rechaçado e perseguido pela DSN. Por evidência, observa-se como o caráter político-ideológico dos estudantes acaba sendo analisado como importante componente para definir a concessão da bolsa no exterior, que não foi decidida simplesmente entre dois estudantes equivalentemente concorrentes, mas sim entre um identificado como “colaborador da ditadura” e outro considerado “subversivo”.

⁵⁰⁹ BLOCH, 2001, p. 95.

Como dito, o informe analisado não indicou a qual dos estudantes, “Aluno X” ou Allgayer, a bolsa foi concedida, embora seja possível estabelecer prováveis hipóteses. Todavia, a análise do documento pode ser conduzida sob outra perspectiva, a da discriminação ideológica que tanto permeou a vida acadêmica dos universitários, estudantes e professores ao longo da ditadura de segurança nacional no Brasil. No documento analisado, a informação de que o “Aluno X” serviu como um agente infiltrado do DOPS do Rio Grande do Sul no movimento estudantil, fornecendo relatórios à Secretaria de Segurança Pública, foi contraposta à informação de que Cláudio José Allgayer participou de reuniões, manifestações e inclusive de eleições estudantis contrárias aos ideais ditatoriais, colocando-se numa posição de esquerda. De um lado, um candidato que colaborou com a ditadura; de outro, um que se posicionou contrário. Aparentemente, ambos os dados foram considerados importantes para a deliberação da concessão de uma bolsa de estudos no exterior. Mais uma vez, os elementos de análise das FSA estão presentes, sendo utilizados para a produção de um informe cujas consequências influíram não só de maneira pontual e imediata aqueles dois estudantes, mas ditaram oportunidades de qualificação profissional que provavelmente influíram nas trajetórias acadêmicas e nas carreiras dos mesmos, talvez com consequências mais duradouras do que a Anistia de 1979 ou a Constituição de 1988 poderiam prever.

4.2.4 As comissões de segurança

Com o avanço e a consolidação da distensão e abertura política, a sociedade civil organizada e, especificamente, o movimento estudantil universitário, demonstraram algumas atitudes que refletiram a especificidade desse momento histórico, especialmente relevantes em relação aos agentes de segurança e informação infiltrados no meio universitário. Um dos principais elementos nesse sentido foi a organização de comissões de segurança, ou seja, de grupos de pessoas responsáveis pela segurança coletiva por observar os presentes nas manifestações, reuniões e demais atividades, identificando, entre eles, sujeitos desconhecidos ou suspeitos de serem agentes infiltrados entre os estudantes.

Entre o final da década de 1970 e início de 1980, observa-se uma significativa presença de documentos registrando o cuidado tido pelo movimento estudantil organizado no sentido de repelir e denunciar a infiltração de agentes dos órgãos de informações e segurança. Tais registros podem ser avaliados sob a perspectiva de amadurecimento e consciência dos estudantes em relação à vigilância, espionagem e infiltração a que estavam submetidos, assim como também às condições propiciadas pela conjuntura de transição política, que possibilitou

a criação de novos dispositivos de segurança, denúncia e reorganização dos movimentos civis organizados.

Nesse sentido, a organização de comissões de segurança, no movimento estudantil, tinha especial participação no reconhecimento e denúncia de policiais e agentes de inteligência, motivo pelo qual também recebiam maior atenção dos órgãos de informações. Como os integrantes das comissões de segurança eram os responsáveis, muitas vezes, por neutralizar e impedir as ações de coleta de informações e dos processos de infiltração dos órgãos de inteligência, suas atividades eram frequentemente objeto de análise nos informes e informações de órgãos como a APA/SNI, cujos agentes buscavam, a partir dessas informações, precaverem-se em manter seu anonimato. Podemos observar, por exemplo, o caso de Jaime Luiz Messer, estudante de Direito da UFRGS e escrivão de polícia na Secretaria de Segurança Pública do Estado. Um informe da SSP/RS de novembro de 1979 registrou que Messer participou de um ato público em frente à CEU da UFRGS, na Avenida João Pessoa, no centro de Porto Alegre, em defesa das Casas de Estudantes e do ensino público gratuito. Na ocasião, consta que ele dirigia uma motocicleta e observava os agentes do DOPS na manifestação, apontando-os aos demais colegas.⁵¹⁰ Neste caso, é provável que Messer tenha utilizado seus conhecimentos enquanto funcionário policial (o que lhe permitia reconhecer outros policiais e suas formas de atuação) a fim de delatá-los aos colegas estudantes, como parte da estratégia de segurança e proteção do movimento estudantil contra as tentativas de infiltração.

Outro informe da APA/SNI, de setembro de 1980, apontou que foi notada a presença de indivíduos no

[...] saguão do prédio onde funciona a Superintendência Regional do DPF/RS e esta AR [Agência Regional], por jornalistas, fotógrafos e ativistas de todos os setores da sociedade, que a pretexto de obterem passaportes, vistos de saída, ou mesmo para depor junto as Delegacias do DPF, aproveitam a oportunidade para identificar o pessoal do SNI.⁵¹¹

Nessa passagem, além do documento confirmar que o prédio da Polícia Federal em Porto Alegre, na Avenida Paraná, abrigava a sede da Agência de Porto Alegre do SNI, aponta também que a presença de estudantes, naquele espaço tão hostil (por representar duas grandes forças da ditadura – a polícia e a inteligência), foi uma ação estratégica e ostensiva das

⁵¹⁰ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000851. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁵¹¹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001687. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

comissões de segurança para procurar reconhecer os funcionários e agentes dos órgãos de informações.

Outra situação envolvendo comissões de segurança foi observada em um informe da APA/SNI, produzido em outubro de 1980, que registrou a ocorrência de um ato em homenagem ao revolucionário Leon Trotsky na sede do Centro de Estudantes Universitários de Engenharia (CEUE/UFRGS). O ato ocorreu em razão do 40º aniversário da morte de Trotsky, no final de agosto daquele ano. No documento, foi relatada uma grande preocupação dos presentes em relação às medidas de segurança, o que resultou na organização de um esquema a fim de evitar o ingresso de pessoas estranhas no recinto. O documento descreveu que, em dado momento,

um elemento não identificado e desconhecido de todos os presentes, que entrou na sala e se utilizando de uma máquina fotográfica, fotografou os componentes da mesa, as faixas expostas na parede [...] e uma bandeira com os símbolos da foice e do martelo. Quando o fotógrafo ia se retirar, VALDO MELMELSTEIN fez sinal para os elementos da segurança para interceptá-lo.⁵¹²

O informe não deixa claro quem era o fotógrafo. Conforme o documento, o mesmo era desconhecido dos presentes. Poderia, por exemplo, ser um estudante, que estivesse registrando o evento a fim de compor um acervo de imagens daquele momento para a memória do movimento estudantil? Seria uma hipótese pouco provável, afinal, por que então ele seria interceptado pelos seus companheiros? Caso fosse de fato um estudante documentando a memória daquele ato, seria, muito possivelmente, conhecido pelos demais colegas. A hipótese que se torna mais plausível seria aquela que pressupõe que o fotógrafo não identificado fosse, possivelmente, um agente de algum órgão de informações ou algum informante voluntário; diferentemente do agente da APA/SNI que relatou os acontecimentos no informe analisado, e que provavelmente estava presente no ato no CEUE, o fotógrafo atuou ostensivamente, sem muita preocupação em ser ou não percebido pelos demais estudantes.

Diversos autores que estudam a atuação do SNI concordam que entre os órgãos de informações havia certa competitividade em relação à coleta informacional e a execução de operações de segurança (capturas, prisões e sessões de interrogatórios). Apesar de entrelaçados na malha de inteligência coordenada pelo SNI e que cobria o país, os diversos órgãos constitutivos agiam com certa independência entre si. Com base em um depoimento de

⁵¹² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001759. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

Ivan Mendes, ministro-chefe do SNI entre 1985 e 1990, Priscila Antunes argumentou que a competição entre os órgãos de informações, muitas vezes, era vista como algo positivo, tendo em vista que funcionava como “um estímulo à busca rápida e eficiente de informações”.⁵¹³ A busca por prestígio diante do governo incitava os órgãos a agirem, muitas vezes, de forma independente, podendo, ocasionalmente, estarem em uma mesma missão simultaneamente sem o conhecimento mútuo. Essa presença simultânea de mais de um órgão em uma mesma missão sem terem ciência disso é demonstrativa das diversas camadas de vigilância e monitoramento que rondavam determinados alvos, como no caso do movimento estudantil da UFRGS.

Para identificar agentes infiltrados, os integrantes das comissões de segurança passaram a fazer uso de recursos como máquinas fotográficas e filmadoras, sendo utilizadas em manifestações de rua e reuniões no intuito de fotografar, identificar e registrar rostos que poderiam corresponder a agentes infiltrados. O compartilhamento das imagens entre os companheiros tinha por finalidade repelir esses indivíduos estranhos ao meio estudantil, tanto por hostilizar suas presenças como para protegerem-se, tomando cuidado e tendo cautela, diante da desconfiança, ao proferir declarações “comprometedoras” perto de sujeitos desconhecidos. Tal estratégia foi frequentemente descrita em informes e informações da Agência de Porto Alegre do Fundo do SNI. Em um deles, de dezembro de 1982, oriundo da SSP/RS, por exemplo, foram relatados os acontecimentos referentes ao ato público de protesto à visita do presidente dos EUA Ronald Reagan ao Brasil naquele ano. No documento, consta que “elementos de segurança do grupo de manifestantes, durante o evento, tentaram identificar os agentes de informações e tiraram fotos dos possíveis suspeitos”.⁵¹⁴ A certeza da identificação dos infiltrados, muitas vezes, não era confirmada. Todavia, a suspeita já elevava a precaução e a segurança dos estudantes em relação a esses indivíduos e, em contrapartida, dificultava ainda mais a ação de infiltração, em um contexto onde os estudantes se mostravam cada vez mais ousados.

4.2.5 O fotógrafo da Praça Argentina

Como vimos, a presença de pessoas ligadas aos órgãos de segurança e informações da ditadura, no meio universitário da UFRGS, ocorreu sob as mais diversas formas. Em

⁵¹³ ANTUNES, 2002, p. 84.

⁵¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83005836. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

diferentes aspectos, a rotina universitária de estudantes e professores permaneceu durante longos anos sob um manto de vigilância, controle e monitoramento. O medo também era um sentimento constante. Medo da exclusão de matrícula, do não recebimento de oportunidades de trabalho ou bolsas de estudos, medo da demissão, das prisões arbitrárias, da tortura e do desaparecimento. Ainda assim, de diversas maneiras, a comunidade da UFRGS resistiu à presença e à cultura repressiva imposta pela ditadura nos campi através de assessores de segurança e informação, militares, agentes infiltrados e delatores.

Algumas dessas oposições deixaram rastros nas anotações dos órgãos de inteligência. Foi o caso de uma informação produzida pela APA/SNI, em outubro de 1980, tratando sobre os desdobramentos do protesto estudantil ocorrido na Praça Argentina, no Centro de Porto Alegre, contra a visita do ditador argentino Jorge Videla e do então ditador brasileiro João Figueiredo, em agosto daquele ano, para o evento de reinauguração da praça, localizada em frente ao Campus Centro da UFRGS. O evento consistiu em um grande marco do movimento estudantil gaúcho, reprimido por uma violenta ação policial contra os estudantes que culminou na invasão da Casa do Estudante e do Restaurante Universitário pela PM. Apesar disso, o protesto estudantil aglutinou a hostilização contra as diversas ditaduras do Cone Sul em um único ato, promovendo um batismo simbólico da Praça Argentina como “*Plaza de las Locas de Mayo*” em homenagem às mães argentinas que reivindicavam respostas quanto ao desaparecimento de seus filhos no país vizinho.⁵¹⁵

Figura 25 – Porto Alegre-RS, Praça Argentina, 23 de agosto de 1980



⁵¹⁵ Cf. FERNANDES, Letícia Wickert. “**Nem Videla, nem Figueiredo!**”: a batalha da Praça Argentina e a resistência estudantil na UFRGS através dos documentos do SNI. 101 f. 2017. Monografia (Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

Fonte: Foto de Damião Ribas/Agência RBS.⁵¹⁶

O informe relatou que, na manifestação, Henrique Finco e Pedro Affonso Soares Pereira “estavam de posse de máquinas fotográficas, efetuando levantamento do efetivo da segurança presente ao [sic] ato público”,⁵¹⁷ como membros da comissão de segurança da UFRGS na tarefa de identificar os agentes infiltrados. De acordo com o documento, ambos os estudantes, juntamente com Cícero Guella Fernandes e Paulo Roberto Gaiger Ferreira, foram detidos pela Polícia Federal, conduzidos ao DPF e liberados em seguida. Segundo o jornal Zero Hora, a detenção de Cícero Fernandes e Henrique Finco ocorreu em razão dos mesmos estarem fotografando o evento da visita de Videla à Praça Argentina (que acabou sendo cancelada) sem possuírem as devidas credenciais de autorização,⁵¹⁸ o que, provavelmente, tenha sido uma informação obtida pela imprensa junto à própria polícia. Curiosamente, o mesmo documento do SNI também apresentou em seu dossiê uma sequência de doze fotografias xerocadas, anexadas como material complementar à informação de outubro produzida pela APA/SNI. Algumas perguntas, nesse sentido, puderam ser levantadas: 1) qual a autoria das fotografias? Teriam sido tiradas por agentes infiltrados ou por integrantes da comissão de segurança dos estudantes? 2) caso fosse confirmada a última hipótese, poderia ser de um dos estudantes detidos na manifestação?

Através de pesquisas nas redes sociais pelos nomes dos quatro estudantes detidos, localizamos Henrique Finco, atualmente professor associado da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) na área da Comunicação. Em contato com a autora, após receber as fotografias do informe, Finco testemunhou sobre os eventos que envolveram a Praça Argentina em 1980, confirmando sua detenção pela Polícia Federal.

[...] fiz muitas fotos naquele dia [...]. Lembro bem. Fui preso em frente à Praça Argentina por um P2 que me rendeu com uma pistola. Fui levado a um oficial da PM (que estava sem identificação). O P2, ao me entregar ao PM fardado, disse "aí está ele". O tenente (como soube em seguida) se dirigiu a mim perguntando: "o que tu faz aqui?" Eu respondi "Tchê..." Ele não me deixou passar do tchê e retrucou: "Sou um tenente da Brigada. Chama de tchê a tua turma" e logo me colocou dentro de um camburão, junto com outro moço (não lembro o nome dele) e fomos levados para a sede da PF, onde revelaram as fotos que eu havia batido... Nunca mais tive

⁵¹⁶ GERCHMANN, Léo. Protesto estudantil em 1980 impediu presença de ditador argentino em solenidade. **Gaúcha ZH**. 08 jun. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2013/06/protesto-estudantil-em-1980-impediu-presenca-de-ditador-argentino-em-solenidade-4164270.html>. Acesso em: 04 jul. 2021.

⁵¹⁷ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001770. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

⁵¹⁸ LIBERADOS os 4 estudantes. **Zero Hora**. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 35.

notícias destas fotos, até hoje.⁵¹⁹

Finco confirmou que havia fotografado o evento de repúdio à visita de Videla e Figueiredo na Praça Argentina em 1980, afirmando que o filme de sua câmera foi apreendido pela Polícia Federal após ser detido na manifestação. Tendo em vista a informação veiculada pela imprensa sobre a detenção de Finco, em relação à ausência de credenciais para fotografar, é possível que as fotografias tiradas por ele tenham sido objeto de interesse por parte dos agentes em razão de possivelmente terem registrado imagens que não deveriam ser utilizadas pelo movimento estudantil. Após analisar as fotografias, o professor testemunhou:

[...] as de dentro do RU com (quase certeza) são minhas: lembro de ter batido fotos assim – e não lembro de outro fotógrafo ter entrado lá. A que aparece um fusca em primeiro plano [...] é minha com certeza: eu fotografei porque aparece o Falcão, um infiltrado. Sabia que ele era infiltrado porque quando fui interrogado pela PF em 1979, dei com ele saindo do prédio da PF. [...] As da praça Argentina provavelmente são minhas também, pois foi depois de fotos assim que fui detido.⁵²⁰

Figura 26 – Identificação do agente infiltrado Falcão



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001770. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.⁵²¹

O testemunho de Finco vai ao encontro das informações dos órgãos de inteligência acerca do uso das câmeras fotográficas pelas comissões de segurança, utilizadas para a

⁵¹⁹ Entrevista concedida por Henrique Finco à autora, em 09 jan. 2018, via Facebook.

⁵²⁰ Idem.

⁵²¹ Rasura vermelha elaborada pela autora conforme entrevista com Henrique Finco. *In*: Idem.

identificação dos agentes infiltrados no movimento estudantil. No entanto, o professor ressaltou outro objetivo crucial das fotografias, antes mesmo de servirem para identificar os infiltrados: registrar o momento histórico de repúdio do movimento estudantil ante dois ditadores do Cone Sul:

[...] estávamos tentando fazer arquivos fotográficos que pudessem se constituir como memória icônica e, secundariamente, identificar eventuais infiltrados. Fui muito criticado pelo pessoal do ME por ter me deixado capturar com aqueles filmes, que poderiam servir para a repressão... O problema é que o P2 que me prendeu agiu muito rapidamente, não tive como reagir...⁵²²

Após mais de quarenta anos, as fotografias apreendidas de Henrique Finco pelos agentes de segurança retornaram às suas mãos, ainda que em um formato de arquivo digital fotocopiado. Desta vez, puderam finalmente cumprir a razão de sua produção: a de eternizar o registro e de denunciar os infiltrados.⁵²³ “Nossa... fiquei boa parte da noite pensando naqueles eventos...”.⁵²⁴

4.2.6 Agora que as coisas mudaram, somos nós que fichamos vocês

A partir do governo Geisel (1974) e especialmente após o início do governo Figueiredo (1978), a política de distensão, apesar das suas contradições e recuos, foi avançando. Tendo como slogan uma “continuidade sem imobilidade”,⁵²⁵ o estado ditatorial incorporou reformas que pretendiam dar passos lentos em direção à liberalização progressiva ao mesmo tempo em que preservava diversos aspectos do modelo e da engrenagem repressiva. Conforme Maria Helena Moreira Alves, “tentava-se negociar e incorporar algumas das principais exigências da oposição de elite, num esforço de ampliação da base de sustentação do Estado”.⁵²⁶

Nesse sentido, o emblemático Pacote de Abril de 1977, formado pela aprovação das Emendas Constitucionais Nº 7 e Nº 8, “fixou os limites da distensão e as bases para a continuação do processo de institucionalização do Estado”.⁵²⁷ De forma prática, a Emenda Constitucional Nº 7 aprovou uma reforma judiciária que passou os julgamentos de policiais

⁵²² Entrevista concedida por Henrique Finco à autora, em 09 jan. 2018, via Facebook.

⁵²³ As doze fotografias encontram-se disponíveis em: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001770. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019. Cf.: FERNANDES, 2017, p. 90-94.

⁵²⁴ Entrevista concedida por Henrique Finco à autora, em 09 jan. 2018, via Facebook.

⁵²⁵ ALVES, 1985, p. 186.

⁵²⁶ Idem.

⁵²⁷ Ibid., p. 193.

militares da jurisdição dos tribunais civis para os tribunais militares especiais, constituídos de oficiais da própria corporação. Dessa forma, aqueles PMs acusados de crimes, inclusive de homicídios, passaram a ser julgados no Tribunal Militar do Estado, aumentando a sensação de impunidade vigente até então.⁵²⁸

Por outro lado, a Emenda Constitucional N° 8 também contribuiu com a manutenção do caráter antidemocrático da ditadura, tendo em vista que tornou permanente a condição das eleições indiretas para governadores, reduzindo o colégio eleitoral que escolheria o Presidente da República, aumentando o mandato do executivo federal para seis anos e estendendo as restrições da Lei Falcão⁵²⁹ (em relação ao uso de meios de comunicação massivo, como televisão e rádio), para as campanhas eleitorais, “negando-se à oposição a oportunidade de debater e criticar as políticas do Estado”.⁵³⁰

A nova conjuntura, apresentada pelo processo de distensão política e, especialmente, de uma abertura do regime à transição política lenta, gradual e tutelada pelos militares, foi propulsionada após a promulgação da Anistia de 1979, que acarretou também no esvaziamento das prisões políticas e no retorno dos exilados. A expectativa de que houvesse uma mudança na sociedade rumo a uma política mais justa e democrática aflorou nos ânimos da sociedade civil organizada, especialmente nos movimentos sociais e na esquerda política do país. De forma muito peculiar, essa conjuntura também foi refletida no movimento estudantil e na hostilização dos agentes da ditadura infiltrados nas universidades.

De acordo com um informe da APA/SNI difundido à AC/SNI em maio de 1981, no primeiro semestre de 1980,

no Rio Grande do Sul, desenvolveu-se uma campanha para a identificação de agentes de segurança e informações, especialmente junto às Universidades. Na Faculdade de Direito da UFRGS, por ocasião das férias de verão, desapareceram do fichário da Biblioteca, fichas contendo nomes completos, endereços e fotografias de diversos alunos, funcionários de órgãos de segurança e informações.⁵³¹

⁵²⁸ De acordo com Maria Helena Moreira Alves, “embora somente em 1980 e 1981 tenha havido em total de 2.533 denúncias no Tribunal Militar de São Paulo, por exemplo, com 300 pessoas mortas por policiais militares na capital, nem uma única condenação foi publicamente anunciada”. *In*: ALVES, 1985, p. 192.

⁵²⁹ A Lei Falcão, que levou o nome do seu criador, Armando Falcão, ministro da Justiça durante o governo Geisel, previa a proibição de qualquer partido anunciar em sua propaganda eleitoral a trajetória de vida de seus candidatos, além de restringir a veiculação de músicas com letras de campanha, discursos ou imagens. A lei buscou diminuir a simpatia do público com o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido autorizado pela ditadura a fazer oposição ao partido governista da ARENA. *In*: BRASIL. Lei N° 6.339, de 01 de julho de 1976. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6339-1-julho-1976-357658-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

⁵³⁰ ALVES, op. cit., p. 193-195.

⁵³¹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002665. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

O documento apontou que um dos envolvidos nesta operação da Biblioteca do Direito da UFRGS foi Guilherme Eugênio Guedes Fortes, advogado e filho de um médico da Secretaria de Segurança Pública do Estado. Segundo consta, junto com outros ex-membros do Centro Acadêmico André da Rocha (CAAR) da Faculdade de Direito, Fortes foi um dos responsáveis por subtrair da Biblioteca as fichas dos estudantes que trabalhavam em órgãos de segurança e informações.⁵³² A ação pode ser vista como representativa do anseio dos jovens estudantes (que conviveram durante tantos anos com a espionagem à sua volta – em sala de aula, reuniões informais ou órgãos de representação discente) em tomarem as rédeas da sua própria história se impondo contra um dos mecanismos que a ditadura tanto usou nas universidades: o sistema de informações.

Outra situação foi registrada em uma informação do Departamento de Polícia Federal em Porto Alegre em abril de 1979. No documento, foi relatado um caso ocorrido na Faculdade de Direito da UFRGS com o estudante de Jornalismo Eduardo Antonio Rech, que ao constatar a presença de um agente da Polícia Federal no pátio da faculdade, intimou o policial dizendo: “agora as coisas mudaram, [...] nós é que temos que catalogá-los, fichá-los e saber todos os seus dados pessoais, como nome completo, endereço e setor de trabalho, da mesma maneira que faziam conosco”.⁵³³

A iniciativa de identificação e hostilização desses agentes infiltrados constitui uma fase muito latente do movimento estudantil, que após anos estando a sofrer o controle, o monitoramento e a repressão dos órgãos de segurança, a partir da distensão política encontrou espaço para que manifestações como essas pudessem ressoar, em uma atitude arriscada, porém corajosa, de enfrentamento e resistência aberta aos agentes infiltrados pela ditadura silenciadora. Nessa mesma lógica, foi identificado também outro informe, desta vez do Departamento de Polícia Federal no Rio Grande do Sul, apontando que Juarez Kern Jover, advogado que atuava na defesa de estudantes detidos pela PF na greve dos operários da construção civil de 1979, identificava os policiais federais e civis que estudavam na Faculdade de Direito da UFRGS, entregando seus nomes aos integrantes do CAAR do Direito da UFRGS.⁵³⁴ Informação semelhante acerca de Jover também constou no informe da APA/SNI de 1981, no qual o advogado foi apontado como um dos responsáveis por

⁵³² ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002665. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁵³³ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000998. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

⁵³⁴ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82004847. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

identificar os infiltrados.⁵³⁵

Mas de que maneira era realizada essa identificação? Em maio de 1981, foi remetido à AC/SNI um informe contendo um documento produzido pela APA/SNI em setembro de 1980. Nele, são avaliadas algumas das táticas utilizadas pelo movimento estudantil e demais organizações de esquerda a fim de identificar agentes infiltrados no meio universitário. O documento avaliou que a Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979, propiciou a volta dos exilados e inaugurou uma onda de denúncias públicas quanto às torturas, maus tratos e outros atos de violação de direitos humanos perpetrados pela ditadura contra as organizações de esquerda. Avaliou também o trabalho de entidades de defesa dos direitos humanos, como o Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA), que efetuaram um levantamento das “pessoas que atuaram nos órgãos de segurança, no combate à subversão” durante a ditadura. O Movimento de Justiça e Paz também foi citado, por ter realizado, segundo o informe, “um levantamento de militares, policiais e civis que haviam trabalhado em órgãos de segurança [...]. O objetivo do Movimento de Justiça e Paz seria a publicação dos nomes dessas pessoas na imprensa [...]”,⁵³⁶ atitude que para muitos dos nominados era considerada “revanchista”, mas que consistia em uma primeira iniciativa de luta pelo resgate da história até então silenciada pela responsabilização dos que haviam cometido crimes estatais, apontando para os primeiros esboços de uma justiça de transição, ainda simbólica, muito incipiente e sem nome definido.

O informe citado acima, de setembro de 1980, enumerou então os principais procedimentos utilizados pelo movimento estudantil e pelas organizações de esquerda para auxiliar seus membros na identificação dos agentes infiltrados. São eles:

1) As falsas reuniões:

Algumas organizações divulgam através da imprensa ou telefonam a órgãos de segurança avisando de que será realizado em um determinado local e tempo uma reunião versando, por exemplo, sobre o movimento estudantil. Ocorre que nessas reuniões os participantes são todos conhecidos entre si e quando da penetração de alguma pessoa, estranha ao recinto, a mesma é fotografada e obrigada a se identificar, ocasião em que é anotado o seu nome.⁵³⁷

2) Hostilização: quando as presenças de agentes de segurança infiltrados são detectadas, seja em reuniões ou atos públicos, os mesmos são imediatamente apontados e expulsos do local.⁵³⁸

⁵³⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002665. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁵³⁶ Idem.

⁵³⁷ Idem.

⁵³⁸ Idem.

3) Senhas:

Em reuniões fechadas de algumas organizações, são utilizadas senhas, como fitas de determinada cor, que são presas à parte interna da gola do casaco ou da camisa, e outras medidas de segurança, para identificação dos membros da organização ou de convidados.⁵³⁹

4) Colaboração de advogados:

Advogados que atuam na defesa de esquerdistas ou de subversivos, quando em atividades profissionais junto aos órgãos de segurança, procuraram ao máximo ouvir e registrar os nomes ou codinomes dos agentes de segurança que atuam nas detenções de prisões de seus clientes.⁵⁴⁰

Além disso, o mesmo documento enumerou uma série de características, observadas pelos estudantes e organizações de esquerda, que serviam como indícios para a identificação de agentes de segurança e informação infiltrados, sendo elas:

- utilização de automóveis sem placas;
- emprego de duplas para o acompanhamento de atos públicos
- utilizam carros com duas antenas, uma para o rádio do veículo e outra para o rádio de recepção e transmissão;
- usam bolsas tipo “capanga” ou bolsas a tiracolo contendo revólver que são notados com uma leve batida na bolsa ou pela suspensão da mesma;
- pelas roupas que usam;
- pelo comportamento nos atos ou reuniões, pois normalmente são ouvintes sem participação ativa;
- por se postarem isoladamente nas proximidades do local do ato público ou reunião, fora da massa de manifestantes;
- por usarem jornais embaixo do braço ou por portarem pacotes da mesma forma e tamanho, envolvendo rádios transmissores portáteis;
- por usarem óculos escuros tipo “ray-ban”;
- por apresentarem ar investigatório e atitude preocupada nos atos públicos;
- alguns militares são identificados em razão do corte de cabelo que usam;
- por menosprezarem a capacidade e inteligência de certos jovens estudantes que atuam como simpatizantes ou como militantes de organizações de esquerda.⁵⁴¹

Em seguida, o informe listou uma pequena síntese biográfica acerca das pessoas que integravam as comissões de segurança dos estudantes em algumas cidades no Rio Grande do Sul, como Porto Alegre, Passo Fundo, Santa Maria e Santo Ângelo. Sobre a capital gaúcha, quinze nomes foram citados no informe, identificando estudantes ou ex-estudantes da UFRGS, PUCRS, UNISINOS, militantes da Libelu, Convergência Socialista, advogados e jornalistas.⁵⁴² Sobre os estudantes de Passo Fundo, consta que Jorge Lemanski costumava

⁵³⁹ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002665. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁵⁴⁰ Idem.

⁵⁴¹ Idem.

⁵⁴² A lista do documento informou os seguintes nomes: 1) em Porto Alegre: Benjamin Heimberg Filho (ex-

“provocar os informantes do Exército na UPF”, e que Vasco Parreira Duarte Júnior, após identificar agentes do Exército na Universidade, “ameaçou divulgar o fato aos jornais de Passo Fundo”.⁵⁴³ Outros nomes também foram apontados na informação da AC/SNI, de julho de 1981.⁵⁴⁴

Em outro informe, também da SSP/RS, quase no final da ditadura, foi comunicada a ocorrência de uma plenária promovida por estudantes do Partido dos Trabalhadores (PT) no CEUE/UFRGS, em abril de 1984, a fim de organizar um movimento de colagem de cartazes para a campanha Diretas Já!, ação nacional em prol das eleições diretas à presidência da República. O documento informou que, na referida reunião, foi solicitada a presença de pessoas responsáveis exclusivamente pela observação e segurança, dando “cobertura” àqueles que realizariam a colagem. Para isso, uma das tarefas consistia na observação de viaturas policiais e “carros e motos discretos que, segundo os estudantes, os órgãos de segurança estariam usando”.⁵⁴⁵

Os documentos analisados nesta última subseção figuram como alguns dos registros encontrados na pesquisa que indicam uma correlação de fatores. Se por um lado observamos os rastros de uma inteligência estatal preocupada em prever o movimento do inimigo, por outro lado vemos também uma política de espionagem que se via, de certa forma, acuada pela pressão e pela articulação da oposição em desmascará-la, desvendá-la. Observamos estudantes que não só se articulavam conjuntamente contra um opressor comum (o estado ditatorial e o sistema de informações), mas que também adquiriram um *know how* e passaram a aplicá-lo a fim de protegerem-se e defenderem-se da repressão política, a qual eles já

estudante de Odontologia da UFRGS), Beti Stifelman, Ciro Luiz Comiran e Golde Maria Stifelman (membros da Libelu); Décio Bergamaschi Freitas, Guilherme Eugênio Guedes Fortes e Juarez Kern Jover (advogados), Denior José Machado (estudante de Engenharia da UFRGS), Dinah Beatriz Souza Lemos (estudante de Matemática da UFRGS), Ivanir José Bortot (ex-estudante da PUCRS), João Alfredo Guedes dos Santos (Convergência Socialista), Marco Aurélio Gonzales (estudante do grupo Peleia/Novação), Ricardo Anair Barbosa de Lima (estudante da Unisinos e membro da Libelu) e Sérgio Roberto Batista Saraiva (jornalista); 2) em Passo Fundo: Ana Lúcia Escobar, Cesar Paulo Simionatto e Vasco Parreira Duarte Júnior (estudantes de Medicina da UPF), Maria Isabel Torres (estudante de Educação da UPF) e Jorge Lemanski (estudante da UPF); 3) em Santa Maria: Clóvis Nunes (fotógrafo da Revista Panorama) e Mara Abreu (fotógrafa do jornal A Razão); 4) em Santo Ângelo: Levergildo Laudemiro de Freitas (estudante de Letras da Fundames) e Marilda Damasceno (estudante de Pedagogia da Fundames). In: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002665. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁵⁴³ Idem.

⁵⁴⁴ A lista do documento descreve os seguintes nomes, além dos que foram citados pela informação anterior: Carlos da Cunha Conturski (fotógrafo da ALERS), Gerson Lopes Schirmer (fotógrafo do Jornal do Brasil), Ricardo de Leone Chaves (fotógrafo da Revista Veja), Elizabeth Zardon (estudante de Matemática da UFRGS), Elvio Leonem Durão Figueiró (Convergência Socialista) e João Alberto de Matos (oficial de segurança da ALERS). In: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81003323. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

⁵⁴⁵ ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.840088928. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

estavam, de certa forma, “habituaados” a conviver. Contudo, apesar disso, tais movimentos não foram, de fato, impeditivos para que a comunidade de informações continuasse agindo e produzindo produtos de inteligência a seu respeito. Mas a situação era muito diferente de outros cenários da própria ditadura, quando a repressão podia agir de forma mais direta e com menos receio de ser denunciada nos meios de comunicação que, por sua vez, também não enfrentavam mais o rigoroso controle da censura.

Maria Helena Moreira Alves afirma que as políticas de distensão do Estado de segurança nacional se deram de forma tensionada, porém dentro dos limites da DSN, “configurando mais um ciclo de liberalização do que uma efetiva transição para a democracia”.⁵⁴⁶ O mesmo governo que patrocinou a Anistia e o fim do bipartidarismo em 1979, foi o que também estimulou o “agigantamento do serviço secreto e a sua intromissão na vida da sociedade”.⁵⁴⁷ No governo Figueiredo (1979-1985), o SNI chegou a ter cinco mil servidores, o maior número da sua história. Em um relatório escrito por Figueiredo, quando atuava como ministro-chefe do SNI e antes de tomar posse como presidente, afirmou que

Assim, com a diminuição dessas atividades terroristas – assassinatos, assaltos, atentados à bomba etc. – a comunidade brasileira vem sendo levada a acreditar que o problema “subversão” já se encontra ultrapassado. Tal fato, no entanto, não é verdadeiro, pois o que realmente aconteceu foi uma mudança de tática, passando as organizações ao chamado “trabalho de massa”, difuso, sub-reptício, junto ao meio estudantil e operário, objetivando atingir em médio prazo a rejeição do sistema capitalista por parte da sociedade brasileira. Por ser um trabalho difícil de ser detectado, em face das medidas de disfarce e de segurança de que é cercado, é muitas vezes confundido com justas reivindicações estudantis ou luta de operários por melhores condições de trabalho, daí decorrendo o real perigo de que se reveste a presente fase de atuação da subversão no país.⁵⁴⁸

Nesta dissertação, discutiu-se o quanto os registros constantes no Fundo do SNI, disponível online pela plataforma do SIAN do Arquivo Nacional, permitem trazer e interrogar alguns documentos oriundos dos sistemas de informações da ditadura, os quais tiveram como objeto de exame não só o movimento estudantil, mas a Universidade enquanto instituição de formação social, política e pessoal de cada indivíduo que por ela passou. De forma ampla e difusa, professores, estudantes e funcionários da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

⁵⁴⁶ ALVES, 1985, p. 223.

⁵⁴⁷ FIGUEIREDO, 2005, p. 290.

⁵⁴⁸ Apreciação sumária nº 10/74, de 10 de agosto de 1974. Do SNI/Agência Central CPDOC/FGV/EG *apud* FIGUEIREDO, op. cit., p. 251.

foram alvo da vigilância do SNI, que encontrou nos campi universitários ricos espaços de atuação e reverberação, por meio de assessorias, professores e estudantes alinhados com as premissas anticomunistas e antiesquerdistas, colaboradores, informantes e uma série de recursos e operações em concordância com as premissas ditadas pela DSN.

Apesar da escassez documental que se refere à UFRGS, especialmente devido à inexistência de acervos que tenham documentado a repressão institucional, foi possível verificar que governo e Universidade estiveram em profundo diálogo e alinhamento político através de canais que garantiram que o ambiente universitário, em boa parte, pudesse estar sob controle da ditadura. Nesse sentido, os braços da vigilância do SNI se estenderam de forma a perpassar os muros visíveis e invisíveis dos campi, das salas de aula, dos pátios das faculdades, dos diretórios acadêmicos, dos gabinetes de reitores e dos mais diversos cantos possíveis. Observamos não apenas a extensão da vigilância que monitorou a Universidade e seus integrantes, como também a forma com que estudantes, professores e técnico-administrativos conviveram com os agentes dos órgãos de informações, muitos deles sofrendo as consequências dos registros negativos colocados em suas fichas, mas também resistindo às investidas, sobrevivendo dia-a-dia à hostilidade e ao medo disseminado por uma ditadura assassina de jovens estudantes como Ary Abreu Lima da Rosa, Edson Luis, Alexandre Vanucchi Leme, dentre tantos outros. Nesse sentido, os documentos de informação analisados registraram a repressão vivida por estudantes e docentes, que tiveram suas vidas vigiadas e seus dados controlados e disseminados negativamente pelos órgãos de informações. Todavia, também autores de sua própria história quando, cansados de tanta opressão e medo, reagiram e enfrentaram os agentes infiltrados com a coragem de proclamar “Agora que as coisas mudaram, somos nós que fichamos vocês!”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quem controla o passado controla o futuro; quem controla o presente controla o passado.
George Orwell⁵⁴⁹

Os arquivos repressivos podem ser uma importante fonte para conhecermos a história da UFRGS durante a ditadura. Nesse sentido, compreender a lógica do funcionamento da comunidade de informações, bem como da produção de documentos de inteligência sobre a Universidade torna-se um importante recurso histórico. Nesta dissertação, realizamos um estudo acerca da documentação oriunda da Agência de Porto Alegre, a setorização regional do Serviço Nacional de Informações no estado do Rio Grande do Sul, presente no Fundo do SNI e disponível virtualmente para pesquisa na plataforma do Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN). A busca pelo termo “ufrgs” na Pesquisa Multinível do SIAN nos direcionou à análise de cerca de 1.236 registros constantes sobre a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Entre os principais objetivos, buscamos compreender o monitoramento, as interlocuções, o colaboracionismo e as formas de repressão, mas também as de resistência, no ambiente universitário em relação à vigilância da ditadura de segurança nacional brasileira.

Ao longo da análise da documentação, exploramos a particularidade do monitoramento do SNI sobre a comunidade universitária, examinando as variadas ferramentas informacionais e institucionais utilizadas para a produção de inteligência sobre a Universidade, bem como as tipologias documentais e o reflexo da Doutrina de Segurança Nacional na produção de informações sobre a instituição pela ditadura. Com esse trabalho, pretendeu-se contribuir para a difusão documental dos arquivos repressivos, para as pesquisas acerca da vigilância sobre os “inimigos internos” da ditadura e para o avanço dos estudos sobre a relação entre a ditadura e a UFRGS.

Compreendemos o funcionamento dos serviços de inteligência a partir da orientação estratégica da sua autoridade decisória, ou seja, o Estado que emprega tais organismos. Tendo como principal missão a coleta e análise de informações, a utilização dos serviços de inteligência pelos Estados é justificada pela necessidade de garantir estabilidade externa e interna. No entanto, quando esse Estado passa a modificar seu conceito de inimigo, identificando-o como pertencente a uma parcela de sua própria população, os serviços de inteligência passam a ser utilizados em ações de segurança interna, como ocorreu ao longo

⁵⁴⁹ ORWELL, 2009, p. 47.

das ditaduras de segurança nacional na América Latina nas décadas de 1960 a 1980.

No Brasil, a DSN, originária dos EUA no contexto da Guerra Fria, tornou-se o fundamento doutrinário justificador da estratégia geopolítica de contenção à influência soviética na América Latina. Dessa forma, os sistemas de inteligência passaram a identificar os inimigos internos com as tendências e ideologias do bloco soviético, onde comunismo e anti-imperialismo foram marcas distintivas essenciais, construindo sobre tais indivíduos o espectro do “subversivo”, representante da ameaça à segurança de toda a sociedade. A ditadura, defendendo os interesses dos setores sociais dominantes, instrumentalizou os órgãos de inteligência a fim de desarticular as tendências de questionamento social e esvaziar as demandas crescentes por mudanças estruturais dos setores populares e de alguns setores médios, percebidos como embriões de desordem social e focos irradiadores de comunismo. Nesse sentido, cabia aos órgãos de informações e de segurança, ocupando uma posição medular no conflito percebido sob a lógica da Guerra Fria, fornecer os recursos necessários para detectar, neutralizar e eliminar esse inimigo interno.

O estudo apresentado fundamentou a base de análise sobre algumas tipologias documentais definidas, advindas dos resultados de busca na plataforma do SIAN. A partir disso, compreendemos a subjetividade com que a posição político-ideológica dos indivíduos foi julgada como condição para a avaliação do mesmo em situações de ocupação de cargos públicos, concessão de oportunidades de bolsa de estudos ou promoções profissionais. Consequentemente, percebeu-se a arbitrariedade com que os produtos de inteligência foram construídos, especialmente quanto ao mencionado posicionamento político de indivíduos, subjugando a eficiência funcional, proibidade administrativa ou trajetória acadêmica dos mesmos em razão de sua ideologia. Nesse sentido, dentro da lógica repressiva da ditadura brasileira, constatamos que esses documentos operavam como ferramentas informacionais manifestando diversos elementos da DSN, contribuindo assim para identificar e agrupar oponentes políticos na sigla de “esquerdistas/comunistas subversivos”, ou seja, inimigos internos da ordem vigente. Tal recurso facilitou a “limpeza política e ideológica” dentro das repartições e órgãos públicos, barrando a promoção ou a entrada de novas pessoas consideradas inimigas da nação (ou suspeitas de sê-lo), nas diversas esferas do funcionalismo público.

Confirmamos, assim, que os documentos dos órgãos de informações, de forma geral, representam produtos de inteligência elaborados para fins de verificação política e para servir de argumento para justificar ações coercitivas e repressivas, tudo ocorrendo de maneira silenciosa na medida em que as informações circulavam sem o conhecimento ou mesmo a

opinião do interessado, ou seja, sem dar às pessoas mencionadas o direito de defesa do julgamento arbitrário ao qual eram submetidos. Sob esses aspectos, podemos analisar essas ferramentas informacionais como retrato da repressão institucional da ditadura.

Os registros de nossa busca pelo termo “ufrgs” na seção da Agência de Porto Alegre no Fundo do SNI nos conectou a um quebra-cabeça de documentos um pouco incompleto, mas que, por outro lado, nos permitiu ter uma visão geral do funcionamento da APA/SNI. Através da análise documental e do cruzamento de fontes, resgatamos os nomes de alguns dos militares que ocuparam o posto de chefes da Agência Regional do SNI no Rio Grande do Sul. Entendemos que é importante conhecer o funcionamento das Agências Regionais tendo em vista que as mesmas foram os organismos responsáveis pela concretização do projeto de vigilância generalizada sobre o inimigo interno nas mais diversas regiões do país, sob a coordenação do SNI. Para tanto, a identificação dos militares que chefiaram a Agência Regional gaúcha teve por objetivo, também, dar nomes e rostos à agência que tantas vezes é trabalhada pela historiografia como uma entidade abstrata; foi uma forma encontrada de nomear historicamente os responsáveis pela espionagem estatal no Rio Grande do Sul, transformando os registros (presentes apenas em forma de documentos arquivísticos) em História escrita e denúncia.

Ao destrinchar a biografia dos chefes da Agência de Porto Alegre do SNI, traçamos perfis de coronéis e generais de alto escalão, bem treinados e experientes, que ocuparam cargos estratégicos da mesma estrutura repressiva que também torturou, executou e desapareceu opositores políticos. A reconstituição das chefias, bem como a atuação das mesmas dentro de um determinado marco temporal teve por objetivo fornecer subsídios para que outros estudos que se detenham nos órgãos de informações possam avançar em suas avaliações, contribuindo para as devidas responsabilizações históricas da atuação desses órgãos repressivos ao longo da ditadura – elemento essencial para a busca pelo direito fundamental à verdade e à justiça.

Além dessas questões, um dos pontos mais caros da pesquisa consistiu na recuperação documental e análise da atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação da UFRGS. Embora por diversas razões a instituição não tenha disponibilizado à sua comunidade acadêmica qualquer justificativa acerca da localização da documentação de sua AESI, por meio do Fundo do SNI foi possível resgatar alguns de seus vestígios, cujos rastros foram registrados em razão da circulação de documentos dentro da comunidade de informações, através da consulta à seção da *Agência Rio Grande do Sul* no SIAN. Dessa forma, o Fundo do SNI, disponibilizado online pelo Arquivo Nacional, possibilita a

construção de pesquisas que, através do sistema de busca por palavras-chave, ajuda a localizar esses fragmentos “perdidos” das AESI universitárias nas diversas Agências Regionais e seções de inteligência do órgão, contribuindo para a escrita da história da repressão nas instituições de ensino.

Com relação à AESI/UFRGS, especificamente, analisamos sua atuação enquanto órgão representativo do SNI junto à reitoria da UFRGS, exercendo influência quanto à contratação de docentes e ao fornecimento de dados informacionais constantes em seus registros, alimentando também a comunidade de informações da ditadura. Dessa forma, compreendemos a AESI/UFRGS como um órgão de repressão política e ideológica, que atingiu a comunidade acadêmica da Universidade. Não se tratou de um órgão avesso à UFRGS, mas sim que operou institucionalmente e conjuntamente à reitoria da instituição.

Os casos apontados acerca da vigilância sobre estudantes, professores e funcionários foram parte de um monitoramento calcado na necessidade de gerar informações para as autoridades do Estado ditatorial e como artifício repressivo de antecipação a possíveis comportamentos interpretados como “subversivos” de indivíduos já vigiados e suspeitos de serem inimigos internos. Em todos os documentos analisados, constatamos que a vigilância funcionou como instrumento para manter sob controle ou reprimir as manifestações de oposição à ditadura, fornecendo dados de inteligência para que os tomadores de decisões pudessem agir, antecipando-se e neutralizando situações de oposição, que podiam levar a prisões, tortura ou desaparecimento, todas ações embebidas no medo inerente ao Terrorismo de Estado.

De diversas formas, a insegurança e o temor acompanharam a comunidade universitária ao longo da ditadura. Havia medo da exclusão de matrícula, do não recebimento de oportunidades de trabalho ou bolsas de estudos, de demissão, de espionagem, de prisões arbitrárias, da tortura e do desaparecimento. Ainda assim, a comunidade da UFRGS tentou resistir à presença e à cultura repressiva imposta pela ditadura nos campi através de seus assessores de segurança e informação, militares, agentes infiltrados, colaboradores e delatores.

Além disso, a análise dos registros indicou a presença de pessoas ligadas aos órgãos de segurança e informações infiltradas no meio universitário, bem como de outras que colaboraram com a ditadura, mantendo sobre a Universidade um manto de vigilância, controle e monitoramento. Contudo, tal afirmação não implica a ausência de resistências, mais ou menos eficientes, marcadas por certas conjunturas, ora de perfil individual, ora de perfil mais coletivo. Encontramos na documentação o registro de diversos artifícios de resistência

desenvolvidos pela comunidade universitária que, tendo ciência do monitoramento a que estava sujeita, articulou-se a fim de repelir, desmascarar e hostilizar os agentes infiltrados no movimento estudantil e nas salas de aula. Dessa forma, conseguimos corroborar a dualidade da repressão e da resistência articulada nos campi da UFRGS, marcada pela conjuntura de distensão política e desgaste da ditadura.

A análise do eco dos expurgos da UFRGS, nos registros dos órgãos de informações, apontou que as manifestações de solidariedade aos professores expurgados na UFRGS em 1964 e 1969 também estavam no radar da vigilância da ditadura. Mesmo encerrados, os expurgos continuaram ecoando por muitos anos não só na Universidade, como também nos documentos de inteligência, especialmente após 1979, quando foi publicado o livro de denúncia da ADUFRGS. Os afastamentos sumários representaram um marco repressivo indigesto e inapagável, exemplo da arbitrariedade ditatorial nos campi que marcou coletivamente o corpo docente universitário. Gradativamente, os expurgos foram sendo ressignificados e os expurgados foram reivindicados como parte vital de uma pauta de resistência e oposição, de clamor por verdade, justiça, reparação e reintegração.

A pesquisa permitiu observar que, apesar do projeto de distensão política, iniciado entre 1974 e 1979 com a proposta de uma transição lenta, negociada, gradual e tutelada pelos militares, o sistema de informações da ditadura permaneceu ativo e em expansão ao longo de todo esse processo. O monitoramento e a vigilância conduzidos sobre a instituição, especialmente quanto às denúncias dos expurgos dos professores, rendeu um fio condutor de diversos documentos de informação e informes, mostrando o quanto isso preocupava e interessava à ditadura e seus esquemas de vigilância e controle. Dessa forma, os órgãos de informações continuaram ativos e funcionando dentro das diretrizes da DSN, sobre as quais foram gerados e geridos, monitorando, informando, comunicando e produzindo subsídios informacionais indispensáveis para o governo ditatorial e militarizado que os consumia.

Os rastros documentais deixados pelos órgãos de informações, nos últimos anos da ditadura, assinalam, ainda, a persistência dos preceitos básicos da DSN na lógica do SNI, como o antiesquerdismo e o anticomunismo. A frequente consulta aos históricos individuais e aos registros que indicassem supostas ações “subversivas” ou atitudes contrárias ao sistema imposto pelo Golpe de 1964, expressam a força das marcas consideradas “desabonatórias” nas fichas dos indivíduos vigiados. Tais dados, levados em conta para a produção dos documentos de inteligência e, conseqüentemente, na tomada de decisões das chefias correspondentes, impactavam sobre oportunidades de qualificação profissional e acadêmica, cujas conseqüências, certamente, foram muito mais duradouras do que a Anistia de 1979 ou a

Constituição de 1988 poderiam prever.

Esta pesquisa teve a maior parte da análise de suas fontes realizada ao longo do ano de 2020, um ano que marcou para sempre a história da humanidade devido à pandemia do COVID-19. Em diferentes graus, toda a população mundial foi afetada pelas novas normas e formas de convivência marcadas por um evidente distanciamento social. Particularmente na área da pesquisa acadêmica, especialmente no campo da História, muitos de nós, mestrandos e doutorandos, fomos afetados pela restrição de acesso aos arquivos e centros de documentação, o que, em diversos casos, dificultou sensivelmente o andamento de muitas pesquisas. Mais do que nunca, o “sabor do arquivo”, descrito por Arlette Farge, tornou-se uma experiência impossibilitada a grande parte dos pesquisadores.⁵⁵⁰ A experiência sensorial de estar diante de pilhas de caixas e papéis de materiais históricos com marcas da passagem do tempo tornou-se algo distante e intangível devido à impossibilidade de acesso físico aos arquivos.

O caos sanitário e social provocado pela epidemia evidenciou ao mundo que as novas tecnologias de relacionamentos virtuais, como vídeo-chamadas, reuniões virtuais, aulas à distância e outras ferramentas desta natureza ocuparam um lugar inédito de importância no nosso dia-a-dia. Ainda não sabemos, a longo prazo, a herança desta experiência epidemiológica para o âmbito das pesquisas dos próximos anos, mas compreendemos que os arquivos virtuais estão adquirindo uma importância ainda mais proeminente. Neste sentido, esta pesquisa é o resultado do acesso virtual a um arquivo desta natureza.

A pandemia causada pela COVID-19 implantou, para muito além das pesquisas acadêmicas e de forma muito mais pungente, um luto generalizado na população brasileira. No dia do fim da escrita deste texto, no início de julho de 2020, mais de 530 mil mortes foram oficialmente registradas causadas por conta desse vírus – um vírus contra o qual já há vacina, mas ainda indisponível para mais de 80% da população brasileira, enquanto que diversos países ao redor do mundo retomam uma normalidade mais parecida com a velha rotina pré-pandemia.⁵⁵¹ No Brasil, no entanto, o número de óbitos em razão do coronavírus continua crescendo vertiginosamente. Ao tribunal da História caberá analisar as devidas responsabilizações pelo modo com que o Executivo federal brasileiro conduziu a gestão do país em meio ao caos sanitário instalado: as cenas de grotesco deboche; os diversos episódios

⁵⁵⁰ FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

⁵⁵¹ De acordo com o mapa da vacinação disponibilizado pelo G1, no momento de escrita deste texto, em 04 de julho de 2021, cerca de apenas 12% da população foi imunizada com as duas doses da vacina contra a COVID-19. In: MAPA da vacinação contra Covid-19 no Brasil. **G1**, São Paulo, 24 mai. 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 11 jul. 2021.

de desrespeito às medidas de prevenção de contaminação, como o distanciamento social e o uso de máscara; os escárnios quanto às campanhas nacionais de vacinação; a desinformação quanto à promoção de automedicação da população por meio de drogas não recomendadas pela Organização Mundial da Saúde; os discursos de desdém ante à gravidade da epidemia e das mortes dela decorrentes, cada ação tomada irresponsavelmente por um presidente da República.

Das eleições de 2018, resultou um novo governo que corporificou o velho conservadorismo brasileiro, repaginado e readaptado com ares de antipetismo, advindo na vergonhosa figura de um chefe de Estado. A materialização do militarismo negacionista, que discursava odes ao passado ditatorial e a torturadores, encontrou em 2020 um novo negacionismo – o de que a pandemia “não era tudo isso”. Conforme Padrós, “se antes havia o temor de que a amnésia induzida fosse caldo de cultura para o reflorescimento de novos projetos calcados na violência estatal, agora, cabe reconhecer que um deles chegou ao poder”.⁵⁵² Resta à História compreender e explicar a persistência dos resquícios antidemocráticos da ditadura, nos quais governos como esse, “fecundados pela combinação de elementos de matriz fascista e da DSN”,⁵⁵³ encontraram legitimação perante grande parcela da população nas urnas.

Essa pesquisa se encerra após a menção de pouco mais de setenta documentos oriundos do SIAN, escolhidos em nosso estudo para serem aqui trazidos ante os mais de mil e duzentos registros disponíveis a partir da busca pela palavra “ufrgs” na seção da Agência de Porto Alegre do Fundo do SNI; ou seja, apenas cerca de 6% dos resultados da pesquisa inicial, que havia nos apontado uma infinidade de assuntos e possibilidades de análise que poderíamos explorar tendo como objeto a Universidade Federal do Rio Grande do Sul. O universo dos estudos acerca da inteligência da ditadura de segurança nacional é imenso, cheio de lacunas a serem exploradas, armado de diversos questionamentos. A ínfima parcela de documentos abarcados não é o sintoma de uma falta, mas sim de um campo vasto de pesquisa que urge ser explorado sobre os mais variados temas e recortes. O historiador que se detém a estudar o Fundo do SNI encontra uma vantagem que deve ser salientada, a de estar diante do maior volume documental oriundo de órgãos repressivos da ditadura de segurança nacional brasileira; se tal fato não o torna suficientemente tentador, ainda por cima, encontra-se disponível virtualmente para pesquisa através da plataforma SIAN, do Arquivo Nacional. Tal

⁵⁵² PADRÓS, 2020, p. 87.

⁵⁵³ Ibid., p. 83.

situação constitui um emblemático exemplo de democratização do acesso à informação, graças ao trabalho de incontáveis pesquisadores, historiadores, arquivistas, políticos e militantes que trabalharam conjuntamente para que o acesso à informação fosse cada vez mais difundido na sociedade brasileira. Em conjunto a isso, indicamos alguns caminhos possíveis para a recuperação de alguns desses documentos em outros fundos arquivísticos, como o fundo da APA/SNI, disponível no SIAN, com o intuito de incentivar e promover a escrita de outros trabalhos sobre esse período da nossa história recente.

Na UFRGS, as marcas sofridas pela instituição e por boa parte da comunidade acadêmica ao longo da ditadura não estão restritas somente às gerações diretamente atingidas pelos expurgos do AI-1, pela CEIS/UFRGS, pelo Decreto 477 e pelo AI-5. A perseguição política e ideológica no universo da instituição, o silêncio de verdades não ditas, as documentações omitidas e as promessas não cumpridas são feridas e marcas que a Anistia de 1979, a Constituição de 1988 ou mesmo o monumento de homenagem aos expurgados, de 2019, não foram capazes de sanar.

Em 2019, um monumento em homenagem aos estudantes, professores e funcionários expurgados da UFRGS entre 1964 e 1969 foi instalado no Campus Central da UFRGS. Tendo em vista que um dos principais objetivos desta pesquisa consistiu no anseio de difusão documental e da promoção do direito à verdade a partir do princípio de acesso à informação, cobramos, desde já, um posicionamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul em apurar as manifestações de repressão política perpetradas contra professores, estudantes e funcionários e reafirmar o compromisso da instituição com a promoção da democracia no país. Marc Bloch afirma que a arte de interpretar documentos do passado torna plausíveis os artifícios de observação e análise de um dos objetos mais caros aos historiadores: o hoje.⁵⁵⁴ A partir de tal premissa, reforça-se que este trabalho pretendeu contribuir para o resgate da história da UFRGS durante a vigência da ditadura brasileira. O mesmo se encerra com a expectativa de que novas pesquisas sejam desenvolvidas e que políticas públicas institucionais contribuam na consolidação e promoção da democracia brasileira.

⁵⁵⁴ BLOCH, 2001, p. 67.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES DOCUMENTAIS:

Referências bibliográficas

ADUSP. **O controle ideológico na USP: 1964-1978**. Associação dos Docentes da USP. São Paulo: ADUSP, 2004. Disponível em: <https://www.adusp.org.br/files/cadernos/livronegro.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2021.

AFONSO, Leonardo Singer. Fontes abertas e inteligência de Estado. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: ABIN, v. 2, n. 2, p. 49-62, abr. 2006.

ALMEIDA, Dinoráh Lopes Rubim. A atuação da Assessoria Especial de Segurança e Informação na Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES): a análise de documentos relativos à vigilância aos militantes da comunidade universitária, contrários à ditadura militar. **XXVIII Simpósio Nacional de História da ANPUH**. Florianópolis, jul. 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1457635923_ARQUIVO_Dinorah_Rubim.pdf. Acesso em: 26 jan. 2021.

ALMEIDA, Doris Bittencourt; LIMA, Valeska Alessandra de; SILVA, Thaise Mazzei da. A constituição da faculdade de educação/UFRGS em tempos de ditadura militar (1970-1985). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 317-346, jul./dez. 2013.

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e oposição no Brasil (1964-1984)**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

ANTUNES, Priscila Carlos Brandão. **SNI & ABIN: uma leitura da atuação dos serviços secretos brasileiros ao longo do século XX**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário brasileiro de terminologia arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTURI, Carlos Schmidt (Org.) **Políticas de defesa, inteligência e segurança**. Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2018.

AVERBUCK, Lígia; et. al. (Orgs.). **Universidade e repressão: os expurgos na UFRGS**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

BARCELLA, Grazielle Araujo. **Terrorismo de Estado: análise diplomática e tipológica de documentos repressivos – Fundo Tarso Dutra**. 2014. 74 f. Monografia (Graduação em Arquivologia). Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.

BAUER, Caroline Silveira. **Avenida João Pessoa, 2050 – 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982)**. 283 f. 2006. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

BELLOTO, Heloísa L. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BLOCH, Marc. **Apologia da história**: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BORGES, Patrícia Duro. **Apostila de Física**. Técnico em Geoprocessamento. Santa Maria: Colégio Politécnico UFSM, 2009.

BORTOT, Ivanir José; GUIMARAENS, Rafael. **Abaixo a repressão!** Movimento estudantil e as liberdades democráticas. Porto Alegre: Libretos, 2008.

BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume 1. Brasília: CNV, 2014(a).

BRASIL. **Relatório Comissão Nacional da Verdade**. Volume 3. Brasília: CNV, 2014(b).

CARVALHO, Maria E. G.; LIMA, Rogério de A. A informação a serviço da repressão nas universidades: Assessoria de Segurança e Informações da UFRN (ASI/UFRN) – nos rastros do relatório final da Comissão da Verdade. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, v. 18, n. 1 [75], p. 159-183, jan./mar. 2018.

CASTRO, Gabriela Mathias. **Arestas da realidade**: uma narrativa possível sobre o movimento estudantil da UFRGS (1964-1985). 2018. 159 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

CATELA, Ludmila da Silva; JELIN, Elizabeth (Comps.). **Los archivos de la represión**: documentos, memoria y verdad. Madrid; Buenos Aires: Siglo Veintiuno de España Editores; Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2002.

CEPIK, Marco A. C. **Espionagem e democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

CERUTTI, Marcos Fontana. **Acadêmicos da UFRGS e Comissão Especial de Investigação Sumária no ano de 1964**. 2010. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

CHIRIO, Maud. **A política nos quartéis**: revoltas e protestos de oficiais na ditadura militar brasileira. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

COMBLIN, Joseph. **A ideologia da segurança nacional**. O poder militar na América Latina. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

COMISSÃO de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. **Dossiê Ditadura**: Mortos e desaparecidos políticos no Brasil (1964-1985). São Paulo: Instituto de Estudos sobre a Violência do Estado. 2ª ed. rev, ampl, atual. 2009.

COSTA, Fabiana Pinheiro da. **Em busca de um teto todo seu**: a presença feminina na Casa do Estudante Universitário da UFRGS na década de 1980. 2020. 147 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.

COUTURE, Carol; ROUSSEAU, Jean-Yves. **Os fundamentos da disciplina arquivística**. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

CUNHA, Janaína Dias. **A reforma universitária de 1968 e o processo de reestruturação da UFRGS (1964-1972)**: uma análise da política educacional para o ensino superior durante a ditadura civil-militar brasileira. 2009. 217 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.

CUNHA, Luiz Antonio; GOÉS, Moacyr. **O golpe na educação**. Brasil os anos de autoritarismo. Análise, balanço, perspectivas. 8ª ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

CUNHA, Luiz Cláudio. **Operação Condor**: o sequestro dos uruguaios. Uma reportagem dos tempos da ditadura. Porto Alegre: L&PM Editora, 2008.

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila. **Minha terra tem horrores**: o exílio dos brasileiros no Chile (1970-1973). 2019. 389 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

DIOGO, José-Manuel. **As grandes agências secretas**. Os segredos, os êxitos e os fracassos dos serviços secretos que marcaram a História. 2ª ed. São Paulo: Via Leitura, 2015.

DREIFUS, René. **A conquista do Estado**. Petrópolis: Vozes, 1984.

DUARTE-PLON, Leneide. **A tortura como arma de guerra**. Da Argélia ao Brasil: como os militares franceses exportaram os esquadrões da morte e o terrorismo de Estado. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ELLWANGER, Raul; RIBAS, Vinícius de Lara. Lugares de repressão política em Porto Alegre (Rio Grande do Sul – Brasil). IX Seminário Internacional Políticas de la Memoria. **40 Años del Golpe Cívico-Militar**: reflexiones desde el presente. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti. Buenos Aires: 2016.

ETCHICHURY, Carlos; WAGNER, Carlos; TREZZI, Humberto; MARIANO, Nilson. **Os infiltrados**. Eles eram os olhos e os ouvidos da ditadura. Porto Alegre: Editora AGE, 2010.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Universidade e repressão política: o acesso aos documentos da assessoria especial de segurança e informação da Universidade Federal do Espírito Santo (AESI/UFES). **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 5, n.10, p. 295-316, jul./dez. 2013.

FARGE, Arlette. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2017.

FERNANDES, Ananda Simões. A reformulação da Doutrina de Segurança Nacional pela ESG no Brasil: a geopolítica de Golbery. **Antíteses**, v. 2, n. 4, p. 831-856, jul.-dez. 2009.

FERNANDES, Fernando do Carmo. Inteligência ou informações? **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: ABIN, v. 2, n. 3, p. 7-21, set. 2006. p. 10.

FERNANDES, Letícia Wickert. **“Nem Videla, nem Figueiredo!”**: a batalha da Praça Argentina e a resistência estudantil na UFRGS através dos documentos do SNI. 101 f. 2017. Monografia (Graduação em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017.

FERRI, Omar. **Sequestro no Cone Sul**: o caso Lilian e Universindo. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1981. Versão e-book. Disponível em: <http://www.derechos.org/nizkor/brazil/libros/ferri/index.html>. Acesso em: 15 jan. 2021.

FICO, Carlos. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: espionagem e polícia política. Rio de Janeiro: Editora Record, 2001.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 43-59, jan./jun. 2012.

FIGUEIREDO, Lucas. **Ministério do Silêncio**. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005). Rio de Janeiro: Editora Record, 2005.

GASPARI, Elio. **A ditadura encurralada**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

GIACOMAZZI, Gabriel dos Santos. **“Olha aí o tapetão!...”**: autoritarismo, cultura política e o caso da primeira eleição para reitor da UFRGS (1988). 2019. 87 f. Monografia (Licenciatura em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

GOMES, Luisiane da Silveira. **A atuação feminina no movimento estudantil universitário durante o processo de redemocratização do Brasil (Pelotas/RS: 1977-1985)**. 2017. 194 f. Dissertação (Mestrado em História). Unidade Acadêmica de Pesquisa e Pós-Graduação – Unisinos, São Leopoldo, 2017.

GOMES, Paulo César. **Os bispos católicos e a ditadura militar brasileira**: a visão da espionagem. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014.

GONÇALVES, Joanisval Brito. **Atividade de inteligência e legislação correlata**. 6ª ed. Niterói: Impetus, 2018.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo. Os acervos dos órgãos federais de segurança e informações do regime militar no Arquivo Nacional. **Acervo – Revista do Arquivo Nacional**, v. 21, n. 2, p. 29-42, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/42355>. Acesso em: 26 jan. 2021.

ISHAQ, Vivien; FRANCO, Pablo; SOUSA, Tereza. **A escrita da repressão e da subversão (1964-1985)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2012.

JOFFILY, Mariana. A “verdade” sobre o uso de documentos dos órgãos repressivos. **Revista Dimensões**, v. 32, 2014, p. 2-28.

KOCH, Adolar. **A disciplina de EPB – Estudos de Problemas Brasileiros na ditadura militar e civil brasileira – 1970/1993**: o caso da UFRGS. 2019. 258 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019.

KRAEMER, Rodrigo. Incompreensão do conceito de inteligência na segurança pública. **Revista Brasileira de Inteligência**. Brasília: ABIN, n. 10, p. 73-82, dez. 2015.

LACERDA, Marina Basso Lacerda. **O novo conservadorismo brasileiro: de Reagan a Bolsonaro**. Porto Alegre: Zouk, 2019.

LAGÔA, Ana. **SNI: como nasceu, como funciona**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil (1964-1979)**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LOPES, Jaina Vedoin; KONRAD, Glaucia Vieira Ramos. Arquivos da repressão e a Lei de Acesso à Informação: os casos brasileiro e argentino na construção do direito à memória e à verdade. **Revista Aedos**, n. 13, v. 5, p. 6-23, ago./dez. 2013.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS: afastamentos sumários de professores no contexto da Ditadura Civil-Militar (1964 e 1969)**. 2009. 323 f. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MANSAN, Jaime Valim. Movimentos estudantis no sul do Brasil durante a ditadura militar: uma reflexão a partir do caso da UFRGS (1964-1974). *In*: PEREIRA, Elenita Malta; DEBIASI, Rose Elke (Orgs). **Movimentos sociais e resistência no Sul do Brasil**. E-book. Curitiba: Appris, 2020.

MARTINS, Marisângela T. A. **De volta para o presente: uma história dos militantes comunistas de Porto Alegre e suas representações acerca da democracia (1945-1947)**. 2007. 260 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

MARTINS FILHO, João Roberto. A influência doutrinária francesa sobre os militares brasileiros nos anos de 1960. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 23, n. 67, p. 39-50, jun. 2008.

MATZENBACHER, Luiz Oscar. O Decreto 477 e a morte de um estudante. *In*: GUEDES, Paulo Coimbra; SANGUINETTI, Yvonne (Orgs.). **UFRGS: identidade e memórias (1934-1994)**. Porto Alegre: UFRGS, 1994.

MITCHELL, José. **Segredos: à direita e à esquerda na ditadura militar**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2007.

MOTTA, Aricildes de Moraes (Coord.). **1964 – 31 de Março: o movimento revolucionário e sua história**. Tomo 8, Rio Grande do Sul. E-book. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2003. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/7344>. Acesso em: 18 jan. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e a modernização autoritária**. E-book. São Paulo: Zahar, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Incômoda memória: os arquivos das ASI universitárias. **Revista Acervo**, Rio de Janeiro, v. 21, n. 2, p. 45-66, jul./dez. 2008(b).

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Os olhos do regime militar brasileiro nos Campi. As Assessoriais de Segurança e Informações das Universidades. **Topoi**, v. 9, n. 16, p. 30-67, jan.-jun. 2008 (a).

MÜLLER, Angélica. **A resistência do movimento estudantil brasileiro contra o regime ditatorial e o retorno da UNE à cena pública (1969-1979)**. 2010. 138 f. Tese (Doutorado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – Universidade de São Paulo; Centre d’Histoire Sociale du XXème Siècle – Université de Paris, São Paulo, 2010.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PADRÓS, Enrique Serra. **Como el Uruguay no hay... Terror de Estado e Segurança Nacional Uruguai (1968-1985): do Pachecato à Ditadura Civil-Militar**. 2005. 878 f. Tese (Doutorado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

PADRÓS, Enrique Serra. História do Tempo Presente, ditaduras de segurança nacional e arquivos repressivos. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 1, n. 1, p. 30-45, jan./jun. 2009.

PADRÓS, Enrique Serra; et. al. (Orgs.). **A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória**. Vol. 4: O fim da ditadura e o processo de redemocratização. 2ª ed. rev. ampl. Porto Alegre: Corag, 2010.

PADRÓS, Enrique Serra. A ditadura brasileira e o tempo presente: a história entre a tragédia e a farsa. *In*: REIS, Tiago Siqueira; et. al. (Orgs.). **Coleção história do tempo presente**. Volume 3. Boa Vista: Editora da UFRR, 2020.

PADRÓS, Enrique Serra. Entre expurgos e dignidade. *In*: COLETIVO Memória e Luta. **Os expurgos da UFRGS: memória e história**. Porto Alegre: Marcavisual, 2021.

PEREIRA, Elenita Malta; DEBIASI, Rose Elke (Orgs.). **Movimentos sociais e resistência no Sul do Brasil**. E-book. Curitiba: Appris, 2020.

PETRÓ, Cleber Monticelli. **O movimento estudantil universitário em Santa Maria (1979-1984): da reconstrução da UNE às “Diretas Já”**. 2011. 97 f. Monografia (Especialização em História do Brasil). Centro de Ciências Sociais e Humanas – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2011.

POERNER, Arthur. **O poder jovem: história da participação política dos estudantes desde o Brasil-Colônia até o governo Lula**. Rio de Janeiro: Booklink, 2004.

POHNDORF, Marília da Rocha Hofstätter. **O movimento estudantil universitário em Pelotas durante a redemocratização do Brasil (1978-1985): memórias de atuações contra a ditadura**. 2013. 139 f. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Ciências Humanas – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

QUADRAT, Samantha Viz. A preparação dos agentes de informação e a ditadura civil-militar no Brasil (1964-1985). **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 19-41, jan./jun. 2012.

RANGEL; Thayron R.; FERREIRA, Ramon M. (Orgs.). **Memórias da ditadura**: a arquivologia e o direito ao acesso. São Paulo: ARQ-SP, 2019.

REIS, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil**: do golpe de 1964 à Constituição de 1988. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2014.

RESENDE, Pâmela de Almeida. **Os vigilantes da ordem**: a cooperação Deops/SP e SNI e a suspeição aos movimentos pela anistia (1975-1983). Prêmio de Pesquisa Memórias Reveladas 2012. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2015.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. 8ª reimp., 2020. Campinas: Editora Unicamp, 2007.

RICŒUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Vol. 3: o tempo narrado. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

RODRIGUES, Vicente A. C. **Documentos (in)visíveis**. Arquivos da ditadura militar e acesso à informação em tempos de justiça de transição no Brasil. Aracaju: Edise, 2017.

SAINT-PIERRE, Héctor Luis; VITELLI, Marina Gisela (Orgs.). **Dicionário de segurança e defesa**. (E-book). São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018. Disponível em: <https://repositorio.comillas.edu/xmlui/bitstream/handle/11531/35338/SAINT-PIERRE%20%26%20VITELLI%20%282018%29%20Dicionario%20Seguranca%20Defesa.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 06 mai. 2020.

SANTANA, Flávia de Angelis. **Atuação política do movimento estudantil no Brasil**: 1964 a 1985. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

SANTOS, Cecília M.; TELES, Edson; TELES, Janaína de A. (Orgs.). **Desarquivando a ditadura**. Memória e justiça no Brasil. Volume 1 e 2. São Paulo: Hucitec, 2009.

SANTOS, José Anselmo dos. **Cabo Anselmo**: minha verdade. Autobiografia. São Paulo: Matrix, 2015.

SAVIANI, Dermeval. O legado educacional do regime militar. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 28, n. 76, p. 291-312, set./dez. 2008.

SERGE, Victor. **Lo que todo revolucionario debe saber sobre la represión**. Ciudad del México: Fondo de Cultura Económica, 2019.

SILVA, João José da. **A Assessoria Especial de Segurança e Informação (AESI) na Universidade Federal de Alagoas**: a educação sob o olhar da ditadura civil-militar (1971-1974). 2020. 136 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Alagoas. Programa de Pós-Graduação em Educação, Maceió, 2020.

SNOWDEN, Edward. **Eterna vigilância**: como montei e desvendei um dos maiores sistemas de espionagem do mundo. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

SOUZA, Cidara Louguércio. **Um itinerário, muitas memórias**: a cópia da carta do prof. Otto

Alcides Ohlweiler na Coleção CEUE. 2014. 128 f. Trabalho de Conclusão [Graduação em Museologia]. Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

STEPHAN, Claudia. A Doutrina da Segurança Nacional de Contenção na Guerra Fria: fatores que contribuíram para a participação dos militares na política brasileira (1947-1969). **Conjuntura Global**, v. 5, n. 3, p. 537-565, set./dez. 2016.

SVARTMAN, Eduardo Munhoz. O exército brasileiro e a emulação dos modelos francês e estadunidense no século XX. **R. Esc. Guerra Naval**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, p. 361-380, mai./ago. 2016.

TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (Orgs.). **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010.

THIESEN, Icléia (Org.) **Documentos sensíveis: informação, arquivo e verdade na ditadura de 1964**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2014.

TILLY, Charles. **Coerção, capital e estados europeus**. São Paulo: Edusp, 1996.

TORELLY, Marcelo D. **Justiça de transição e estado constitucional de direito: perspectiva teórico-comparativa e análise do caso brasileiro**. Belo Horizonte: Forum, 2012.

UFRGS. **Arquivos da Faculdade de Veterinária UFRGS**. Editorial 70 Anos da Faculdade de Veterinária da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Vol. 21, p. 7-19, 1993. Porto Alegre: UFRGS, 1993.

VECHIA, Renato da Silva Della. **O ressurgimento do movimento estudantil universitário gaúcho no processo de redemocratização: as tendências estudantis e seu papel (1977/1985)**. 2011. 414 f. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.

ZIMMERMANN, Matilde. **A Revolução Nicaragüense**. Coleção Revolução do Século 20. São Paulo: Editora Unesp, 2006.

Fontes da imprensa

A COMUNIDADE ganhou. Reportagem de capa. **Revista Veja**, nº 616, de 25 de junho de 1980. p. 21. Acervo Veja Digital. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/acervo/#/edition/33934>. Acesso em: 01 fev. 2021.

AULA Magna na UFRGS exalta defesa da democracia. **UFRGS Notícias**. 07 mai. 2013. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/aula-magna-na-ufrgs-exalta-defesa-da-democracia>. Acesso em: 17 fev. 2021.

GERCHMANN, Léo. Protesto estudantil em 1980 impediu presença de ditador argentino em solenidade. **Gaúcha ZH**. 08 jun. 2013. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/mundo/noticia/2013/06/protesto-estudantil-em-1980-impediu-presenca-de-ditador-argentino-em-solenidade-4164270.html>. Acesso em: 04 jul. 2021.

LIBERADOS os 4 estudantes. **Zero Hora**. Porto Alegre, 24 ago. 1980, p. 35.

MAGALHÃES, Mário. Reaparecem papéis “perdidos” da ditadura. **Folha de São Paulo**. 17 jan. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1701201012.htm>. Acesso em: 18 fev. 2021.

MANIFESTANTES protestam em frente à casa do ex-chefe do SNI em Porto Alegre. **Gaúcha ZH**, 26 mar. 2012. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/geral/noticia/2012/03/manifestantes-protestam-em-frente-a-casa-do-ex-chefe-do-sni-em-porto-alegre-3706932.html>. Acesso em: 21 jan. 2021.

MAPA da vacinação contra Covid-19 no Brasil. **G1**, São Paulo, 24 mai. 2021. Disponível em: <https://especiais.g1.globo.com/bemestar/vacina/2021/mapa-brasil-vacina-covid/>. Acesso em: 24 mai. 2021.

PIONEIRO do controle de doping no Brasil, De Rose recebe título de professor emérito. **UFRGS Notícias**. 15 dez. 2016. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/noticias/pioneiro-do-controle-de-doping-no-brasil-de-rose-recebe-titulo-de-professor-emerito>. Acesso em: 08 jan. 2021.

RESERVA pró-ativa, uma peça fundamental na estrutura militar: “Uma vez soldado, sempre soldado!”. Noticiário do Exército, **Exército Brasileiro**, 19 out. 2017. Disponível em: https://www.eb.mil.br/web/noticias/noticiario-do-exercito/-/asset_publisher/MjaG93KcunQI/content/reserva-pro-ativa-uma-peca-fundamental-na-estrutura-militar-uma-vez-soldado-sempre-soldado-#:~:text=Os%20militares%20R1%20formam%20um,transferidos%20para%20a%20reserva%20remunerada.&text=J%C3%A1%20os%20militares%20R2%20s%C3%A3o,oficiais%20e%20sargentos%20t%C3%A9cnicos%20tempor%C3%A1rios. Acesso em: 13 jan. 2021.

TARSO não sabe quem aposentou 18 professores. **Jornal do Brasil**, 14 jan. 1979, p. 22. Disponível em: <http://news.google.com/newspapers?nid=0qX8s2k1IRwC>. Acesso em: 26 mar. 2021.

Fontes virtuais

ACERVOS sobre o Regime Militar (1964-1985). **Arquivo Nacional**, 28 out. 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/servicos/consulta/acervos-mais-consultados/acervos-sobre-o-regime-militar-1964-1985>. Acesso em: 26 jan. 2021.

BRASIL DOC. **Arquivo Digital UFMG**. Disponível em: <https://www.ufmg.br/brasildoc/temas/3-informantes-infiltrados-agentes-e-centros-de-repressao/>. Acesso em: 09 mar. 2021.

DEOPS. **Arquivo Público do Estado de São Paulo**, São Paulo, s/d. Disponível em: <http://www.arquivoestado.sp.gov.br/site/acervo/textual/deops>. Acesso em: 27 abr. 2020.

DOSSIÊ Jango: a trajetória política de João Goulart. “José Alseldo dos Santos”. **CPDOC-FGV**. Disponível em:

https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/jose_anselmo_dos_santos. Acesso em: 04 jul. 2021.

GENERAL de Brigada R/1 DANIEL Lomando Andrade. Obituário 12º RCM. Disponível em: <https://www.12rcmec.net/Diversas/celdaniel.html>. Acesso em: 18 jan. 2021.

INSTITUCIONAL – histórico. **Portal da UFPel**, nov. 2017. Disponível em: <https://portal.ufpel.edu.br/historico/>. Acesso em: 30 mar. 2021.

INSTITUCIONAL. **Memórias Reveladas**, Brasília, 13 mai. 2009. Disponível em: <http://www.memoriasreveladas.gov.br/index.php/institucional>. Acesso em: 27 abr. 2020.

Inteligência. Brasília: ABIN, v. 2, n. 3, p. 7-21, set. 2006.

MEDALHA “Mérito Santos-Dumont”. Relação de agraciados (atualizada até julho de 2016). Disponível em: https://www.fab.mil.br/files/agraciados_msants_dumont.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

MEMÓRIA da Guarnição – o Museu Gaúcho da FEB. **Seção de Comunicação da 3ª Divisão Encouraçada**, Comando Militar do Sul, jul. 2020. Disponível em: <http://www.3de.eb.mil.br/index.php/component/content/article?id=2026&>. Acesso em: 14 jan. 2021.

MINISTÉRIO da Justiça – Divisão de Segurança e Informações (DSI). Guia de Archivos y Fondos Documentales. **Instituto de Políticas Públicas em Derechos Humanos Mercosur**. Buenos Aires, s/d. Disponível em: <http://atom.ippdh.mercosur.int/index.php/ministerio-da-justica-divisao-de-seguranca-e-informacoes-dsi>. Acesso em: 23 mar. 2020.

NUNES, Fritz R. Entidades pedem sindicância e comissão da Verdade na UFSM. **Seção Sindical dos Docentes da UFSM**, 28 ago. 2014. Disponível em: <http://www.sedufsm.org.br/index.php?secao=noticias&id=3080>. Acesso em: 26 jan. 2021.

NUNES, Fritz R. MPF discute com sindicato resgate da memória da UFSM. **Seção Sindical dos Docentes da UFSM**, 10 jan. 2017. Disponível em: <http://www.sedufsm.org.br/?secao=noticias&id=4362>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SERVIÇO Nacional de Informações. **ABIN**, Brasília, DF, s/d. Disponível em: <http://www.abin.gov.br/institucional/historico/1964-servico-nacional-de-informacoes-sni/>. Acesso em: 23 mar. 2020.

Fontes legislativas

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição de 1946 dos Estados Unidos do Brasil**. Diário Oficial da União, 19 set. 1946. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 06 mai. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 23.873, de 15 de fevereiro de 1934. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 02 mar. 1934. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-23873-15-fevereiro-1934-501550-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 93.314, de 30 de setembro de 1986. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 30 set. 1986. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/norma/515954/publicacao/15828914>. Acesso em: 10 fev. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 228, de 28 de fevereiro de 1967. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 28 fev. 1967. Disponível em: <http://legis.senado.leg.br/norma/523096/publicacao/15668207>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Decreto-Lei Nº 477, de 26 de fevereiro de 1969. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 26 fev. 1969. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1960-1969/decreto-lei-477-26-fevereiro-1969-367006-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. **Diário Oficial da União**. 06 de outubro de 1980. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3451113/pg-7-secao-2-diario-oficial-da-uniao-dou-de-06-10-1980>. Acesso em: 14 jan. 2021.

BRASIL. Lei Nº 4.341, de 13 de junho de 1964. Cria o Serviço Nacional de Informações. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 15 jun. 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4341.htm. Acesso em: 23 mar. 2020.

BRASIL. Lei Nº 4.464, de 09 de novembro de 1964. **Diário Oficial da União**. Brasília: DF, 11 nov. 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4464-9-novembro-1964-376749-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 01 jun. 2020.

BRASIL. Decreto Nº 5.584, de 18 de novembro de 2005. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5584.htm. Acesso em: 23 abr. 2020.

BRASIL. Lei Nº 6.339, de 01 de julho de 1976. **Diário Oficial da União**. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-6339-1-julho-1976-357658-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 08 abr. 2021.

BRASIL. Lei Nº 9.507, de 12 de novembro de 1997. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 1997. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19507.htm. Acesso em: 13 ago. 2021.

BRASIL. Lei Nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF: Presidência da República, 2011. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112527.htm. Acesso em: 13 ago. 2021.

GOIÁS. Decreto Nº 1.801, de 17 de abril de 1980. **Diário Oficial do Estado de Goiás**.

Goiânia, Governo do Estado de Goiás, 1980. Disponível em: https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/66809/decreto-1801. Acesso em: 14 jan. 2021.

RIO GRANDE DO SUL. Resolução Nº 5.371, de 03 de abril de 2018. **Câmara Municipal de Vereadores de São Gabriel.** Disponível em: <https://www.camarasg.rs.gov.br/camara/proposicao/Resolucoes/2018/2/0/6937>. Acesso em: 21 jan. 2021.

Fontes documentais consultadas no SIAN

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB AA1.0.LGS.0034. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 27 jul. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB AA1.0.ROS.0085. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 set. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.79000713. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.83006524. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.72065448. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.75098033. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84041820. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.AAA.84041820. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.780000010. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.78000003. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000131. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000358. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000543. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000625. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000768. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000851. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000918. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000967. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.79000998. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001181. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001220. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001481. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 08 jun. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001687. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80001759. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.80002021. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002073. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002079. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 05 set. 2019.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002187. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81002665. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81003028. Disponível em:

<http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.81003323. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82004096. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82004847. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 mar. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005327. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005337. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005368. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005418. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.82005476. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83005836. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83005985. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006276. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006796. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006798. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006962. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007061. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007067. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 11 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007185. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83007605. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 12 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84008435. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.840088928. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84008979. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009011. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009217. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009220. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009263. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84009393. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84010121. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.84010122. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85010663. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85010892. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85010937. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011015. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011016. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011042. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011120. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.85011413. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 13 abr. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.87015466. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.88016292. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 24 jul. 2020.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.PPP.83005185. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, PTR.AVP.0998. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, PTR.AVP.4062. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, PTR.AVP.4162. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.DNF.0239. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 18 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.EVE.0012. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.

ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.TXT, AGR.PES.0008. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 25 jan. 2021.